



Paloma Rezende de Oliveira

**O Gymnasio Leopoldinense e o projeto
educativo de formação da elite republicana
na Zona da Mata mineira (1906-1926)**

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação do Departamento de
Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro.

Orientadora: Prof^a Ana Waleska Pollo Campos
Mendonça

Rio de Janeiro
Janeiro de 2016



Paloma Rezende de Oliveira

**O Gymnasio Leopoldinense e o projeto
educativo de formação da elite
republicana na Zona da Mata mineira
(1906-1926)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação do Departamento de
Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro.

Profª Ana Waleska Pollo Campos Mendonça

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profª Patrícia Coelho da Costa

Departamento de Educação - PUC-Rio

Isabel Alice Oswaldo Monteiro Lelis

Departamento de Educação - PUC-Rio

Profª Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

Universidade Federal Fluminense

Profº Luciano Mendes Faria Filho

Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas

PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Paloma Rezende de Oliveira

Graduou-se em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2003. Kursou o mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação desta mesma instituição, concluído em 2009. Desenvolveu e coordenou projetos de pesquisa na área de História da Educação e Políticas Públicas Educacionais e atuou como coordenadora pedagógica na educação básica e professora substituta no ensino superior da Universidade do Estado de Minas Gerais e Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Paloma Rezende de

O Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da elite republicana na Zona da Mata mineira (1906-1926) / Paloma Rezende de Oliveira ; orientadora: Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. – 2015.

294 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2015.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. História das instituições escolares. 3. Ginásio Leopoldinense. 4. Oligarquias regionais. 5. Zona da Mata mineira. 6. Partido Republicano Mineiro. I. Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Para todas as pessoas engajadas
em não manter atitudes e estruturas
sociais injustas e desiguais que impedem
os sujeitos de “ser-mais”.

Agradecimentos

Aos meus pais, pela educação e preocupação em todos os momentos.

À minha orientadora Professora Ana Waleska Pollo Campos Mendonça pela parceria na realização deste trabalho, pelo respeito e pelo carinho.

Ao CNPq e CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa História da Profissão Docente, coordenado pela professora Ana Waleska Pollo Campos Mendonça PUC-Rio pelas importantes contribuições, apoio e novas amizades.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Educação e História da PUC-Rio pelas reflexões, ensinamentos e respeito.

Ao meu companheiro Jefferson Silveira Teodoro pela paciência e carinho.

À minha irmã Bianca Rezende de Oliveira por ouvir pacientemente minhas divagações.

Aos professores e diretora da UEMG-Unidade Leopoldina Beatriz Bento de Souza pelo apoio no desenvolvimento dos projetos que deram origem a esta pesquisa e por disponibilizar os dados coletados.

Aos professores da UEMG-Unidade Barbacena pelas horas de descontração e indicações de bibliografias.

Aos meus alunos da UEMG-Barbacena e UEMG-Leopoldina pelos momentos de reflexão proporcionados.

À direção da E.M. Cecília Meireles, coordenadora Christiane Mury Gomes e professoras pelo carinho e apoio durante todo o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao diretor da E. E. Professor Botelho Reis, Fernando Miranda Vargas, pela atenção e acolhimento na instituição.

Às funcionárias da Biblioteca Municipal Luiz Eugênio Botelho, pela atenção e interesse em ajudar na busca das fontes.

Às bolsistas BIC/Jr: Pollyanna Licínio Lins, Desirrée Barcelos e Jéssica Lourenço, pela ajuda com a seleção das fontes.

Ao coordenador da Casa de Leitura Lya Botelho, da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, e demais funcionários, pelo acolhimento e pelas fontes disponibilizadas.

Ao Roberto Gouvêa, pela ajuda nos minutos finais.

A todos os amigos e familiares, por me incentivarem e me ajudarem a nunca desistir.

Aos primos Priscila e Sandro e aos amigos Cintia e Marcelo pelo acolhimento no Rio de Janeiro.

Ao professor Marlos Bessa Mendes da Rocha por despertar meu gosto pela História da Educação.

Aos desafios e obstáculos que se impuseram durante o percurso de escrita, por me fazer enfrentar a vida mesmo sem estar preparada para ela.

Resumo

Oliveira, Paloma Rezende de; Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. **Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da elite republicana na Zona da Mata mineira.** Rio de Janeiro, 2015, 294 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa investigou a história do Ginásio Leopoldinense, situado no município de Leopoldina, na Zona da Mata Mineira, bem como seu projeto educativo, ao longo do período de 1906 a 1926. Esse recorte temporal corresponde a grande parte da República Velha ou Primeira República, cenário que foi marcado pelo revezamento no poder das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, entre 1890 a 1930. No ano de 1906, esse estabelecimento de ensino foi fundado e destacou-se das demais escolas criadas no município por oferecer um ensino abrangente: jardim de infância, ensino primário, agrícola, secundário, normal, militar e superior em Odontologia e Farmácia. A maioria destes cursos funcionou até meados de 1926, quando essa instituição particular foi municipalizada. Com exceção do Aprendizado Agrícola, voltado para crianças pobres e órfãs, os cursos tinham caráter nitidamente seletivo, tanto no sentido social quanto no pedagógico e profissional. Os alunos provinham de classes sociais abastadas, em geral, filhos de fazendeiros e de profissionais liberais, e eram recrutados desde o curso primário, preparatório, até o nível superior. Nossa hipótese foi de que esse estabelecimento tenha sido responsável, durante seus primeiros vinte anos de funcionamento, por desenvolver um programa educativo de formação da elite da Zona da Mata Mineira e de formação docente para o ensino primário pautado nos princípios e anseios do Partido Republicano Mineiro de modernização, progresso e, ao mesmo tempo, de manutenção da estrutura oligárquica. A partir daí, buscou-se indícios que ajudassem na inteligibilidade de quais práticas educativas nortearam esse programa de ensino e de quais sujeitos constituíram esse estabelecimento. Para isso, as redes de sociabilidades e as trajetórias profissionais ajudaram a pensar a história e o programa institucional, em sua relação com a política local, estadual e nacional. Horta (1985), Holanda

(2006) e Leal (2012) contribuíram para o debate em torno das práticas patriarcais e do coronelismo revelados pela cultura escolar. Esta, por sua vez, foi analisada sobre a perspectiva de autores, como Chervel (2003), Vinão Frago (2006), Julia (2001) e Magalhães (2004), autores que trouxeram contribuições para a análise da história do Ginásio Leopoldinense, no que possa revelar elementos sobre a legislação e as reformas de ensino, bem como sobre a formação, profissionalização e construção da identidade docente.

Palavras –chave

História das instituições escolares; Ginásio Leopoldinense; oligarquias regionais; Zona da Mata mineira; Partido Republicano Mineiro

Abstract

Oliveira, Paloma Rezende de; Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. (advisor). **Gymnasio Leopoldinense and the educational project of training the Republican elite in Zona da Mata.** Rio de Janeiro, 2015, 294 p. Doctorate Thesis – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research investigated the history of Ginásio Leopoldinense, located in Leopoldina City, in Zona da Mata Mineira, as well as its educational project, throughout the period of 1906 to 1926. This time frame corresponds to most of the Old Republic or the First Republic, a scenery marked by the alternation in power by the oligarchies of Minas Gerais and São Paulo, between 1890 to 1930. In 1906, this educational institution was founded and stood out of the other schools created in the city, by offering many levels of education: kindergarden, primary education, agricultural, high school, training college, military and higher education in Dentistry and Pharmacy. Most of these courses ran until mid-1926, when this private institution was owned by the city. With the exception of Agricultural Learning, created for the poor children and orphans, the courses had a clearly selective character, both in social sense as in the pedagogical and professional. The students came from wealthy social classes, in general, the children of farmers and self-employed professionals, and were recruited since primary school, preparative, until college. Our hypothesis was that this institution was responsible, during its first twenty years of operation, to develop an educational program to form the Zona da Mata Mineira's elite and teacher training for primary education, ruled by the principles and desires of the Republican Party of Minas Gerais of modernization, progress and, at the same time, maintenance of the oligarchic structure. From there, I've looked for evidence that helped with intelligibility which educational practices guided this learning program and the people who built this institution. For this, the sociability network and professional careers helped to think about the history and the institutional program, in its relation to local, state and national policies. Horta (1985), Holanda (2006) and

Leal (2012) contributed to the debate on patriarchal practices and ‘coronelismo’ revealed by the school culture. This, in turn, was analyzed from the authors point of view, such as Chervel (2003), Vinão Frago (2006), Julia (2001) and Magalhães (2004), authors who have brought contributions to the analysis of the history of Ginásio Leopoldinense, in which might reveal details of the legislation and educational reforms, as well as well as on formation, professionalization and construction of the teacher identity.

Keywords

History of educational institutions; 'Ginásio Leopoldinense'; Local Oligarchies; 'Zona da Mata Mineira'; Republican Party of Minas Gerais

Sumário

1. Introdução	19
1.1. A construção do objeto de pesquisa	20
1.2. Contribuições da historiografia da educação para a História das instituições escolares	23
1.3. Levantamento das fontes	26
1.4. Sobre os capítulos	31
2. O poder local e as reformas educacionais na Primeira República	33
2.1. Leopoldina, política local e as “famílias” que a constituíram	35
2.1.1. A atuação política dos chefes locais	41
2.1.2. As associações e as tentativas de contenção de conflitos	47
2.2. José Monteiro Ribeiro Junqueira e o Partido Republicano Mineiro	50
2.2.1. As alianças políticas e o progresso local	59
2.3. Os antecedentes históricos e a fundação do Gymnasio Leopoldinense	70
2.3.1. O início do funcionamento do Ginásio Leopoldinense	75
2.4. As Reformas educacionais e seus impactos sobre o ensino no município de Leopoldina/MG	79
2.4.1. As Reformas do Ensino Secundário	81
2.4.2. As Reformas de ensino e a Escola Normal	90
2.4.3. As reformas do ensino primário e a criação do Grupo escolar	95
2.4.4. A reforma do ensino agrícola	104
2.4.5. Reformas no ensino superior	105
3. O Gymnasio Leopoldinense e seu Projeto Educativo (1906-1926)	108
3.1. A Estrutura física do Gymnasio Leopoldinense e as mudanças arquitetônicas	108

3.1.1. A expansão da estrutura física para o funcionamento de novos cursos	117
3.1.2. A constituição dos espaços e o tombamento do patrimônio	126
3.2. O Jornal Gazeta de Leopoldina e seu papel educativo	130
4. A Estrutura educacional e o programa de ensino dos cursos do Gymnasio Leopoldinense (1906-1926)	136
4.1. O ensino secundário e o caráter modelar do Colégio Pedro II	136
4.1.1. O programa de ensino e os livros didáticos do curso secundário do Ginásio Leopoldinense	140
4.1.2. Formas de ingresso dos alunos e exames finais	147
4.1.3. Os exames de preparatórios e as bancas examinadoras	151
4.2. A Escola Normal	157
4.2.1. A criação das Escolas Normais	158
4.2.2. As normas expressas nos relatórios dos inspetores	162
4.2.3. Programa de Ensino da Escola Normal	165
4.2.4. A feminização do magistério primário	179
4.3. O Jardim de infância	184
4.3.1 A “descoberta” da infância e “o ensino da linguagem”	184
4.3.2 A Pedagogia Prática e o caráter dual da educação	190
4.4. A Escola de Farmácia e Odontologia	192
4.4.1. Escola de Farmácia e Odontologia: em busca da equiparação	194
4.4.2. Programas de Ensino dos cursos de Farmácia e Odontologia	197
4.5. O Aprendizado Agrícola	201
4.6. A Instrução militar	209
4.6.1 As linhas de tiro em Leopoldina no contexto da 1ª Guerra Mundial	213
5. Um olhar sobre os alunos, professores e diretores	218
5.1. A organização de grêmios e associações estudantis	219
5.2. A atuação profissional dos alunos egressos do Ginásio Leopoldinense	227
5.3. Traços biográficos de alguns ex-alunos que enveredaram no	234

Movimento Modernista	
5.4. Em busca da construção da identidade dos professores do Ginásio Leopoldinense	238
5.4.1. Mudanças no quadro docente da instituição	243
5.5. Atuação profissional dos diretores técnicos: traçando o perfil institucional	252
5.5.1. Primeiro diretor: Henrique Dias da Cruz (1906-1908)	253
5.5.2. O segundo diretor: Jacques Dias Maciel (1908-1910)	254
5.5.3. José Botelho Reis (1910-1926)	258
5.6. A municipalização do Ginásio Leopoldinense	261
6. Considerações finais	263
7. Referências Bibliográficas	268
8. Anexos	285

Lista de Figuras

Figura 1 - Igreja do Rosário	37
Figura 2 - Vista externa do fórum e cadeia de Leopoldina	38
Figura 3 - Escola da Fazenda Constança, em 1923	40
Figura 4 - Carlos Coimbra da Luz	57
Figura 5 - José Monteiro Ribeiro Junqueira	60
Figura 6 - Matriz do Banco Ribeiro Junqueira, em Leopoldina	62
Figura 7 - Dr. Custódio Junqueira	64
Figura 8 - Senador estadual Francisco de Andrade Botelho	66
Figura 9 - Sobrado da Farmácia central onde funcionaria o Ginásio Leopoldinense	73
Figura 10 - Vigário Júlio Fiorentini	78
Figura 11- José Botelho Reis, de branco, vigário Aristides de Araújo Porto e professores do Ginásio Leopoldinense	79
Figura 12 - Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1916	97
Figura 13 - Novo prédio do Grupo escolar Ribeiro Junqueira	98
Figura 14 - Diretores do Grupo escolar de Leopoldina	102
Figura 15 - Sala para ensino de geografia e astronomia	109
Figura 16 - Bebedouros	110
Figura 17 - Mesa com 6 gavetas da secretaria	111
Figura 18 - O Ginásio Leopoldinense em seus primeiros anos de funcionamento	112
Figura 19 - Sobrado onde funcionava a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, em 1916	113
Figura 20 - Gabinete de Física do Ginásio Leopoldinense	115
Figura 21 - Carteira escolar	116
Figura 22 - Vista frontal do Ginásio Leopoldinense	120
Figura 23 - Planta de Ormeu Junqueira - ampliação do edifício do Gymnasio Leopoldinense	122
Figura 24 - Trabalhos finais da construção do 2º pavilhão do Ginásio Leopoldinense	124

Figura 25 - Colunas de estilo neoclássico da parte frontal e pátio do Ginásio Leopoldinense	125
Figura 26 - Imagem de São José	126
Figura 27 - Sala da vice-direção: jogo de sofá	127
Figura 28 - sala da vice-direção: escrivaninha, tapete e estante	127
Figura 29 - Sala de orientação do professor e supervisão	127
Figura 30 - Sala dos professores com mesa dos professores, cabideiro e relógio de paredes	127
Figura 31 - Sala da direção: Cabideiro, relógio de parede e estante de livros	127
Figura 32 - Sala da direção. Mobiliário ao gosto Art Déc	128
Figura 33 - Sala da direção. Escrivaninha e cadeira	128
Figura 34 - José Monteiro Ribeiro Junqueira (sentado com chapéu ao colo) e seus colaboradores	131
Figura 35 - Segunda sede do jornal Gazeta de Leopoldina	132
Figura 36 - Instalações e maquinário do Jornal Gazeta de Leopoldina (1926)	132
Figura 37 - Exemplar do Jornal Gazeta de Leopoldina do ano de 1906.	133
Figura 38 - Professora Esther Fialho e alunos do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1923	182
Figura 39 - Alunos e professoras do ensino primário do Ginásio Leopoldinense – 1920	188
Figura 40 - Prédio do Aprendizado Agrícola	206
Figura 41 - Pelotão de alunos de instrução militar	212
Figura 42 - Cine Theatro Alencar	215
Figura 43 - <i>Team</i> do <i>Sport Club</i> Ribeiro Junqueira, em 1915.	221
Figura 44 - Redator Argenor Ruas e <i>A Miragem</i> - Órgão do Grêmio Literário	222
Figura 45 - Membros do Grêmio Lítero Artístico Augusto dos Anjos (1925)	225
Figura 46 - Humberto Mauro (à direita, de cinza) e o grupo de integrantes do Movimento Verde de Cataguases	235

Figura 47 - Humberto Mauro e cartazes dos seus filmes: O Descobrimento do Brasil e Thesouro Perdido	236
Figura 48 - Professor Juvenal Carneiro (sentado, segundo à esquerda) e sua turma de alunos do Curso Comercial, em 1925	243
Figura 49 - Professor Achiles Hércules de Miranda	246
Figura 50 - Corpo docente do Gymnasio Leopoldinense	248
Figura 51 - Galeria de quadros dos diretores do Ginásio Leopoldinense	252
Figura 52 - Pedro Ribeiro Arantes	255
Figura 53 - Jacques Dias Maciel	257
Figura 54 - José Botelho Reis	259
Figura 55 - Erma de José Botelho Reis, inaugurada em 1931	260

Lista de quadros

Quadro 1- Localização das propriedades registradas na Paróquia de Leopoldina, em 1854	37
Quadro 2- Matérias do Programa de Ensino do curso secundário do Ginásio Leopoldinense (1908-1911)	143
Quadro 3 - Resultado dos exames finais dos alunos do Ginásio Leopoldinense, em 1907	150
Quadro 4 - Programa de ensino da Escola Normal, em 1911	173
Quadro 5 - Número de matrículas do Curso de Farmácia e Odontologia (1913-1922)	231
Quadro 6 - Formandos da Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense	232
Quadro 7 - Matrícula de alunos no Aprendizado Agrícola (1914-1922)	233
Quadro 8 - Professores que atuaram no Curso Primário e Aprendizado Agrícola	241
Quadro 9 - Professores da Escola Normal no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Leopoldinense	242
Quadro 10 - Professoras admitidas no Curso Normal do Ginásio Leopoldinense	250
Quadro 11 - Professores da Escola de Farmácia e Odontologia	251

Lista de abreviaturas e siglas

IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
PRM	Partido Republicano Mineiro
PP	Partido Progressista

Introdução

A presente pesquisa investigou a história do Ginásio Leopoldinense situado no município de Leopoldina, na Zona da Mata Mineira, bem como seu projeto educativo. O recorte temporal correspondente ao período de 1906 a 1926, que contemplou parte da República Velha ou Primeira República. Este cenário ficou marcado pela política do café com leite, em que as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo se revezaram no poder, e que compreendeu os anos de 1890 a 1930.

Nesse contexto político, Leopoldina destacou-se por ser um próspero centro de produção cafeeira e por ter um dos maiores planteis de escravos de Minas Gerais e da Zona da Mata, desde a segunda metade do século XIX. E ainda por prover diversos expoentes da política local e nacional que governaram em prol dos interesses da elite oligárquica.

Criado em 1906, o Ginásio Leopoldinense destacou-se dentre as instituições escolares do município, por se tratar de uma iniciativa particular, que oferecia um ensino abrangente: jardim de infância, ensino primário, secundário, normal, militar e superior em Odontologia e Farmácia e ensino agrícola. Este caráter o diferenciava também das demais instituições de ensino secundário existentes no país.

Com exceção do Aprendizado Agrícola, voltado para crianças pobres e órfãs, todos os segmentos tinham caráter nitidamente seletivo, o qual se dava tanto no sentido social quanto no pedagógico e profissional, pois os alunos provinham de classes sociais abastadas e eram recrutados desde o nível elementar, por meio de escolas ou classes preparatórias, sendo habilitados às ocupações que exigiam estudo de nível superior, também oferecido na instituição, através da Escola de Farmácia e Odontologia.

Esta constatação vai ao encontro da afirmação de Silva (1969), de que acima dos objetivos pedagógicos estavam os fins sociais mais amplos da educação, os quais visavam atender valores e ideais de uma classe. Antes de se traduzirem em objetivos específicos que dirigiam a ação educativa de professores e instituições escolares, exerciam sua ação reguladora sobre a formação das novas gerações, por

meio de vinculação com determinado método ou programa de ensino, cuja transmissão caracterizava a intencionalidade da educação formal.

A manutenção da nomenclatura Ginásio Leopoldinense, fazendo referência não apenas ao ensino secundário, mas a todos os segmentos de ensino oferecidos pela instituição, atrelava-se à ideia de que o status e a qualidade conferidos pela equiparação ao Ginásio Nacional ¹ se estenderiam aos seus demais níveis de ensino.

Diante da complexidade desse estabelecimento particular que abrangia desde o jardim de infância até o ensino superior, nossa hipótese é de que esse tenha sido responsável, durante seus primeiros vinte anos de funcionamento, por desenvolver um programa educativo de formação da elite da Zona da Mata Mineira e de formação docente para o ensino primário, que se pautou nos princípios e anseios republicanos de modernização e progresso e que ao mesmo buscou a manutenção da estrutura oligárquica.

A partir daí, buscaram-se indícios que ajudassem na inteligibilidade de quais práticas educativas nortearam esse programa de ensino e de quais sujeitos constituíram esse estabelecimento de ensino.

E em um sentido mais amplo, como o estudo da história dessa instituição poderia servir à compreensão da chamada política dos governadores, que consistia em assegurar o domínio das oligarquias nos estados, no cenário político da 1ª República? E como essa instituição serviu à manutenção dessa política e ao mesmo tempo aos preceitos republicanos de modernização?

Neste sentido, tratou-se dos elementos que subsidiaram o projeto educativo do Ginásio Leopoldinense, apontando sua intencionalidade, tanto através de sua proposta de ensino quanto das redes de sociabilidade de seus atores, que ajudassem a pensar sua história institucional, em sua relação com a política estadual e nacional.

1.1

A construção do objeto de pesquisa

¹ Denominação dada ao Colégio Pedro II após a Reforma Benjamin Constant, em 1890, a fim de desvincular o nome da instituição do antigo regime monárquico. Neste ano, a instituição também deixou de funcionar em regime de externato e internato, situação que perdurou até 1909, quando a denominação Colégio Pedro II voltou a ser atribuída ao externato.

Através da coordenação do projeto CNPq/BIC- Junior: Trajetórias e memórias das instituições escolares de Leopoldina/MG ² foi possível conhecer melhor a realidade deste município e de suas escolas.

O ponto de partida para a imersão no trabalho se deu a partir de uma ferramenta bastante útil na atualidade: a internet. A busca orientada levou a diferentes sites institucionais e blogs que traziam informações sobre as antigas escolas da cidade, resultados de projetos, exposições, publicações, dentre outros, com o intuito de divulgar a história destas escolas.

Uma vez que a pesquisa buscou contemplar a diversidade de experiências em torno da educação na cidade de Leopoldina, ampliamos o olhar, para além das escolas municipais, com a preocupação de não negligenciar outras tantas memórias e escolas importantes para a compreensão do processo de ampliação da rede de ensino. Além disso, tivemos a preocupação de situá-lo no âmbito das reformas e mudanças na instrução pública, nas primeiras décadas da República.

Desse modo, o mapeamento das escolas centenárias permitiu pensar, a partir de um novo ângulo, de que modo as iniciativas e inovações pedagógicas propostas naquele período se manifestaram nestas instituições, num momento marcado por tensões e disputas.

Além do mapeamento das instituições escolares existentes no município no início do século XX, buscou-se identificar algumas características específicas, tais como: o tipo de ensino oferecido e o público atendido; as relações estabelecidas pelas instituições com o contexto social da época, entre elas e entre seus atores; locais de atuação dos professores, como por exemplo, em cargos públicos, ou outros espaços de sociabilidade, como clubes, partidos políticos, festividades, sociedades ou associações.

Deste projeto derivou a pesquisa Formação de Professores na imprensa Leopoldinense (1900-1930) ³, que teve como foco a primeira Escola Normal do município, que funcionava no Ginásio Leopoldinense, desde 1907, e era voltada para a formação de professores primários. Esta pesquisa utilizou como principal

² Desenvolvido em 2013, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Leopoldina. Resultados parciais da pesquisa em: Trajetórias das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/>. Acesso em 24 de setembro de 2015.

³ Desenvolvida em 2014, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Leopoldina. O banco de dados e o inventário das fontes deste projeto da UEMG-Leopoldina foram cedidos para realização desta pesquisa.

fonte o Jornal *Gazeta de Leopoldina*, disponível no arquivo particular da Casa de Leitura Lya Maria Muller Botelho, em Leopoldina.

O jornal foi significativo para o desenvolvimento desta pesquisa, pois foi criado em 1895, por José Monteiro Ribeiro Junqueira e seu irmão Custódio Junqueira, líderes locais que fundaram o Ginásio Leopoldinense e a primeira Escola Normal do município, responsável pela formação dos professores primários, que foi o foco da investigação.

Além disso, este impresso, ao abordar notícias sobre o programa de ensino da escola Normal, a rotina de seus atores e a forma como estes se associavam dentro e fora da instituição, corroborou para a inteligibilidade destas ações em relação a aspectos do contexto mais amplo.

A partir dos dados levantados nas duas pesquisas, foram sendo revelados outros cursos oferecidos pelo Ginásio Leopoldinense, os quais se mostravam desconhecidos até então.

Com isso, descortinou-se a possibilidade de desenvolver uma investigação mais ampla, que abarcasse todos os cursos oferecidos. Dada a complexidade da instituição de ensino, o foco da atual análise passou então a ser seu projeto educativo, que tinha como principal objetivo formar a elite republicana da Zona da Mata Mineira.

O recorte temporal correspondente ao período de 1906 a 1926 tomou como ponto de partida o contexto de criação do Ginásio Leopoldinense no município de Leopoldina até o ano final da atuação do diretor José Botelho Reis, em fevereiro de 1926, data de sua morte, passando então essa instituição particular de ensino a assumir caráter municipal.

Também a participação no grupo de pesquisa sobre História da Profissão Docente da PUC-Rio, que desenvolve o projeto intitulado: A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil, coordenado pela professora Ana Waleska P. C. Mendonça possibilitou o diálogo entre as duas instituições de ensino, visto que o curso secundário do Ginásio Leopoldinense, em 1908, foi equiparado ao Ginásio Nacional, objeto de estudo da pesquisa desenvolvida na PUC-Rio.

Este trabalho vinculou-se a uma pesquisa mais ampla sobre a gênese da construção da identidade profissional de professores secundários no Brasil,

financiada pelo CNPq e pela FAPERJ, a qual tomou por objeto de estudo os professores do Colégio Pedro II.

Deve-se considerar, portanto, a importância do Colégio Pedro II ⁴ criado pelo governo imperial em 1837, ao qual o Ginásio Leopoldinense foi equiparado em 1908, visto que o mesmo conservou, até meados do século XX, o caráter de instituição modelar para todo o ensino secundário brasileiro.

Os estudos realizados no grupo de pesquisa acerca do processo de construção de uma identidade profissional docente auxiliaram a pensar como os professores foram constituindo uma cultura docente específica, através da memória de uma corporação, de modo a configurar uma tradição inventada (MENDONÇA ET AL, 2013).

Foi o caso do Ginásio Leopoldinense, que se configurou como um projeto educativo de formação das elites dirigentes e das professoras primárias na região da Zona da Mata Mineira. Esta proposta extrapolava seu caráter institucional, uma vez que buscou se conformar à proposta de modernização do país com base na manutenção de uma estrutura econômica agrária e dual.

1.2

Contribuições da historiografia da educação para a História das instituições escolares

Além das reflexões em torno do processo de construção da identidade profissional docente, foi preciso buscar também referências sobre História das Instituições Escolares e Cultura Escolar. Esta necessidade de deu em decorrência da abrangência do ensino no Ginásio Leopoldinense e seu amplo projeto educativo.

Nesse sentido, o estudo da história do Ginásio Leopoldinense apontou a possibilidade de compreender como se deu a interferência do controle estatal nas instituições de ensino, através da exigência de equiparação do currículo,

⁴ Neste momento específico, a denominação atribuída ao Colégio era Gymnasio Nacional. No entanto, foram atribuídas várias denominações ao longo de sua existência: “Collegio de Pedro II (1837); Collegio de Pedro Segundo (1838) - nesse período, em vários documentos, aparece a denominação de Imperial Collegio de Pedro II; Patronato de D. Pedro II (1850-1889). E, após a República, Instituto Nacional de Instrução Secundária, logo depois Gymnasio Nacional (1890); em 1909, passou a ter um duplo nome: o Externato voltou a chamar-se Colégio de Pedro II e o Internato: Instituto Bernardo Pereira de Vasconcelos; em 1911, voltou a chamar-se Collegio Pedro II e, atualmente, Colégio Pedro II” (MENDONÇA ET AL, 2013, p.1).

disciplinas, formação de professores e estrutura física aos padrões das escolas oficiais.

Além disso, ajudou a pensar a imposição destas normas sobre os estabelecimentos particulares de ensino, sem desconsiderar as práticas produzidas no cotidiano escolar e como seus atores participaram de sua produção, no que diz respeito às dimensões próprias de sua especificidade. Sobre as tramas de sociabilidade traçadas pelos atores das instituições escolares, Gonçalves (2006) afirma:

(...) essas práticas foram inventadas, ou reinventadas, gerando não somente as ações passivas de reprodução das imposições formais dos regulamentos e programas prescritos, mas, sobretudo, desenvolvendo uma relação complexa de astúcias com tais imposições, com tramas de sociabilidades entre os atores e seus pares e com outros sujeitos implicados nas relações mais extensas, seja no meio familiar, comunitário ou outros. Relações amplas de negociação de conflitos, de burlas, de transgressões, de criação e de resistência, que fazem parte do constituir-se da escola no período que está sendo estudado (GONÇALVES, 2006, p.17).

Com base nessa premissa, o cotidiano do Ginásio Leopoldinense não pode ser visto somente como lugar onde se dá a repetição e a reprodução dos padrões das escolas oficiais, mas também como espaço de criação, onde os usos são praticados de maneira particularizada pelos seus atores.

Na investigação sobre a história do Ginásio Leopoldinense, não se desconsiderou ainda os aspectos apresentados sobre as estratégias identitárias de instituições e sujeitos, expressas por Dubet (2011) e Dubar (2012), e as normas e finalidades que regem a escola, o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador, os conteúdos ensinados e as práticas escolares.

Em relação à gênese e ao uso da expressão cultura escolar na história da educação, Viñao Frago (2006, p.70) apontou que sua existência está ligada às mesmas origens da escola enquanto instituição.

Sob esta perspectiva, a formação dos sistemas educativos tem reforçado a relação entre cultura e níveis educativos, o processo de profissionalização docente e os códigos disciplinares das matérias, e tem levantado questões sobre a relação desta com as reformas estruturais e dos programas de ensino, bem como tem sistematizado e hierarquizado aspectos programáticos e organizativos.

O autor priorizou, no entanto, as relações entre reformas educativas e a cultura escolar, propondo relacionar a categoria de cultura escolar ⁵ ao estudo dos aspectos referentes ao espaço e tempo escolares.

Ao considerar as contribuições da cultura escolar para a análise da história do Ginásio Leopoldinense, a investigação buscou não opor a perspectiva relacional da história da escola à abordagem interna e objectual, como sugere Magalhães (2004). A primeira busca investigar o conceito e o significado da escola, como representação simbólica e como lugar. A segunda pretende construir a escola como objeto historiográfico específico e está estruturada em categorias, como por exemplo: o espaço, o currículo, os manuais escolares, professores, públicos e dimensões didático-pedagógicas.

A diferenciação feita por Magalhães (2004) entre estes dois paradigmas é acompanhada da necessidade de reuni-los durante o processo de investigação. Isso porque considera que os processos de escolarização correspondem à relação entre a construção da instituição educativa, “no nível sistêmico”, e as instituições educativas. Estas por sua vez, são “portadoras de culturas simbólicas e materiais, abertas às especificidades e circunstâncias locais, ajustando-se ao público e às políticas, e com a inclusão das práticas, expectativas, apropriações e representações dos agentes e dos sujeitos” (MAGALHÃES, 2004, p.123).

Magalhães (2004) considerou que a influência de uma instituição escolar, por sua vez, ultrapassa seus muros e difere-se no tempo, seja por suas mudanças materiais, representações ou referências e memórias de grupos ou indivíduos distintos. Desse modo, a instituição escolar precisa ser vista na sua internalidade e na sua representatividade, visando à construção de sua identidade institucional. ⁶ Sua análise abarca, portanto, três dimensões: “unidade, multidimensionalidade e multifactorialidade”:

⁵ Para Dominique Julia (2001) o estudo da cultura escolar como objeto histórico deve analisar as políticas educacionais, que deram forma ao processo de escolarização; a estrutura física, ou seja, dos bens patrimoniais acrescidos ou diminuídos e ampliação de suas instalações ou mudança de local; os processos educacionais e suas relações com os diferentes sujeitos; e os desdobramentos didático-pedagógicos, tais como, a relação entre planos e programas de ensino, número de matrículas e corpo docente e técnico administrativo.

⁶ Perspectiva semelhante é a adotada por Gatti Jr e Oliveira (2002) que tomam a instituição educativa como uma entidade orgânica, comunicativa e relacional, cuja análise historiográfica lhe dá uma identidade.

Tal quadro compreende o contexto histórico, geográfico e a materialidade que, para além do modo de produção e de funcionamento, inclui toda a realidade processual e material, enquanto a ação corresponde à objetivação relacional seja nos planos didático e pedagógico, seja nos planos social e grupal, traduzindo-se na representação, que, em outros aspectos, também visa à inscrição/avaliação dos papéis e dos graus de empenho dos agentes. (...) (MAGALHÃES, 2005, p.100).

A história da escola é, nessa perspectiva, a história dos instrumentos de medida do seu produto educacional, e, ao mesmo tempo, a história de suas relações sociais ou individuais, bem como dos seus ritos, gerando também a cultura profissional docente.

1.3

Levantamento das fontes

Além da revisão da literatura, as fontes também foram fundamentais na construção do objeto de pesquisa, que é o Ginásio Leopoldinense. A partir daí, construiu-se uma hipótese de que devido à complexidade dessa instituição, seu projeto educativo serviu, no recorte histórico determinado, para a formação intelectual e política dos filhos e filhas dos membros da elite dirigente mineira, seja através da formação para o ensino superior seja através da formação de professores primários.

Foi realizado um levantamento preliminar das fontes existentes nos arquivos do município de Leopoldina, Arquivo Público Mineiro e hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Na Biblioteca Municipal Luiz Eugênio Botelho, situada em Leopoldina, foram identificadas: As Bases Orgânicas do Aprendizado Agrícola do Ginásio Leopoldinense (sem data); três edições do Almanack do Arrebol, correspondentes aos anos de 1981, 1984 e 1986; a Mensagem da Câmara Municipal de Leopoldina, do presidente Carlos Coimbra da Luz, contendo o relatório referente ao exercício de 1926; além das biografias de ex-professores e alunos, do Ginásio Leopoldinense. Dentre elas, as obras de Luiz Rosseau Botelho, *Dos 8 aos 80*, e de Erymá Carneiro, *Do lombo de burro ao computador*.

Através de pesquisa na internet, foram situadas também as biografias de ex-alunos que se distinguiram no cenário político e na vida cultural do país, como as autobiografias de Miguel Torga, *Contos da Montanha e A criação do mundo*, e as

biografias: *Humberto Mauro - O Pai do Cinema Brasileiro*, de André Di Mauro, e *Milton Campos, uma vocação liberal*, de José Bento Teixeira de Salles.

No arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas também foi possível localizar a biografia de José Monteiro Ribeiro Junqueira e Carlos Coimbra da Luz.

A análise apurada deste tipo de relato escrito, de acordo com Magalhães (2004), aponta uma diversidade de olhares e maior proximidade com as vivências, objetos e circunstâncias particulares em que se dão os acontecimentos. No entanto, deve-se estar atento à possibilidade dessa fonte ressaltar ou valorizar o desempenho de papéis e funções de determinados atores ou gerações, em detrimento de outros.

No Almanack do Arrebol e no recorte de uma notícia do Jornal Tribuna do Povo, de 08 de junho de 1996, consta a cronologia da E.E. Professor Botelho Reis, referente aos períodos de 1923 a 1931 e de 1906 a 1985, respectivamente.

Uma fonte que também trouxe um pouco de informações sobre a materialidade da instituição foi o inventário de fotografias catalogadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Fundação - IEPHA/MG), disponibilizado pela atual direção da E.E. Professor Botelho Reis (antigo Ginásio Leopoldinense), de objetos, móveis e instalações do prédio, tombados, em 1995. Em visita realizada a este estabelecimento de ensino, em 2014, no entanto, pode-se perceber que a ambiência apresentada nas fotografias adquiriu nova configuração, em decorrência da reforma ocorrida em 1912.

A imprensa também ajudou a configurar os antecedentes históricos do Ginásio Leopoldinense e dispôs de informações sobre a trajetória dos professores e diretores dessa instituição. Foram localizados no Arquivo Público Mineiro, digitalizados, os seguintes jornais do final do século XIX, sobre Leopoldina: *A Voz de Thebas*, correspondentes aos anos de 1895, 1896; o *Jornal Gazeta de Leopoldina*, de 1896 a 1898; o jornal *O mediador*, de 1896 e 1897; *O Leopoldinense*⁷, de 1880, 1890, 1891, 1892, 1896.

Uma vez que o ensino secundário do Ginásio Leopoldinense estava sujeito ao cumprimento do Programa de ensino do Colégio Pedro II, referente ao período

⁷ Primeiro jornal do município, lançado em 1879, de propriedade do Coronel Luiz Botelho Falcão.

de 1906 a 1926, foi preciso nos ater às normas e finalidades que regem o Colégio Pedro II, às matérias ensinadas, às práticas escolares e às informações sobre o pessoal docente e administrativo, presentes na Reforma Benjamin Constant, na obra de Escragnolle Doria: *Memórias históricas do Colégio de Pedro II*, especificamente os capítulos XI e XII, que tratam do período analisado, e o Almanack do pessoal docente e administrativo do Colégio Pedro II, número 1, de 1921, além das contribuições dos trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa da PUC-Rio.

A fim de compreender como as reformas também impactaram no ensino do Ginásio Leopoldinense, foi importante também a análise da legislação, privilegiando a Reforma de Ensino, em 1902, de Francisco Sales, em Minas Gerais; de João Pinheiro, em 1906, de Júlio Bueno Brandão, em 1911, e de Maximiliano, de âmbito nacional, em 1915, considerando as conformações ou resistências dos atores dessa instituição.

Além das reformas, os Anuários e Relatórios de presidentes do Estado de Minas Gerais, correspondentes ao período de 1910 a 1919, e a relação dos constituintes mineiros em nível estadual e federal, de 1891 a 1947, presente na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Dentre as pesquisas que fizeram referências ao Colégio Pedro II e às instituições equiparadas às oficiais, destacamos a obra de Nogueira (2011), que trata da história de Leopoldina e das instituições escolares desse município, tendo como foco o mito criado em torno da família Ribeiro Junqueira; a tese de Jane Cardote Tavares, intitulada: *A Congregação do Colégio de Pedro II e os debates do ensino de Matemática*, que trouxe significativos apontamentos sobre as discussões geradas em torno da Reforma Benjamin Constant, utilizando como fontes de pesquisa as atas da Congregação do Colégio de Pedro II, de 1891 a 1958; e ainda, a dissertação de Luiz Eduardo Moreira (2008), que trouxe os impactos dessa Reforma no currículo de matemática desta instituição oficial de ensino secundário e a tese de Jefferson Soares (2014), que apesar de tratar de período histórico distinto (1925-1945), traz elementos importantes sobre a construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II.

Foi necessária também a leitura de livros e artigos que abordassem outras instituições de ensino secundário, normal e superior, e que permitissem o debate em torno da configuração destes segmentos de ensino no Brasil. Como por

exemplo, a obra de Silva (1969), que analisa historicamente a tradição educacional e as condições sociais que modelaram o ensino secundário, na Europa e no Brasil, e Kulesza (1998) que trata da institucionalização da Escola Normal no Brasil, em uma perspectiva histórica; a tese de Ivone Goulart Lopes (2013), sobre a Escola Normal católica de Campos, Rio de Janeiro, que tratou da construção da identidade das professoras católicas, em período histórico distinto, e o trabalho de Rodrigo Rosselini J. Rodrigues, sobre a escola primária do município de Campos, RJ, que trata do ideário que permeia a formação dos cidadãos fluminenses no período republicano.

No banco de dados do projeto: Formação de professores na imprensa Leopoldinense (1900-1930) desenvolvido na UEMG-Leopoldina, foram encontradas fotografias dos exemplares do *Jornal Gazeta de Leopoldina*, correspondentes ao período de 1906 a 1926, não sendo localizados, contudo, os exemplares referentes aos anos de 1913, 1914, 1924 e 1925.

Este jornal serviu como principal base documental uma vez que estava diretamente atrelado aos interesses da elite da Zona da Mata mineira, com notícias relacionadas à política, economia e educação, tais como: o Partido Republicano Mineiro, o setor agropecuário e cafeeiro, hóspedes e viajantes no município, legislação em geral e legislação educacional, o Ginásio Leopoldinense, a Escola Normal, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, e sua rotina: frequência de alunos, livros didáticos, comemoração de datas cívicas, diretores, alunos e professores, informações meteorológicas do Aprendizado Agrícola.

Através dele eram apresentados também os resultados dos exames finais, preparatórios e vestibular; descrição de festas, reuniões das associações, grêmios, clube do tiro e Caixa Escolar; eventos como: cinema, teatro e jogos de *football*⁸, instrução militar, missas; falecimentos e nascimentos; notícias sobre o Grupo escolar Ribeiro Junqueira e escolas estaduais e particulares de Leopoldina e região⁹; propagandas e assuntos tratados na Câmara Municipal.

⁸ De acordo com o *Jornal Leopoldinense*, foi criado em 27 de agosto de 1911, o Ribeiro Junqueira Sport Clube. Os professores do *Gymnasio Leopoldinense* José Botelho Reis, Antônio Moura, João Trentino Ziller, Dr. Pedro Arantes e Milton Ramos Pinto, e Esdras Lintz, Vicenti Domenice e alguns alunos fundaram o clube, que teve o diretor José Botelho Reis como seu primeiro presidente. O uniforme tem o escudo do Estádio do Milan, na Itália. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/1671/esporte-clube-ribeiro-junqueira-completa-103-anos-de-fundacao>. Acesso em: 10 jan. 2016.

⁹ Ateneu Vitor Hugo (1894), Colégio D. Silvério (1909), Colégio Filgueiras, Colégio Franco, Colégio Imaculada Conceição (1918), Colégio Leopoldinense (1898), Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Santa Eulália, Colégio São José (1926), Colégio São Sebastião (1902), Colégio

Importante salientar que com exceção dos exemplares anteriores ao século XX, apenas foram localizados para consulta, ainda que em acervo particular, o *Jornal Gazeta de Leopoldina. O Arame*, que se encontra na biblioteca municipal do Município e até mesmo o jornal *O Leopoldinense* que se encontra no acervo do Arquivo Público Mineiro, também correspondem ao século XIX.

A coleta destas fontes foi realizada durante o segundo semestre de 2013, uma vez por semana, enquanto coordenadora da pesquisa. Foram fotografadas todas as páginas onde apareciam notícias sobre educação, que posteriormente foram catalogadas em um banco de dados. Neste, as notícias aparecem separadas por ano, transcritas ou resumidas e identificadas pelo número da foto, data de publicação, título e assunto da notícia. Posteriormente, realizou-se a seleção¹⁰ e análise das colunas referentes ao Ginásio Leopoldinense, seus funcionários, professores, alunos, reformas de ensino e o cotidiano da instituição, dentre outros assuntos relacionados.

Cabe salientar, que as informações sobre o estabelecimento foram extraídas de um jornal de situação dirigido pelo próprio diretor da instituição de ensino pesquisada. Portanto, foi necessário considerar a materialidade deste impresso, o qual resulta de ações de uma sociedade, e, portanto, busca resguardar determinadas imagens de si próprio, para o futuro.

Le Goff (1990) atribui ao impresso o sentido de objeto cultural, que deve ser analisado enquanto documento/monumento:

O documento/monumento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p.545).

Sobre este aspecto, Soares (2014) alerta para a necessária análise crítica do contexto histórico onde estes documentos foram produzidos, buscando também, outras fontes que confrontem as informações neles prestadas, corroborando ou contrariando estas imagens construídas. Utilizaremos para isto, notícias dos

Sagrado Coração de Jesus (1920?), Escola Professor José Aquiles (1902), Externato Rui Barbosa (1910). Apud Nogueira (2011, p.85-86).

¹⁰ O trabalho de seleção da documentação referente à escola normal do Ginásio Leopoldinense contou com a colaboração de duas bolsistas do Projeto BIC-Jr: Formação de professores na imprensa Leopoldinense – UEMG - Leopoldina, 2014.

jornais locais de oposição *O Novo Movimento* e *A Nova phase*, e o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Sobre este aspecto, Nóvoa (1998) aponta como os discursos constituem o poder que divide os homens e a sociedade e constroem maneiras de pensar e de agir.

Com isso, podemos dizer que as fontes, principalmente a imprensa, se configuraram como meio indispensável para construção deste discurso, uma vez que expressam questões que permeiam a construção do Programa de ensino, a formação de matérias escolares, as novas regulações políticas e sociais, consolidando ou contrapondo formas legítimas de conhecimento escolar, tanto na formação da elite dirigente mineira quanto na formação dos professores primários.

As ações dos indivíduos, por sua vez, são tidas como uma produção social, ainda que não reflexa, portanto, tratam-se também de uma construção do contexto histórico.

1.4

Sobre os capítulos

Na primeira parte desta pesquisa buscamos situar as ações dos chefes locais no contexto da República Velha tendo como base o exemplo do município de Leopoldina.

A análise tratou da dimensão do poder local, buscando estabelecer relação com outras dimensões, como as relativas às populações que constituíram *a urbe*, a intermediação de interesses e as relações econômicas estabelecidas no período.

Para tanto, contamos com as contribuições trazidas por autores clássicos, que desencadearam debates significativos e, portanto, permanecem como referências sobre o período. Utilizamos também algumas bibliografias mais recentes que retomam estas interpretações consagradas, propondo novas linhas de análise para o campo das Ciências Sociais.

Diferentemente da perspectiva cuja proposta é contrastar diferentes momentos históricos a fim de perceber suas especificidades, tentamos aqui situar o Ginásio Leopoldinense e seus atores nas tramas dos acontecimentos sociais, políticos e culturais em que se viram envolvidos durante o recorte temporal delimitado, sem desconsiderar os aspectos que os distinguiram.

Em um segundo momento, abordamos aspectos específicos sobre o projeto educativo do Ginásio Leopoldinense, pautado na formação da elite republicana da Zona da Mata mineira e dos professores primários que iriam atuar nas escolas públicas e escola normal do município.

Este projeto mostrou-se em consonância com os preceitos do Partido Republicano Mineiro tanto no que diz respeito ao desenvolvimento econômico agrícola e autonomia dos municípios, quanto à instrução diferenciada para a elite dirigente. Com o intuito de consolidar esta proposta a instituição contou ainda com o Jornal *Gazeta de Leopoldina* como principal meio de divulgação de sua intencionalidade. Cabe lembrar que ambos estavam sob a mesma direção.

E ainda, a monumentalidade da estrutura física do Ginásio Leopoldinense, de caráter particular, pareceu se distinguir das demais instituições existentes no município, inclusive públicas, sobressaindo o destaque dado à época aos prédios dos Grupos escolares, tidos como símbolos da instrução popular, no Brasil.

Outros elementos de sua cultura material como o mobiliário, instalações físicas, livros didáticos viabilizaram compreender como as normas emanadas do poder central foram sendo apropriadas ou contrariadas pelos seus autores, uma vez que sua aquisição ou mudança se dava, às vezes, em decorrência de exigências necessárias para se conseguir a equiparação às instituições oficiais.

Por fim, tentamos traçar alguns indícios sobre o perfil dos alunos, professores e diretores, através de suas produções e/ou atuações em grêmios, associações ou mesmo profissional, a fim de buscar configurar o programa institucional do Ginásio Leopoldinense.

Dubet (2006, p.22) identificou como característica do *Programa Institucional*, a mediação entre os valores universais e os sujeitos particulares como o núcleo do *trabalho sobre os outros*. Este trabalho foi entendido como *vocação* porque fundado por estes valores, ao passo que o trabalho de socialização enquanto *inculcação de normas*, de algum modo tentou transformar o indivíduo em um ser autônomo, sendo sua liberdade entendida e praticada como cidadania.

Com base nesse pressuposto, analisaremos os fins, objetivos, estrutura pedagógica e administrativa, que não podem ser vistos sem lançar mão das subjetividades que o constituem e das estratégias desenvolvidas por seus atores dentro e fora da instituição.

O poder local e as reformas educacionais na Primeira República

Dentre os estudos clássicos que exerceram influência nos debates relativos às oligarquias na Primeira República por seu pioneirismo, utilizaremos neste trabalho as obras de Queiroz (1954) e Leal (2012).

Para este, o coronelismo se constituiu como uma rede complexa de trocas entre o poder público e os chefes locais, notadamente os donos de terra, em função de suas necessidades eleitorais de controlar o voto no interior.

Dessa maneira, coronelismo não deve ser confundido com algumas de suas características secundárias, como o mandonismo e o clientelismo, devido ao risco de se incorrer em anacronismos, aplicando-se estas categorias a distintos períodos históricos.

Cabe salientar a crítica à sua obra em relação a pouca ênfase dada à atuação socioeconômica e à proposta de dependência do poder central à figura do coronel, o que, no entanto, não invalida a consistência de seu modelo de análise.

No ensaio de Gomes e Ferreira (1989) foi destacada também outra linha de interpretação sobre o período que tem como foco a contradição fundamental entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais.

Um dos desdobramentos desta abordagem foi a caracterização dos conflitos de classe no país como resultado deste antagonismo. Com isso, as divisões setoriais como oligarquia agrária, burguesia industrial e comercial acabaram por incorrer em dualismo.

Diferentemente desta proposta, voltamos nosso olhar para as disputas, oposições e alianças entre as lideranças locais, na região da Zona da Mata Mineira, que de certa maneira, não se deram dissociadas das relações entre público e privado. Assumimos, portanto, a perspectiva da abordagem regional.

Admitimos, contudo, que ao assumirmos esta postura, corremos o risco de enveredar em uma interpretação que privilegia a oligarquia cafeeira como um fator fundamental na condução da política do período, ainda que no decorrer da

investigação tenhamos buscado relativizar este papel e seus efeitos, levantando aspectos para além da dimensão do poder local.

Sobre o tipo de análise que tem como foco esta dimensão, Lessa (2000) aponta que embora importante, ela não é a única. As dimensões relativas às populações urbanas, intermediação de interesses e ligação do mercado brasileiro com o mercado internacional, segundo o autor, também ajudam a entender a complexidade deste período.

Lessa (2000) e Carvalho (1996) contribuíram com seus estudos acerca do papel das oligarquias dominantes São Paulo e Minas Gerais, permitindo um entendimento maior da complexidade do sistema oligárquico e dos pactos que o constituíram, durante a Primeira República.

O primeiro denunciou as práticas que visavam impedir a extensão da cidadania a contingentes mais amplos da população, enquanto o segundo focou seu estudo no papel da política dos governadores como fator de estabilidade da ordem oligárquica vigente. Estes aspectos também foram indicados por esta pesquisa, ainda que não tenham se constituído como o foco de nossa análise.

Cabe salientar ainda, que nossa proposta não se deu no sentido de contrastar as especificidades do período histórico analisado ao período anterior da monarquia, uma vez que o recorte temporal não se deteve a um marco político ou econômico.

Buscamos antes, situar a investigação sobre o Ginásio Leopoldinense e seus atores nas tramas dos acontecimentos sociais, políticos e culturais em que se viram envolvidos, sem desconsiderar os aspectos que os distinguiram neste contexto.

Esta forma de análise se apoia na proposta por Magalhães (1996), a qual consiste em:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

Destaca-se ainda a importância de se considerar a instituição escolar como uma entre outras instâncias educativas que atuam nos processos de formação humana postos em disputa no território social (SAVIANI, 2005).

Nesse sentido, a História das instituições escolares assume uma visão que se afasta da escola enquanto monumento, bem como de uma história factual e objetiva, assumindo um sentido plural, de esforço interdisciplinar.

2.1

Leopoldina, política local e as “famílias” que a constituíram

A política mineira foi comandada desde o século XVIII por um grupo de famílias reduzido, que se revezavam no poder. Algumas delas se perpetuaram na vida pública e no mundo político ou econômico através da descendência direta, passando a liderança de pai para filho e compreendendo os elos de afinidade pelo casamento, o que possibilitava o entrelaçamento entre as principais e mais antigas famílias.

(...) Teve-se no país mais uma versão do mundo patriarcal, em que em torno da figura do patriarca se desenvolve um universo: a esposa, os filhos, netos, irmãos, primos e sobrinhos, cunhados, genros e noras, sogros e sogras, além de dependentes, agregados e outros que se acolhem à sombra do poder de quem é não apenas chefe do clã natural, mas também político, dono da economia – fazendeiro ou empresário -, subjugando direta ou indiretamente os chefes religiosos, que também se acolhiam sob o seu manto (HORTA, 1985, p.111-112).

Esta feição de organização familiar deu início ao povoamento do atual município de Leopoldina, pelos Monteiro de Barros e Almeida, de Cataguases, pelos Vieira e pelos Rezende, de Mar de Espanha e adjacências, pelos Leite Ribeiro, Teixeira Leite e Ferreira Leite. Estes núcleos de povoamento eram formados de unidades de família extensa, instalada em um mesmo e vasto domínio e que depois cresceriam, ligando-se com outras unidades de família, acomodadas nas proximidades (HORTA, 1985).

Para termos uma ideia da extensão destas famílias, citamos o exemplo de um dos irmãos de José Monteiro Ribeiro Junqueira, um dos líderes políticos do município de Leopoldina: Antônio Monteiro Ribeiro Junqueira era filho de José Ribeiro Junqueira e Antônia Augusta Lobato Monteiro Galvão, de São Martinho,

e foi casado com Alice Arantes Ribeiro Junqueira, com quem teve cinco filhos: Cinira Junqueira, Érico Junqueira, Francisco Junqueira, José Junqueira e Antônio Junqueira. Além de José Monteiro Ribeiro Junqueira, tinha mais cinco irmãos: Maria de Nazareth Junqueira Botelho, Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira, Gabriel Monteiro Ribeiro Junqueira, Sebastião Monteiro Ribeiro Junqueira e Antonia Monteiro Junqueira.¹¹

Também o registro de terras elaborado a partir da regulamentação da lei n.601, de 18 de setembro de 1850,¹² oferece-nos uma noção da extensão e localização destas famílias a partir de suas propriedades, as quais foram registradas na Paróquia de São Sebastião da Leopoldina.

Dentre elas destacamos as situadas em terras que dariam origem aos distritos e à sede que compõem o município.

Quadro 1- Localização das propriedades registradas na Paróquia de Leopoldina, em 1854	
Proprietário	Localização
Francisco José de Freitas Lima	Água Limpa
Francisco Pereira Pontes	Grama
João Antônio Ribeiro	Ribeirão Feijão Cru
José Augusto Monteiro de Barros	Constância
Luiza Teodora de Jesus	Vargem Grande
Manoel Antonio d'Almeida	Feijão Cru
Manoel José Monteiro de Barros	Cachoeira Morro Alto Providência Santa Izabel Santa Úrsula Soledade União
Maria do Carmo Monteiro de Barros	Desengano
Mariana Pereira Duarte	Recreio
Pedro Baldoíno da Silva	Boa Sorte

Fonte: CANTONI, Nilza. Leopoldina: Estudos de sua história. O registro de terras em Leopoldina. 08 out. 2006.

¹¹ JUNQUEIRA, Ribeiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JUNQUEIRA,%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2015.

¹² Sobre o registro de terras em Leopoldina e respectivos proprietários em 1854, ver mais em: http://cantoni.pro.br/estudos/index.php?option=com_content&view=article&id=139%3Ao-registro-de-terras-em-leopoldina&catid=54%3Aestudos&Itemid=85&showall=1. Acesso em: 10 jan. 2016.

O povoado de São Sebastião do Feijão Cru foi emancipado à Vila de Leopoldina em 27 de abril de 1854, através da lei n.666. Até 1897, pertenceu à arquidiocese do Rio de Janeiro, quando passou então à arquidiocese de Mariana. Foi elevada à categoria de cidade pela lei n.1116, de 16 de outubro de 1861 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.129, p.1, 16 out. 1921).



Primeira imagem da Igreja do Rosário de Leopoldina, MG, provavelmente da década de 1890, sem autor, sem data. Acervo Pessoal.

Figura 1 - Igreja do Rosário ¹³

Com a instalação da Câmara Municipal após a emancipação de Leopoldina, em 1854, surgiram os primeiros arruamentos nas imediações da Igreja do Rosário. O Ginásio Leopoldinense seria construído ao lado esquerdo do largo Visconde do Rio Branco, em frente à praça de mesmo nome. Também os povoamentos nas proximidades das linhas férreas e rios que cortavam a região, dariam origem à formação dos distritos que compuseram o município.

A configuração tomada pelo centro urbano do município de Leopoldina reuniu as instâncias representativas dos poderes constituídos do Império, tais como a cadeia, a igreja, a Câmara Municipal e a escola pública, somando-se a

¹³ Fonte: Acervo de Nilza Cantoni. Disponível em: <http://www.cantoni.pro.br/MemoriaLeopoldina/rosario.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016

estas as edificações destinadas aos empreendimentos privados, tais como o Ginásio Leopoldinense.



Cadeia e Fórum de Leopoldina, início do século XX. Acervo Arquivo Público Mineiro

Figura 2 - Vista externa do fórum e cadeia de Leopoldina.

Fonte: Arquivo Público Mineiro ¹⁴

O povoado de Nossa Senhora da Piedade, nome mudado em 1923, para distrito de Piacatuba, passou a pertencer a Leopoldina no ano de sua emancipação. Anteriormente, tratava-se das terras de Domingos de Oliveira Alves, onde foi criada a capela de Nossa Senhora da Piedade (LEOPOLDINA, 2004).

O distrito de Campo Limpo foi incorporado à Leopoldina em 12 de dezembro de 1878, pelo decreto lei n. 2500. Parte das terras desse distrito foi doada pelo fazendeiro Bento Xavier, que foi beneficiada pela presença de uma estação da ferrovia Leopoldina Railway, instalada em 1877 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.125, p.1, 11 out. 1921).

Pela lei n. 241, de 21 de novembro de 1890, foi criado o distrito de Santa Isabel, banhado pelo Rio Pirapetinga, apresentando grande potencial hídrico, assim como o distrito de Thebas. Em 1900, na fazenda Abaíba, de propriedade de Antônio Ribeiro Junqueira, pai de Érico Ribeiro Junqueira, deu-se início à criação

¹⁴

Disponível

em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31739. Acesso em 02 fev.2016

de gados e cavalos, premiados em exposições nacionais, naquele distrito (LEOPOLDINA, 2004).

Providência, outro distrito de Leopoldina, organizou-se em torno da paróquia de Santo Antônio e também foi beneficiado pela ferrovia que cortava as terras da fazenda que deu nome ao distrito. Estas terras foram recebidas ainda no período imperial pela família Monteiro de Barros, cuja fazenda havia sido criada em 1821 para exploração cafeeira. Esta seria vendida, em 1859, por José Augusto Monteiro de Barros a José Teixeira Lopes Guimarães. E, posteriormente, esta propriedade passou a possuir vários proprietários, dentre eles Gustavo Augusto de Almeida. Também a família Junqueira passou a adquirir terras na região, tendo em vista a produção cafeeira, a pecuária e a produção leiteira (LEOPOLDINA, 2004).¹⁵

Estas terras deram origem à antiga colônia ocupada por imigrantes em Leopoldina, denominada Santo Antônio, que posteriormente, deu lugar à Colônia Agrícola da Constança.

Esta foi criada pelo governo do Estado, em 12 de janeiro de 1910, para receber imigrantes e fundada em terras das fazendas anexadas: Constança, Boa Sorte, Sobradinho, Onça e Sítio Puris, adquiridas em 1909, pela importância de 80:300\$000, como consta no relatório do presidente do Estado, a fim de colonizar os terrenos marginais à estrada de Ferro Leopoldina Railway. No total, foram 11 núcleos, com 3980 indivíduos. O valor das propriedades era de 1.057:117\$960, tendo sido arrecadado 11.513\$000, referente ao pagamento de lotes e multas por excesso de prazo nas prestações.¹⁶

Dentre as famílias que adquiriram lotes na Colônia Constança, podemos citar: Carrara, Bonim, Godinho, Colli, Bronzato, Marcato, Fófano, Gothardo, Sangal, Estevam, Martineli, Bedim, Giovanini, Carvalho, Lomba, Figueredo, Paula, Ferreira, Monteiro, Rosa, Santos, Silva, dentre outras (LEOPOLDINA, 2004).¹⁷

¹⁵ COLÔNIA agrícola da Constança. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/97197921/Colonia-Agricola-da-Constanca>. Acesso em: 16 jul. 2015.

¹⁶ CANTONI, Nilza; RODRIGUES, José Luiz Machado. Imigração em Leopoldina: História da Colônia Agrícola da Constança. Leopoldina. 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/47884747/14/A-COLONIA-AGRICOLA-DA-CONSTANCA>. Acesso em: 16 jul. 2015.

¹⁷ Chegada de quatro famílias alemãs na fazenda de Bom Sucesso dos senhores Ribeiro & Junqueira, compostas por 22 pessoas e sendo seus respectivos chefes: Kuhn, Schultz, Frantz Willunvit e Otto Willunvit (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.140, p.1, 29 out. 1921).

De acordo com o censo realizado em 1916, a população da Colônia Constança era constituída por 674 brasileiros, 248 italianos, 79 portugueses, 28 alemães, 14 espanhóis e 5 turcos. Deste número, sabiam ler e escrever 414. Em relação ao sexo, 518 eram homens e 530 mulheres. Eram maiores de idade, 531, e menores, 517 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 237, p.104, mar. 1917).

Podemos perceber que mais da metade dos colonos eram homens maiores de idade e brasileiros e que pouco menos da metade desta população ainda não estava alfabetizada.

Diante destes números, a iniciativa de criação da Escola da Fazenda Constança, em 1912, indicou por um lado, a intencionalidade de investir em mão de obra livre, por outro, a constituição da estrutura eleitoral dos chefes locais.



Figura 3 - Escola da Fazenda Constança, em 1923 ¹⁸

A fotografia mostra a professora sentada na primeira fileira e, ao centro, seus alunos da escola mista, devidamente uniformizados, indicando a diferenciação de gênero entre os alunos. A faixa de idade também se apresenta variada e um número de alunos relativamente proporcional entre meninos e meninas.

De acordo com Souza (2001, p.88) a representação contida na imagem sobre as classes escolares, tão difundidas à época, representava a “expressão da ordem

¹⁸ COLÔNIA Agrícola da Constança (1910-2010): 100 anos. Jornal Leopoldinense. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/97197921/Colonia-Agricola-da-Constanca>. Acesso em: 25 jul. 2015.

escolar”:

É possível que a disposição em fileiras sucessivas, na primeira um grupo de alunos sentados e nas outras em pé, cada uma sobrepondo-se à outra, tenha sido uma solução técnica para o enquadramento de um grande número de crianças. (...) O grupo é quase sempre acompanhado da professora ou do professor que se posiciona ao lado ou no meio da turma. Em algumas imagens encontra-se, também, o diretor da escola. Dessa forma, as fotografias de classes reproduzem a estrutura essencial da escola graduada (...).

Há que se considerar também que todos os alunos, sejam filhos de imigrantes ou não, eram submetidos aos mesmos padrões morais e de civilidade, expressos na foto através do comportamento desejável de seriedade e gravidade, pernas juntas e os braços cruzados. Comportamento que indica a ordem, obediência e disciplina desejada.¹⁹

Soma-se a isso, o fato de que por se tratar de uma escola rural para os imigrantes, o estabelecimento desses padrões se enquadrava nos projetos do ideário pedagógico ruralista de promover a nacionalização, através da educação agrícola.

2.1.1

A atuação política dos chefes locais

As famílias que se constituíram em torno da figura dos chefes locais no município de Leopoldina não se formaram apenas por laços de parentesco e casamentos, mas também, por alianças provenientes de afinidades, principalmente, políticas e econômicas.

Entendemos por chefes locais as lideranças políticas que detinham poder econômico e político nesta região, durante o recorte temporal em análise.

De acordo com Martins (1981, p.46), as graduações da hierarquia militar passaram a ser atribuídas a esses chefes políticos municipais, conhecidos como coronéis e o coronelismo, por sua vez, seria o fenômeno político marcado pela presença destes. Caracterizava-se pelo controle destes chefes sobre os votos do

¹⁹ A imagem revela a presença de crianças negras na escola da Colônia Constança. Este dado, desconsiderado nos registros escolares, apresenta-se como uma informação de importância para a história da educação dos negros no Brasil, ainda que representado por um pequeno número de alunos.

eleitorado, constituindo o “voto de cabresto”, em que “o eleitor e o seu voto ficavam sob a tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua”.

Este fenômeno já havia sido denunciado por Holanda (2006) como específico do jogo eleitoral brasileiro. Ainda que sob um posto de vista dualista, criticava o tradicionalismo das oligarquias, que se constituía como entrave à modernização e constituição de um Estado Liberal, por ele defendidos:

Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo. O voto é, pois consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso o voto é um bem de troca; no segundo caso o voto é a afirmação pessoal de uma opinião (HOLANDA, 2006, p.182).

Essa prática do “voto de cabresto” foi denunciada também em 1918, pelo jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Este periódico foi fundado em 1901 por Edmundo e Paulo Bittencourt e destacou-se por seu caráter independente, legalista, liberal e doutrinário, no que diz respeito ao combate à República Velha Oligárquica.²⁰

A notícia intitulada: O “feio crime de venda de votos” publicada por este impresso foi transcrita e contestada pelo Jornal de situação de Leopoldina, o *Gazeta de Leopoldina*, por apontar o crime eleitoral cometido neste município. Este ficou explícito diante da afirmação de que os nomes vieram a público através do inquérito aberto por Wenceslau Braz - presidente do Brasil entre 1914-1918 -, embora tenham ficado impunes pela tolerância dos governadores.

A denúncia evidencia a dependência do prestígio dos coronéis ao empréstimo que o poder público lhes outorgava e constitui indicativo sobre a estrutura política, pautada no coronelismo. Este é concebido por Leal como: “uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do (...) poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 2012, p.43-44).²¹

²⁰ Informações disponíveis em: Biblioteca Nacional Digital. *Correio da Manhã*. <https://bndigital.bn.br/artigos/correio-da-manha/>. Acesso em: 27 jan. 2016.

²¹ Sobre este modelo de análise, Lessa (2000) assinala o aspecto do “holismo regionalizado”, através do predomínio das oligarquias, em detrimento de um caráter público de Estado. Esta perspectiva contrapõe-se à da individualização dos interesses, em que o Estado assume um papel meramente regulatório. Rocha (2004) aponta, contudo, que ambas estão afinadas com o mesmo interesse: a defesa do café.

Somam-se à figura dos coronéis, os profissionais liberais, que, conforme indicado por Leal, constituíam o poder local:

A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” (LEAL, 2012, p. 45).

No caso específico de Leopoldina, a liderança política no período analisado, estava a cargo de José Monteiro Ribeiro Junqueira, que atuou junto aos irmãos Custódio e Gabriel Junqueira e do cunhado Francisco Botelho.

O primeiro, além de advogado, formado em direito, pela Faculdade de São Paulo, contava com alianças políticas de ambos os setores, tendo na administração do município, seu irmão Custódio Junqueira, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, durante o período em que assumiu o cargo de senador ou deputado estadual.

E ainda, manteve na direção de seu estabelecimento de ensino, durante dezesseis anos, José Botelho Reis, aliado político do sul de Minas, mais especificamente da região de Aiuruoca, que foi também presidente executivo do município de Leopoldina.

Seu outro irmão, Francisco Botelho, era médico e professor do Ginásio Leopoldinense, além de senador. Utilizou-se ainda do Ginásio Leopoldinense para interesses políticos, no sentido de empregar aliados bem como familiares e ainda era acusado de facilitar a disponibilização de subsídios do estado para a instituição.

José Monteiro Ribeiro Junqueira e Francisco Botelho confirmam a visão de que os chefes locais tinham a missão histórica da ação política herdada. Depois de terem consolidado sua liderança, retornavam a Leopoldina apenas para visitar familiares ou para fins partidários, visto que a política já o teria levado a cargo mais alto, como o de deputado estadual da República.

Enquanto isso, o primeiro conservou a chefia política do município nas mãos de seu irmão, Custódio Junqueira, que permaneceu no município como chefe local, tributário do chefe maior que se ausentou. E ainda, através da direção do *Jornal Gazeta de Leopoldina*, do Ginásio Leopoldinense e de diversas associações, ele resumia em sua pessoa, sem substituí-las, estas importantes instituições sociais, mantendo sua esfera própria de influência.

Durante a Primeira República, esse prestígio lhes advinha da capacidade de realização de ‘favores’, os quais consistiam em concessão de empregos, e ainda, na criação de escolas, estradas de ferro, a igreja, o atendimento médico, as instituições de caridade, os clubes, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos e água encanada, sendo estes esforços comparados a ações de heroísmo.

Isso ficou demonstrado no discurso da época, quando foi inaugurado o Ginásio Leopoldinense. A falta de espírito público atribuída ao chefe político municipal era desmentida com frequência pela imprensa local, por sua preocupação com o progresso de Leopoldina, sendo a ele atribuídos os melhoramentos. Sobre este aspecto, afirma Leal:

E com realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 2012, p.51).

Sob outra perspectiva, Rocha (2004, p.37) aponta que esta dimensão voluntarista se pauta no suposto da “insuficiência do povo”, o qual coloca a exigência de que “somente uma estrutura de autoridade seja capaz de ordená-la”. Em contrapartida, este paradigma assume também um caráter pragmático, na medida em que os atores devem ser manipulados para que não interfiram na construção do “fato político desejado”.

Devemos ter em mente também que estas ações voluntaristas não apenas encobriam ações despóticas como também algumas vezes correspondiam à implementação de medidas previstas na legislação e reformas tanto no âmbito estadual quanto no nacional. O que ocorreu, por exemplo, em relação à criação de instituições de instrução pública oferecidas no município, que na verdade, integraram um projeto mais amplo de instrução popular.

Em Mensagem apresentada à Câmara, Custódio Junqueira afirmou ter criado e provido as escolas de Barreira, Usina Maurício, Boa Sorte e Constança (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 218, p.1, 26 jan. 1916).

O mesmo se pode afirmar em relação à criação dos cursos de Farmácia e Odontologia, de caráter particular, e do Aprendizado Agrícola, subvencionado pelo estado, criados no Ginásio Leopoldinense. Estes, assim como os demais

curso da instituição, estavam sujeitos às reformas e programas de ensino das instituições oficiais às quais foram equiparadas.

Os dois cursos teriam sido criados durante o triênio 1912 a 1915, quando Custódio Junqueira foi presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, e reeleito em 1916. Cabe lembrar que os cursos superiores do Ginásio Leopoldinense estavam sob a direção do mesmo, o que indicou a utilização de cargos públicos para a realização de interesses particulares.

José Monteiro Ribeiro Junqueira e seu irmão Custódio distinguiram-se, uma vez que sua hegemonia não se limitava aos dependentes da sua propriedade agrícola. Ele buscou através da iniciativa de criação do Ginásio Leopoldinense ampliar seu campo de influência em relação aos distritos e também em relação à sede, atendendo os filhos dos coronéis da região, através de uma educação exclusivamente voltada para a formação das elites dirigentes.

Esta iniciativa contraria a afirmação de Leal (2012) de que os centros urbanos escapavam à influência dos coronéis, visto que a instituição se configurou como fator determinante para o equilíbrio entre as forças políticas locais.

Ficou clara a tentativa de José Monteiro Ribeiro Junqueira de unificar e estreitar relações e alianças com os diversos fazendeiros, eleitores e profissionais liberais também da Zona da Mata.

Essa medida se deu mediante ao fato de que a estrutura coronelista nesta região não era absoluta, tratando-se, portanto, de uma área onde diversas famílias disputavam o poder regional. Dentre eles, Silviano Brandão, em nível estadual, e Bueno Brandão, Olivier Fajardo²² e Rodolpho Chagas, em nível local.

Nesse sentido, a criação de um estabelecimento de ensino destinado aos filhos dos coronéis e profissionais liberais, constituía uma forma de tentar garantir ou ao menos inculcar preceitos que correspondessem aos interesses do chefe local, que passaria a contar com o apoio de outras lideranças políticas da região.

O estabelecimento de ensino poderia servir para receber o apoio de outros coroneis e profissionais liberais, no sentido de que a instituição serviria como uma

²² Olivier Fajardo de Paiva Campos era filho do coronel Joaquim Fajardo de Mello Campos e Guilhermina B. de Mello Campos e neto do barão do Rio Pardo. Nasceu em 1883, na fazenda de São Pedro, localizada no distrito de Piedade. Foi criado na fazenda Santa Cruz, com seus pais nesse mesmo distrito. Estudou no Colégio Rezende e no Ginásio Mineiro de Barbacena. Era o primogênito de 13 irmãos. Olivier Fajardo, Coronel, rua. Disponível em: http://www.cantoni.pro.br/ruas/Logradouros_Atuais_N_O_P.pdf. Acesso em: 11 nov. 2015.

forma de satisfazer os desejos destes eleitores, servindo-lhes com um tipo de instrução específica para os filhos da elite republicana, bem como para empregar os aliados mais representativos no cenário político, em troca de apoio.

Dentre eles, podemos citar como exemplo José Botelho Reis e Aristides Sica, os quais se mudaram de Aiuruoca para o leste da Zona da Mata Mineira sob o pretexto de lecionar no Ginásio Leopoldinense, mas acabaram por se enveredar na política local. Também Carlos Coimbra da Luz, chefe executivo do município em 1923, nascido em Três Corações.

O mesmo ocorreu com José Monteiro Ribeiro Junqueira que foi eleito chefe executivo pelo sul do estado antes de assumir este mesmo cargo em Leopoldina. Posteriormente, seria eleito deputado estadual.

Esta mobilidade indica tanto o estreitamento do laço entre as duas regiões produtoras de café como também pode ter se configurado como estratégia de manutenção no poder contra o que Viscardi (1999, p.98) chamou de “enfraquecimento das elites sul-mineiras”. Esta teria se dado em decorrência da ascensão de Artur Bernardes ao governo de Minas Gerais, transferindo a liderança da região sul do estado para a Zona da Mata.

No entanto, parece-nos que este deslocamento regional não implicou necessariamente em enfraquecimento das elites do sul e em uma “ampliação do nível intelectual” da elite da Zona da Mata, como coloca a autora, haja vista ter ocorrido concomitantemente o deslocamento e estabelecimento de suas forças dirigentes nesta região.

Outra forma de expandir a influência política e conformar novas alianças foi a formação dos filhos e sobrinhos dos diretores do Ginásio Leopoldinense em outras instituições de ensino superior, após concluírem os exames de preparatórios nesta instituição.

A formação de médicos e engenheiros, em cursos superiores do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ou mesmo do exterior, davam-lhes maior prestígio, ao passo que servia para estreitar os laços com chefes de outros municípios, pois os membros de suas famílias conviveriam com os filhos da elite, provenientes de diversas regiões do país, distintas da Zona da Mata.

Tal fato demonstrou que o objetivo destes chefes não era apenas fortalecer seu poder local, mas também expandir sua influência, ainda que indiretamente. Por exemplo, Joaquim dos Reis Junqueira, filho de Alberto Augusto Junqueira, de

Além Paraíba, cursou os preparatórios no Ginásio Leopoldinense e formou-se engenheiro eletricitista na universidade de Worcester, na América do Norte; Joaquim C. Ribeiro Junqueira, filho de Ribeiro Junqueira, formou-se em Direito em São Paulo; e José e Ormeu Junqueira Botelho, formaram-se em engenharia na escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1918 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 11, p.1, 5 mai. 1918).

Podemos então afirmar, que esta estratégia colocava os chefes locais a par dos jovens existentes nas famílias aliadas, viabilizando, então, estabelecer amizades, casamentos ou alianças que não apenas unissem dois grupos socioeconômicos e políticos, como também regiões geográficas distintas.

E através da criação de uma instituição de ensino voltada para a formação da elite, o Ginásio Leopoldinense, José Monteiro Ribeiro Junqueira poderia garantir o controle sobre a região e, principalmente sobre os intelectuais, através da inculcação de ideias homogêneas, adquiridas por meio da instrução que se estendia desde o Jardim de Infância até o ensino superior. A tentativa de controle destes grupos em geral mais heterogêneos poderia garantir ao chefe local maior estabilidade.

2.1.2

As associações e as tentativas de contenção de conflitos

Os principais elementos que se beneficiaram da política de oferecimento de cargos públicos pelos chefes políticos foram os de famílias periféricas, caracterizados por: funcionários públicos inferiores, comerciantes, bancários, comerciários, professoras primárias, provenientes de famílias não tradicionais, de renda média, com educação secundária e de médio poder político, os quais, em troca dos benefícios das famílias líderes, devotavam-lhes lealdade. Tanto que os órgãos que congregam estes elementos médios, quais sejam associações, clubes, sociedades, sindicatos, não desenvolviam atividades políticas que exercessem pressão sobre os chefes políticos locais (CARVALHO, 1966).

Exemplo mais representativo disso, foi o professor Juvenal Carneiro, que era caixeiro viajante e passou a trabalhar como professor no Ginásio Leopoldinense e como contador no Banco Ribeiro Junqueira.

Além dele, outros professores do Ginásio Leopoldinense ocuparam cargos distintos no setor público local. Por exemplo, Jacques Dias Maciel que era promotor público, José Botelho Reis, Carlos Luz e Custódio Junqueira que atuaram como presidentes da Câmara, e Pedro Ribeiro Arantes, como vereador, dentre outros elucidados ao longo desta pesquisa (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 135, p.1, 18 nov.1922).

Sobre a representação destes em associações, localizamos José Monteiro Ribeiro Junqueira também como presidente da Casa de Caridade e Jacques Dias Maciel como professor do Ginásio Leopoldinense e diretor da Sociedade Educadora Leopoldinense, criada em 1907, com o intuito de selecionar as alunas para estudarem gratuitamente na Escola Normal (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.43, p. 1, 27 jan. 1907).

Portanto, estas associações, sociedades e clubes, muitas vezes, também se constituíam como elemento de ligação entre as lideranças locais e as bases eleitorais.

De acordo com Diniz (1982), estas podiam ou não envolver a atuação de um intermediário, ligado a estes órgãos e, em alguns casos, a mediação era dispensada, centralizando-se a comunicação e o contato com seus eleitores, tendo em vista manter o monopólio da intermediação.

Com isto, o chefe político chegava mesmo a bloquear a criação de órgãos de articulação e defesa de interesses locais, como associações de bairros e conselhos de moradores, preservando, assim, sob seu controle o sistema de dependências e lealdade.

Por exemplo, a alternância dos primeiros diretores do Ginásio Leopoldinense e a dissolução da Sociedade Beneficente Portuguesa, em 20 de setembro de 1917, feita por José Monteiro Ribeiro Junqueira, que retirou Jacques Dias Maciel da direção (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 119, p.3, 20 set. 1917).

A dissolução da sociedade portuguesa e anterior incorporação de seu vice-cônsul ao cargo de diretor do Ginásio Leopoldinense e redator do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, Jacques Dias Maciel, seguida, posteriormente de sua exoneração, pode representar algumas das estratégias de defesa de posições e privilégios pelos habitantes mais antigos aos estrangeiros recém-chegados no país. O antagonismo

entre brasileiros e portugueses²³ e entre imigrantes foi uma ideia que constituiu a base do nacionalismo. Mais ainda, esta postura foi representativa da defesa dos que já estavam instalados na política, ou chefes locais, controlando os que nela objetivavam entrar. Este fenômeno se apresentou sob a forma de rivalidades regionais, conforme afirma Queiroz (1954).

Esse equilíbrio, entretanto, nem sempre era encontrado entre os professores. Mas como quase todos eles dependiam dos chefes locais, uma vez que eram funcionários públicos, em sua maioria, nem sempre dispunham de instrumento para disputar o poder (CARVALHO, 1966).

De acordo com esse autor, o cargo público foi a principal base de sustentação dos políticos. O controle desses cargos garantia a manutenção do poder político, que, por sua vez, passou a integrar o poder econômico, como status básico.

No caso de Leopoldina, o controle sobre estes profissionais era ainda mais fácil, pois as professoras nomeadas para trabalhar nas escolas públicas eram, em sua maioria, selecionadas dentre as alunas formadas na escola Normal do Ginásio Leopoldinense. Além disso, algumas delas eram escolhidas para atuar no próprio curso de formação de professores.

Estes mecanismos de contenção do potencial de conflito envolvido nas relações sociais podiam, no entanto, desencadear efeitos não esperados, gerando focos de instabilidade. Uma das consequências estava ligada à participação política dos grupos envolvidos para formas mais autônomas que extrapolavam os limites do clientelismo.

Por exemplo, Milton Campos, Miguel Torga e Humberto Mauro, alunos do Ginásio Leopoldinense que enveredaram pelo Movimento Modernista, tendo o primeiro se tornado governador do estado de Minas Gerais, pelo Partido Progressista, em oposição a Ribeiro Junqueira, diretor do estabelecimento de ensino onde realizou o curso secundário.

Não foram localizadas no município organizações que constituíram ou ao menos apresentaram a complexidade da questão da participação política popular, como indicado por Fausto (apud GOMES E FERREIRA, 1989).

²³ A colônia portuguesa estava situada próxima a Cataguases, como também a escola da Sociedade Operária. Neste município perto de Leopoldina, organizou-se também o Movimento Verde, que estava afinado com as ideias do Movimento Modernista. Estas iniciativas indicam um projeto distinto de modernização.

O que ficou explícita, até mesmo pela natureza das fontes analisadas, foi a restrição à utilização dos mecanismos formais de representação política, circunscritos aos partidos sob controle oligárquico.

É necessário ressaltar também as entidades de caráter patronal que despontaram no início do século XX como associações de classes. O surgimento de Patronatos Agrícolas, da Federação da Indústria Animal, da Cooperativa de Cafeicultores, de Associações Comerciais apontou como os antigos coronéis rivais se aliaram a fim de manter a supremacia e hegemonia econômica.²⁴

Além de todas as estratégias lançadas por José Monteiro Ribeiro Junqueira, no sentido de garantir seu poder local, no que se refere ao setor político, em Leopoldina e na Zona da Mata, buscamos deter a análise, em um segundo momento, sobre a sua atuação em outros setores como o da economia e da educação, bem como aprofundar em aspectos que constituíram sua relação com o Partido Republicano Mineiro.

Cabe ressaltar que o aspecto político não foi o único a ser considerado ao longo deste trabalho, pois isso inviabilizaria uma compreensão mais ampla, que extrapola a análise das bases políticas de sua organização. Nesse sentido, tentou-se buscar também alguns fundamentos socioeconômicos e culturais, que buscaremos elucidar ao longo da pesquisa.

2.2

José Monteiro Ribeiro Junqueira e o Partido Republicano Mineiro

Os debates em torno da política mineira, durante a Primeira República ou República Velha (1889-1930) também foram temas de vários estudos historiográficos²⁵, que procuraram compreender como se deu esse novo regime.

²⁴ Em 26 de setembro de 1919, lavradores de Leopoldina e região participaram do Congresso do Café realizado em Além Paraíba (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.117, p.2, 26 set. 1919).

²⁵ VISCARDI, Cláudia. *Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico*. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015. CASTILHO, Francisco de Almeida. Balanço historiográfico: a representatividade política em Minas na Primeira República. In: *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

A instauração do regime republicano de base representativa, com maior liberdade de sufrágio e federativo, viabilizou a “autonomia das elites locais e regionais sobre a gestão política dos estados e destes sobre os destinos da nação” (FIGUEIREDO, 2013, p.341).

Ocorre, porém, que esse advento não estendeu os princípios federativos e descentralizadores aos municípios. O fato de os principais momentos dos processos eleitorais ficarem a cargo dos municípios ajudava a consolidar o que Terci (1997) chamou de “monolitismo político das oligarquias estaduais”, as quais se configuraram como protagonistas das legislações eleitorais para os estados e municípios.

De acordo com a autora, a transferência do poder de regular a organização municipal para as das constituintes estaduais viabilizou a redução da autonomia dos municípios, principalmente financeira. Esse poder foi conferido pela Constituição de 1891, concorrendo para o estabelecimento de uma rede de influências e troca de favores entre os chefes políticos locais e estaduais:

Os governos estaduais concediam recursos necessários às obras públicas municipais e os governos locais, em contrapartida, garantiam o fluxo de votos necessários à perpetuação do poder das oligarquias estaduais. Bastava, para tanto, ser corrente majoritária nos municípios, ou seja, assegurar a vitória eleitoral. (TERCI, 1997, p.6).

Embora os trabalhos apresentados tenham se prendido à importância do setor exportador de café, entre 1889 e 1930, Martins Filho destacou que Minas Gerais foi um estado que, além de produtor de café, por muito tempo, manteve uma postura autossuficiente, através da produção de grãos, da agropecuária, de laticínios e mesmo de produtos manufaturados, sendo apenas uma parte destes artigos importada.

Segundo o autor, a segmentação do setor cafeeiro e a diversificação das exportações provocaram importantes mudanças no campo político e econômico de Minas Gerais, as quais “incidiram em um movimento de recuo do setor privado, especificamente do café, sobre o campo político, e um consequente avanço do estado no que se refere a sua autonomia” (apud FIGUEIREDO, 2013, p.344).

Logo, o poder político assumido pelo estado de Minas Gerais, na Primeira República, foi desencadeado, dentre outros motivos, pela recriação do Partido Republicano Mineiro (PRM), em 1897, cuja Comissão Executiva se tornou o

centro das decisões da política do estado, com o intuito de promover sua centralização política.²⁶

De acordo com Nogueira (2011), o enfraquecimento da receita dos municípios mineiros foi um dos principais fatores que contribuiu para o fortalecimento político do Partido Republicano Mineiro (PRM). Além disso, foram cooptados, para esse partido, nomes importantes do Partido da Lavoura e do Comércio (PLC), que concorriam para vagas no senado mineiro, garantindo seu espaço no campo político, tais como a família Andrada, de Barbacena, e Ribeiro Junqueira, de Leopoldina.

O programa do partido defendia a República federativa, a verdade eleitoral, a inamovibilidade dos juízes, a autonomia municipal e distrital, e a tributação proporcional aos recursos da lavoura, do comércio e da indústria estaduais.

Sua organização se dava através de uma comissão executiva e de diretórios distritais e municipais, todos com mandato de três anos, os quais se reuniam para deliberar a escolha de candidatos à presidência da República e do estado e aos congressos nacional e estadual.

A competição ocorria dentro do próprio partido, pelo controle do poder local e estadual, uma vez que a indicação era uma forma de garantir a vitória nas eleições. Disso decorre que as alianças com os grupos dirigentes das capitais tornaram-se cruciais para garantir a manutenção do poder local, assim como a ligação entre as elites regionais do estado em torno de uma mesma organização.²⁷

Podemos afirmar então que o Partido foi recriado na Primeira República com o intuito de garantir o poder político assumido pelo estado de Minas Gerais e sua Comissão Executiva se tornou o centro das decisões da política desse estado, com o intuito de promover tanto sua centralização política quanto a autonomia de seus municípios.

A hegemonia do Partido era sustentada pela ação dos coronéis junto às comunidades, a fim de garantir a manipulação das eleições e o fortalecimento do

²⁶ Artur Bernardes foi quem permaneceu por mais tempo na liderança do partido, de 1919 a 1937, sendo que neste último ano todos os partidos foram extintos no Brasil. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf). Acesso em: 24 jan. 2016.

²⁷ Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf). Acesso em: 24 jan. 2016.

estado. Dentre os órgãos que garantiam o controle local, tinham-se os cargos dos delegados municipais, comissão executiva e diretores municipais.

O candidato leopoldinense lançado à eleição para o senado, pelo Partido Republicano Mineiro, foi José Monteiro Ribeiro Junqueira, que disputou, em 1918, pela sexta vez consecutiva, as eleições mineiras ²⁸.

Dentre as estratégias utilizadas pelo partido estava a concessão de favores, como solicitações de isenção fiscal ou alteração de linhas ferroviárias, em benefício de algum correligionário político. Todavia, um dos principais favores era o de “concessão de empregos”, que se mostrou uma importante ferramenta “no processo de cooptação de aliados políticos” (apud FIGUEIREDO, 2013, p. 344).

Esta prática foi denunciada em Leopoldina, por exemplo, quando da nomeação do poeta paraibano Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, residente no Rio de Janeiro, para dirigir o Grupo escolar de Leopoldina, em 24 de junho de 1914. O fato provocou revolta e indignação do redator do Jornal *O Novo Movimento* ²⁹ de oposição ao chefe local, José Monteiro Ribeiro Junqueira, por se tratar de uma “injustiça que feria o regulamento da instrução”:

(...) Não podemos nos calar ante a clamorosa injustiça do governo, preferindo para nomeação um cidadão inteiramente alheio ao magistério mineiro, quando ao cargo, põe sua natureza e de acordo com as ideias do regulamento escolar deveria ser conquistado por acesso, como justa recompensa ao mérito do professorado digno. Fácil é compreender que os professores sentir-se-ão sem estímulos, compreendendo afinal, com dolorosa experiência que, neste ramo da atividade humana, o mérito tem menos valor que as conveniências dos politiquinhos (apud NOGUEIRA, 2011).

O mesmo se deu em relação à nomeação, em 1916, da professora Esther Fialho, viúva de Augusto dos Anjos. Foi publicado no Jornal *A União*, órgão oficial do Estado da Paraíba, que sua nomeação como professora de desenho e caligrafia da Escola Normal e do Grupo escolar de Leopoldina, se deu em

²⁸ Foi eleito deputado federal, pela primeira vez, em fevereiro de 1903, com 1772 votos, concorrendo com Astolfo Dutra, que obteve 1078 votos, e Vaz de Melo, com 653, tendo a oposição votado em Ildefonso Alvim, com 106 votos. Foi eleito deputado, pela 3ª vez, em 1909, com 7887 votos, em oposição a Duarte de Abreu, com 1638. Em 1912, foi eleito pela 4ª vez, com 9875, também em oposição a Duarte de Abreu, com 705, e Valladares, com 34. Em 1915, recebeu 11.311, contra 1989 votos de Valladares, ficando em 2º lugar na votação do distrito. Em 1909 e 1918, foi o candidato da chapa do PRM com maior número de votos (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 02 mar. 1918; n. 254, p.1, 16 mar. 1918).

²⁹ Não foram encontradas referências sobre a direção do Jornal, nem data de criação e duração. Supostamente, tratava-se de um jornal local, situado no próprio município de Leopoldina, de tiragem semanal.

decorrência da iniciativa de José Monteiro Ribeiro Junqueira, cuja bancada ele chefiava na Câmara dos Deputados, além de ser admirador de Augusto dos Anjos e amigo particular de Arthur dos Anjos, promotor público daquela comarca. Relação que indica interesses políticos, já denunciados quando da nomeação de Augusto dos Anjos como diretor do Grupo escolar (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.9, p.1, 1916).

Além da característica patrimonialista, a elite política mineira se mostrou capaz de traçar variadas estratégias de negociação e conciliação no sentido de colocar o estado entre os principais atores da política brasileira do período, tendo o Ginásio Leopoldinense, situado no município de Leopoldina, um grande papel neste sentido.

Criado em 1906, por José Monteiro Ribeiro Junqueira, membro do Partido Republicano Mineiro, e seu irmão Custódio Junqueira, Presidente da Câmara Municipal, essa instituição escolar pareceu corroborar com a manutenção da política de negociação e concessão de empregos, denunciada por Martins Filho (apud Figueiredo, 2013), na medida em que seus professores tinham algum tipo de influência política e assumiam cargos públicos ou políticos no município e região.

Como exemplo, o secretário e diretor técnico do Ginásio Leopoldinense, José Botelho Reis, de Aiuruoca, que representou o fortalecimento da aliança política entre a Zona da Mata e o Sul de Minas, que perdurou durante os primeiros 20 anos de existência dessa instituição, até a morte deste.

Ao analisar as trajetórias de José Ribeiro Junqueira e seu irmão Custódio Junqueira, por exemplo, percebe-se que estes representantes tinham formação, visão e campos de atuação muito mais amplos, os quais lhes permitiam transitar em diversos setores da sociedade, garantir a abrangência de seu poder político tanto no nível local quanto regional, em defesa de seus interesses particulares, possibilitando-lhes uma maior autonomia em relação ao setor público.

Desse modo, podemos afirmar que os principais representantes da política leopoldinense contrariam afirmação de Viscardi (1995, p.46) de que havia uma “ausência de cafeicultores nos cargos políticos do estado”, e de que “as elites eram representadas, sobretudo, por profissionais liberais”.

A associação entre interesses das elites econômicas e políticas, anunciadas pela autora, no entanto, apresentaram-se em um sentido muito mais amplo, superando a dicotomia entre “profissionais liberais” e “fazendeiros”, entre

interesses “políticos” e “econômicos”. Os exemplos apresentados anteriormente demonstraram que a figura do chefe local integrava essas características.

A fim de buscar controlar ou mesmo reduzir a autonomia das elites locais e regionais sobre a gestão política dos estados, houve a partir de 1920, frequentes tentativas de centralização do poder executivo, através da criação de prefeituras nos municípios, na tentativa de restringir o poder dos presidentes da Câmara e diminuir a autonomia do judiciário. Essa tendência facilitava a remoção de professores, dentre outros cargos públicos, que na maioria das vezes eram indicações de chefes locais.

Como resposta, o Partido Republicano Mineiro lançou seu novo Programa, em 1919, que deixou claro o posicionamento unânime de seus membros contra a reforma na Constituição, no que diz respeito à instituição das prefeituras e à perda de autonomia da magistratura.

O Programa defendia a tese política de autonomia dos estados e dos municípios, a difusão do ensino primário e secundário, o saneamento rural e urbano, a autonomia da magistratura; a tese econômica de povoamento do território com colonos nacionais ou estrangeiros, o barateamento dos meios de transporte e fretes, a remodelação do regimento tributário; e a tese financeira de supressão gradual do imposto de exportação, a rigorosa arrecadação do dinheiro público e fiscalização do orçamento dos municípios e estado (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.113, p.1, 21 de set. 1919; n. 36, p.1, 10 de jun. 1920; n. 126, p.1, 09 de out. 1920).

As medidas de descentralização do poder municipal repercutiriam diretamente sobre os professores públicos em Minas Gerais, uma vez que, como vimos, as nomeações em escolas públicas eram garantidas pela indicação dos chefes locais e passariam a ser realizadas pelo estado.

A tentativa de assumir maior centralidade em relação à instrução encontrou opositores como Soares Neves, redator do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, que via os professores mais suscetíveis ao protecionismo e ódio partidário diante desta medida.

Segundo ele, a revista de Lindolpho Eduardo Gomes ³⁰, intitulada *Ensino de Minas*, havia saído de circulação, no entanto, o contexto exigia a necessidade de

³⁰ Nasceu em Garatinguetá, São Paulo, em 12 de março de 1875, e faleceu no Rio de Janeiro em 1953. Era neto do Barão de Manducaba e filho do Médico Antônio Francisco Gomes e de Paulina

reunir os professores que se encontravam dispersos, em clubes, congressos, como na capital do estado. O intuito era organizar os professores e apresentar ao Estado uma causa em prol da instrução mineira, para fazer valer os direitos postergados e as garantias que se encontravam esfaceladas. Referiu-se aos professores como “Mendigos de Gravatas”, devido aos poucos recursos que recebiam (NEVES, 1921).

Na compreensão desse aspecto, Diniz (1982) nos ajudou a pensar a mediação entre a comunidade local e os órgãos públicos municipais ou estaduais, entre os grupos funcionais e as categorias corporativas, por um lado, e as autoridades públicas, por outro:

Essa mediação como que privatiza a obtenção de um bem público, na medida em que o patrocínio de um político influente aparece como requisito necessário para o acesso a serviços públicos fornecidos pelo estado ou para solução de questões específicas. Observa-se um reforço da lealdade e do sentimento de obrigação individual vinculando bases eleitorais e representantes políticos, o que, por sua vez, reforça a influência do líder sobre seus seguidores. A mobilização vertical, bem como o apelo da política de favoritismo e de concessões parciais têm importantes repercussões ideológicas. (...) a participação política suscitada pela máquina tende a favorecer um padrão fragmentado e atomizado de demandas, bem como uma percepção da política como um campo para os iniciados, inacessível sem a interferência da rede de relações pessoais (DINIZ, 1982, p.217-218).

Mesmo com todas as tentativas de descentralização do poder local apresentadas por Holanda (2006): a especialização de funções; a criação de novos órgãos; o fortalecimento de instituições como o poder judiciário, que com a lei eleitoral de 1916, assumiu o alistamento eleitoral e a apuração das eleições, que antes eram atribuições da Câmara Municipal; e a criação do cargo de Prefeito, intendente municipal ou chefe da administração municipal, que deveria ser eleito, descentralizando as funções administrativas dos presidentes da Câmara Municipal, os chefes locais buscaram se acomodar a estas transformações a fim de garantir a permanência de seu poder e de seus aliados.

A eleição de Carlos Coimbra da Luz como o primeiro agente executivo de

Sofia Barcelar Gomes. Aos dois anos mudou-se para a casa das tias em Resende, onde estudou no Liceu Resendense. Ao concluir o ensino secundário, mudou-se para o Rio de Janeiro onde iniciou a carreira jornalística e o funcionalismo público. Em 1894, fixou residência em Juiz de Fora, onde atuou como inspetor de ensino e foi membro fundador da Academia Mineira de Letras. Além disso, atuou no magistério, foi diretor de grupos escolares e lente de português da escola normal oficial de Fora, até 1931. No artigo não foi encontrada referência sobre a obra citada no jornal (OLIVEIRA, 2011).

Leopoldina, cargo criado em 1923, em substituição ao presidente da câmara, e que exerceu até o ano de 1930, é demonstrativo dessa questão.

Advogado, jornalista e banqueiro, de Três Corações, sul de Minas Gerais, era filho de Alberto Gomes Ribeiro da Luz e Augusta Coimbra da Luz e casado com Maria José Dantas Luz, em 1920, de Belo Horizonte. Foi aliado político do chefe local, em 1911, secretário do Conselho Superior de instrução pública, e exerceu o magistério no Ginásio Leopoldinense de 1916 a 1934, foi delegado de polícia, em 1916, promotor de justiça, em 1918, e redator do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, de 1920 a 1923, apresentando, portanto, estreita relação com seu diretor (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.228, p.1, 29 fev.1920).



Figura 4 - Carlos Coimbra da Luz ³¹

³¹ O retrato individual destaca a liderança do dirigente e, como veremos, serviu para destacar também os diretores do Ginásio Leopoldinense em relação aos demais funcionários da instituição, que aparecem nas imagens como figuras que integram uma coletividade ou grupo. CARLOS LUZ. Arquivo FGV CPDOC. Fundo: O Governo de Juscelino Kubitschek. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carlos_luz. Acesso em: 03 nov. 2015.

A atuação dos chefes locais, no entanto, dispensava investimentos em diversos setores, além do agrícola, que se constituía como apenas um aspecto de sua influência. Atuaram também no desenvolvimento das estradas de ferro, bancos, indústrias, capital estrangeiro, exercício de profissões liberais, integrando-se às transformações ocorridas no país, e, com isso, mantendo-se na função de mando.

Apesar do aparecimento das classes médias, estes grandes grupos permaneciam no governo, “alijando ou rejeitando” seus representantes que não lhes pareciam “devotados ou leais” (HOLANDA, 2006, p.207).

Ainda na tentativa de buscar uma inteligibilidade que inclua estas práticas em um contexto mais amplo, buscamos na biografia de José Monteiro Ribeiro Junqueira, elementos que abordassem iniciativas como a criação de uma instituição de ensino particular e a direção de um Jornal que serviu para divulgar suas práticas pedagógicas e inculcá-las de modo a construir seu prestígio e constituir um projeto educativo que abarcasse Leopoldina e região.

Na tentativa de definir José Monteiro Ribeiro Junqueira, como intelectual, deparamo-nos com o caráter polissêmico da noção de intelectual e o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, que implicam na imprecisão para se estabelecer critérios de definição da palavra.

Se pensarmos o intelectual enquanto categoria trans histórica, como fez Le Goff, que considera quase sinônimas as expressões “homens de letras”³² e “intelectuais”, incorreríamos no risco de desconsiderar as influências das mudanças e as distinções entre as temporalidades.

Sobre este aspecto, Sirinelli admitiu que o estudo dos intelectuais, como atores do político, é complexo: “a comparação entre épocas diferentes é sempre delicada, devido às mutações sociológicas, e seria ilógico propor uma definição demasiado rígida que, precisamente, apagaria de maneira artificial estas mutações” (SIRINELLI, 1996, p.243).

De acordo com Nóvoa (2014), estas seriam mais facilmente percebidas com a autonomização do campo intelectual, a qual viabilizaria o surgimento do intelectual, tal como afirma Bourdieu. Este se constituiria como tal, intervindo no

³² Designados por Voltaire como aqueles que dominavam a cultura geral, que faziam da poesia e da eloquência o seu estudo, os enciclopedistas, ou seja, homens que possuíam conhecimento em todas as áreas do saber (Chartier, 2014).

campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural, o que sugere novas formas de sociabilidade.

2.2.1

As alianças políticas e o progresso local

José Monteiro Ribeiro Junqueira foi um dos líderes políticos da Zona da Mata, durante a primeira metade do século XX. Nasceu em Leopoldina, no distrito de Santa Isabel, em 27 de agosto de 1871, filho de José Ribeiro Junqueira e de Antônia Augusta Lobato Monteiro Junqueira.

Casou-se com Helena de Andrade Ribeiro Junqueira, filha de Joaquim Candido Ribeiro, com a qual teve três filhos. Era irmão de Antônio Monteiro Ribeiro Junqueira, fazendeiro no distrito de Santa Isabel, com 7 filhos; de Maria N. Junqueira Botelho, esposa do senador Francisco de Andrade Botelho, com 6 filhos; Custódio Junqueira, presidente da Câmara de Leopoldina, com 7 filhos; Gabriel Junqueira; Antonia Junqueira Ribeiro, esposa de Antonio de Andrade Ribeiro, fazendeiro e industrial no município, com 4 filhos; e Sebastião Junqueira, solteiro.

Concluiu os exames de preparatórios no Colégio Abílio, em 1888, graduou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1893. Ainda nessa instituição, presidiu o Centro Republicano Mineiro e a Sociedade Mineira de Beneficência e foi colaborador do jornal *Minas Acadêmica*.³³

Em 1894, foi nomeado promotor interino de Leopoldina, onde exerceu a advocacia e elegeu-se presidente do Conselho Distrital de Leopoldina, em 1895. No mesmo ano, foi eleito deputado estadual pelo distrito do Sul de Minas, em decorrência da influência de sua família na região³⁴, e na eleição seguinte, pela Zona da Mata, apesar da oposição ao presidente mineiro Silviano Brandão. Em 1897, foi eleito presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, tendo sido reeleito, em 1900. Em 1903, foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), sendo sucessivamente reconduzido até 1930 (BIRCHAL, 1998).

³³ JUNQUEIRA, Ribeiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JUNQUEIRA,%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2015.

³⁴ Também seguiram trajetória política seus primos Antero Andrade Botelho, deputado federal por Minas Gerais (1897-1899, 1903-1923 e 1935-1937), além de Constituinte de 1934, e Antônio Augusto Ribeiro Junqueira, deputado da Assembleia Legislativa de Minas (1927-1930).



Figura 5 - José Monteiro Ribeiro Junqueira ³⁵

Em 1907, José Ribeiro Junqueira liderou o 3º Congresso das municipalidades da Zona da Mata, realizado em Leopoldina, que teve em sua pauta a defesa da lavoura e a autonomia dos municípios, contando com a presença de Francisco Bernardino, João Pinheiro, Francisco Salles, Wenceslau Braz e Bueno Brandão (NOGUEIRA, 2011).

Em 1910, foi eleito presidente da Câmara de Leopoldina, tornando-se membro da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, em 1911. Na

³⁵ O retrato individual indica um caráter de distinção em relação a um grupo. Porém, como veremos, o papel de liderança assumida para si não seria possível sem o apoio de aliados. Nota-se que todos usavam bigode, que naquele contexto representava honra, capacidade de desempenhar os papéis sociais atribuídos a quem o ostentava. Além disso, indicava posição de destaque social e prosperidade econômica, por isso, seu uso se fazia quase obrigatório entre os personagens influentes daquele período. Ribeiro Junqueira: a tradição política de Leopoldina. Blog Brasil: História e ensino. Disponível em: <http://historiadoensino.blogspot.com.br/2008/05/jos-monteiro-ribeiro-junqueira-tradio.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

Câmara, exerceu várias vezes a liderança da bancada mineira. Foi presidente da Comissão de Finanças, com o orçamento da Viação, em 1912, e em 1920, presidiu a Comissão de Reformas Tributárias da Câmara, que enviou ao Senado o projeto de reforma das tarifas aduaneiras.³⁶

Em seu discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, na seção noturna de 11 de outubro de 1916, Ribeiro Junqueira foi expressivo dos ideais do PRM, principalmente em relação ao setor agrícola. Criticou o funcionalismo público, que, segundo ele, despendia muitos recursos, sugeriu que ao invés de muitas repartições com funcionários mal remunerados, seria melhor, menos funcionários mais bem pagos. Indicou a redução de cobrança de impostos aos proprietários agrícolas e operários, citando o exemplo do imposto cobrado sobre a manteiga, produto que acabava de ser lançado no mercado. Como argumento, apresentou dados de uma fábrica de manteiga, de Leopoldina, na tentativa de provar que esse produto não gerava lucro para o produtor. Defendeu também a redução de impostos para consumo interno da produção agrícola como prioridade do governo, e a redução de impostos sobre a indústria agrícola (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 197, p.1, 10 jan. 1917).

Destacou-se ainda pela participação no Convênio de Taubaté, em 1906³⁷, no estabelecimento de uma companhia de energia elétrica na região da Zona da Mata Mineira, da qual foi diretor-presidente, e da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina – CFLCL³⁸-, juntamente com Norberto Custodio Ferreira, de Rio Novo/RJ e João Duarte Ferreira, de Coimbra, Portugal, que veio para o Brasil, em 1872, e tornou-se benemérito da colônia portuguesa de Cataguases; pela criação da ferrovia Leopoldina Railway³⁹ e, em 1912, do Banco Ribeiro Junqueira (BIRCHAL, 1998).

De acordo com Neto (2004), apesar da intervenção direta do Estado na valorização do café ter saído vitoriosa com a aprovação pelo Congresso Nacional

³⁶ JUNQUEIRA, Ribeiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JUNQUEIRA,%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

³⁷ Formalizou a intervenção do governo federal, que passou a agir diretamente no mercado de café, assegurando apoio político e financeiro aos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, principais regiões produtoras.

³⁸ Segundo Pimenta (2011), esta Companhia era uma sociedade anônima fundada em 26 de fevereiro de 1905, com capital inicial de 400 contos de reis, com sede em Cataguases. Explorava a eletricidade para fins industriais.

³⁹ A Leopoldina Railway fundou e manteve um estabelecimento de ensino primário, O Liceu Operário Recreativo, destinado aos filhos dos operários das oficinas da Leopoldina, em Porto Novo (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.140, p.1, 29 out. 1921).

das propostas centrais formalizadas pelo Convênio de Taubaté, mantiveram-se as tentativas de implantação do crédito agrícola.

Nesse sentido, em sua atividade empresarial, José Ribeiro Junqueira iniciou também o estabelecimento da S.A. de Pecúlios Zona da Mata. Esta iniciativa particular buscou suprir o financiamento aos produtores da região e se deu paralelamente ao projeto do Estado de consolidar o crédito agrícola em termos bancários. Este vinha incentivando o fornecimento de crédito à lavoura desde 1907, com a lei nº 1972, que autorizou a criação de um banco central agrícola e a isenção de impostos sobre os dividendos dos bancos de crédito agrícola fundados nas capitais (NETO, 2004).

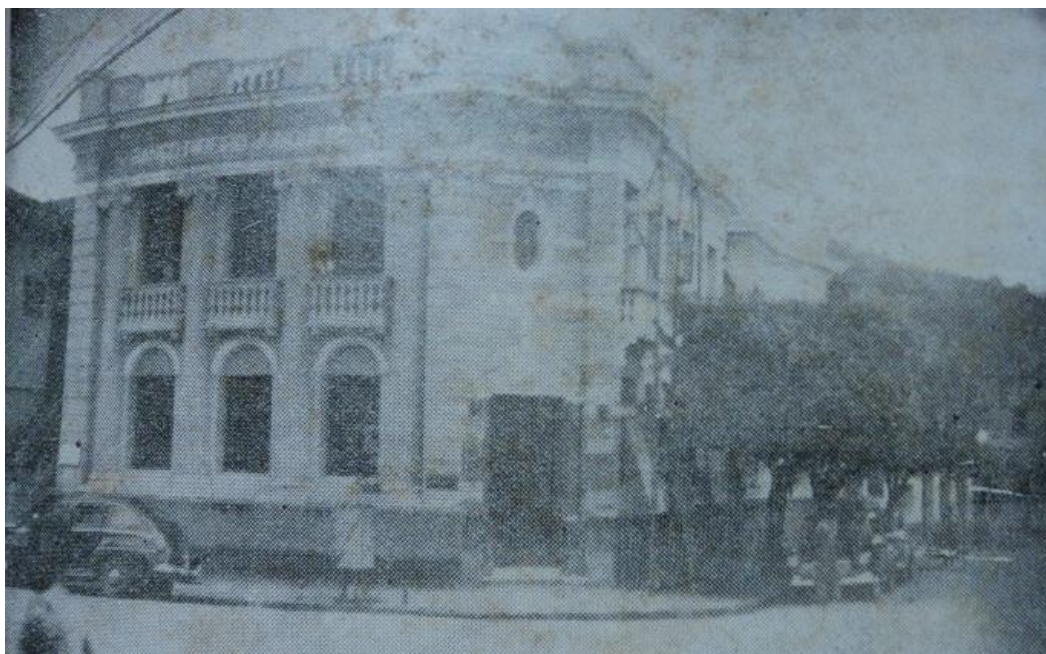


Figura 6 - Matriz do Banco Ribeiro Junqueira, em Leopoldina ⁴⁰

Outros empreendimentos desenvolvidos no município foram a Companhia Leiteira Leopoldinense, a empresa Irmãos Botelho, a Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense, e também a Companhia Carbonífera de Urussangueda do Rio Carvão, em Santa Catarina.

⁴⁰ Em 1938, fundiu-se ao Banco Ribeiro Junqueira S.A, formando 43 departamentos, sendo 18 em MG, 21 no Rio de Janeiro, sendo dois no DF e dois no estado de São Paulo (apud ACAIACA, 1957, s.p).

Além disso, foi fundado o jornal *Gazeta de Leopoldina* e o Ginásio Leopoldinense, os quais estavam sob a direção de José Ribeiro Junqueira, que faleceu no dia 14 de maio de 1946.⁴¹

Estas medidas indicaram a tentativa de criação de um núcleo econômico voltado para o mercado interno, o qual estava sujeito a se transformar em componente dinâmico, que resultaria na mudança de posição do setor agrário exportador dentro da economia nacional.

Há que se considerar, portanto, que o desejo de ampliação de crédito agrícola coincidia com o interesse de maior desenvolvimento da produção. Tal indício contraria a perspectiva sociológica que aponta a política econômica implementada no período como uma resposta direta aos interesses urbanos, que por sua vez, eram tidos como antagônicos aos interesses agrários. Para este modelo de interpretação, tais medidas apareceram como reivindicações das classes médias, tendo o papel de “vanguarda das reivindicações burguesas”, conforme analisam Gomes e Ferreira (1989, p.247).

A maioria destas medidas, cujo desenvolvimento era atribuído à figura de José Ribeiro Junqueira como se fossem benfeitorias de uma autoridade particular, estavam, na realidade, articuladas às políticas e reformas mais amplas que, no entanto, não seriam concretizadas sem colaboração de seus aliados. Principalmente, de seus irmãos Custódio Junqueira e Gabriel Junqueira.

O primeiro se formou, em 1897, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nasceu na fazenda Niagara, no distrito de Santa Isabel, em 25 de Fevereiro de 1875 e faleceu em 1941, aos 66 anos.

Casou-se com D. Emerenciana Botelho Reis Junqueira, filha do Major Olímpio Meirelles de Souza Reis e de D. Helena de Andrade Botelho Reis. Frente a direção geral do Ginásio Leopoldinense, foi chefe do comissariado do Estado de Minas na Europa, cargo a que serviu durante 2 anos (1909-1911), em viagem para a Antuérpia na Bélgica, como fiscal de serviços de recebimento do café.

Desde 1904, atuou na política local, sendo eleito vereador pelo distrito de Santa Isabel. Em 1907, foi novamente eleito, agora como presidente da Câmara, em 1912, cargo que assumiu durante os anos de 1913 a 1922. Além de presidir a Sociedade de Medicina Local e o Clube Leopoldina, dentre outras associações

⁴¹ JUNQUEIRA, Ribeiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JUNQUEIRA,%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

(GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 12 de ago. 1911; p.1, 01 de jan. 1916; ACAIACA, 1954, p. 93).



Figura 7 - Dr. Custódio Junqueira ⁴²

Enquanto este controlava os assuntos locais, referentes à *urbe*, seu outro irmão, Gabriel Junqueira, garantia a extensão do poder local cuidando de ampliar os núcleos de povoamento, através da manutenção de uma unidade familiar extensa, instalada em Leopoldina, e que se expandiu pelos laços de casamento com outras unidades de família extensa e de mesma categoria social, acomodadas nas proximidades.

Ele era fazendeiro em Angustura, onde integrou os trabalhos do Club republicano, além de ter ficado à frente da gerência da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina, dirigida por seu irmão, a qual abastecia os municípios e distritos de Leopoldina, Cataguases, Ubá, São João Nepomunceno, Rio Novo, Rio

⁴² Diretor e professor da Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense e presidente da Câmara Municipal, reeleito em 1916. Apud Gazeta de Leopoldina, n. 244, p.1, 25 de fev. 1916.

Branco, Recreio, Santa Isabel, Providência, São Martinho, Mirai e Porto de Santo Antônio.

Seus filhos também eram fazendeiros e suas filhas trataram de se casar com um. Eram eles: Gabriel de Andrade Junqueira, fazendeiro em Vista Alegre, casado com Helena Arantes Junqueira; Casimiro de Andrade Junqueira, fazendeiro em Santa Isabel, casado com Aracy Vilela Junqueira; Antônio Gabriel Junqueira, fazendeiro em Santa Isabel, casado com Maria da Conceição Vilela Junqueira; Cristiano de Andrade Junqueira, solteiro; Helena, esposa de Eugênio Ribeiro Junqueira, fazendeiro em Santa Isabel; Cândida, casada com Horácio Belfort de Andrade, fazendeiro em Providência; Nair, esposa de Custódio Botelho Junqueira, coletor estadual; Maria José e Maria Helena. Faleceu em 25 de agosto de 1920. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.93.p.1, 26 de ago. 1920).

Além deles, o senador Francisco de Andrade Botelho, que apareceu como um dos diretores da Sociedade Anônima de Pecúlios Zona da Mata, fundada pelo decreto n. 9154, de 29 de novembro de 1911, juntamente com seu cunhado José Ribeiro Junqueira e José Tavares de Lacerda (GAZETA DE LEOPOLDINA, 29 nov.1911).

Médico, banqueiro, fazendeiro e professor, que nasceu em Carrancas, em 1887, e faleceu em 1923. Era filho de Fidélis de Andrade Botelho e Emerenciana Elisa de Andrade Botelho. Casado com Maria Nazaré Monteiro Junqueira Botelho, com quem teve os filhos José Junqueira Botelho, Adauto Junqueira Botelho, Antônio Junqueira Botelho, Ormeo Junqueira Botelho e Emerenciana Junqueira Botelho (ACAIACA, 1957).

Residiu na fazenda de Santo Antônio, em Leopoldina. Concluiu a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, em 1890, com a tese sobre o valor anestésico da cocaína na cirurgia geral. Foi para Leopoldina em 1909, onde atuou como médico na Casa de caridade. Entre 1911 e 1926 foi senador estadual, além de professor de Higiene na Escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense (DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 22 jun.1918; MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 14 abr. 1923; DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Belo Horizonte, p.1-2, 24 jun.1967).



Figura 8 - Senador estadual Francisco de Andrade Botelho ⁴³

Em 1912, fundou junto com seus cunhados José Ribeiro e Custódio Junqueira a casa bancária Ribeiro Junqueira irmãos e Botelho. Foi presidente da cooperativa dos produtores de café do município e diretor da Leiteria Leopoldinense e ficou a cargo da administração financeira e econômica da Santa Casa de Leopoldina (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 48, p. 1, 22 jun. 1916).

Estas medidas permitem-nos extrapolar os argumentos derivados da abordagem que estabelece diferenciação entre o voto urbano e o rural, inserindo-nos em uma discussão mais ampla, haja vista termos constatado que a modernização e desenvolvimento social não foram incompatíveis ao

⁴³FRANCISCO DE ANDRADE BOTELHO. O Leopoldinense. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/459/francisco-de-andrade-botelho>. Acesso em: 27 ago. 2015.

desenvolvimento das práticas clientelistas, podendo a urbanização, além de coexistir com estas práticas, facilitá-las (DINIZ, 1982).

Por exemplo, a fundação do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, em 1895, e do Ginásio Leopoldinense, em 1906, ambos dirigidos por José Monteiro Ribeiro Junqueira serviu como meios de intervir no campo político, produzindo uma cultura específica, um projeto educativo abrangente de formação da elite e de professores primários.

Essas instituições configuraram-se como meios de auxílio à manutenção e mesmo expansão de sua influência política, estreitando as alianças com representantes de diversas regiões mineiras, e ao mesmo tempo permitindo certa autonomia em relação ao setor público.

O discurso voluntorioso que se pautava no ideário de vocação política herdada apareceu com frequência nesse impresso, por exemplo, na coluna de Vergniaud, publicada no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, de 13 de maio de 1906, quando da criação do Ginásio Leopoldinense:

Alguns espíritos de elite, penetrados do merecimento de nossa sociedade, vão adotando medidas conducentes ao seu bem estar, fomentando melhoramentos, quer de ordem intelectual, quer de ordem material. A iniciativa particular é também uma fonte fecunda dos empreendimentos que movem e aprimoram as coletividades. Os pequenos centros poderão contar com os proventos do esforço próprio que com os do poder público, assoberbado na atualidade pelos problemas de alta transcendência que respeitam as condições de Estado. Diretamente interessados no progresso local aos leopoldinenses cumpre reagir junto à apatia que costuma debilitar todas as forças. (...) O importante estabelecimento que vai exercer decisiva influência no progresso local é devido à iniciativa do Dr Ribeiro Junqueira, que por esse fato se torna ainda uma vez criador da gratidão Leopoldinense. (...) (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.3, p.1, 13 mai. 1906).

Esse estabelecimento de ensino apontou para a ampliação dos espaços privados de uso público da razão, que no sentido tratado por Chartier (2014) são entendidos como espaços de sociabilidade, como instituições que estabeleceram o público (salões, cafés, clubes).

Ao passo que atraía para Leopoldina estudantes de diversas regiões do estado e também do Rio de Janeiro, acabava por gerar certo desenvolvimento do município, atrelado a uma iniciativa particular e não a uma política de estado.

Isso ficou demonstrado também nas notícias da coluna intitulada: Rabiscos, de 16 de março e 26 de maio de 1911, sobre os estabelecimentos de ensino do

município: “A urbe rejuvenesceu como por encanto, e com o aumento constante da população escolar, tornou-se o que hoje está: uma cidade movimentada e admirada pelos forasteiros que a visitam.” E ainda:

Leopoldina progride a olhos vistos. Os dois estabelecimentos de ensino de primeira ordem com que fomos dotados devido aos esforços do benemérito leopoldinense, o exmo. Dr. Ribeiro Junqueira, tem sido para a urbe incontestavelmente a pedra angular sobre a qual se eleva dia a dia o nosso progresso. De ano a ano há sensível aumento de alunos nestes aludidos estabelecimentos. Este ano, por exemplo, sabemos que o número de matrículas excedeu em muito as expectativas dos ilustres diretores da Escola Normal e do Ginásio. Talvez mais de cem alunos novos conta estes dois estabelecimentos. Daí o progredir da cidade que se evidencia pelo aumento de sua população, que não pode prescindir de novas construções, por haver falta absoluta de casas para alugar, o que já tem impedido diversas famílias de se mudarem para aqui. (...) Hoje só no centro da urbe, na rua da Estação, contamos três (alfaiatarias), todas com bastante serviço, tendo uma delas onze oficiais e o seu proprietário anda em busca de mais. As padarias, cujos números tem aumentado, desmancham hoje maior quantidade de farinha que entra atualmente na cidade, há de pasmar. Evidencia-se (...) a frequência com que vai tendo o Bar Leopoldinense, montado pelo tenente Pimenta, com o bom gosto que lhe é característico. Antigamente só tínhamos a casa do nosso bom e tradicional Nicolau, (...) (que) se queixava da falta de freguesia. (...) (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.95, p.1, 1911).

A Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, por sua vez, viabilizava o desenvolvimento de pensões na cidade, visto que seu ensino era exclusivamente no regime de externato, até 1918, quando passou para a supervisão de uma irmandade religiosa.

A iniciativa de criação de uma Escola Normal equiparada à oficial do estado de Minas Gerais, no município de Leopoldina, apesar de associada a um ato benemérito de criação desta escola, conformava-se a um projeto mais amplo de modernização republicano e de formação de professores primários previsto pela reforma de ensino de 1906.

O Ginásio Leopoldinense atendia apenas em regime de internato os alunos do curso secundário, embora muitas alunas do curso normal fossem de outros municípios. Em 1911, o pensionato Maria Terra, dirigido por Maria Dutra Terra, publicou uma propaganda disponibilizando vagas para moças, alunas da escola normal ou do Ginásio Leopoldinense, no valor de 360\$000, por 9 meses, o que correspondia ao ano letivo (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.200, p.2, 07 dez. 1911).

O ano de 1911 foi marcado por notícias referentes ao progresso de Leopoldina, decorrente dos benefícios trazidos pela criação do Ginásio Leopoldinense e do Jornal *Gazeta de Leopoldina*.

A divulgação destes feitos para o progresso dessa região, tratava-se, também, de uma estratégia política de propaganda e para burlar ou mesmo encobrir as frequentes críticas, que estavam sendo publicadas em jornais de oposição na Zona da Mata Mineira e no Rio de Janeiro. Isso decorre do fato de que José Monteiro Ribeiro Junqueira teria liderado a coligação formada contra o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

Esta divisão das lideranças acarretou certa desestabilização do PRM, cujas tensões entre seus membros foram reveladas pela imprensa local, em 1911.

Segundo Leal (2012), as relações dos chefes locais com seus adversários raramente eram cordiais, sendo comum comportamento de hostilidade, além de ser sistemática a recusa de favores provenientes dos adversários. Essa situação intensificava-se nos períodos que precediam as eleições, sendo que nos intervalos das campanhas eleitorais as relações tornavam-se mais amenas, permitindo aos chefes que estavam no poder ou que fossem apoiados pela situação estadual, ampliar a adesão de cabos eleitorais.⁴⁴

Um exemplo que demonstrou o teor das notícias publicadas no sentido de criticar José Ribeiro Junqueira foi o telegrama publicado pelo Jornal *Correio da Manhã* e comentado no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, sob o título “Como se mente!”, em que Ribeiro Junqueira negou ter participado da organização da festa de recepção realizada em Leopoldina para Randolpho Chagas, ex-professor do Ginásio Leopoldinense, e então Ministro da Agricultura, que também se opunha à candidatura do Presidente Marechal Hermes da Fonseca⁴⁵ (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.146, p.1, 04 out. 1911).

⁴⁴ Por exemplo, em 1918, Olivier Fajardo integrava, com seus familiares e amigos, a legião de partidários do Dr. Ribeiro Junqueira, mas, depois de graves desavenças internas, em companhia de alguns correligionários, fundou o Jornal *Nova Phase*, órgão representante da oposição. Em 1919, o sr. Fajardo votou uma moção de autoria dos adversários, recebendo a ameaça: “O órgão de oposição quer uma política muito radical, mas há de modificar com o tempo ou então os seus próprios amigos o abandonarão um dia, para castigo de sua maldade”... Nesse ano o jornal foi suspenso, mas retornou a circulação, com críticas à Cia Força e Luz e a Ladário de Faria, em maio de 1920. (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.175, p.1, 10 dez. 1919; n. 17, p.1, 13 mai. 1920). Coronel Olivier Fajardo. Leopoldinense. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/479/-coronel-olivier-fajardo>. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁴⁵ Bacharel em direito. 1º presidente do 1º Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, instituído pelo Decreto nº 16.580 de 04 de setembro de 1924. Jurista, comerciante, banqueiro e economista.

Como denunciou o próprio título da notícia de 03 de novembro de 1911, “Vilania em ação, politiquices e protestos”, novas acusações foram realizadas diretamente ao Ginásio Leopoldinense e seu diretor, tratando das irregularidades em nomeações para cargos públicos e acúmulos de cargos (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.171, p.1, 03 nov. 1911).

A oposição entre os dirigentes desses periódicos, reflete o desejo de conquistar audiência, de participar do jogo político, ainda que ocupando o mesmo campo de atuação.

Segundo Barbosa (2010, s.p), “as disputas, rivalidades e lutas explícitas entre eles devem ser vistas mais como desavenças momentâneas. O que está em jogo é a outorga do papel privilegiado de porta-voz dos grupos dominantes”.

Aos jornalistas cabiam não somente o papel informativo, mas tornar público e revelado. Nesse sentido, às vezes, as suas relações com o poder ultrapassavam os limites das relações explícitas com o governo e com os grupos que detinham o poder político.

Desse modo, ao refletimos acerca das transformações urbanas que tiveram lugar nesse município, foi importante ter claro que os princípios que nortearam estas intervenções foram conduzidos por uma modernidade que priorizava incrementar as atividades econômicas.

A família Junqueira, ao assumir para si a condução do processo de constituição da *urbe* alinhada ao projeto republicano de modernização imprimiu signos pertinentes à tradição que articulava progresso à civilização, bem como do progresso material expresso pelos edifícios das instituições de ensino e prédios públicos.

2.3

Os antecedentes históricos e a fundação do Gymnasio Leopoldinense

O estudo do momento que antecede a fundação do Ginásio Leopoldinense também nos ajudou a refletir sobre os objetivos e fins de sua criação, uma vez que abrangia todos os segmentos de ensino, desde o jardim de infância até o ensino

Membro do Conselho da Força e Luz Cataguases Leopoldina junto com Teixeira Soares, Carlos Peixoto Filho. Ministro da Agricultura, em 1911. (JORNAL MINAS GERAIS, 1912-1917).

superior, ao passo que no próprio município não havia quantitativamente demanda suficiente de alunos para os cursos oferecidos.

Esse momento caracterizou-se pelo aumento no número de escolas particulares no município, acompanhado do fechamento das escolas municipais em alguns distritos, como demonstrado na Mensagem à Câmara Municipal de Leopoldina, apresentada pelo presidente da Câmara, José Monteiro Ribeiro Junqueira, em 1903:

Apesar de haver o art.5 da lei orçamentária desse ano, cortado fundo na verba destinada à instrução municipal, ainda assim não foi possível a manutenção das escolas no próximo exercício. O vosso ato, deixando o orçamento futuro sem verba para a instrução, o que obrigou a agência executiva a declarar suspenso o ensino em todas as escolas, embora doloroso, revela o empenho firme dos poderes públicos em manter o crédito da municipalidade. É sem dúvida preferível suprimir serviços a mantê-los com sacrifício para o crédito e sem pagar em dia aqueles que os prestam. (...). Somente as escolas municipais da cidade (Gramma), Recreio, S. Joaquim e Rio Pardo funcionaram de princípio ao fim do ano. O ensino em todas as outras foi suspenso no decorrer do ano por falta de frequência numas e por transferência ou renúncia dos professores em outras. (...) Apesar de suspenso o ensino nas escolas municipais, penso que não sofrerá grande golpe a instrução primária, visto como felizmente, o Governo do Estado está provendo de professores as escolas estaduais e que se acham vagas, sendo certo que para essas vagas, concorriam as escolas municipais, que tiravam a frequência das estaduais. Quando a Câmara puder reorganizar este serviço penso que devera fazê-lo, curando especialmente do ensino profissional e criando escolas primárias, de preferência nos pontos que não forem servidos por escolas estaduais. Será esse o meio único de tirar a população do município o maior proveito possível dos sacrifícios feitos pelo Estado e pelo Município em prol da instrução primária (apud NOGUEIRA, 2011, p.41-42).

Esse discurso sinalizava para o fato de que a municipalidade via como prioridade solucionar os problemas econômicos advindos da crise na cafeicultura. Além disso, buscava transferir a responsabilidade do ensino para o governo estadual e para particulares, incentivando a livre iniciativa. Tanto que, nos anos decorrentes de seu discurso, puderam ser enumeradas algumas iniciativas que confirmaram essa suposição, tais como: a fundação, em 1905, da Companhia Força e Luz Cataguases/Leopoldina, a construção da Usina Maurício, em 1906, e a participação no Convênio de Taubaté, sendo um de seus signatários. No mesmo ano, fundou, junto com seu irmão, Custodio Ribeiro Junqueira, o Ginásio Leopoldinense, de caráter particular, e, além disso, suprimiu pelo art.1º da lei municipal n.163, de 10 de fevereiro de 1906, a escola municipal de Gramma (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 10 fev. 1906).

Por sua vez, a situação de conservação das escolas estaduais do município, denunciada na imprensa, pelo jornal *Gazeta de Leopoldina*, já em 1902, era muito precária: “Até hoje o engenheiro do distrito não veio examinar os edifícios onde funcionam três escolas públicas estaduais que ameaçam ruir. Dar-se-á caso de providência ordenada pelo governo se fosse para inglês ver?” (apud NOGUEIRA, 2011, p.45).

No ano seguinte, o mesmo jornal apresentava nova notícia sobre a situação de precariedade das escolas públicas estaduais:

Desabou uma das paredes laterais das escolas públicas estaduais. Aqueles prédios estão precisando de grandes e urgentes reparos pelo que pedimos ao honrado governo do estado providenciar neste sentido. A parede caiu sobre classe de bancos que ali se achava tudo estragado. Felizmente foi à noite e a sala estava vazia (...) (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 26 abr.1903).

A ênfase dada pelo discurso da municipalidade ao descaso do poder estadual em relação à instrução era decorrente da oposição do então presidente da Câmara ao governador Silviano Brandão, o que como visto anteriormente, implicava em perda de regalias dos chefes locais.

Foram apresentadas várias outras críticas ao governo do estado em relação à falta de manutenção das escolas estaduais presentes no município. Tal depreciação serviria, não apenas para denunciar o descaso do poder público estadual, como para retirar a responsabilidade da municipalidade sobre a educação pública. E ainda, para justificar e valorizar a iniciativa de criação do Ginásio Leopoldinense, pelo diretor do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, em 1906, como ficou demonstrado no discurso do professor da instituição, José Botelho Reis, que assumiu a direção da instituição em 1910:

A fundação do Ginásio Leopoldinense marca na história de Leopoldina o início brilhantíssimo de uma nova e fecunda época, que jamais será olvida pelo povo desta parte rica e florescente do Estado de Minas Gerais. Na estagnação dolorosa em que debatia Leopoldina, há sete anos passados, surgiram, como uma consoladora esperança, os vultos eminentes e altamente queridos dos Drs. José Monteiro Ribeiro Junqueira e Custodio Junqueira, possuidores de energia inquebrável, de uma vontade indomável, e levantaram, com assombro, dos cépticos e descrentes, a ideia da criação de um estabelecimento que fosse viveiro de homens dignos e superiormente instruídos. Foi uma passada agigantada, um empreendimento que parecia acima dos recursos existentes nesta cidade simples e modesta e que tendia a abismar numa decadência próxima e inevitável. Ao ser lançada tão patriótica quão humanitária ideia, houve o espanto de alguns, que já a

julgavam perda ou irrealizável e previam a sua ruína na asfixia de materialidade brutal, que às vezes costuma levar de vencida, esmagando os ideais mais puros e elevados (...) (apud NOGUEIRA, 2011, p.73).

Para Schueler e Magaldi (2009) esta representação em negativo serviria ainda para que os intelectuais, políticos e autoridades da época, comprometidos com a constituição do regime republicano, produzissem outros marcos e lugares de memória para a educação, que fossem representativos deste novo regime.

Em 19 de fevereiro de 1906, José Monteiro Ribeiro Junqueira recebeu a escritura do sobrado onde funcionava a antiga farmácia central, do capitão Antônio José Alves Ramos, adquirida para a instalação do Ginásio. Iniciaram-se as reformas e adaptações necessárias ao funcionamento da escola, quando então foi constituída uma sociedade civil com o patrimônio inicial de 50 contos, e, em 26 de novembro do mesmo ano, a instituição passou pela inspeção do delegado fiscal Dr. José Tavares de Lacerda, atendendo às condições do decreto n. 3.491, de 11 de novembro de 1899, que estabelecia a equiparação de instituições de ensino secundário ao Ginásio Nacional (KULESKA, 2011; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).



Figura 9 - Sobrado da Farmácia central onde funcionaria o Ginásio Leopoldinense ⁴⁶

⁴⁶ Farmácia Central. Blog do José do Carmo. Imagem disponível em: http://josedocarmo.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html. Acesso em: 22 mar. 2015.

O sobrado situado à Praça Visconde do Rio Branco, na parte central da cidade, onde funcionaria o Ginásio Leopoldinense, foi descrito por Custodio de Almeida Lustosa, à época, professor desse estabelecimento:

(...) A instalação é de primeira ordem, fazendo-me lembrar a do inolvidável Colégio Pedro II, estão atendidas todas as condições de conforto e de higiene, já quanto ao arejamento do edifício, já quanto à distribuição de luz, já quanto à água potável (pois desceu-se aos escrúpulos de dar aos alunos água filtrada, já enfim quanto ao dormitório, recreio, etc. O corpo docente, salvo o rabiscador destas, nada deixa a declarar. ...) (LUSTOSA, 1906).

Os discursos em torno da construção deste estabelecimento particular denota seu caráter representativo de modernidade em sintonia com as aspirações republicanas, em oposição às instalações precárias das escolas isoladas. Em outros municípios, no entanto, este caráter seria representado pelos grupos escolares, de caráter eminentemente público.

Ao contrário do que ocorreu grosso modo no país, o projeto educacional do município priorizou desde o início um ensino elitista, que abarcasse exclusivamente os filhos da elite local.

Em detrimento da criação de instituições de ensino de caráter público, o poder local privilegiou o investimento de dinheiro público em uma iniciativa particular. Como as instituições de ensino secundário oficiais estavam instaladas nas capitais, seu prestígio seria alcançado através da equiparação a estes estabelecimentos.

O Ginásio Leopoldinense passou então por distintos momentos de equiparação de seus cursos, tanto ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, no caso do ensino secundário, como à escola Normal Oficial do Estado de Minas Gerais.

A Escola Normal do Ginásio Leopoldinense foi equiparada a esta em 06 de setembro de 1906, pelo decreto n.1942, do então presidente do estado de Minas Gerais, Dr. Francisco Salles. O curso secundário foi equiparado ao Ginásio Nacional, em 26 de novembro de 1908, pelo decreto n. 7193, e a Faculdade de Farmácia, em 1921.

Em 1926, a instituição foi municipalizada ⁴⁷, passando a denominar-se Ginásio Municipal Leopoldinense, de acordo com a lei municipal n. 399, de 20 de outubro de 1926, o que não implicou em sua gratuidade (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

2. 3.1

O início do funcionamento do Ginásio Leopoldinense

Na data de fundação do Ginásio Leopoldinense, foi publicado no *Jornal Gazeta de Leopoldina*, o seguinte soneto, pronunciado durante a solenidade de abertura, em homenagem à iniciativa:

Soneto

Vendo um Ginásio assim nesta cidade
Ai! Que saudades fundas, colossais,
Daqueles tempos de felicidade
Tempos da infância que não voltam mais.
Bem se vê que em chegando à minha idade
Rico de mágoas, pobre de ideias,
O homem só na instrução da mocidade
Tem a suprema aspiração dos pais.

Este colégio que se funda agora,
De esperanças o meu coração aflora
E sob altos auspícios se conduz.

Nele a grandeza do futuro mora,
Nele a criança gentil, que é como na aurora,
Vem beber a instrução que é como a luz.

(GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.6, p.1. 1906).

Este soneto indica um momento de modelação da instrução materializada por meio de um projeto de modernidade onde a criança deveria ser iniciada no novo modo de se conceber as práticas sociais e culturais. Nesse sentido, a escola se configura como o lugar propício à disseminação de valores modernos e racionais.

⁴⁷ De acordo com Nogueira (2011), a municipalização deste estabelecimento de ensino não implicou na gratuidade do ensino, uma vez que continuaram a ser cobradas mensalidades, havendo apenas a prerrogativa de gratuidade a um aluno interno e três externos, indicados pelo presidente da Câmara Municipal de Leopoldina. Cabe salientar que a municipalização se deu em decorrência da morte do diretor técnico José Botelho Reis, no mesmo ano.

A fim de legitimar sua representatividade enquanto instituição de prestígio, o Ginásio Leopoldinense dispunha de um livro de visitas, onde eram registradas as impressões de pessoas ilustres sobre a instituição. Como por exemplo, a visita, em 14 de junho de 1906, do Presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro, e, em 10 de novembro de 1907, do inspetor técnico de ensino, Ilidio Salathiel dos Santos, que deixou suas impressões sobre a ordem, disciplina, higiene, mobiliário e condições técnicas do corpo docente, referindo-se ao Ginásio como o “Pantheon de Leopoldina”⁴⁸ (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 17 jun. 1906; n.60, p.1, 10 nov. 1907).

Além destes registros de visitas, alguns jornais de outros municípios, pertencentes aos “confrades” do diretor do Ginásio Leopoldinense e do Jornal *Gazeta de Leopoldina* publicavam notícias sobre a instituição de ensino e sua relevância para a região, como é o caso do Jornal *O lidador*, de Pouso Alegre, sul de Minas Gerais.⁴⁹

O mesmo Jornal publicou, em 17 de fevereiro, do mesmo ano, uma carta anônima endereçada a um padre, criticando o Ginásio Leopoldinense por ser dirigido por um protestante e possuir em seu corpo docente professores espíritas. O diretor da instituição, em resposta à carta publicada no Jornal *O lidador*, afirmou ter professores de outras religiões em seu estabelecimento de ensino, mas que isso pouco importava visto que estes deveriam se limitar a ensinar as matérias de suas respectivas cadeiras.

Em relação à “acusação” de que o diretor do Ginásio Leopoldinense seria protestante, o mesmo argumentou que estudou no Colégio São José, de Petrópolis, e no Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, e que, portanto, rezava o terço todas as noites, embora tivesse amigos e professores protestantes, que eram dispensados dessa prática religiosa. Citou o exemplo das irmãs de Sion, como inspiradoras da

⁴⁸ Além de João Pinheiro, registraram, suas impressões sobre o estabelecimento de ensino: Adolpho Figueiredo, Vespasiano de Souza, Jorge Martins, Pedro Celidonio, Antonio Carlos de Barros Faria, Antonio Caetano de Andrade, Adolpho A. Oliveira, Jorge Martins, Pedro Celidoneo, Antonio Carlos de Barros Faria, Lafayete Cortez, João Lima Monteiro de Castro, Dr. Pedro Paulo Pereira e Henriqueta B. Pereira (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 101, p.1, 05 abr. 1908; n. 103, p.1, 12 abr. 1908; n 29, p.1, 28 jul. 1908).

⁴⁹ Nem sempre as impressões registradas eram precisas ou verídicas. É o caso, por exemplo, da notícia extraída do Jornal *O Evolucionista* de Além Paraíba, publicada no *Gazeta de Leopoldina* sobre o Ginásio Leopoldinense. A descrição dada reproduz as informações contidas no anúncio de propaganda do Ginásio, o que nos leva a crer que a impressão não foi constatada durante a visita à Leopoldina pela Junta Apuradora, que se reuniu para apuração de diplomas aos deputados estaduais, como consta na notícia publicada, mas tratou-se apenas da reprodução deste anúncio pelo redator do Jornal.

tolerância religiosa, que apesar de seguirem a doutrina cristã, aceitavam alunas de todas as religiões em suas escolas e não as obrigava a seguir sua religião, sendo o catecismo facultativo, como assim seria feito no Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.8, p. 1, 1906; n.50, p. 1, 21 fev. 1907; n.38, p. 1, 10 jan. 1907).

A intolerância religiosa, que despontou entre espíritas e católicos, após a fundação do Ginásio Leopoldinense, seria motivo de outras notícias publicadas no *Gazeta de Leopoldina*, além de ser repreendida pelo redator desse Jornal, o qual pregava a tolerância religiosa e solicitava fossem tomadas providências quanto ao fanatismo religioso e a violência.

O autor da notícia referia-se ao fato relatado em 26 de janeiro de 1908, em que o Vigário do município, Padre Júlio Fiorentini, que veio transferido do Recife para Leopoldina, em 1886,⁵⁰ teria abordado o sr. Horácio Chagas, armado com uma foice, mandando chamar os espíritas que ameaçaram entrar na igreja e quebrar as imagens. No dia seguinte, a procissão seria acompanhada por homens armados com pedaços de pau sob a ordem do vigário, o qual apareceu no quadro de professores do Ginásio Leopoldinense, como lente de catecismo, de caráter facultativo, no primeiro ano de funcionamento da instituição (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 26 jan. 1908).

Há indícios apresentados por Otten (1990) de que o vigário teria participado da campanha do clero e fazendeiros do sertão baiano contra Antônio Conselheiro, antes de ser transferido para Leopoldina. Ainda em 1890, teria sido nomeado o primeiro intendente da Vila do Raso. Sua posição reacionária, bem como seu protagonismo no movimento contra Conselheiro, fica explícita em vários trechos desta obra, como por exemplo:

Pe. Julio, pelo gênio da sua personalidade e mais ainda por querer ser representante autêntico da Reforma, pode ser um dos grandes responsáveis pela condenação eclesiástica do movimento do Conselheiro e sua consequente trágica eliminação na Guerra de Canudos. Pe Julio é italiano e se incardinou na diocese em 1881.(...) Ele insiste na confissão, na comunhão, no casamento (...) (OTTEN, 1990, p.310).

⁵⁰ De acordo com o Jornal Gazeta de Leopoldina, de 13 de março de 1898, neste ano, foi instalada a Comarca Eclesiástica do Município de Leopoldina, criada por Dom Silvério Gomes Pimenta, tendo como pároco Julio Fiorentini.



Figura 10 - Vigário Júlio Fiorentini ⁵¹

A data de seu falecimento, em 1924, seria descrita por Miguel Torga (1991, p.125):

(...) lá o levamos no dia seguinte aos ombros para o cemitério. Foi um passeio vagaroso, como ele os costumava dar com seus setenta anos, silenciosos e melancólicos, sem lágrimas e sem clamores, todo o acompanhamento compenetrado de que a cidade ficara mais pobre. Eu pelo menos, assim o entendi (...).

Apesar de o Ginásio Leopoldinense buscar distinguir-se inicialmente por sua proposta laica de ensino, não inviabilizou que o vigário do município lecionasse catecismo aos alunos, cujos pais desejassem que eles seguissem a religião católica, como expresso no Programa de Ensino de 1906. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.6, p. 2, 03 jun. 1908).

Em 1918, a relação entre o Ginásio Leopoldinense e a religião católica seria estreitada com a visita do bispo de Mariana, Dom Silvério, ao estabelecimento de

⁵¹ Homenageado pelo Jornal Gazeta de Leopoldina, p.2. 18 abr. 1916. Faleceu em 1924. Ver sobre em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/630/padre-julio-forentini>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ensino, quando ficou acordado que, a partir de 30 de abril de 1919, a ala feminina da Escola Normal passaria a funcionar no Colégio Imaculada Conceição.

No mesmo ano, o Jornal *Gazeta de Leopoldina* abriu espaço para a publicação diária de uma coluna religiosa, denominada “Seção religiosa”, em que D. Tito defendia os preceitos católicos e da Igreja, citando até mesmo trechos da Bíblia, a partir de 1920. E ainda, em 1927, com a morte do diretor José Botelho Reis, Dom Helvécio, Arcebispo de Mariana, inaugurou o curso de instrução religiosa no Ginásio Leopoldinense, confiando sua direção ao vigário Aristides de Araújo Porto, que havia substituído Júlio Fiorentini, em 1924 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 140, p.1, 23 out. 1918).



Figura 11 - José Botelho Reis, de branco, vigário Aristides de Araújo Porto e professores do Ginásio Leopoldinense ⁵²

⁵² Foto extraída de Nogueira, 2011, p.104.

Também a fotografia tirada, neste ano, com o diretor José Botelho Reis e o corpo docente da instituição indica o estreito laço da instituição com a religião católica, expresso com a presença do novo vigário em pé, logo atrás do diretor, assumindo uma posição central entre os professores.

Com base nestas lógicas de ação expressas pelos atores que constituíram a história do Ginásio Leopoldinense, intentamos aprofundar a análise sobre como se deu esta atuação em relação às normas e reformas emanadas do governo.

Tanto em relação ao ensino quanto à formação dos professores para atuar nas escolas públicas do município, buscamos perceber como estas normas foram sendo apropriadas pelos atores da instituição, de modo a corroborar o fortalecimento do poder local e a formação da elite dirigente.

2.4

As Reformas educacionais e seus impactos sobre o ensino no município de Leopoldina/MG

Para compreendermos como se deu a gerência do estado e dos chefes locais em relação ao ensino no município de Leopoldina foi preciso analisar também as reformas educacionais que precederam a criação do Ginásio Leopoldinense e seu caráter ora centralizador ora descentralizador, que refletiu diretamente sobre o ensino dos cursos oferecidos pela instituição. Estas mudanças levaram estes cursos a distintos momentos de equiparação às instituições oficiais.

Os debates em torno das reformas educacionais e seus impactos sobre as instituições escolares do município de Leopoldina, e principalmente o Ginásio Leopoldinense, trouxeram indícios de como os agentes locais se posicionaram diante das regras emanadas do poder central.

O estudo deste contexto local confirmou a afirmação de Nóvoa (apud Raposo 2007) de que a universalidade do ensino, no sentido de aquisição dos direitos políticos, não privilegiou todos os níveis: primário, secundário, superior e profissional, restringindo-se às iniciativas de criação de escolas públicas primárias. O que se deu prioritariamente através dos Grupos escolares, da escola noturna e do Aprendizado Agrícola. Os demais níveis ficaram restritos à iniciativa particular, e tiveram um caráter marcadamente elitista.

Nesse sentido, o programa de ensino do Ginásio Leopoldinense buscou abarcar todos os cursos em uma mesma instituição, a fim de oferecer uma formação integral aos filhos de fazendeiros e profissionais liberais, garantindo sua distinção social.

2.4.1

As Reformas do Ensino Secundário

O decreto nº 3.491, de 11 de novembro de 1899, de autoria de Epitácio Pessoa, estabelecia a equiparação de instituições de ensino secundário ao Ginásio Nacional, para que pudessem, de acordo com o art. 1º: “passar certificados de conclusão de estudos ou conferir graus, ou somente para a obtenção da primeira destas regalias” (BRASIL. Decreto nº 3.491 de 11 de novembro de 1899).

Por sua vez, o decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, que antecedeu a criação do Ginásio Leopoldinense, constituiu uma extensão e um aprofundamento do estatuto da equiparação, consolidando a equiparação ao Ginásio Nacional⁵³. A equiparação foi então conferida tanto aos colégios particulares quanto aos estabelecimentos estaduais, transformando-se em instrumento de uniformização de todo o ensino secundário nacional. Para Kulesza (2011), esta foi desde sua origem concebida como instrumento de “oficialização” e “ingerência do poder federal”, no âmbito do ensino secundário e superior.

(...) O “exame de madureza” concebido, ora como medida do aproveitamento final do curso realizado pelo aluno, ora como passaporte válido para ingresso nos cursos superiores, seria o instrumento decisivo da reforma para acabar de uma vez por todas com o regime de preparatórios (KULESZA, 2011, p.84-85).

Os alunos dos estabelecimentos equiparados poderiam realizar ao final do curso o exame de madureza. Segundo Cunha (2013), este foi estabelecido pelo ministro do Governo Provisório Benjamin Constant para vigorar nas instituições federais de ensino secundário.

No entanto, esta medida encontrou opositores, uma vez que aqueles que se submetessem ao exame, mas não fossem considerados habilitados, só poderiam apresentar-se para uma nova oportunidade ao final do ano seguinte. Sobre este

⁵³ Denominação então atribuída ao antigo Colégio de Pedro II.

aspecto, alguns parlamentares propunham a substituição deste pelos exames parcelados, ou seja, separados por matérias.

No decreto de 1899, foram estabelecidas ainda algumas condições a serem satisfeitas pelas instituições que requeriam a equiparação:

I – Constituir um patrimônio de 50 contos de réis, pelo menos, representado por apólices da dívida pública federal e pelo edifício em que funcionar o instituto ou por qualquer desses valores;

II – Provar uma frequência nunca inferior a 30 alunos pelo espaço de dois anos.

III – Observar o regime e os programas de ensino adotados para o Ginásio Nacional.

Parágrafo único. Nenhuma coletividade particular será admitida a requerer a equiparação do instituto de instrução secundária que houver fundado ou mantiver, sem que mostre ter adquirido individualidade própria, constituindo-se como sociedade civil na forma da lei nº 173, de 10 de setembro de 1893 (BRASIL. Decreto nº 3.491 de 11 de novembro de 1899).

Os debates acerca da equiparação não se encerraram por aí. Gasparello (2003, p.6), ao analisar os debates parlamentares do Congresso Nacional, nas sessões de 1907, constatou que os temas de maior debate referiam-se à divisão do curso secundário em dois ciclos e à questão dos exames parcelados de preparatórios. Sob este aspecto, a instrução secundária teria como dupla finalidade: “formar os que não pretendem continuar no ensino superior uma *cultura suficiente* para as funções da vida privada, de família e do Estado” ou “formação humanística plena”; e “dar a todos os outros a soma de conhecimentos necessários à obtenção, com proveito, da instrução superior”.

A tentativa de vincular o ensino secundário ao projeto republicano desconsiderou essa duplicidade da estrutura educacional trazida do Império, interferindo no processo de institucionalização de um novo campo pedagógico na Primeira República.

A divisão em dois ciclos foi condenada pelo Parecer da Comissão de Instrução, para o qual se deveria manter apenas um curso no Ginásio Nacional, como modelo de ensino secundário no país, e ainda apontava a substituição dos exames de preparatórios pela instituição secundária como curso regular de estudos seriados. Isso porque se buscava nesse período a uniformidade no ensino secundário e, para isso, deveria haver maior fiscalização e controle do Estado (RANZI E SILVA, 2006).

Os defensores da oficialização do ensino atribuíam a responsabilidade pela crise no ensino à equiparação das instituições particulares à instituição modelar.

Fato que foi constatado também por Silva e Machado (2011), as quais se debruçaram sobre os documentos parlamentares do período de 1907 a 1908, especificamente, sobre o projeto de reforma para o ensino primário, secundário e superior, denominado Plano Integral de Ensino ou Projeto Tavares Lyra ⁵⁴.

De acordo com as autoras, Tavares Lyra mostrou-se contrário à equiparação dos institutos particulares de ensino secundário, sugerindo que esta se restringisse aos estabelecimentos de ensino públicos. Os alunos das escolas particulares teriam o direito de participarem dos exames no Ginásio Nacional ou nos demais institutos semelhantes, desde que obedecessem às regras de seleção. O projeto defendia também o ensino secundário seriado e a extinção dos exames parcelados de preparatórios.

Para o Ministro, era preciso dificultar o privilégio da equiparação aos estabelecimentos de ensino secundário e superior, não oficiais, pois o decreto de 8 de novembro de 1890 restringia a equiparação somente aos Estados, se estes se adequassem de acordo com o plano do Ginásio Nacional, ficando os alunos dos colégios particulares autorizados a prestarem o exame de madureza nos ginásios equiparados. Todavia, esperava-se que as instituições particulares atendessem rigorosamente às exigências do artigo 376 do Código de Ensino para continuarem funcionando (apud SILVA E MACHADO, 2011, s/p).

Tal medida dividia o parlamento entre os defensores da permanência dos exames avulsos e os seus opositores que apontavam os efeitos negativos dos exames de preparatórios sobre o ensino seriado, institucional (RANZI E SILVA, 2006).

O argumento utilizado era que para os colégios oficiais o critério de promoção eram as notas e, para os particulares, apenas os exames, que poderiam ser feitos todos de uma só vez. Outros parlamentares, por sua vez, viam com bons olhos a equiparação das instituições existentes no interior do país, argumentando que estes facilitariam a vida de muitas famílias e, além disso, denunciavam os colégios oficiais, que também apresentavam problemas e professores despreparados. Consentiam as opiniões, no entanto, em relação à necessidade de

⁵⁴ Nome do então Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e autor do Projeto.

maior fiscalização desse nível de ensino e de Reformas (SILVA E MACHADO, 2011).

O resultado dos debates parece ter sido favorável aos parlamentares que defendiam a equiparação dos colégios particulares aos estabelecimentos oficiais, haja vista ter o Ginásio Leopoldinense, instituição de caráter particular, situado no estado de Minas Gerais, ter sido equiparado ao Ginásio Nacional através do decreto nº 7193, de 26 de novembro de 1908 (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Contudo, a Reforma de Ensino de 1911 suprimiu a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário particulares, aos oficiais, provocando desavenças de opiniões entre os redatores do Jornal *O Evolucionista*⁵⁵ e do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, dirigido pelo diretor do Ginásio Leopoldinense.

Os primeiros apoiavam a candidatura do presidente do estado, Bueno Brandão, e buscavam o fim do status oficial do ensino, argumentando que os colégios equiparados eram promotores de “bandalheiras”, que se perpetravam nos exames destes estabelecimentos. Por outro lado, os defensores da oficialização do ensino não apoiaram este candidato para o governo de Minas Gerais e apontavam que as maiores irregularidades eram verificadas nas escolas superiores.

Enquanto aqueles defendiam a nova Reforma de ensino, que suprimia a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário, proporcionando-lhes maior liberdade de ensino, estes defendiam que a Reforma não solucionava o problema das “bandalheiras”, mas sim o monopolizava nas mãos de alguns poderosos. Também se opunham à autonomia dos cursos superiores e das congregações⁵⁶ em escolher os diretores de suas instituições, os quais atuariam pelo prazo de dois anos, sem possibilidade de prorrogação, e ainda à supressão dos exames de segunda época, que segundo esta visão “não era pedagógica, justa, nem equitativa” (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 19 abr.1911).

Acusavam a Reforma de substituir a livre docência pela compra da frequência: “Repito, a Lei Orgânica de Ensino nada mais fez do que ampliar o campo de ação da fraude e da bandalheira, nada mais fez do que piorar a situação

⁵⁵ Redator chefe: deputado Castelo Branco e proprietário: F. de Carvalho Marques, criado em 1903. Órgão Oficial da Câmara Municipal de Além Paraíba.

⁵⁶ A Congregação do Ginásio Leopoldinense se reunia para aprovar os pontos dos exames que cada professor deveria apresentar para sua cadeira, conforme dec. nº 3123, 06 de março de 1911, art. 65, cap. VIII (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.174, p.2, 07 nov. 1911).

em que nos achávamos, que com quanto melhor não era boa”⁵⁷. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 25 abr. 1911; n.20, p.1, 10 mai. 1911).

Com essa Reforma de ensino, os exames de segunda época, que consistiam em exames fragmentados por matérias, não mais poderiam ser realizados, tendo o aluno que repetir todo o ano, caso não alcançasse a média em todas as matérias. Os exames passariam a ser realizados por grupos de matérias e de alunos.

Ainda sobre esta questão, a coluna de Décio, publicada no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, ressaltava a ideia de que os exames de admissão das escolas superiores, também estavam sujeitos a todos os tipos de “bandalheiras”. E em relação às matérias cursadas antes da Reforma pelos ginasianos, criticava o fato de muitas delas terem sido suprimidas pelas Faculdades, de seus programas (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.35, p.1, 27 mai. 1911).

Também Jacobino Freire publicava notícias sobre educação no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, utilizando-se da imprensa para tratar da Reforma de Ensino Rivadavia Correa. Comparou a realidade da instrução pública brasileira com a instrução pública em Zurich. Segundo o redator, a Reforma de 1911 retirou do ensino secundário o caráter preparatório para o ensino superior, reduzindo-o a um caráter geral, a que ele chamou de “conjunto de conhecimentos que a todos possam servir, independente do ramo da especialidade literária ou científica que o indivíduo tenha que abraçar”, atribuindo ao novo caráter do ensino secundário uma “generalidade artificial de conhecimentos” (Gazeta de Leopoldina, n.122, p.1, 06 set. 1911).

Assim, saibam os leitores desta folha que a Reforma mente no que a exposição disse que seria. Não prepara alunos nem para as coisas superiores, nem para coisa alguma. É uma verdadeira monstruosidade em matéria de ensino, não possui diretriz alguma, anarquiza em vez de organizar, destrói em lugar de construir. (...) É, por conseguinte, lamentável a situação do ensino secundário no país, e a balburdia que vemos é criada pelo capricho do sr. Ministro do Interior (FREIRE apud Gazeta de Leopoldina, n.122, p.1, 06 set. 1911).

⁵⁷ Através da coluna intitulada Rabiscos, escrita sob os pseudônimos de Valete (Gil Vaz) e Ignotus e publicada no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, diversas críticas foram realizadas à Reforma de Ensino de Bueno Brandão. O decreto nº 3191, de 09 de junho de 1911, regulamentou a instrução pública e instituiu a obrigatoriedade da matrícula e frequência às aulas em escolas públicas de ensino primário. Bueno Brandão foi presidente do estado de 07 de setembro de 1910 a 07 de setembro de 1914, e Francisco Salles tornou-se ministro da Fazenda, assumindo, posteriormente, a presidência do Estado.

Apesar dos esforços, a Reforma de 1911 foi efetivada. Com isso, os exames de preparatórios deixaram de ser realizados no Ginásio Leopoldinense, passando a serem efetuados apenas em instituições oficiais públicas. Os alunos matriculados no ensino secundário, em instituições particulares, após esta lei, deveriam prestar os exames de admissão na instituição de ensino superior de interesse e não mais seriam válidos os exames realizados nestes estabelecimentos de ensino. Desse modo, o Ginásio Leopoldinense, dentre outras instituições particulares de ensino secundário, deixou de ter seus exames equiparados aos do Colégio Pedro II (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.102, p.1, 09 abr. 1911).

Em decorrência, os alunos do Ginásio Leopoldinense tiveram que viajar para Campos, no Rio de Janeiro, junto do professor e diretor técnico de ensino José Botelho Reis, para se submeterem ao exame da banca examinadora federal. Esse dado foi apresentado na notícia publicada em 18 de dezembro de 1915, no *Jornal Gazeta de Leopoldina*, juntamente com a relação dos alunos que participaram destes exames, os respectivos anos que estavam cursando e também sua filiação. Além do exame realizado na instituição oficial de Campos, Rio de Janeiro, por 19 alunos, em 1915, os exames finais dos demais anos do curso secundário foram realizados, no próprio Ginásio Leopoldinense, cujos resultados também foram divulgados pelo jornal (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 18 dez. 1915).

No ano seguinte, seriam publicados os resultados dos exames realizados em Campos, pelos alunos do Ginásio Leopoldinense, nas matérias de Álgebra, Aritmética, Latim, História Geral e do Brasil, Português, Francês e Geografia, Chorografia do Brasil e Cosmografia, sendo o maior resultado com média 9,5, em Aritmética, e o menor 3,6, também nesta matéria, além de Álgebra, Geografia, Chorografia do Brasil e Cosmografia, não havendo reprovados (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 206, p.1, 11 jan. 1916).

Frente ao novo contexto, de maior liberdade do ensino e menor fiscalização do Estado, além da perda de alunos, o Ginásio Leopoldinense deparou-se ainda com a ampliação da concorrência, visto que novos estabelecimentos particulares foram sendo criados na região, como, por exemplo, o do professor J. de Athayde, fundado na Vila de São Manoel, em 1915 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 189, 15 dez. 1915).

A extinção da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário particulares ao Colégio Pedro II, em decorrência da Reforma de ensino, que em 1911, diminuiu a interferência do Estado sobre estas instituições, aliado ao fato de que o diretor do Ginásio Leopoldinense se opôs à candidatura do presidente Hermes da Fonseca ⁵⁸, tornaram o estabelecimento de ensino e sua direção alvos de severas críticas do Jornal *O evolucionista*, que chegou a comparar o Ginásio Leopoldinense a uma “Fábrica de diplomas”.

As críticas permaneceriam sendo tecidas pelo próprio Randolpho Chagas, em 1915, que, integrando a liderança local de oposição a Ribeiro Junqueira, atacou o Ginásio Leopoldinense, em seu discurso realizado na Câmara Municipal de Leopoldina, em 07 de dezembro de 1915, denominando o estabelecimento de ensino como “Flor de abacate”. ⁵⁹ O fato teria sido noticiado em outros jornais, sob a iniciativa do deputado Augusto de Freitas, cujo desentendimento com o diretor do Ginásio Leopoldinense teria sido transcrito pelos órgãos do partido de Randolpho Chagas. Em reposta, o diretor do Jornal *Gazeta de Leopoldina* publicou:

O órgão da política de Randolpho Chagas, depois de um pequeno armistício, voltou domingo, no duro, investindo contra o Ginásio (...) respondendo ao discurso do deputado Augusto de Freitas, disse na tribuna o sr. Deputado Passos de Miranda: “Ora, saiba o nobre deputado vindo da Bahia, que de par com o Anchieta, há outros colégios equiparados, que tem os seus exames válidos, não perante a Suíça, (...) não perante os Estados Unidos, porque sua excia entende que a instrução lá, não sendo monopolizada, não vale coisa nenhuma; mas perante universidades da Alemanha e da Bélgica. O colégio de Leopoldina (referindo-se ao Ginásio) a que a sua excia se referiu como flor de abacate, tem seus exames válidos perante a universidade belga de Liège, e alemãs de Berlim e Mittwaida (...) (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 183, p.1, 07 dez. 1915).

Para corroborar a boa reputação da instituição, foram publicadas as impressões do diretor do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, José Lintz, aliado político, nomeado por Américo Ferreira Lopes, para presidir a realização dos exames da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, naquele mesmo ano.

⁵⁸ O governo do Estado de Minas Gerais, entre 1910 e 1914, estava sob a presidência de Bueno Brandão, e a do país, a cargo do Marechal Hermes da Fonseca, membro do Partido Republicano Conservador.

⁵⁹ Metáfora que compara o Ginásio Leopoldinense à “flor de abacate”, que é uma flor hermafrodita e pequena. Embora a planta possa produzir milhões de flores, sua frutificação é baixa, influenciada por vários fatores como as raças, os enxertos, o clima e, principalmente, a temperatura, que pode levar à formação de frutos sem valor comercial. MELO, B. Cultura do abacateiro. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br/abacate.html#1>. Acesso em: 02 de maio de 2015.

(...) observei com cuidado o modo por que são processados os exames e, *de visu*, conclui que tudo está de acordo com o programa oficial e que as leis e regulamentos que regem as escolas normais são seguidos com escrúpulo, resultando então:

- a) O lucro ou benefício social – o preparo sólido e substantivo do aluno;
- b) Como corolário da letra, a não buscarem os dignos diretores da escola, em virtude do modo como são processados os exames, lucro pecuniário, mas quererem tão somente um instituto modelo, onde se preparem com cuidado, carinho e zelo, os nossos professores;
- c) Chamar assim, a concorrência, o convívio social de Leopoldina, a atividade coletiva duradoura, porque só os institutos sérios podem ter existência definida (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 185, p.1, 10 dez. 1915).

Antônio Carlos também proferiu um discurso apoiando José Monteiro Ribeiro Junqueira, contra a acusação de Mauricio de Lacerda. Esta era de que o *Jornal Gazeta de Leopoldina* teria publicado notícias que atacavam o presidente do Estado de Minas Gerais, Delfim Moreira (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 66, p.1, 18 jul. 1916).

As publicações do jornal de oposição são expressões do que Leal (2012) definiu como “mandonismo”, que se manifestava na perseguição aos adversários. Também evidenciaram a dependência entre o prestígio dos coronéis e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorgava. Sem o apoio do coronel o governo não se via obrigado a um tratamento de reciprocidade, o que acabava por abalar sua liderança (LEAL, 2012).

No ano de 1916, entretanto, o problema foi amenizado, com a aprovação pelo senado de uma emenda, a qual determinava que o Conselho Superior de Ensino ⁶⁰ pudesse nomear, uma vez por ano, uma comissão examinadora de alunos.

Como prerrogativa, estes deveriam estar matriculados durante o último período letivo, em colégio idôneo de instrução secundária, que funcionasse em cidade onde não houvesse ginásio oficial, nem estabelecimento equiparado a este, o que lhes daria o direito de se inscreverem para os exames vestibulares, nas Faculdades oficiais (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 200, p.1, 30 dez. 1915).

⁶⁰ O Conselho Superior de ensino foi criado em 1911, pelo decreto nº 8.659, de 05 de abril. Tinha função normativa de gestão superior e mediação entre o governo e as escolas. De acordo com Cury (2006, p.45), sua função era “fazer transitar os cursos superiores do regime oficial para o de corporações autônomas”.

A Reforma Maximiliano, em 1916, regulamentou as bancas examinadoras de exames de preparatórios, em estabelecimentos particulares de ensino. Os diretores de colégios de instrução secundária poderiam voltar a constituir banca examinadora na própria instituição, desde que cumprissem os seguintes requisitos:

Art. 1 - Não houver na localidade ginásio oficial ou equiparado a este; Funcionar regularmente há mais de 5 anos; Possuir corpo docente idôneo.

Art. 2 – Os examinadores serão pessoas idôneas da localidade e deverão ser escolhidos pelos membros do conselho quando não encontrar em outros municípios competentes que aceitem a comissão.

Art. 3 – O Conselho Superior cuidará de dar suporte e hospedagem aos examinadores e inspetor do Colégio, o qual irá depositar na secretaria do Conselho, conjuntamente com os vencimentos do inspetor de 10 mil reis por matéria, que será distribuído aos examinadores, após concluído o trabalho.

Art.4. – O presidente do Conselho Superior proporá ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores a nomeação de um brasileiro familiarizado com as questões de ensino e não residente na localidade onde o colégio funcione, a fim de inspecionar os exames.

§ 1º O inspetor verificará se os candidatos comparecem as aulas do instituto no último período letivo.

§ 2º Assinará todas as atas de exames e terá novo impeditivo das aprovações que lhe parecerem imerecidas.

§ 3º - receberá a verba de 1 conto de reis além das despesas de viagem e hospedagem, na ocasião em que for empossado do cargo e outro conto de reis quando os seus atos forem aprovados pelo Conselho Superior e tomar conhecimento do relatório sobre os exames.

§ 4º - Se o Conselho julgar insuficientemente ser o inspetor, este perderá a segunda prestação de honorário, a favor do patrimônio do instituto oficial à escolha do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art.5º – A concessão de bancas examinadoras será feita uma vez por ano, podendo o Conselho recusá-la quando entender justo, sem direito a reclamação alguma por parte da direção do colégio. Será também feita a cada ano a nomeação de inspetor em comissão e dos examinadores, que serão escolhidos de preferência entre os professores do ginásio oficial ou a este equiparado.

Art.6º - os certificados de aprovação subscritos pelo presidente da comissão examinadora de cada matéria e verificados pelo inspetor darão ao estudante o direito de inscrever-se para prestar exame vestibular perante as academias oficiais e equiparadas a estas.

Art.7º – Os estudantes que tiverem prestado exames de preparatórios aos colégios militares não precisarão repeti-los perante as comissões examinadoras nomeadas pelo Conselho Superior para se inscreverem para exame vestibular (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 211, p.2, 16 jan. 1916).

O Ginásio Leopoldinense preenchia todas as condições exigidas na lei votada pelo Congresso, de acordo com afirmação do diretor técnico do Ginásio Leopoldinense, José Botelho Reis. Isto representava uma vantagem para os alunos, além de ser de alcance econômico para os pais, pois apesar da Reforma de 1911, em que o curso secundário da instituição perdeu o status de equiparado ao

Colégio Pedro II, foi mantido o Programa de ensino, segundo os moldes desta instituição oficial. Contudo, uma vez extinta a equiparação, a matrícula poderia ser realizada no curso secundário em qualquer época do ano (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 209, p.1, 14 jan. 1916).

Em 1916, foram reabertas as aulas do curso primário e secundário do Ginásio Leopoldinense, em 07 de março, e os alunos matriculados puderam prestar exames de preparatórios no próprio estabelecimento de ensino, válidos para matrícula em qualquer ensino superior. Não poderiam participar das bancas examinadoras, entretanto, candidatos estranhos ao estabelecimento de ensino, tendo a instituição como prerrogativa, seguir os programas oficiais, de acordo com o regulamento do Governo Federal (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 225, p.1, 03 fev. 1916).

No mesmo ano, o Conselho Superior do Ensino concedeu, então, bancas examinadoras aos seguintes estabelecimentos mineiros: Ginásio Leopoldinense, Ginásio Cataguases, Colégio Diocesano Sagrado Coração de Jesus de Uberaba, Academia de Comércio de Juiz de Fora e Liceu Municipal de Muzambinho, obtendo o Ginásio o 2º lugar, com 457 alunos inscritos (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.93, p.1, 19 ago. 1916).⁶¹

2.4.2

As Reformas de ensino e a Escola Normal

A organização do campo educacional no início da República implicava a profissionalização da atividade dos professores. Esta, por sua vez, implicava uma formação específica que se iniciou com a criação de escolas normais para preparar os professores primários.

Estas iniciativas, no entanto, precedem este período. Desde o Império, eram vistas como o ‘locus’ mais adequado para a formação de professores. Em Minas Gerais surgiram em 1872, sendo uma escola normal na capital e uma em Campanha; em 1879, uma em Diamantina e no ano de 1880, uma em Montes Claros e outra em Paracatu (MARTINS, 2009).

⁶¹ A Revista da Semana (RJ), de 15 de dezembro de 1923, focaliza em reportagem os exames da banca examinadora em Leopoldina, onde ressalta que de mais de cem alunos, apenas 3 foram aprovados (apud ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Em 06 de setembro de 1906, o presidente do Estado de Minas Gerais concedeu ao Ginásio Leopoldinense, a prerrogativa de Escola Normal. Tendo em vista que esta instituição de ensino particular estava organizada segundo o plano de ensino da escola Normal oficial do estado, sua equiparação se deu conforme a autorização contida no art.8 da lei nº 318, de 16 de setembro de 1901.

No entanto, o decreto nº 1912, de 06 de setembro de 1906, que autorizou o funcionamento da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense apareceu no discurso do presidente da Câmara e redator chefe do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, José Monteiro Ribeiro Junqueira, como uma “velha aspiração dos leopoldinenses”:

Instituto profissional que é, a Escola Normal atrairá a Leopoldina todos quantos, nas zonas mais próximas, queiram se habilitar à honrosa profissão do professorado, ao mesmo tempo em que permite aos filhos da terra, que não tem recursos para estudar alhures, a conquista, pelo estudo, de um diploma que os habilitasse uma profissão digna por todos os títulos. (...) (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.21, p.1, 16 set. 1906).

Sobre a concessão desse decreto, que dava prerrogativa para funcionar uma Escola Normal no Ginásio Leopoldinense, o Jornal *Gazeta de Leopoldina* transcreveu a notícia publicada no Jornal *O Cataguazes*, que parabenizava o município pelo “melhoramento tão precioso ao progresso local”: “(...) nas condições em que está montado, o Ginásio Leopoldinense mostra-se igual, senão superior, aos similares de qualquer outro ponto, não lhe podendo faltar a animação do povo, e o concurso dos pais de família (...)” (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.22, p.1, 23 set. 1906).

Com a finalidade de iniciar o funcionamento da Escola Normal, de acordo com os fins que lhe eram destinados, as obras de reforma do prédio anexo ao Ginásio Leopoldinense foram iniciadas. Para as escolas normais equiparadas à escola oficial do estado ⁶², mantidas por particulares, associações ou municipalidades, o regulamento da instrução primária e normal de nº 439, de 28 de setembro de 1906 ⁶³, previa o pagamento trimestral ou semestral da quantia de 2:000\$000, destinado ao serviço de fiscalização, sendo ainda exigida a adoção dos mesmos programas de ensino das escolas oficiais, estando sujeitas à perda das

⁶² De acordo com Ferreira (2010), a Escola Normal da capital mineira foi instalada oficialmente, em março de 1907. Fato que indica que a equiparação se deu anteriormente ao funcionamento da instituição oficial, sendo que ambas as Escolas foram criadas e começaram a funcionar no mesmo ano.

⁶³ Este regulamento seria aprovado pelo decreto n.1960, de 16 de dezembro de 1906.

regalias e vantagens, em caso de descumprimento das regras (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.3, 05 out. 1906).

Além dos impactos sofridos pela introdução de uma Escola Normal, no município, a Reforma João Pinheiro autorizava ao governo reformar o ensino primário, normal e superior do Estado, apontando novas mudanças no cenário educacional de Leopoldina, no ano de 1907.

No que tange ao Ensino Secundário e Normal, a lei nº 463, de 12 de setembro de 1907, dispõe sobre este ensino no estado de Minas Gerais, sugerindo um ensino secundário e normal de caráter dual, voltado tanto para o ensino das artes quanto da agricultura e trabalhos manuais, respectivamente.

Art.1 – O ensino secundário tem por objetivo cultivar e desenvolver a inteligência para os cursos superiores, para as artes e demais indústrias. Art.2 – O poder executivo deve organizá-lo sobre as seguintes bases: compreender as disciplinas necessárias para a educação intelectual em seu duplo aspecto. Poderá ser dividido em dois ciclos, com duração e fins estabelecidos em regulamento. O ensino para artes e agricultura será de caráter prático. (...) Contratar professor de nacionalidade inglesa, francesa e alemã para ensino prático de línguas. Rever e modificar os programas de ensino. Reorganizar e aumentar os gabinetes de física, química e história natural. Art.3- Subsidiar as escolas normais equiparadas que adotam o programa, organizando o ensino profissional para qualquer dos sexos, especialmente trabalhos manuais e pequenas indústrias que possam ser exercidas por mulheres. Art.4 - Subsidiar escolas normais equiparadas ou não, que ensinem inglês, francês ou alemão, por professores destas nacionalidades. Art.5 - Serão nomeados adjuntos e substitutos aqueles que regem as divisões e subdivisões das cadeiras exercendo as atribuições que forem definidas no regulamento. (...). Art.6 – Habilitará matrícula no Ginásio Mineiro a certidão de aprovação no curso primário adotado na última reforma do ensino primário, podendo os não aprovados se submeterem a exame de admissão perante comissão de 4 lentes e o secretário do interior. Art.7 – serão admitidos alunos gratuitos até o máximo de 20 no externato e 10 no internato, dentre os que se distinguirem no ensino primário. Para admissão destes haverá concurso perante comissão nomeada pelo governo. Em igualdade de gratuidade os filhos de funcionários públicos municipais, estaduais e federais há mais de 10 anos. Art.8 – Perdem o direito à gratuidade alunos que forem reprovados em alguma matéria do curso. Art.9 – a admissão de alunos gratuitos é de competência do secretário de Interior. (...) (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. p.2, set. 1907).

A Reforma previa que os alunos pobres que se destacassem no ensino primário público poderiam ser admitidos em estabelecimentos particulares, o que se dava mediante subvenções do Estado. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, nº 35, p. 2, 23 dez. 1906; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Nesse sentido, o Ginásio Leopoldinense contava com subvenções e diversas regalias, não apenas em decorrência da equiparação aos estabelecimentos de ensino oficiais, mas também pelos benefícios providos pela Câmara Municipal.

Como por exemplo, a lei nº 233, de 08 de abril de 1911, que isentou o Ginásio Leopoldinense de pagar impostos ao município, com exceção do imposto cobrado em relação ao lixo, desde que aceitasse um aluno externo gratuito, residente no município, designado pela Câmara Municipal, lembrando que o presidente era membro do corpo docente da instituição. E ainda, a lei nº 231, de 08 de abril de 1911, que dava permissão à instituição para criar, no terreno doado pela Câmara Municipal, pocilgas para engorda de suínos, com a finalidade de ensinar os alunos (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, 21 abr. 1911).

Estes exemplos vão ao encontro da afirmação de Franco (1997, p.236), no sentido de que “o serviço do estado fez-se com agentes que detinham de fato os meios de administração, fundindo-se patrimônio estatal e propriedade privada e superpondo-se autoridade oficial e aparelho do estado, especialmente através da apropriação de terras (...)”.

Os diretores do Ginásio Leopoldinense enquanto chefes locais foram além, no sentido de utilizar essa instituição como uma estratégia para expandir seus esquemas de atuação para além do setor econômico. Esta instituição de ensino se configurou como um aparelho institucional que em certa medida colocava o estado a seu serviço.

José Monteiro Ribeiro Junqueira e Custódio Junqueira distinguiram-se, portanto, do modelo de fazendeiro citado por Viscardi (1995), que segundo a qual, era incapaz de transcender os limites de suas terras, tendo seu poder confinado aos seus latifúndios, impedindo-os de se situarem socialmente.

Enquanto presidente da Câmara Municipal, este último atribuía a criação e o provimento de escolas públicas estaduais primárias, que integravam a reforma de ampliação da instrução popular, às suas iniciativas voluntárias para o município.

O ano de 1916 foi marcado pela lei nº 4524, de 21 de fevereiro, que promulgou o regulamento que uniformizou o ensino nas escolas normais modelos, regionais e equiparadas ao estado, estabelecendo a igualdade de preparo dos professores diplomados por esses estabelecimentos. Desde o decreto nº 3738, de 5 de novembro de 1912, no entanto, tinham estas últimas escolas uma organização distinta da Escola Normal Modelo da Capital.

Sobre este regulamento, o diretor técnico José Botelho Reis publicou uma série de artigos no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, a partir de 01 de março de 1916. Segundo ele, o documento buscava melhorar a distribuição das matérias entre os quatro anos de curso e preceituar a execução dos programas, além de firmar garantia de fiscalização do ensino.

Esse posicionamento foi ao encontro da fala do Secretário do Interior, Américo Lobo, exceto no que diz respeito às mudanças do programa de ensino das escolas normais referentes à redução do tempo de duração do curso, e consequentemente, das aulas de língua portuguesa. Estas eram oferecidas nos 4 anos do curso, em 9 horas semanais, e com a reforma passariam para 8 horas semanais, em 3 anos de curso. O diretor enfatizou, com isso, a importância do estudo da língua materna, seguindo o exemplo de países estrangeiros, e criticou as frequentes mudanças em relação à organização das escolas normais do Estado ocorridas sob a administração de Delfim Moreira, nos últimos cinco anos: decretos nº 3123, nº 3191, nº 3738, nº 3823, nº 4524. Neste período, três anos e meio, ele atuou na superintendência da Secretaria do Interior ⁶⁴ e um ano e meio como Presidente do Estado de Minas Gerais (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 01 mar. 1916; p.1, 05 mar. 1916).

Nova proposta de Reforma foi apresentada em 1921, por Dr. Ramiz Galvão, presidente do Conselho Superior de Ensino. Tratava-se de um projeto de remodelação do ensino primário, secundário e profissional que seria levado ao Congresso Nacional e que intentava a criação de um Conselho Nacional de Educação, a fim de unificar o ensino (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.129, p.1, 16 out. 1921).

Em 1923, com a área de educação já sob a administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a Lei n. 4.632, de 06 de janeiro daquele mesmo ano, autorizava o Presidente da República a remodelar o Conselho Superior de Ensino

⁶⁴ Criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891, para tratar de assuntos referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições, leis e às relações do estado de Minas Gerais com os governos dos outros estados e o federal. Entre 1901 e 1910 a repartição de terras, colonização e imigração foi transferida para essa secretaria. Em 1926, pela lei nº 919, de 4 de setembro, os serviços de administração da polícia, segurança pública, assistência e saúde pública foram transferidos para a recém-criada secretaria de segurança e assistência pública, até 1930, quando retornaram para a secretaria do interior, e os serviços relacionados à instrução pública passaram à secretaria de educação. Informações: Secretaria do interior. Fundo da Secretaria do interior. Arquivo Público Mineiro. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

e o Conselho Universitário, instituindo-se o Conselho Nacional de Instrução com atribuições amplas para o desenvolvimento e para o aperfeiçoamento da instrução pública no Brasil (CURY, 2006).

Essa reforma foi corporificada pelo decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925, que transmudou o Conselho Superior de Ensino, criado em 1911, para Conselho Nacional de Ensino e criou o Departamento Nacional de Ensino como órgão executivo do Conselho Nacional de Ensino e como “centro coordenador” que supervisionasse a autonomia das instituições escolares (CURY, 2006, p.46).

2.4.3

As reformas do ensino primário e a criação do Grupo escolar

A lei nº 463, de 12 de setembro de 1907, que dispõe sobre a instrução no estado de Minas Gerais, repercutiu sobre o ensino primário, uma vez que previa a supressão das escolas isoladas nos lugares onde houvesse grupos escolares. No ano de 1908, foi criado um Grupo Escolar em Leopoldina e fechadas as escolas de Gramma e dos distritos, sob o pretexto de falta de frequência dos alunos, sendo mantido o funcionamento apenas das escolas de São Joaquim, Leopoldina, Recreio e Rio Pardo.

Somente em 1907, seria reestabelecido o ensino em três escolas de Leopoldina, pelo secretário do interior: dos professores Maria Barbara da Conceição Medeiros, Maria Brigida de Medeiros Castanheira e Bento Bernardes Castanheira; em Providência, do professor Olympio Duarte Pereira, e em Santa Izabel, do professor Antônio Augusto da Silva (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 7 mar. 1907).

O fechamento destas escolas indicou ainda uma mudança de paradigma educacional, que buscou privilegiar o modelo representativo de instituição escolar republicano, em detrimento do modelo imperial representado pelas escolas isoladas.

Antes da criação do Grupo Escolar⁶⁵ pelo decreto nº 2112, de 14 de outubro de 1907, instalado em maio de 1908, o ensino público primário do município de

⁶⁵ Os Grupos Escolares foram criados a partir de 1890, no estado de São Paulo, como um símbolo do Estado Republicano que se constituía, representando uma mudança na concepção e organização

Leopoldina e seus respectivos distritos ⁶⁶ dava-se, exclusivamente, através de escolas constituídas de uma sala de aula, com carteiras escolares alugadas por um único professor. Este recebia, além de subvenção, uma quantia para aluguel da casa onde residia e ministrava suas aulas para o mínimo de vinte alunos. Estas eram as escolas isoladas, “(...) escolas, de modo geral, multisseriadas, de um único professor, que ocupa uma casa alugada para tal fim ou, o que é mais comum, a sua própria residência, onde exerce o ofício” (ROCHA, 2009, p.24).

Além de um professor para cada distrito, havia também um inspetor escolar, ambos mantidos pelo governo municipal. Estes professores exerciam a função através de concurso público exigido pela lei nº 107, de 1897 ⁶⁷, instituído durante a administração do presidente da Câmara de Leopoldina, José Monteiro Ribeiro Junqueira. Este apontava em seu discurso o problema da falta de recursos para manutenção de todas as escolas dos distritos. Nesse sentido, responsabilizava-os pelo fornecimento de prédios para as escolas, a fim de desonerar o município. Os distritos que não o fizessem, teriam suas escolas suprimidas (Nogueira, 2004).

A iniciativa de criação dos grupos escolares se deu no governo de João Pinheiro, a partir da lei nº 439, que autorizou o governo a reformar o ensino primário. A nova organização da instrução primária e das escolas normais do Estado de Minas Gerais foi expressa pelos decretos:

1º) Decreto nº 1947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou o programa de ensino; 2º) Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, que aprovou o regulamento da instrução primária e normal do Estado; 3º) Decreto nº 1969, de janeiro de 1907, que aprovou o regulamento interno dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado; e, por último, o Decreto nº 1982, de 18 de fevereiro de 1907, que aprovou o regimento interno da escola normal da capital (GONÇALVES, 2006, p.63).

Os Grupos escolares eram providos de prédios próprios constituídos da reunião de no mínimo quatro escolas. Conforme o art. 22, do decreto nº 1960 de

da escola e integrando um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino. (FARIA FILHO, 2000).

⁶⁶ Leopoldina (sede), Recreio, Providência, Thebas, Piedade, Campo Limpo, Santa Isabel, Conceição da Boa Vista, Rio Pardo e São Joaquim. Em 1911, pelo censo de 1901, a população era de 43.773 habitantes sob um território de 1495 km. Anuário de Minas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212679&PagFis=1142&Pesq=Gin%C3%A1sio%20Leopoldinense>. Acesso em: 16 jul. 2015.

⁶⁷ Desde a criação do grupo escolar, em 1907, a menção a concurso para as cadeiras das escolas públicas de Leopoldina somente apareceu em 24 de março de 1916, sendo anteriormente publicadas apenas as nomeações, realizadas pelos diretores dos estabelecimentos ou secretários do interior, licenças e remoções, realizadas geralmente, pelo próprio chefe local (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 24 mar. 1916).

1906, estes novos estabelecimentos de ensino tinham matrícula mínima igual ao das escolas isoladas e seus professores estavam submetidos “a um plano salarial do Estado, que valorizava acima de tudo o professor do grupo escolar situado em cidade ou vila” (ROCHA, 2009, p.25) ⁶⁸.

A dinâmica do Grupo escolar era diferenciada da realidade das escolas isoladas. Estas eram criadas como mantidas pelo Estado e seu descredenciamento ou suspensão era permanente, pois a frequência escolar ficava a cargo do professor, o que implicava em perda de subsídio ou em ficar disponível, podendo tornar-se auxiliar em outra escola ou ter seu salário reduzido. ⁶⁹

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000, p.25) e Faria Filho (2001), esta instituição era concebida e construída como “templo do saber”, “palácio da modernidade” que encarnava os preceitos republicanos. Representava uma ruptura com o símbolo do passado e da miséria, as escolas isoladas, as quais funcionavam sem infraestrutura adequada.



Figura 12 - Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1916 ⁷⁰

⁶⁸ De acordo com Gonçalves (2006), além da reorganização da carreira docente, a reforma buscou estabelecer o ensino gratuito e obrigatório, promover a graduação das escolas, estabelecer o programa de ensino e regulamentar a inspeção técnica e administrativa do ensino.

⁶⁹ Por exemplo, a escola de Gramma, que funcionava no município, foi suprimida pela lei n.163 de 10 de fevereiro de 1907, mas continuou funcionando com subvenção por atender 20 alunos pobres indicados pelo presidente da Câmara Municipal (NOGUEIRA, 2004).

⁷⁰ ALUNOS do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, em 1916. História das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Os fundadores do Grupo escolar de Leopoldina, no entanto, parecem não terem seguido estes preceitos que de modo geral nortearam o projeto de construção destas novas instituições. No caso de Leopoldina, o prédio do Ginásio Leopoldinense, instituição particular de ensino criada no ano anterior, sobrepujou o do Grupo escolar.

Este foi criado em 14 de janeiro de 1907 pelo decreto nº 2112 e inaugurado em 09 de março de 1908, recebendo o nome de Grupo Escolar de Leopoldina.⁷¹ Apesar de seguir as orientações de higiene, sendo constituída de várias janelas que garantiam a ventilação do local, a fotografia nos mostra que a construção do Grupo escolar não apresentava a monumentalidade atribuída às instituições públicas primárias criadas no período. Logo nos primeiros anos de seu funcionamento apresentou a necessidade de reformas em suas instalações, devido às condições precárias de suas paredes, sendo necessária sua transferência para outro prédio, mais afastado da região central.



Figura 13 - Novo prédio do Grupo escolar Ribeiro Junqueira.⁷²

⁷¹ Apud: Histórias das escolas de Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/escola-municipal-ribeiro-junqueira/> . Acesso em: 06 fev. 2016.

⁷² Fonte: Jornal Leopoldinense. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/1833/alunos-do-grupo-escolar-ribeiro-junqueira-defronte-sua-entrada-original--1924>. Acesso em: 06 fev.2016.

O novo prédio, seguindo um modelo arquitetônico mais sofisticado e amplo que o primeiro, deu lugar ao Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, que recebeu esse nome em homenagem a José Monteiro Ribeiro Junqueira, que vendeu o terreno à prefeitura, conforme escritura datada de 30 de dezembro de 1922.⁷³

No ano seguinte ao início de seu funcionamento, seria criado o curso primário do Ginásio Leopoldinense, instituição particular dirigida pelo presidente da Câmara juntamente com José Ribeiro Junqueira. Esse novo estabelecimento tinha o objetivo de absorver os filhos da elite que frequentavam o grupo escolar e prepará-los para o curso secundário também oferecido no local.

A proposta do curso particular era de um programa de ensino diferenciado do desenvolvido na instituição primária pública, que segundo os diretores da instituição deveria estar voltado para atender as especificidades e necessidades das crianças pobres.

Ainda que o Grupo escolar não tenha se constituído como referência única no município, não podemos desconsiderar que o modelo de organização adotado seguiu o das outras instituições públicas de ensino primário criadas no período.

Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p.27), eram características comuns dos grupos escolares: “a organização seriada das classes”, “a utilização racionalizada do tempo e dos espaços” e “o controle sistemático do trabalho das professoras”.

A construção e a legitimação desses novos tempos e ritmos perpassavam não apenas o horário das aulas, como enfatizado pelos autores, mas também a quantidade e o sexo dos alunos, os programas e métodos de ensino.

Por exemplo, em 1916, o Grupo escolar Ribeiro Junqueira possuía 264 matrículas, sendo 192 alunos frequentes. Funcionava em dois turnos: de 7 às 11, para crianças do sexo feminino, e de 12 às 16, para as do sexo masculino, tendo como professoras interinas: Antonieta Guarliglia, Marinha Soares e Antonia Pagano (Gazeta de Leopoldina, p.1, 4 mar. 1916).

A infrequência dos alunos levou a instituição a adequar sua organização interna à realidade de vida destes estudantes, a fim de atender também as

⁷³ Em 1973, a Prefeitura doou o terreno ao estado. O prédio foi remodelado e sua inauguração oficial foi em 14 de outubro de 1974. Apud: Histórias das escolas de Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/escola-municipal-ribeiro-junqueira/>. Acesso em: 06 fev. 2016.

prescrições que determinavam o controle do índice de matrículas e de frequência. Por exemplo, em 1918, aumentou o número de alunos e professores. A duração das aulas foi reduzida de 4h para 3h40. Percebeu-se também que alguns meninos passaram a frequentar as aulas no turno da manhã, em turma mista, o mesmo se dando em relação à constatação da presença de meninas na escola mista no turno da tarde, antes inexistente.

A escola passou então a funcionar com mais cinco professoras, assim distribuídas: no 1º turno, de 7 às 10:40, a turma do 4º ano misto, da professora Dulce Junqueira, uma turma de 3º ano feminino, da professora Marieta Guariglia, uma turma de 2º ano feminino, da professora Maria Pagano, e uma de 1º ano feminino, de Feliciano Torres. No 2º turno, de 12 às 15h40, o 3º ano masculino, de Esther Fialho, o 2º ano masculino, de Maria do C. Castro, e dois primeiros anos, sendo um masculino, de Edna M. Estevam, e um misto, de Antonieta Guariglia, substituta de Olinda Matolla, adjunta (Gazeta de Leopoldina, n.202, 08 jan. 1918).⁷⁴

A presença exclusivamente de mulheres atuando no magistério e também nas turmas exclusivamente masculinas indicou que a feminilização da profissão, no caso desta instituição, não se deu em decorrência do aumento do número de estudantes do sexo feminino nas escolas primárias. Bem como a coeducação apareceu mais como uma necessidade de preencher o número mínimo de alunos exigido para a abertura de uma turma⁷⁵ e também de atender a necessidade das famílias, do que em função de uma proposta pedagógica de não segregação entre os gêneros. Isso porque foram mantidas em sua maioria as turmas exclusivamente masculinas e femininas, separadas por turno, sendo aberta apenas uma turma mista em cada turno.

A adequação dos tempos escolares às necessidades das famílias dos alunos revelaram também alguns embates em relação às tentativas de disciplinar o uso do tempo e alterar os costumes, pela escola. Estas relações presentes nas instituições educativas foram expressas por Magalhães (1998, p. 62), para o qual as escolas são “um lugar de permanentes tensões, (...) são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros socioculturais”.

⁷⁴ Sobre estas professoras ver mais informações no quadro anexo e capítulos 4 e 5.

⁷⁵ De acordo com Gonçalves (2006) eram exigidos 45 alunos matriculados por cadeira. Em 1911, o regulamento de ensino prevê a frequência mínima de 30 alunos por turma.

Isso ficou demonstrado quando o diretor do Grupo escolar, seguindo as orientações do Secretário do interior, determinou que o horário de funcionamento durante os meses de julho e agosto, de 1923, no 2º turno, deveria retornar ao horário estipulado no decreto que regulamentava os grupos escolares, ou seja, de 12:00 às 16:00. Autorizou apenas a alteração do horário do 1º turno, que teria início mais tarde, às 7:30, e terminaria às 11:30 (Gazeta de Leopoldina, n. 39, p.1, 16 jun. 1923).

A constituição de novas experiências de tempos e espaços escolares, em distinção de outros tempos e espaços de sociabilidade foi expressa também na iniciativa de criação da escola noturna que funcionava no mesmo prédio do Grupo escolar.

Tratava-se de uma escola do governo do estado inaugurada em 17 de setembro de 1921. Destinava-se ao ensino dos trabalhadores da lavoura maiores de 15 anos. As aulas eram lecionadas pela professora Cora Guimarães, entre 19:00 e 21:00 (Gazeta de Leopoldina, n. 58, p.1, 11 jul. 1923; n.108, 18 set. 1921).

A criação de escolas noturnas seria prevista pelo art. 166, do decreto de n. 3191 de 1911. E em 1917, seria criado o primeiro Grupo escolar noturno na capital do estado. A redução do tempo de duração do curso de quatro para dois anos havia sido prevista em 1918, pelo decreto nº 4930, de 06 de fevereiro de 1918, juntamente com a diminuição da carga horária diária, que passou de quatro para duas horas. Segundo Nogueira (2009), estas mudanças constituíram o processo de definição identitária dos cursos noturnos.

Ainda assim, a escola noturna de Leopoldina deixou de funcionar em alguns momentos, ora por falta de alunos ora pela necessidade de reforma.

Esteve à frente da direção do Grupo escolar de Leopoldina, Olympio Clementino de Oliveira, que anteriormente havia sido professor auxiliar no Colégio de Nossa Senhora do Amparo, de caráter feminino, e que recebeu o prêmio Estevam de Oliveira, em 1909, em homenagem aos seus 27 anos de magistério. Assumiu em 18 de novembro de 1907, sendo substituído, em 1911 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.63, p.2, 24 nov. 1907; n. 26, p.1, 23 mai. 1922; O LEOPOLDINENSE, 2 jul. 1882).

Reynaldo Matolla de Miranda assumiu a direção em 1911. Era capitão assistente da Comarca da Leopoldina, em 1887. Foi nomeado acionista da Sociedade Anônima: “Arcádia Leopoldinense” constituída em 04 de junho de

1891. Atuou como redator do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, além de ter lecionado neste mesmo Grupo escolar, na 5ª cadeira do sexo masculino, e no Ginásio Leopoldinense. Nasceu em Santo Antônio do Aventureiro, na Zona da Mata (JORNAL DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 22 set.1893).

Foi diretor até o ano de 1914, quando então Augusto dos Anjos assumiu por apenas quatro meses, em decorrência de sua morte precoce. Posteriormente, José Lintz permaneceria na direção até a data de seu suicídio, em 15 de julho de 1923, assumindo a direção do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, Emílio Ramos Pinto, normalista formado pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, em 1909 (O LEOPOLDINENSE, Leopoldina, 25 nov.1894).



Figura 14 - Diretores do Grupo escolar de Leopoldina ⁷⁶

O destino da instrução primária no Brasil foi discutido na Conferência Internacional do Ensino Primário realizada em 12 de outubro de 1921. Dentre os assuntos tratados, estavam a difusão do ensino primário, as escolas rurais e urbanas e a organização dos programas, a organização e uniformização do ensino normal e primário nacionais, a criação do Patrimônio do Ensino Primário Nacional, a fiscalização de escolas estrangeiras e a criação de um Conselho

⁷⁶ Respectivamente, Augusto dos Anjos e José Lintz. Fontes: *Gazeta de Leopoldina*, julho de 1918, p.2, c.4. Augusto dos Anjos. Disponível em: <http://www.poesiaspoemaseversos.com.br/w/wp-content/uploads/2012/01/augusto-dos-anjos-perfil.gif>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

Nacional de Educação, indicando tentativas de centralizar e unificar o ensino nacional (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.129, p.1, 16 out. 1921).

Esta perspectiva era compartilhada por Paranhos da Silva. Em suas considerações sobre o decreto nº 11530, de 21 de setembro de 1921, cujas bases o ex-ministro Carlos Maximiliano foi buscar no Conselho Superior de Ensino, defendia uma reforma de ensino que não asfixiasse a iniciativa particular, concorrendo ambas em incentivo a juventude e desenvolvimento da literatura pedagógica.

O ideário de preparar o homem para a vida social e do desenvolvimento das vocações individuais desponta na coluna: Novos ideais da educação, trazendo as ideias de José Ingenieros ⁷⁷, sob a tradução do diretor do Ginásio Leopoldinense, José Botelho Reis. (GAZETA DE LEOPOLDINA, 13 jun. 1922, n. 39, p.1, c.5; 17 jun. 1922, n. 40, p.1, c.1).

Sob tal perspectiva, os homens seriam desiguais naturalmente e a educação teria o papel de desenvolver sua aptidão específica. A educação social deveria estimular todas as vocações individuais e a escola formar homens capazes de cumprir seus deveres e de impor seus direitos, tratando-se de uma ponte entre o lar e a sociedade. O mestre, por sua vez teria o papel de ensinar aos outros tudo o que sabe, sendo comparado ao jardineiro que cultiva as sementes. Os interesses educacionais deveriam ser dirigidos pelos próprios educadores, portanto, o trabalho educacional implicaria maior responsabilidade social (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 47, p.1, 27 jun. 1922; n. 58, p.1, 11 jul. 1922; n. 60, p.1, 13 jul. 1922; n. 66, p.1, 26 jul. 1922).

Em decorrência da responsabilização do professor pelo futuro dos cidadãos da Nação republicana, Paulo e Silva escreveu ao secretário do Interior Fernando de Mello Vianna sobre a instrução e a limitação política do professor por ser um funcionário público. Apresentou como proposta para uma efetiva vocação pedagógica, tirar a educação e os professores da tutela da política, através da efetivação de concurso didático, bom ordenado, congresso de professores, boa fiscalização e obrigatoriedade do ensino (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 178, p.1, 31 jan. 1923).

⁷⁷ José Ingenieros (Giuseppe Ingegneri), ítalo-argentino, foi representante do pensamento positivista e socialista na Argentina, o qual aprofundou sua linha de pensamento aos aspectos morais e políticos, inspirando a juventude que protagonizou a reforma argentina, em 1918 (CALHAU, 2009).

No Congresso das municipalidades mineiras, realizado em 1923, foram definidos os membros das Comissões do ensino profissional e primário, no entanto, as conclusões aprovadas para o ensino não contemplaram as propostas anunciadas acima. Priorizaram, antes, questões como a cooperação do município com o estado, o auxílio para escolas primárias rurais e noturnas, as subvenções para as caixas escolares, e a transferência da responsabilidade de legislar sobre a obrigatoriedade do ensino primário às câmaras municipais. Dentre as conclusões aprovadas sobre a política e administração municipal, o Congresso sugeriu limitar a ação nociva do partidarismo político sobre o governo municipal, dando autonomia à administração municipal para realizar demissões (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 48, p.1; n. 33, p.108; n. 49, p.1, jun. 1923).

As medidas de descentralização do ensino aprovadas no Congresso das municipalidades apontam um descompasso em relação aos debates em defesa da centralização e unificação do ensino no âmbito nacional, propostas durante a Conferência Internacional do Ensino Primário.

2.4.4

A reforma do ensino agrícola

O ensino prático de agricultura já teria sido previsto na instituição, em 1906, pela lei municipal nº 189, de 06 de outubro, que autorizava o presidente da Câmara a adquirir por compra, o terreno necessário para fundação de um campo prático de demonstração agrícola, que seria criado durante a administração técnica do engenheiro Henrique Dias da Cruz. Esse campo seria utilizado, a princípio para as aulas práticas dos alunos do ensino primário, secundário e normal. No mesmo dia, foi aprovada também a lei municipal nº 190, que concedia ao Ginásio Leopoldinense a área à esquerda do largo Visconde do Rio Branco, para seu uso e gozo (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. LEOPOLDINA, p.3, 06 out. 1906).

Antes, porém, a Reforma de Ensino Rivadavia Correa, de 1911, caracterizada pela descentralização do ensino, buscou incentivar o desenvolvimento do ensino agrícola nos estados brasileiros.

O Decreto de 1911 criou ainda o ensino complementar de caráter profissional, sendo facultada a matrícula aos alunos entre 14 e 18 anos que estivessem no último ano ou concluído o curso primário. Segundo Nogueira

(2009), foram criadas duas modalidades de curso: o agrícola e o industrial, sendo o primeiro ministrado anexo aos grupos escolares situados em regiões produtoras.

Em 1911, o Ministério da Agricultura também passou a investir na contratação de profissionais ambulantes, para o ensino agrícola. Estes professores seriam especialistas na cultura do fumo, videira e indústria de laticínios. Para o ensino da cultura de beneficiamento do fumo, em prol dos lavradores, havia sido contratado o cubano Vicente Catalá, para atuar no estado de Minas Gerais.

Caberia aos professores ambulantes: a instalação de campos de demonstração, prestar consultas aos lavradores, realizar gratuitamente a análise de terras, sementes e adubos, e fazer propaganda em nome dos sindicatos, cooperativas e demais instituições agrícolas. O professor Pedro de Toledo, por sua vez, oferecia o curso de indústria de laticínios, onde seriam ensinadas noções de composição química e utilização do leite, fabricação do queijo e da manteiga, utilização dos subprodutos derivados da produção, processo de conservação e transporte do leite e seus derivados. Arthur D'Avellar, engenheiro agrícola, pela Escola Nacional de Agricultura de Grignon, na França, era, por sua vez, professor ambulante de laticínios, que fazia exposição e demonstração prática de diversos arados (GAZETA DE LEOPOLDINA. n.35, p.2, 27 mai. 1911; n.146, p.2, 04 out. 1911; n.159, p.1, 20 out. 1911).

Surge, então, associado ao Ginásio Leopoldinense, o Aprendizado Agrícola, que ficou sob a direção de Agostinho de Oliveira. Em 1922, com o decreto nº 6181, de 04 de setembro de 1922, passou a funcionar neste estabelecimento uma escola rural, com 40 alunos matriculados, que funcionou até o ano de 1926.

Com a morte do diretor técnico José Botelho Reis, a instituição deixaria de funcionar. Antes, porém, com a morte de Francisco Botelho, em 1923, o Aprendizado Agrícola já havia deixado de receber os auxílios que eram facilitados pela atuação do deputado federal, o que desencadeou o fechamento do curso e posterior substituição pelo curso comercial, ainda na década de 20.

2.4.5

Reformas no ensino superior

Sobre a Reforma de ensino secundário e superior que, em 1915, transitou pelo Congresso, a coluna de Fausto Gonzaga, no Jornal *Gazeta de Leopoldina*,

apontava um paradoxo em relação ao ensino superior. Segundo o redator, os cursos que demandavam preparo técnico científico e competência adquirida a custa de dispêndio de tempo e dinheiro em estudos especiais, deparavam-se com a impunidade do “charlatanismo impune no exercício das profissões liberais”. A exemplo, as farmácias e gabinetes odontológicos, que funcionavam ilegalmente e pagavam impostos, apontando a deficiente fiscalização e colocando em xeque os privilégios dos títulos concedidos pelas escolas superiores (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 190, p.1, 16 dez. 1915).

Esse período caracterizou-se pela tentativa de legitimar os saberes específicos desse campo de atuação, que deveriam ser produzidos exclusivamente em uma instituição específica, resultando em uma tentativa de fortalecer a identidade profissional e eliminar a concorrência em relação aos profissionais liberais que atuavam sem formação acadêmica.

Com isso, podemos afirmar que a constituição do campo acadêmico no Brasil foi se configurando, a partir dos cursos superiores que procuravam responder à necessidade de formar quadros autônomos, criando com isso uma elite capacitada para instituir novos padrões de organização.

Diante disso, José Monteiro Ribeiro Junqueira apresentou na Câmara dos deputados estaduais uma emenda ao orçamento do interior sobre equiparação dos estabelecimentos de ensino de Farmácia e Odontologia, com 3 anos de funcionamento, ginásios, escolas de Direito e Engenharia, com 5 anos, e de Medicina, com 6 anos, sendo exigida a adoção da organização pedagógica das instituições oficiais. Esta emenda, entretanto, obteve empate de 55 votos e seria novamente discutida e votada na Câmara (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.162, p.1, 14 nov. 1917).

Além disso, estas instituições lançaram mão de rituais e regras de reconhecimento que foram se conformando à autonomia ao campo acadêmico. De acordo com Grunennvaldt (s.d, p. 3):

A introdução contínua de mecanismos ordenadores que se materializavam nos planos de cursos, na diplomação de quadros, nas práticas de ensino e nas regras de conduta, requisitos básicos para admissão e formatura – os quais foram caracterizadores de projetos para o país –, surgiam das Faculdades, da Escola de Minas de Ouro Preto e da *Escola Militar*, tornando-se rituais e atingindo reconhecimento, ao conferirem pouco a pouco, forma para o campo acadêmico.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, o exército brasileiro se viu diante da precipitação de mudanças, tendo que formar seus quadros, ainda que de modo circunscrito, para atender aos ordenamentos internacionais. Essa formação, no entanto, não se restringiu às instituições militares, tendo os cursos superiores também se tornado palco de formação de reservistas do exército brasileiro.

Foi o caso do curso superior de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense, que a partir de 20 de fevereiro de 1916 foi atrelado ao Curso de Instrução Militar, tendo a primeira turma de alunos reservistas se formado naquele mesmo ano.

De acordo com Marcusso (2012) o ensino militar teria sido regulamentado pelo decreto nº 10198 de 30 de abril de 1913, tendo alguns artigos alterados pelo decreto nº 10832 de 28 de março de 1914. Este determinava a centralização da formação de oficiais do exército brasileiro e o ensino de caráter teórico-prático.

Estes regulamentos prescreviam as normas para o ensino militar das quais os programas das aulas não poderiam afastar-se. O ensino prático de caráter militar devia ser ministrado de acordo com os Regulamentos das diversas armas e serviços do Exército e com os métodos já consagrados na tropa. Este caráter foi incorporado ao programa de ensino que passou por reformulações, conforme apontam os regulamentos que se seguiram, de 1918 e 1919. Os Regulamentos de 1924 e 1929, por sua vez, evidenciaram a necessidade de o Exército brasileiro formar quadros de oficiais que transcendessem a formação profissional *tout court* conformada nos Regulamentos que configuraram a formação do oficial na década anterior (Grunenvaldt, s.d, p.25).

Além da articulação dos cursos superiores do Ginásio Leopoldinense com a instrução militar, no ano de 1916, a lei nº 677, de 12 de setembro, regulamentou o exercício de profissão de farmacêutico e o Programa de Ensino do curso de Odontologia passou a ser subordinado ao da escola oficial.

Ainda assim, a equiparação da Escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense concedida pelo Ministro do Interior somente foi homologada em 21 de março de 1921. Ano em que o curso de Odontologia do Ginásio Leopoldinense foi suprimido, em decorrência da falta de alunos matriculados, constatada desde o ano de 1917.

3

O Gymnasio Leopoldinense e seu Projeto Educativo (1906-1926)

Sobre a análise dos espaços e estrutura arquitetônica dos edifícios escolares, Magalhães (2005, p.142) afirma que não se podem desconsiderar aspectos como: “localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento, enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais”. É preciso considerar igualmente como e quando foram realizadas obras de conservação ou ampliação, observando as áreas pedagógicas e didáticas prioritárias e a ocupação destes espaços.

A construção do Ginásio Leopoldinense se deu em local estratégico, em ponto de destaque na região do município de Leopoldina, e a arquitetura monumental de seu prédio, contrastava com a imagem das demais escolas, inclusive, do Grupo escolar. A ideia de “templos de civilização” que, aparece normalmente, na historiografia da educação, associada aos grupos escolares, criados no início do século XX, não se aplicou, no caso de Leopoldina, às escolas públicas.

Foi o Ginásio Leopoldinense, instituição de caráter particular, que teve seu prédio dotado de arquitetura própria, com o intuito de permitir a funcionalidade dos métodos pedagógicos, revestindo-se da monumentalidade que encarnava os ideais republicanos de progresso.

3.1

A estrutura física do Gymnasio Leopoldinense e as mudanças arquitetônicas

O edifício do Ginásio Leopoldinense, no ano de sua inauguração, foi descrito pelo Jornal *Gazeta de Leopoldina* de 03 de junho de 1906. A transcrição foi dada aqui de forma resumida: No andar inferior, encontravam-se a saleta de entrada, de onde seguia a escada para o andar superior; à esquerda, a sala de

estudos que comportava até 90 alunos e do seu lado oposto, duas salas de aula. Uma das salas era utilizada para o ensino da matemática. Nela era possível ter acesso aos materiais utilizados no ensino, pelos professores da instituição: quadro negro, quadros para o estudo intuitivo de geologia e minerologia, apresentando diversos metais, sais minerais e artefatos industriais, armário com pesos e medidas métricas. A outra sala, menor que a primeira, ostentava quadros de anatomia humana e quadro negro. Do lado direito, localizava-se a sala destinada ao ensino das línguas vivas, com quadros murais coloridos, que representavam diversos animais e cenas da vida e seguindo-se à frente, a sala para o ensino de geografia e astronomia.

Conforme podemos perceber na imagem a seguir, esta se apresentava ornada com mapas e quadros. Embora não seja possível visualizar seus conteúdos através da imagem, estes traziam informações e ilustrações referentes à flora, fauna, clima e costumes das diferentes regiões do planeta.



Figura 15 - Sala para ensino de geografia e astronomia ⁷⁸

⁷⁸ Reprodução de fotografia antiga existente no arquivo da E.E. Prof. Botelho Reis. Por: IEPHA (1995).

A valorização destes espaços e materiais didáticos indicava a importância dada ao método intuitivo. Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p.29), “a escola ativa preceituava a atividade constante do aluno. Assim, em vez de lugares de frequência, museus e bibliotecas passavam também a espaços de experimentação”.

Ainda no primeiro andar, estava o refeitório, com grandes mesas, a cozinha, a copa, a dispensa e um quarto para os criados. Da sala de estudos, seguia-se uma pequena escada, que dava acesso ao mictório, a um lavatório e aos bebedouros, na parte coberta do pátio. Havia já instalação de água e esgoto completa ⁷⁹ e a iluminação a gás acetileno. ⁸⁰

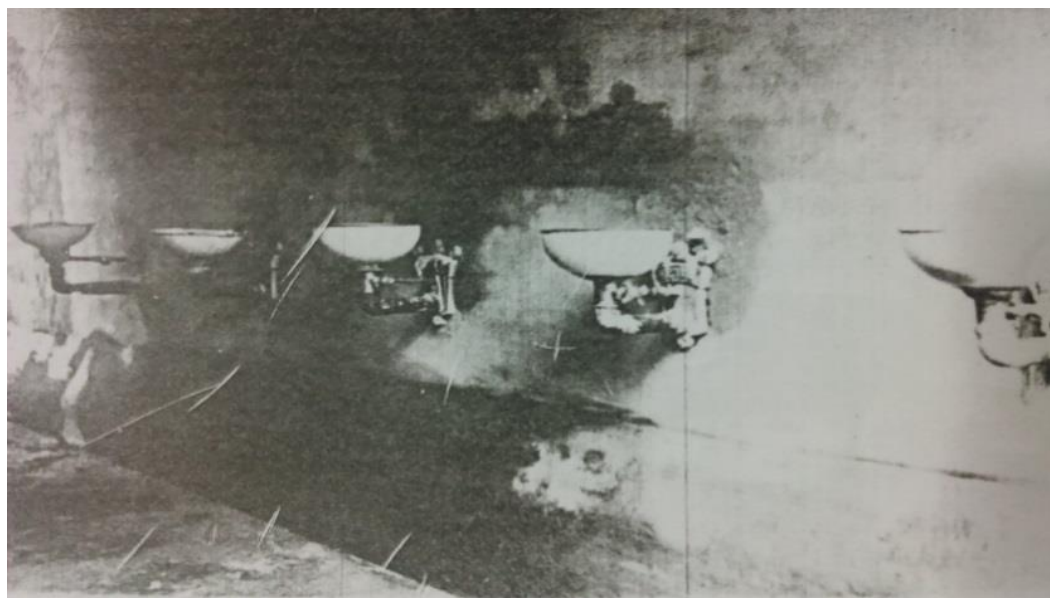


Figura 16 - Bebedouros ⁸¹

As instalações apresentadas nas fotografias indicam que os princípios que regiam as edificações do Ginásio Leopoldinense estavam embasados em algumas das necessidades pedagógicas, descritas por Faria Filho e Vidal (2000), tais como: iluminação e ventilação adequadas e instalações sanitárias. Além disso, pautavam-

⁷⁹ José Botelho Reis apresentou em 30 de dezembro de 1906, requerimento à Câmara Municipal, pedindo licença para ligar o encanamento do prédio da escola normal. (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.36, p.2, 30 dez.1906).

⁸⁰ Em 05 de abril de 1908, Ribeiro Junqueira requer instalação de luz elétrica para o Ginásio, Escola Normal e chácara de sua residência, junto à Companhia Força e Luz (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 101, p.1, 05 abr. 1908).

⁸¹ Reprodução de fotografia antiga dos bebedouros originais, existente no arquivo do IEPHA (1995) referente ao tombamento da E.E Prof. Botelho Reis.

se em valores estéticos que buscavam promover o gosto pelo belo e pelo artístico e também nacionalizantes, no sentido de retomar valores arquitetônicos coloniais.

Do outro lado dessa área, havia um local onde se guardavam as malas. No 2º andar, logo ao subir as escadas, deparava-se com a recepção. À direita, estava o dormitório, com capacidade para 27 leitos, destinados aos alunos menores, e 3 quartos, sendo um para o regente, uma para a enfermeira e o outro para os alunos. As camas dos dormitórios dos alunos internos eram feitas de ferro com enxergão de arame.

Do outro lado da recepção, havia o lavatório no qual estava a lavanderia, o quarto de banho quente e os dois quartos dos alunos maiores. E em frente àquela havia a secretaria, com um cômodo anexo para guardar arquivos.



Figura 17 - Mesa com 6 gavetas da secretaria ⁸²

Os móveis de estilo *art déco* representavam a influência do movimento artístico que teve início na Europa, mais precisamente nos anos de 1910. Segundo Correia (2008, p.49), o aspecto inovador deste estilo situa-se, “na frequente

⁸² Reprodução de fotografia antiga das mesas da secretaria originais, existente no arquivo do IEPHA (1995) referente ao tombamento da E.E Prof. Botelho Reis.

simplificação geometrizar de seus elementos decorativos e na diversificação e atualização de suas fontes de influência ornamental”.

A autora aponta ainda que um amplo conjunto de temas compõe o repertório decorativo *art déco*, tais como “motivos figurativos estilizados, elementos geométricos abstratos ou formas curvas aerodinâmicas”. Esses motivos seriam inspirados “em máquinas, na fauna, na flora, em temas associados a culturas antigas, e na linguagem clássica” (CORREIA, 2008, p.50).

Em frente e aos fundos do prédio havia ainda uma grande área destinada ao recreio dos alunos. Ao lado do edifício, um chalé, destinado a guardar os aparelhos de ginástica e instrumentos musicais.

Faltava, no entanto, à instituição, os alunos, visto que, na data de sua inauguração, dispunha de apenas 11 matrículas (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.6, p. 2, 03 jun. 1906).



Figura 18 - O Ginásio Leopoldinense em seus primeiros anos de funcionamento ⁸³

⁸³Alguns alunos se apresentam de uniforme em frente ao estabelecimento de ensino. Ginásio Leopoldinense antes da reforma. Blog José do Carmo. Disponível em: http://josedocarmo.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html Acesso em 22 de março de 2015.

A imagem destaca o edifício do Ginásio Leopoldinense e ao lado direito a Escola Normal, deixando transparecer sua arquitetura. Os alunos figuram em segundo plano, exibindo os uniformes.

Esta representação típica das escolas do período espelha a escola enquanto lugar, merecedora de ser exibida e recordada pelo seu significado sociocultural (SOUZA, 2001).

O sobrado destinado às aulas do curso Normal, por sua vez, era composto por 5 salas de aula, mobília em sistema americano, gabinete de física, química e história natural, com espécies de fauna preparados e doados pelo Tenente Francisco Pimenta de Oliveira.⁸⁴



Figura 19 - Sobrado onde funcionava a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, em 1916⁸⁵.

Os espaços que constituíam o prédio da Escola Normal seriam descritos de forma mais detalhada no relatório do inspetor técnico de ensino, Estevam de Oliveira, publicado no Jornal Gazeta de Leopoldina, em 1907:

⁸⁴ Gazeta de Leopoldina. Leopoldina, n.7, p.1, 10 jun. 1907.

⁸⁵ Funcionava na Rua Augusto, e, atualmente, na Praça Dom Helvécio, n.82. Colégio Imaculada Conceição. Trajetórias das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/colegio-imaculada-concei%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 17 mai. 2015.

Dispõe das seguintes salas: a em que se dão as lições do primeiro ano com a capacidade de 7m 20 x 5 (em duas paredes frontais dessa sala se veem duas faixas negras, para lições comuns e as de música), uma sala de costuras, com 7,m 75 x 4, outra na entrada do edifício, com 11,m 45 x 4,m 85, outra igualmente cingida por uma faixa negra com 4,m 85 x 7,m 68, finalmente uma outra sala com 11,m 65 x 4,80. Nessa última encontra-se pequeno museu de história natural, um bom gabinete para estudo prático de física e um laboratório químico. A sala do 1º ano é provida de cadeiras singulares, com encosto e uma peça movediça ao lado, para tomadas de notas. Excelentes instalações sanitárias. Há também lavabos em quase todas as salas. Uma grande varanda serve de comunicação independente para todas as salas escolares (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, 22 mai. 1907).

Esta descrição indica uma organização nos moldes do *Pedagogium*. Segundo o decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, este se tratava de um estabelecimento de ensino criado na capital federal destinado a oferecer instrução profissional aos professores por meio de exposição de métodos e material de ensino mais aperfeiçoado. De acordo com o art. 24, §1, seus fins seriam atingidos mediante a organização de um museu pedagógico, de conferências e cursos científicos, de gabinetes e laboratórios de ciências físicas e história natural (SENADO FEDERAL. Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890).

Além disso, faria parte desta organização e constituiria o Programa de Ensino do Ginásio Leopoldinense: a instituição de uma classe de desenho e de uma oficina de trabalhos manuais com exposições anuais dos trabalhos das alunas da Escola Normal; a direção de uma escola primária modelo, anexa, criada em 1910; a organização de coleções e a publicação de alguns princípios pedagógicos baseados na moderna orientação norte americana, em 1911.

Essa iniciativa da professora Abgail Botelho Reis de publicar juntamente com seu irmão José Botelho Reis, demonstrou também que, apesar das mulheres não atuarem diretamente em funções sociais restritas aos homens, elas conseguiam transpor algumas barreiras impostas às mulheres (Gazeta de Leopoldina, 02 de dezembro de 1911, n.196, p.1, c.1 e 2).

Outra prática que demonstrou a semelhança com este tipo de organização foi a relação estreita que estabeleceu com as autoridades e instituições congêneres de outros estados, com o intuito de adquirir invenções e melhoramentos dignos de atenção.

Foi o caso da bomba de água e mapas trazidos por Custódio Junqueira, em sua viagem à Bélgica, em 1911. E a coleção trazida, em 1908, para o museu do Ginásio Leopoldinense, pelo Dr. Luiz Fructoso: um donativo com sete postais

representando a extração de borracha, em todas as suas fases, e amostras de borracha, sernambi e *cautehoue* exportadas do Acre (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 103, p.1, 12 abr. 1908).

O uso do gabinete de física e laboratório de química pelos alunos do Curso secundário também ficou demonstrado no discurso do professor da Escola Normal, em 03 de junho de 1913:

As aulas do curso normal são inteiramente diversas das que se destinam ao curso ginásial. É apenas comum aos dois cursos o gabinete de ciências Físicas e Naturais, que funciona em um grande salão retangular, guarnecido de armários carregados de retortas, globos, tubos, ossos, animais embalsamados, mil aparelhos, enfim, que lhe dão aspecto de uma sala de museu (apud inventário do IEPHA, 1995).

Na aula de física de uma seção masculina, observada na fotografia abaixo, o olhar dos alunos se volta para o professor que à frente da turma expõe um experimento a um aluno. A ênfase dada ao uso de materiais didáticos para o ensino nas aulas e o cenário dos alunos devidamente assentados de costas para a câmera e atentos à explicação do professor se enquadra no comportamento típico das práticas de ensino, que podem ser observadas também na postura do professor e seu auxiliar.



Figura 20 - Gabinete de Física do Ginásio Leopoldinense ⁸⁶

⁸⁶ Gazeta de Leopoldina, Leopoldina, n. 229, p.1, 08 fev. 1916.

O espaço da classe ainda que conserve alguns aspectos do padrão típico presente nas escolas da época, como o formato retangular, as janelas amplas e armários e mapas fixados nas paredes, distingue-se pela ausência da lousa, bem como pelas carteiras individuais, que posteriormente seriam substituídas pelo modelo americano, fixo ao solo, sendo mantido o modelo individual em detrimento das carteiras duplas.

A rígida separação entre os sexos e a indicação precisa de espaços individuais na sala de aula definidos através das carteiras que restringiam os movimentos dos alunos, conformavam uma “economia gestual e motora”. A importância dessa economia, segundo Faria Filho e Vidal (2000), estava em permitir a distinção entre o aluno escolarizado e a criança sem escola.



Figura 21 - Carteira escolar.
Mesa e assento com espaldar de madeira sobre estrutura de ferro ⁸⁷.

De acordo com Vidal (2007, p.500) a fixação das carteiras ao chão se deu em função de evitar a mobilidade da criança, mantendo-a na posição rígida, o que denota o caráter disciplinar do ensino. De modo geral, estas carteiras eram importadas e “preceituadas em proporcionalidade à estatura do aluno”.

⁸⁷Carteira escolar. Arquivo IEPHA (1995). Disponível em: <http://ginasioleopoldinense.orgfree.com/gin-antigo.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

3.1.1

A expansão da estrutura física para o funcionamento de novos cursos

Durante a comemoração do terceiro aniversário da instituição, em 03 de junho de 1909, foram constatados novos melhoramentos: O aterro de 100 m² da Vargem, nas proximidades do Feijão Cru, destinado a um campo de jogos; a construção de vasto jardim em frente ao edifício; a instalação de sala para leitura e conferência; a biblioteca, inaugurada em 15 de março de 1908, com donativos de professores; e o Jardim de infância (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Em 5 de outubro de 1910, foi realizada a doação de terreno da Prefeitura para o Ginásio Leopoldinense, conforme a Lei municipal nº 229. Esse terreno anexo seria destinado para a construção de novas instalações para o ensino agrícola e pecuário. Em decorrência das obras realizadas naquele terreno, as comemorações do aniversário do estabelecimento, no ano de 1911, não seriam realizadas, tendo ocorrido apenas um jogo de futebol do time do Ginásio Leopoldinense, em Várzea do Desengano, onde estava situada a fazenda de um dos diretores, Custodio Junqueira (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.55, p.2, 27 out. 1910; n.38, p.1, 31 mai. 1911).

As obras de expansão da estrutura física estenderam-se até o ano de 1913, quando então a nova estrutura foi descrita pelo professor Custodio Lustosa ⁸⁸. Conforme essa descrição notou-se que a estrutura física e pedagógica sofreu mudanças.

O prédio possuía, então, em sua entrada, um jardim e varanda e em seu interior uma sala de visitas. Ainda no saguão, havia uma biblioteca, provida de uma oficina de encadernação, mais além, o refeitório, a cozinha, e ainda, o salão de festas onde eram realizadas as refeições de grau, as comemorações cívicas, as conferências, bailes, teatro dos alunos, recitais e ensaios oratórios. Na parte superior do edifício estavam localizados os dormitórios, para os alunos internos.

⁸⁸ Bacharel em direito, era o 4º dos 12 filhos do advogado João Batista Pimentel Lustosa e Delfina Eugenia de Almeida Lustosa, além de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Desembargadores do TJMG. Memória do Judiciário Mineiro. Disponível em: http://www8.tjmg.jus.br/memoria2/desembargadores_tjmg.html. Acesso em: 30 de setembro de 2013.

Além desse prédio, foi necessária a apropriação de um prédio vizinho para dar conta de abranger o ensino de todos os cursos oferecidos na instituição. Sobre as salas de aula e o recreio, o professor do Curso Normal apresentou, em 03 de junho de 1913, a seguinte descrição, que nos ofereceu uma ideia da constituição dos materiais didáticos e dependências de ensino disponíveis no Ginásio, bem como da concepção de ensino adotada:

Todas as salas de aula são munidas de carteiras magníficas como apenas vi em raros colégios do Rio. Os quadros negros, os mapas murais, os aparelhos variadíssimos, para o ensino intuitivo, estão sempre à disposição do professorado que assim dispõe de todas as facilidades para alcançar os mais brilhantes resultados.

(...) As outras salas se destacam por seu aspecto especial: a de costura, com a sua mesa de corte, as suas máquinas e as suas gavetas de costureiras, etc., e a salinha do ‘jardim de infância’, com a mesinha *mignonne* rodeada de cadeirinhas que mais parecem de brinquedo. (...)

O recreio é, da mesma forma, convidativo e atraente: vasta área plana prestando-se admiravelmente ao foot-ball, à barra, às corridas, etc.; ali só deixará de brincar...quem estiver ‘privado do recreio’, o que aliás é raríssimo (apud inventário do IEPHA, 1995).

A presença de salas de costura e do Jardim de Infância ⁸⁹ foi constatada a partir de sua criação, em 1910. Indicavam uma mudança de perspectiva em relação ao ensino na Escola Normal, que passou por um processo de feminização.

Este processo significou mais que a entrada de mulheres na docência, representou um processo de mudança nas concepções de escola, de mulher, de feminilidade, de maternidade, de masculinidade e também de criança, as quais refletem nas representações que temos sobre a figura da mulher, da mãe e da professora. Foi expresso pela inclusão no programa de ensino das matérias atribuídas ao papel social da mulher na sociedade da época e pela perspectiva diferente em relação à instrução das crianças, cujo trabalho seria influenciado pela metodologia propagada, baseada na literatura do educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi.

Dentre as ideias educacionais presentes em seus estudos estavam o papel da mulher/mãe enquanto educadora. Esta questão apareceu no livro datado de

⁸⁹ Kindergarten (Jardim de Infância) é o termo criado pelo alemão Friederich Froebel (1782-1852) para designar instituições responsáveis pela educação de crianças de 3 a 7 anos, criadas em 1840, na Alemanha. A metáfora do jardineiro que cuida de suas plantas serviu para inspirar o ensino neste tipo de estabelecimento (FONSECA, 2014).

1818 e 1819, intitulado “Cartas sobre a Educação Infantil”, em que Pestalozzi procura esclarecer seu amigo sobre seu método de ensino.

Conforme a análise de Arce (2001, p.14) sobre as obras do educador, este elegeu “a mãe” e “o amor de mãe” para alicerçar o trabalho pedagógico. Os instintos maternos foram considerados naturais, servindo a formação para guiá-las e reforçar o dever de “zelar pelo bem mais precioso da família: a criança, educando-a e protegendo-a da degeneração moral, missão primeira de toda educadora”.

O Jardim de Infância também surgiu da inculcação dessas ideias. De acordo com Fonseca (2014), o *Kindergarten* - Jardim de Infância - foi o termo proposto pelo alemão Friederich Froebel (1782-1852) para designar instituições responsáveis pela educação de crianças de 3 a 7 anos, criadas em 1840, na Alemanha. A metáfora do jardineiro que cuida de suas plantas serviu para inspirar sua proposta de ensino.

O ensino agrícola ministrado aos alunos do Ginásio Leopoldinense, conforme previsto pela lei municipal nº 189, de 06 de outubro de 1906, passou por uma reestruturação que delimitou seu campo de conhecimento e atuação. Com a criação do Aprendizado Agrícola, este ensino passou a ser oferecido em um espaço específico dentro da instituição, sendo direcionado exclusivamente para a educação das crianças pobres e órfãs.

Em decorrência, novas mudanças na infraestrutura seriam constatadas, em outubro de 1911, em função das obras para criação do Aprendizado Agrícola. Foi o que demonstrou a notícia de 20 de outubro de 1911, em que o Jornal *Gazeta de Leopoldina* divulgou o término das obras das instalações para abastecimento de água e irrigação do denominado morro do “Ginásio”. Foi instalada uma bomba movida à eletricidade, mandada vir da Europa pela diretoria do Ginásio Leopoldinense, provavelmente via Custódio Junqueira, que retornou da Bélgica, no dia 05 de outubro, daquele ano. Essa bomba elevava a água a uma altura de 70 metros, na distância de 200 m e na proporção de 2 litros e meio por segundo. A água serviria para as instalações agrícolas do Ginásio e para a irrigação do morro, onde foram plantadas árvores frutíferas, cereais e forragens pelos alunos. Intencionava o diretor técnico, José Botelho Reis, formar no alto do morro um lago, na bacia já existente, para que os alunos praticassem exercícios de regata (GAZETA DE LEOPOLDINA. Ginásio Leopoldinense. n.159, p.1, 20 out. 1911).

A ausência de indícios sobre a efetiva criação desse lago com os fins educativos especificados pelo diretor aponta que o uso da bomba serviu antes para irrigar o café, mediante o plantio em curvas de nível, a fim de aproveitar o solo das regiões montanhosas do município ⁹⁰.

Em 1916, a instituição apresentou alteração em sua vista geral frontal, como demonstrou a fotografia de 1916, publicada no *Jornal Gazeta de Leopoldina*, quando do retorno às aulas dos alunos dos cursos primários e secundários.

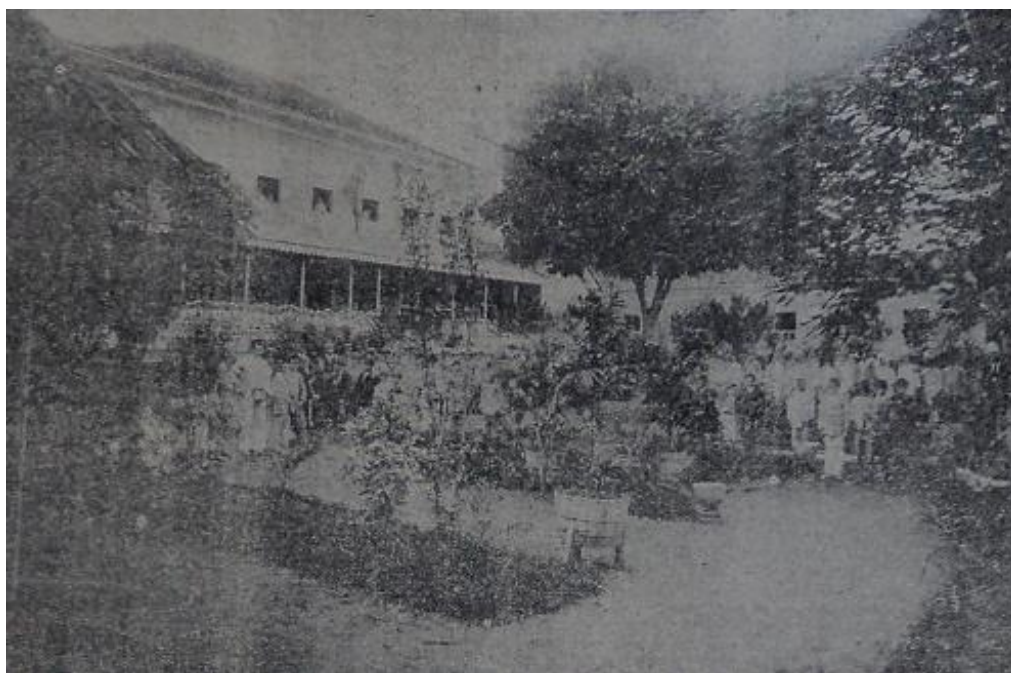


Figura 22 - Vista frontal do Ginásio Leopoldinense ⁹¹

A fotografia de reinauguração do prédio reformado do Ginásio Leopoldinense apresentou o pátio externo arborizado e os alunos assumiram o primeiro plano enquanto a nova construção se encontra em segundo plano.

Esta disposição indicou a maior visibilidade dada aos espaços para recreação dos alunos. Isso se deu em decorrência da criação do curso de instrução militar, em 1916, que exigia um pátio externo amplo para realização dos exercícios militares.

⁹⁰ O plantio em curva de nível consiste na produção ordenada por meio de linhas com diferentes altitudes do terreno. Essa técnica é utilizada em áreas íngremes, ajudando a conservar o solo contra erosões e contribuindo com o escoamento da água, fazendo com que ela se infiltre mais facilmente na terra, evite os deslizamentos e ainda ajude na retenção de elementos solúveis do solo, o que permite o aumento da produção (RODRIGUES ET AL, 2015).

⁹¹ *Gazeta de Leopoldina*. n. 227, p.1, 06 fev. 1916.

Além das mudanças externas, foram ampliados os laboratórios de Química e Farmacologia da Escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense e iniciada a construção de novo pavilhão, à parte, em forma de anfiteatro, inaugurado durante o 10º aniversário do Ginásio Leopoldinense, sob o nome de Pavilhão Custódio Junqueira (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 10, p.1, 03 mai. 1916; n. 44, p.1, 17 jun. 1916).

Em 15 de fevereiro de 1917, foi anunciada a construção de novo pavilhão para dormitório de alunos maiores em razão do aumento do número de matrículas.

Também houve melhoramentos realizados na instituição em relação a material didático e instalações sanitárias. O novo pavilhão, o “Pensionato” foi construído alinhado à rua 7 de setembro. Nele ficariam todos os alunos internos da instituição, sendo incluída uma nova classe com 21 alunos. A reforma foi inaugurada em 06 de janeiro de 1918, em função do aumento da procura de vagas para alunos internos e no final do mês de fevereiro já possuía cerca de 100 matrículas, em sua maioria, de novatos. O novo pavilhão era constituído de 9 compartimentos, sendo 7 quartos para os alunos, um para o professor e um para a rouparia. Os lavatórios de água corrente substituíram as bacias e as instalações sanitárias foram reformadas e ladrilhadas. Houve ainda um aumento da capacidade do refeitório e banheiros. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 201, p.1, 06 jan. 1918; n. 241, p.1, 27 fev. 1918).

O número de dormitórios, no entanto, mostrou-se ainda insuficiente para atender todos os alunos matriculados. O diretor José Botelho Reis comunicou então uma nova ampliação do prédio para receber mais alunos internos, visto a grande procura. A abertura de novas matrículas se deu no mês de julho, sendo que estes alunos poderiam prestar exames de preparatórios no final do ano. Foram ampliados mais 62 leitos, em 1919. Contudo, o Ginásio não recebeu mais alunos, pois já se encontrava cheio. As pensões também. Para atender aos novos pedidos de matrículas iria haver nova ampliação de um sobrado, seguindo o projeto do engenheiro Ormeu Junqueira, no novo prédio construído onde funcionava a antiga escola normal.

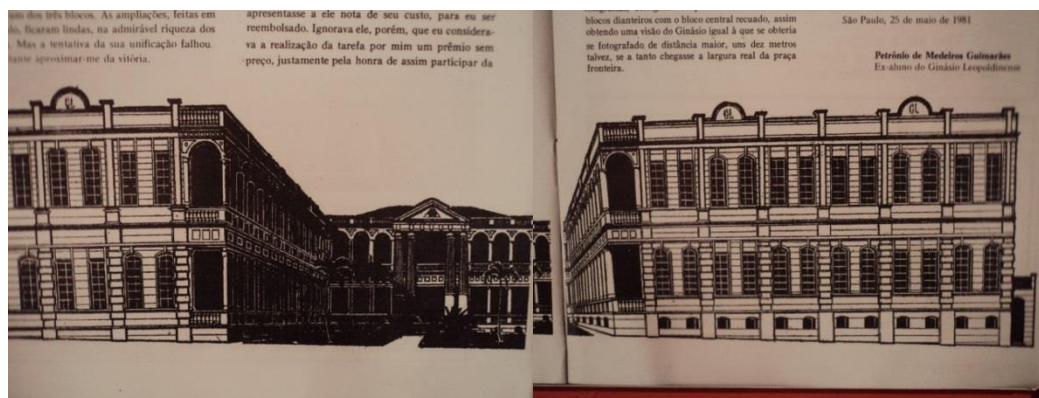


Figura 23 - Planta de Ormeu Junqueira - ampliação do edifício do Gymnasio Leopoldinense ⁹².

Com essa ampliação, a ala feminina passou a funcionar no Colégio Imaculada Conceição. A seção feminina do Ginásio Leopoldinense ficou sob a supervisão das Filhas de Jesus, que recebia também em seu internato alunas para o Ginásio Leopoldinense, Escola Normal e Escola de Farmácia e Odontologia. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, jan. 1920).

Somente quando a Escola Normal foi transferida definitivamente para o prédio do Colégio Imaculada Conceição, a instituição passou a funcionar em regime de internato. Antes disso, as alunas provenientes de outros municípios eram atendidas pelas pensões de particulares existentes em Leopoldina.

Em meio às obras de ampliação, o Jornal de oposição *O Novo Movimento*, chamado pelo diretor José Botelho Reis de o “hebdomadário local” ⁹³, acusou em notícia de uma página e meia, a diretoria do Ginásio de ter vendido ou permutado terrenos que foram cedidos pela Câmara ao estabelecimento de ensino. A denúncia foi confirmada pelo próprio diretor, que em resposta à acusação, apontou que o terreno foi permutado por conveniência mútua com o major Agostinho Lourenço Alves e não para beneficiar parente do presidente da Câmara, conforme acusação. O terreno passou a ser de propriedade definitiva do Ginásio Leopoldinense, como constou em ata lavrada em 1912 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 1, p. 2, 18 abr. 1918).

A prática de doação de bens públicos às iniciativas particulares, sobretudo o

⁹² Fonte: Ginásio Leopoldinense: planta de Ormeu Junqueira. Casa de leitura Lya Maria Muller Botelho. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/escola-estadual-professor-botelho-reis/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

⁹³ Derivado do grego *hebdomada* = semana. Está associada às publicações de jornais, periódicos ou revistas semanais.

Ginásio Leopoldinense, foi também constatada quando houve outra doação de terreno para esta instituição, através da lei nº 297, de 24 de abril de 1919, assinada pelo vice-presidente da Câmara, Raul Cysneiro. Esta doação seria autorizada com a aprovação do projeto nº 5 colocado em segunda discussão naquele ano (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.15, 11 mai. 1919).

O aumento do número de alunos internos no Ginásio Leopoldinense, proporcionado pelo funcionamento do curso de instrução militar, desde 1916, acabou por facilitar a transmissão de doenças e a contaminação entre os alunos.

No ano seguinte à ampliação no pavimento superior do prédio, a diretoria suspendeu as aulas por 17 dias, em virtude do aparecimento de diversos casos de gripe nos internos, uma epidemia que acometeu cinquenta alunos ⁹⁴. As aulas foram reabertas em 30 de setembro de 1920, com funcionamento regular dos exercícios militares aos candidatos à caderneta de reservistas, às 7 horas da manhã (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

A fim de apaziguar a má impressão causada pela epidemia, o jornal *Gazeta de Leopoldina* transcreveu a carta de Felipe José Salles, de Manhuassu, sobre as boas impressões causadas pelo Ginásio Leopoldinense, em visita realizada à instituição, enviada ao diretor. Além disso, foram publicados os nomes dos alunos que prestaram serviço como enfermeiros ⁹⁵ dos atingidos pela epidemia de gripe (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 118, p.1, 30 set. 1920).

Além das obras realizadas, o diretor adquiriu em 1922, os aparelhos do centro de cultura física para o Ginásio Leopoldinense, denotando maior preocupação com a realização de exercícios físicos para modelação do corpo. Esse centro havia sido inaugurado no ano anterior pelo desportista José Bento da Rocha e instalado à rua Tiradentes (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 234, p.1, 15 mar. 1922; n.68, p.1, 24 jul. 1921).

⁹⁴ Esse surto de gripe, no entanto, não se configurou como caso isolado. A “gripe espanhola”, como ficou conhecida a pandemia de gripe que se propagou mundialmente, em 1918, acometeu principalmente os jovens e levantou uma ampla discussão entre os membros da comunidade científica a respeito de sua natureza e do seu agente causal. O vírus responsável pelas inúmeras mortes que ocorreram nos últimos anos do século XX só seria conhecido na década de 1930. De acordo com Silveira (2005, p.92), “as investigações realizadas logo após as últimas experiências epidêmicas da moléstia resultavam em pouco progresso, fazendo da influenza uma das patologias menos conhecidas pela medicina, nos primeiros anos do século XX”.

⁹⁵ José Gomes dos Santos, Salime Nacif, Olegário Frossard, Ariosto Guarinello, Octavio Gusman, Eduardo Hosken, Kleber Piedade, Jurandir Starling, Arquimedes Coli, Américo Afonso de Souza, Joviano Alves Pereira, Orlando Magalhães e Newton Alves de Souza (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 119, p.1, 01 out. 1920).

A gestão de José Botelho Reis foi, portanto, marcada por reformas na infraestrutura. Em 13 de maio de 1918, foi concluída a construção do 1º bloco do atual edifício, sendo o 2º bloco, concluído em 1926.



Figura 24 - Trabalhos finais da construção do 2º pavilhão do Ginásio Leopoldinense ⁹⁶

De acordo com a descrição da diretora do IEPHA/MG, Ruth V. Soares (1995), a fachada principal da nova construção possuía forte inspiração neoclássica, sendo constituída por 34 colunas, que contornavam todo o pátio de entrada do estabelecimento, formando ampla galeria em dois níveis, que dava acesso às suas dependências. Os vãos entre as colunas, por sua vez, eram arrematados na parte superior, por arcos plenos e na parte inferior por balaustrada. O pátio de entrada foi gramado e dividido em quatro retângulos iguais por passarelas de cimento. O pórtico de entrada seguiu as orientações dos templos gregos, em que as quatro colunas eram avançadas e sobressaíam. A coluna circundando o pátio de entrada demonstrava a preocupação com suas funções de

⁹⁶ Fonte: Inventário realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico – IEPHA/MG, em agosto de 1994.

templo do saber e seu corpo principal formava um partido arquitetônico em “U”, que impressionava pelo total de 42 janelas, que alternavam vergas retas e curvas.



Figura 25 - Colunas de estilo neoclássico da parte frontal e pátio do Ginásio Leopoldinense ⁹⁷

Seu estilo arquitetônico representava a tentativa de recuperar as raízes da civilização ocidental, a antiguidade greco-romana, significando ao mesmo tempo a renovação, a estabilidade e o progresso.

Ao focarmos na fachada principal, deparamo-nos com o frontão triangular, no qual está inscrita a frase *Mens Agitat Modem*, que significa: “O espírito move a matéria”, utilizada, nesse contexto, no sentido de que a inteligência, o intelecto, domina a matéria.

Acima do conjunto, encontra-se a imagem de São José, que não apareceu no projeto original de Ormeu Junqueira. Possivelmente, ela foi adicionada quando a instituição foi assumida por religiosos.

A imagem instalada acima da frase é representativa do redimensionamento que o sentido grego do termo *Mens* - *espírito*, citado por Virgílio (70 a.C - 19 a.C) como sinônimo de *inteligência*, assumiu quando este passou a ser utilizado pelos cristãos como sinônimo de *alma*.

⁹⁷ GINÁSIO LEOPOLDINENSE. Miguel Torga (1907-1995). Disponível em: http://purl.pt/13860/1/zoom-ba-2769-a_y_45_p0.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2015.



Figura 26 - Imagem de São José ⁹⁸

3.1.2

A constituição dos espaços e o tombamento do patrimônio

No inventário realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), em 1995, foram localizadas fotografias antigas, pertencentes ao Arquivo da E.E. Professor Botelho Reis. Estas apresentavam a ambiência e o mobiliário do Ginásio Leopoldinense, não sendo especificadas, entretanto, as datas em que foram tiradas.

Apesar de constar no material do IEPHA/MG que a instituição conta com um arquivo, a visita a ele não foi autorizada. E em decorrência da reforma sofrida em 2012, as mobílias apresentadas, a seguir, encontravam-se nas dependências da escola, durante a visita realizada à instituição em 2014, porém, constituindo outros ambientes distintos dos apresentados nas fotografias.

⁹⁸ Fonte: Inventário do IEPHA, 1995.



Figura 27 - Sala da vice-direção:
jogo de sofá



Figura 28 - Sala da vice-direção:
escrivaninha, tapete e estante



Figura 29 - Sala de orientação do
professor e supervisão



Figura 30 - Sala dos professores
com mesa dos professores,
cabideiro e relógio de paredes



Figura 31 - Sala da direção:
Cabideiro, relógio de parede e
estante de livros



Figura 32 - Sala da direção.
Mobiliário ao gosto Art Déc.



Figura 33 - Sala da direção.
Escrivaninha e cadeira

No Ginásio Leopoldinense, os móveis *Art Déco* que compunham a decoração indicada no inventário do IEPHA (1995) foram associados a outra vertente arquitetônica: a neoclássica, utilizada na fachada do prédio concluído em 1926.

Na decoração *déco*, um grande relógio, por exemplo, como o que apareceu nas fotografias compondo diversos ambientes, era tratado como objeto ornamental, apesar de seu caráter utilitário (CORREIA, 2008).

De acordo com a direção do IEPHA (1995, s/p), esse legado constitui “fragmentos de um expressivo patrimônio de bens móveis, originalmente existente no local e é hoje, apenas uma referência da ambientação do estabelecimento”.

O IEPHA/MG (1995) definiu também o perímetro de tombamento, sendo inscrita a área urbana demarcada, a partir dos eixos de vias públicas e divisas das propriedades. As imagens mostraram a localização privilegiada do Ginásio Leopoldinense, que estava situado em região central. À sua frente, uma praça, onde foi colocada a herma do antigo diretor José Botelho Reis; à esquerda, a Câmara Municipal, que por sua vez, está localiza-se em frente ao Clube Leopoldina, onde funcionou o prédio da escola normal, e à direita, a pensão do Sr. Aristobulo Porto, contígua ao Ginásio Leopoldinense, e a Igreja do Rosário. Na

mesma rua onde está situado o Clube Leopoldina, encontra-se o Cine Theatro Alencar, que teve sua fachada mantida.

O edifício do estabelecimento de ensino tombado como patrimônio histórico do estado, em 1995, foi nomeado Escola Estadual Professor Botelho Reis, em 1955. Antes, porém, de se tornar uma escola estadual, essa instituição teve caráter particular (1906-1926), municipal (1926-1946) e religioso (1946-1955). Nesse último período, foi adquirida pelo bispado de Leopoldina, após o falecimento do fundador da instituição, José Monteiro Ribeiro Junqueira, em 1946. (ALMANACK DO ARREBOL, 1986)

Mesmo após a municipalização, a instituição permaneceu sob sua direção geral. Porém, sofreu diversas modificações na estrutura dos cursos, no corpo docente e nos programas de ensino, em decorrência do falecimento do diretor técnico José Botelho Reis, em 1926 ⁹⁹.

Ainda nesse ano, foi introduzido o ensino religioso na instituição e, posteriormente, curso comercial substituiu o Aprendizado Agrícola. A Escola Normal foi assumida totalmente pelo Colégio Imaculada Conceição e os alunos do Jardim de Infância e primário foram transferidos para o Grupo escolar Ribeiro Junqueira.

Além de analisar a infraestrutura da instituição, suas mudanças e adaptações, buscamos nas fontes elementos que nos trouxessem informações sobre a constituição de seus cursos: Ensino Secundário, Escola Normal, Jardim de Infância, Escola de Farmácia e Odontologia, Aprendizado Agrícola e Instrução militar.

A intencionalidade do projeto educativo do Ginásio Leopoldinense pode ser percebida também através de elementos que ajudaram a construir uma inteligibilidade sobre o período analisado e a história desta instituição escolar. Tais aspectos são: o método de ensino adotado nos cursos; as reflexões dos atores sobre as práticas escolares; a profissionalização dos professores; as relações pedagógicas.

Nesse sentido, a análise dos livros didáticos adotados nos diferentes cursos e as matérias ensinadas também se fez necessária, assumindo o Jornal *Gazeta de*

⁹⁹ Nesse mesmo ano, foi introduzido o ensino religioso, e, posteriormente, o comercial; a Escola Normal foi assumida totalmente pelo Colégio Imaculada Conceição e os alunos do Jardim de Infância e primário foram transferidos para o Grupo escolar Ribeiro Junqueira.

Leopoldina um papel importante no processo de constituição de seu programa institucional, pautado na formação da elite oligárquica da Zona da Mata mineira.

3.2

O Jornal *Gazeta de Leopoldina* e seu papel educativo

O Jornal *Gazeta de Leopoldina* era representativo dos interesses do Partido Republicano Mineiro. Ele congregava diversos aliados, dentre eles seus redatores, que eram, em sua maioria, professores do Ginásio Leopoldinense, que também atuavam como profissionais liberais. Este impresso, dirigido por José Monteiro Ribeiro Junqueira, foi assim, o principal meio de produção intelectual destes docentes.

A identidade da escrita como meio privilegiado de se alcançar a ascensão social era fator indispensável para a incorporação desses atores ao centro do poder. Logo, transformava “os jornalistas, os que ocupam as funções dirigentes ou os simples redatores em sujeitos aquinhoados com a distorção própria de sua posição de classe” (Barbosa, 2010, p.24).

Dessa forma, a autonomia das produções docentes estava restrita aos princípios daquele partido e deveria se sujeitar aos interesses do diretor da instituição, ou seja, do chefe local.

Este jornal enquanto porta-voz da elite política da região desencadeava as campanhas de transformação social e política, de regeneração do município e distritos e ainda abordava os debates políticos entre as facções em disputa. Dessa forma, foi possível identificar a presença de intelectuais de diversos matizes, ligados tanto à facção política detentora do poder local quanto à oposição.

Sobre esse tipo de impresso, Barbosa (2010, p.22) aponta que: “a imprensa, longe de constituir um órgão de registro imparcial e neutro dos acontecimentos, tem uma atuação que envolve múltiplos aspectos: de registro, comentário e participação na história”.

Em geral, as publicações exaltavam os feitos da direção, cujas intenções apareciam atreladas ao progresso do município, como demonstrou o seguinte poema:

VIVA!

(COM LICENÇA DO POETA)

Hoje faz anos a Gazeta. E o caso
 Por ser, de facto, um caso triunfal,
 Devia exigir festas e dar azo
 Para tocar-se o hino nacional
 Porém, infelizmente quis o acaso
 Que da Gazeta o chefe, o maioral
 Se ausentasse. E o dia passa raso.
 E sem champagne em taças de cristal.
 Agora, suponhamos que ha cerveja
 (mas no fazer de conta ninguém veja
 Sombra, sequer remota, d'uma peta.)
 Eu ergo o copo ao fim d'este terceto
 E faço ardentes votos n'um soneto
 Pela prosperidade da Gazeta.

Argos

O poema publicado, em 18 de abril de 1909, referiu-se à comemoração do aniversário do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, fundado em 1895, pelos membros da família Junqueira, dando-se destaque a José Monteiro Ribeiro Junqueira, que permaneceu na direção do Jornal até 1946, ano de sua morte, e que apareceu no poema como “o chefe”, “o maioral”.



Figura 34 - José Monteiro Ribeiro Junqueira (sentado com chapéu ao colo) e seus colaboradores ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Gazeta de Leopoldina. n. 01, 18 abr. 1909.

Este Jornal não foi o mais antigo do município de Leopoldina¹⁰¹, mas foi o de maior duração: de 1895 a 2004, correspondendo a um número de 3.115 exemplares publicados. Sua sede, indicada na foto abaixo, estava situada no Largo Felix Martins, n.2.¹⁰²



Figura 35 - Segunda sede do jornal Gazeta de Leopoldina¹⁰³



Figura 36 - Instalações e maquinário do Jornal Gazeta de Leopoldina (1926)¹⁰⁴

¹⁰¹ O jornal mais antigo foi lançado em 1879, *O Leopoldinense*, de propriedade do coronel Luiz Botelho Falcão. Deste ano, até 1910, vários outros jornais circularam no município: *A irradiação*, *O Correio de Leopoldina*, *O mediador*, *A folha do Leste*, *A Ordem*, *A reação*, *O monarquista*, *O arame*, *Novo Movimento*, *Nova Fase*, *A época*, *O jornal de notícias*, *A Lira*, *Folha de Thebas*, *O Rio Pardense* (LEOPOLDINA, 2004).

¹⁰² *Leopoldinense*. Segunda sede da gazeta de Leopoldina. Disponível em: <http://www.jornalleopoldinense.com.br/noticia/209/segunda-sede-da-gazeta-de-leopoldina>. Acesso em: 21 abr. 2015.

¹⁰³ *Ibidem*.



Figura 37 - Exemplar do Jornal Gazeta de Leopoldina do ano de 1906. Fonte: Fotografia tirada pela autora, em 2013.

A redação e gerência do Jornal *Gazeta de Leopoldina* passou por algumas mudanças ao longo de sua existência. Em 1906, além de diretor, José Monteiro Ribeiro Junqueira foi também redator do jornal e seu secretário gerente foi Alberto Guimarães, que faleceu em 1 de maio de 1926. Em 1915, apareceram como diretor e gerente do Jornal, respectivamente, Octavio Lacerda e Nestor Capdeville. Em 1920, Carlos Luz passou à redação do jornal, sendo precedido por: Capitão Domingos Ribeiro, Capitão Alberto Guimarães, Dr. Rômulo Pacheco e Octavio Lacerda¹⁰⁵. Além dos redatores, em 1918, eram funcionários da gráfica: Avelino Diniz, há 11 anos, e Sebastião de Lacerda França, há 7 anos. Contava ainda com colaboradores de outros municípios e distritos, como, por exemplo, Antonio Ribeiro de Sá, de Ubá. Em 1926, Nestor Capdeville fixou residência em Recreio, deixando a redação. Foi substituído por Luiz Eugênio Botelho. No mesmo ano, passou à gerência comercial Joaquim Medeiros Junior (GAZETA DE LEOPOLDINA, p.4, 1 mai. 1926).

¹⁰⁴ GAZETA DE LEOPOLDINA, p.4, 1 mai. 1926.

¹⁰⁵ Além dos redatores citados pelo jornal temos os já mencionados ao longo desta pesquisa, que se preocupavam diretamente com a questão educativa.

Estas mudanças refletiram nas notícias publicadas, que, por exemplo, em 1921, apontavam maior preocupação com questões religiosas, emancipação feminina, civismo, movimentos operários e católicos, passando a serem publicados os poemas de Olavo Bilac na coluna Notas Sociais.

No mesmo período, intensificaram-se também os discursos que buscavam delimitar o campo de saber e de atuação do professor, como, por exemplo, na coluna de X.Y que tratava especificamente da relação entre professor e aluno e sua importância para o desenvolvimento do homem, futuro cidadão, trazendo a tona aspectos sobre a identidade docente e discente (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.71, p.1, 29 jul. 1921).

As escolas, por sua vez, tinham espaço privilegiado nas notícias de todo o período analisado, e, além de expressar essas mudanças, aparecem como um local onde se reúnem os representantes da elite do município.

Os cerimoniais escolares descritos na imprensa reforçavam a importância da elite local para o desenvolvimento e manutenção das escolas. Estas contribuíam diretamente para o desenvolvimento da *urbe*, pois, a educação era entendida como elemento central para o progresso e modernização da cidade e do país, missão colocada para as elites (SIMÕES, s/d, p.1).

Como o acesso ao Ginásio Leopoldinense era restrito a esta parcela da população, esta escola era tida como sinônimo de distinção social, de conhecimento elitizado, de riqueza científica e cultural, prerrogativa das elites que governavam a cidade.

Um elemento comum nas notícias sobre educação, também constatado por Simões (s.d) em relação ao período da Primeira República, foi a transcrição detalhada dos cerimoniais que aconteciam nas instituições de ensino. Seja por ocasião das datas cívicas, formaturas, início do ano letivo ou homenagem a alguma autoridade da cidade, a descrição dos cerimoniais no interior das escolas colocava-se como matéria obrigatória no noticiário da imprensa.¹⁰⁶

As notícias davam ênfase às autoridades que compareciam aos eventos escolares, à direção das instituições, ao desempenho dos alunos, às apresentações artísticas, ao ritual de canto do hino nacional, à entrega de homenagens, etc.

¹⁰⁶ A Reforma de 1906 colocou como um dos critérios de equiparação das Escolas Normais às instituições oficiais a descrição destas cerimônias escolares, as quais passaram a ser regularmente publicadas na imprensa, após este período.

Alguns eventos, como por exemplo, a comemoração do aniversário do diretor do Ginásio Leopoldinense, José Ribeiro Junqueira, além de ocupar toda a primeira página do jornal continuavam a ser publicados por vários dias.

Os cerimoniais escolares recebiam tratamento prestigioso por parte da imprensa, não apenas pelo espaço e destaque recebido, mas principalmente pela forma, pela linguagem utilizada para qualificar e tornar público esses momentos. Segundo Simões (s.d), estar presente no cerimonial escolar, especialmente se na condição de protagonista dirigindo os trabalhos ou sendo homenageado, significava fazer parte da “boa sociedade”.

Além desses eventos eram divulgadas informações sobre o calendário escolar, tais como: período de provas finais, matrículas e inscrições para exames de admissão e seus resultados.

A publicação de nomeações, exonerações e transferências de professores que atuavam nas instituições públicas e de concursos para o Ginásio Leopoldinense, também seria uma prática recorrente da imprensa.

A ênfase dada à rotina das instituições escolares do período, em especial do Ginásio Leopoldinense, por se tratar de uma instituição dirigida pelo mesmo diretor do Jornal, trouxe-nos elementos sobre a estrutura organizacional dos diversos cursos oferecidos e seus programas de ensino.

A partir desses elementos, foi possível elencar outras categorias de análise, que de acordo com Magalhães (1998) são as mais utilizadas na pesquisa sobre a História das Instituições Educacionais, dentre as quais destacamos ainda: o modelo pedagógico, os manuais e materiais didáticos, os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes, os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos, os destinos profissionais, dentre outras dimensões.

Essa perspectiva de análise da História das Instituições Educacionais, na medida em que almeja dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando o que se passa no interior das escolas, acaba por gerar um conhecimento mais aprofundado destes espaços de sociabilidade. E ainda, permite a apreensão de alguns elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, “daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JÚNIOR, 2007, p.184).

4

A estrutura educacional e o programa de ensino dos cursos do Gymnasio Leopoldinense (1906-1926)

Os diversos cursos criados no Ginásio Leopoldinense começaram a funcionar nos respectivos anos: o Curso Secundário e a Escola Normal, em 1907, o Jardim de Infância, em 1910, a Escola de Farmácia e Odontologia, em 1913, o Aprendizado Agrícola, em 1914, e a Instrução Militar, em 1916. No caso dos dois últimos cursos, algumas das matérias ministradas já integravam o programa de ensino do curso secundário, desde seu primeiro ano de funcionamento.

A análise da estrutura e do programa de ensino de cada um destes cursos oferecidos pela instituição foi apresentada a seguir, em ordem cronológica, conforme a data de início de seu funcionamento no Ginásio Leopoldinense. Cabe salientar que essa data nem sempre coincidiu com sua data de criação. Por exemplo, a Escola Normal criada e equiparada à escola oficial do estado de Minas Gerais, em 1906, cujas aulas somente foram iniciadas em 1907, junto ao curso secundário, que, por sua vez, foi equiparado ao estabelecimento oficial, em 1908.

Daremos início à análise do curso secundário, visto que a Escola Normal esteve atrelada a este, aproveitando seus professores, alguns espaços físicos anexos e os recursos didáticos, em seus dois primeiros anos de funcionamento.

Na historiografia da educação, buscamos autores que abordassem a questão da gênese da construção da identidade do magistério para os diferentes níveis de ensino e do processo de consolidação das instituições de ensino, a fim de compreender melhor como se estruturaram esses segmento de ensino e suas especificidades, antes mesmo de buscar analisar o Ginásio Leopoldinense.

4.1

O ensino secundário e o caráter modelar do Colégio Pedro II

A denominação ensino secundário foi utilizada pela primeira vez na legislação brasileira, a partir do decreto 02 de dezembro de 1837, que criou o Colégio de Pedro II. Este decreto estabelecia: “Art. 1º) O Seminário de São

Joaquim é convertido em colégio de instrução secundária. Art. 2º) Este colégio é denominado Colégio de Pedro II” (GASPARELLO, 2003, p.1).

Para essa instituição, considerou-se também o caráter modelar, discutindo-se as características de seu programa institucional: fins, objetivos, estrutura pedagógica e administrativa, os quais seriam projetados para o ensino secundário como um todo:

(...) com a criação do Colégio, pretendeu-se marcar a diferença com relação a um “ensino das humanidades” totalmente fragmentado no setor público. Para Haidar (2008), mesmo os liceus provinciais, criados após o Ato Institucional de 1834, “reduziam-se a um aglomerado de aulas avulsas funcionando em um mesmo edifício” e “conservavam, ainda em 1850, o mesmo caráter inorgânico” (...) (MENDONÇA, 2013, p. 47).

Mas, “até que ponto, entretanto, essa forma de organização se impôs ao nascente ensino secundário?” A fim de responder esta questão a autora recorre à historiografia que em sua maioria atribuiu aos estudos secundários, durante o Império, a função propedêutica - de preparo para o ensino superior -, estimulando os estudos fragmentados e irregulares. Como se pode perceber, por exemplo, na seguinte afirmação:

O secundário que se conheceu no século XX resultou desse processo de institucionalização, que teve seus principais momentos marcados pelo embate com o sistema de exames parcelados de preparatórios. Estes exames constituíam a forma anterior de intervenção centralizada pelo governo imperial nos estudos que vieram a constituir o secundário, e que deveriam ser realizados por todos que pretendessem seguir estudos superiores. Estes exames, regulamentados e fiscalizados pelo governo imperial, durante muito tempo foram apenas realizados na Corte, para onde se dirigiam os candidatos de todas as províncias do país (GASPARELLO, 2003, p.1).

Mendonça (2013) relativizou esse caráter do ensino secundário, ao advertir que o fato de tê-lo concluído ou cursado não era exigência para ingresso nas instituições de ensino superior.

As escolas secundárias, cujos tipos mais representativos eram os *Lycées* franceses, o *Gymnasium* e os *Realgymnasium* alemães, as *grammar schools* inglesas, caracterizavam-se por seu programa em grande parte herdeiro da tradição pedagógica clássico-humanista, desenvolvido durante um estágio escolar

de 6 a 8 anos, com o objetivo de desenvolver uma educação de cultura geral (SILVA, 1969).

A gênese deste segmento de ensino, entretanto, não pode ser vista desvinculada do ensino normal, haja vista que a criação das Escolas Normais públicas nas províncias esteve atrelada ao ensino secundário ministrado nos Liceus, essencialmente masculinos, e que constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas (KULESZA, 1998).

As relações estabelecidas entre as normas do Governo e as políticas locais, na tentativa de institucionalização do ensino primário e secundário, acarretaram uma influência mútua entre os estabelecimentos de Ensino Normal e Ensino Secundário, até o momento em que se configuraram como escolas distintas.

O resultado desse processo, na transição do Império para a República, apontou uma Escola Normal essencialmente feminina, destinada à profissionalização do magistério primário, enquanto o ensino secundário, parte integrante desse projeto, destinava-se à formação das elites, e, portanto, tinha um caráter exclusivamente seletivo, tanto no sentido social quanto no pedagógico e profissional, como apontado por Silva (1969):

[...] uma das características do ensino secundário, enquanto tipo de ensino é ter por finalidade a formação educativa das minorias sociais, das elites, das individualidades condutoras, [...] o ensino secundário era um ensino de classe, um ensino devotado a valores e ideais aristocráticos ou aristocratizantes, um ensino acentuadamente de inutilidades ornamentais (GATTI JR E INÁCIO FILHO, 2005, p.125).¹⁰⁷

Esta característica, entretanto, acompanhou o ensino secundário desde a sua gênese, não se tratando, portanto, de uma configuração tomada a partir da República. Seu caráter seletivo manteve-se, servindo aos interesses das elites em espaços e tempos distintos, o que ajudou a perceber a relação entre o Ginásio Leopoldinense e o Ginásio Nacional, por ser aquele um estabelecimento de ensino secundário equiparado a essa instituição oficial, a partir de 1908, e que ao mesmo tempo construiu uma identidade institucional distinta, por seu caráter particular e por abranger diversos cursos.

¹⁰⁷ Sobre o ensino secundário na obra de Bastos Silva ver também o trabalho de Santos (2008).

Uma figura particularmente comum às duas instituições se destacou: José Botelho Reis, ex-aluno do Colégio Pedro II, professor e diretor do Ginásio Leopoldinense, que, durante o período de 1910 a 1926, que dirigiu esse estabelecimento de ensino. Sua administração foi marcada pela tentativa de oferecer instrução secundária dentro do modelo representado pelo Ginásio oficial. Cabe ainda lembrar que as bancas examinadoras dos exames de preparatórios do Ginásio Leopoldinense eram constituídas, dentre outros membros, por professores e vice-diretores do Colégio Pedro II.

A equiparação representava, nesse contexto, uma estratégia identitária, seja no nível institucional seja enquanto construção de uma identidade profissional para os professores de ensino secundário. Esta estratégia, no caso do Ginásio Leopoldinense, estendeu-se ao Curso de Farmácia e Normal, servindo-se a instituição destas equiparações, em momentos distintos, para garantir e legitimar seu status, na medida em que seguia o programa oficial e recebia regalias do Estado, concedidas às instituições particulares equiparadas.

Para identificar e entender as estratégias de construção das identidades docentes, no âmbito da instituição estudada, foi necessário também compreender que esta construção se fez tanto nas esferas do trabalho e do emprego, quanto da formação, constituindo domínios pertinentes das identificações sociais dos atores. Desse ponto de vista, Dubar (1998, p.118) afirma:

A identidade social não é “transmitida” por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração, com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real eles contribuem.

Sobre este aspecto, Mendonça et al (2013) trouxeram contribuições, na medida em que partiram do pressuposto de que os professores do ensino secundário construíram historicamente uma identidade profissional distinta dos professores primários:

Com implicações tanto na dimensão *deontológica* (referida a valores), quanto na dimensão *epistemológica* (da relação com o saber) da profissão, constituindo uma *cultura docente* (ou culturas) diferenciada. Essas duas dimensões interferem nas práticas desenvolvidas por esses professores, tanto no que se refere ao seu trabalho especificamente docente, quanto às suas práticas associativas (MENDONÇA ET AL, 2013, p. 5).

Na perspectiva trazida por Dubet (2002), o *programa institucional* é entendido dentro de uma transmissão de hábitos, costumes, valores e formas de ação e disposições adquiridas pelo processo de socialização. Ou seja, uma tentativa de combinar a socialização dos indivíduos e a formação de um sujeito em torno de valores universais, designando um modo de socialização ou um *tipo de relação com o outro*. No caso da escola secundária, esta foi percebida nas suas origens como escola da *elite* (MENDONÇA ET AL, 2013).

4.1.1

O programa de ensino e os livros didáticos do curso secundário do Ginásio Leopoldinense

O Programa de ensino do curso secundário do Ginásio Leopoldinense propunha além das matérias obrigatórias componentes do programa do colégio oficial, aulas de italiano, noções de agronomia, economia política, direito constitucional e estruturação mercantil ¹⁰⁸. Estas matérias, de acordo com o decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890, integravam o programa de ensino dos cursos primários de segundo grau e Normal, com exceção dessa última (SENADO FEDERAL. Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890).

De acordo com Cunha (2007, p.157), na Primeira República houve um aumento da procura do ensino secundário pelos latifundiários. Esta se deu em decorrência do valor atribuído à formação dos filhos em cursos superiores, que constituía um meio de oferecer-lhes a formação desejável tanto para o bom desempenho das atividades políticas quanto para o aumento do prestígio familiar. “Também serviu como estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição econômica”.

O Programa de Ensino do Ginásio Leopoldinense era pautado por uma visão intelectualista, definida por Silva (1996, p.109) como: “saber desinteressado, de

¹⁰⁸ Estas matérias apareceram no Programa de Ensino de 1906, no entanto, não foi encontrada documentação que comprovasse sua execução. Randolpho Fernandes das Chagas, professor de Economia e Francisco de Castro Rodrigues Campos, de Direito Constitucional, não chegaram a atuar no Ginásio Leopoldinense. Este último, em 02 de abril de 1908, foi atuar como juiz de direito em Viçosa (GAZETA DE LEOPOLDINA. n.100, p.1, 1906).

cultura que se adquire sem nenhum propósito imediato de preparação profissional ou formação para as atividades práticas da vida”.

Ele seguiu o Programa previsto pela Reforma Benjamin Constant para o curso secundário do Gymnasio Nacional. Este constava das seguintes disciplinas, ministradas em sete anos de curso: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Astronomia, Física, Química, Historia natural, Biologia, Sociologia e moral, Geografia, Historia universal, Historia do Brasil, Literatura nacional, Desenho, Ginástica, evoluções militares e esgrima, Música (SENADO FEDERAL. Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890).

Prevaleceu, portanto, o caráter enciclopédico do ensino, ainda que as línguas clássicas como grego e latim somente fossem oferecidas nos últimos anos do curso do Ginásio Leopoldinense. Esse caráter ficou demonstrado também pela extensa bibliografia dos livros escolares utilizados no Ginásio Leopoldinense e Escola Normal, que eram trazidos do Rio de Janeiro e vendidos na livraria do Gazeta:

Hubert - Histoire naturelle
 Teixeira – Química inorgânica
 R. Machado – ABC musical
 Ganot – Cours de physique
 Couturier – Aritmética
 Olavo – Cadernos para desenho
 F.I.C – Aritmética
 Scrosopi - Geografia superior
 Olavo – Atlas – curso superior
 Lacerda – Geografia
 Valdez – Dicionário inglês (2 volumes)
 Sadler – Versions
 Hevitt – Estrada suave
 Roquette – Dicionário francês 2 volumes
 Benzabat – Gramática inglesa - teórica
 Schmidt – Selecta franceza
 Berlitz – 1º e 2º livro inglês
 Berlitz - 1º livro francês
 Regnier – Theatre classique
 Marcou - Beautès
 Haulbout - Gramática francesa
 João Ribeiro – Gramática portuguesa
 Felisberto de Carvalho - 1º ao 5º livros
 H. Martins – Chorografia
 Nerval – Lições de Física
 Trajano – Aritmética progressiva
 Vianna – Aritmética
 Serrasqueiro – Álgebra

(GAZETA DE LEOPOLDINA. n.50, p.2, 21 fev. 1907).

A Reforma de ensino de 1911 alterou o Programa de Ensino da instituição, suprimindo algumas cadeiras de ensino secundário que deram lugar à Instrução Cívica e Higiene. Ao invés da criação destas cadeiras, Jacobino Freire, redator do *Jornal Gazeta de Leopoldina* sugeriu a substituição pelas cadeiras de Sociologia e Biologia, que segundo ele englobavam estas duas. Ele criticou também a eliminação da Mecânica e Astronomia do Programa de ensino, o que segundo ele prejudicou o ensino da Matemática. Com base no caráter objetivo do ensino, tinha como proposta o ensino de Física prática, em substituição à teórica, reforçando assim o caráter científico e utilitário das matérias que deveriam fazer parte do Programa de Ensino (FREIRE, 1911).

Segundo a direção do Ginásio Leopoldinense, o Programa de ensino do curso secundário totalizava 20 matérias, das quais, a partir da Reforma de ensino de 1911, seriam suprimidas: três línguas estrangeiras, Física, Química e História Natural, o que aumentaria o número de candidatos à matrícula nas Faculdades, pois se tratavam de matérias vistas pelos alunos, especificamente do Ginásio Leopoldinense, nos quatro primeiros anos do curso secundário, como se pode perceber no quadro 2 (GAZETA DE LEOPOLDINA. n.35, p.1, 27 mai. 1911).

Quadro 2- Matérias do Programa de Ensino do curso secundário do Ginásio Leopoldinense (1908-1911)										
	Ano	Turma	Matérias							
1908	1º	1	Francês	Inglês	Aritmética	Geometria	Português			
	2º	1	Francês	Inglês	Aritmética	Álgebra	Português	Geografia		
	3º	1	Francês	Inglês	Álgebra	Geometria	Português	Geografia		
1909 ¹⁰⁹	1º	2	Francês	Inglês	Aritmética	Geometria	Português	Desenho	Geografia	
	2º	2	Francês	Inglês	Aritmética/ Álgebra		Português	Geografia		
	3º	1	Francês	Inglês	Aritmética/ Álgebra		Português	Geografia	Latim	Geometria
	4º	1	Desenho	Aritmética/ Álgebra		Alemão	Grego	História		
	5º	1	Física	Química	Mecânica	Alemão	Grego	História	Astronomia	
1910	6º	1	Física	Química	Literatura	Alemão	Grego	História do Brasil	História natural	Lógica
1911	3º	1	Francês	Inglês	Álgebra	Geometria	Português	Geografia	Latim	História Natural e Higiene
	5º	1	Física	Química	Mecânica	Alemão	Grego	História	Astronomia	História natural

Fonte: Jornal Gazeta de Leopoldina (1908-1911)

¹⁰⁹ Duplicaram-se as turmas de 1º e 2º anos. Nos 2º, 3º e 4º anos, Aritmética e Álgebra foram reunidas em uma única cadeira, de Matemática (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.94, p.2, 12 mar. 1908).

A crítica de Jacobino Freire se deu também em relação à manutenção no programa de cadeiras como Latim e Grego, que para ele não tinham caráter útil a todos, assim como das línguas vivas. Deviam-se seguir, em sua opinião, os países da Europa, onde o ensino secundário era de caráter misto, ou seja, literário e científico, em que apenas se ensinava a língua materna, deixando as estrangeiras a cargo de Institutos como as Escolas e Academias de Comércio (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 05 set. 1911).

As experiências estrangeiras eram constantemente citadas na imprensa, contudo, apontavam diferentes formas de apropriação desses modelos e de assimilação de critérios que acabavam por definir o próprio perfil das instituições. A relação com o modelo estrangeiro segundo Warde (1984, p.3) indicava um esforço de produção de conhecimento próprio e moderno, através do qual as instituições e seus intelectuais poderiam travar um diálogo com os padrões internacionais de excelência, aceitos e compartilhados por uma comunidade científica.

Esse argumento aponta para o que Chervel (2003) chamou de “autonomia da disciplina escolar”, na medida em que apresentaram um deslocamento do acento das decisões, influências e legitimações exteriores em direção à escola, para um saber produzido pelos agentes escolares, no interior de uma cultura escolar.

Em 1917, o ensino encontrava-se organizado conforme a reforma de ensino de 1915 e as matérias estudadas eram: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Geografia e História Geral e do Brasil, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, História Natural, Física e Química, Lógica e Psicologia, Ginástica e Evoluções Militares.

Em 1918, podemos perceber ainda a introdução de novos livros didáticos e novas matérias ao Programa de ensino, que indicavam a incorporação de ideias nacionalistas à cultura escolar. Para a matéria Chorografia do Brasil, foram indicados: o livro de Rodrigo Otávio - Festas nacionais, Literatura brasileira e obras literárias de autores brasileiros, como por exemplo, Dom Casmurro. Na matéria Instrução moral e cívica, foi introduzido o livro de Pestana – primeiro livro de leituras morais e instrutivas e o livro de Felisberto – instrução moral e cívica. E apesar de mantidas referências às gramáticas francesa e inglesa, foi dada maior ênfase às obras de leitura preparatória. Além disso, foi consolidado o ensino

teórico de música, em que prevalecia a aprendizagem e execução de hinos, como constatado nas apresentações dos alunos nas cerimônias escolares (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 08 jul 1918; n. 81, p.1, 08 ago. 1918).

A instrução moral e cívica e a ciência prática apareceram com ainda maior predominância nos novos livros didáticos adquiridos pela livraria do Gazeta, em 1923, indicando a aprovação de ideias cívicas, patrióticas e científicas, expressas nos títulos das obras: Química prática, Física experimental, Catecismo cívico, Musa cívica, que consistia em uma coletânea de 108 poetas brasileiros, exaltando a Pátria, e Corações infantis, com contos morais e cívicos, de autoria do professor Assis Cintra (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 111, p.1, 19 set. 1923).

Esse ideário já vinha sendo manifestado na imprensa, através da coluna de Jacobino Freire, através de discussões sobre as Reformas de Ensino e a Pedagogia Prática, no jornal *Gazeta de Leopoldina*, ajudando-nos e perceber qual o tipo de elite que se pretendia formar no Ginásio Leopoldinense, qual deveria ser o perfil dos alunos, que desde o Jardim de Infância até o Curso Superior, influenciariam e seriam influenciados pelas mudanças e permanências no programa dessa instituição. Ficou explícita, em seu discurso, a relevância atribuída à educação moral da juventude, como garantia do progresso e constituição de uma Nação:

Estamos passando por um tempo de verdadeiras maravilhas, de modernismo e liberdades que faz pasmar o voo das ideias. (...) Moços, vós sois a esperança da pátria, o reforço de que ela tem necessidade para preencher o vácuo aberto pela morte dos velhos combatentes. (...) Fácil será compreender que seja a formação do caráter das crianças o que mais deva preocupar o pensamento dos pais e respectivos educadores. Como base fundamental desta formação, ponhamo-los, desde o início, sob o império de si mesmos. Ensinemos a criança desde o alvorecer da razão, a possuir a si própria, a dominar-se ante a sua paixão e instinto, a guiar o seu corpo físico com a galhardia com que um cocheiro experimentado guia a sua viatura, estando sempre a contento dos superiores interesses do bem e da verdade. Habitue-mo-lo a usar e a fortalecer o poder dominador de sua vontade. (...) Ensinemos a criança a utilizar sua vontade esclarecida e potente a favor dela própria, do progresso social e do bem estar humano. Feliz daquele que se conhece e se possui a si mesmo. (...) Façamos das crianças que vão se tornando em moços, seres fortes, não só no corpo, pela educação física, mas também na alma, pela formação do caráter (FREIRE, Jacobino. Formação de caráter. *Gazeta de Leopoldina*. n. 178, p.1, 01 dez. 1915).

A ideia de progresso científico e liberdade individual, atrelados à construção do caráter moral, cívico, nacionalista, estavam presentes também no discurso de

Gabriel de Almeida Lustosa, professor do Ginásio Leopoldinense e redator do *Jornal Gazeta de Leopoldina*. Em sua coluna intitulada “Confraternização: o mundo e a instrução”, a instrução apareceu como a principal garantidora do progresso de uma nação e formação do caráter (GAZETA DE LEOPOLDINA, p.1, 01 jan. 1916).

A escola, por sua vez, assumiu a “forma de socialização universal adotada pela Igreja”, explicitada por (DUBET, 2011, p.293), a qual abandonava seus valores e finalidades, porém, mantendo os mesmos mecanismos e técnicas utilizadas por ela na formação dos novos cidadãos. Tal relação ficou expressa no discurso do diretor do Instituto Pernambucano, em 1906,¹¹⁰ citado pelo redator Gabriel Lustosa:

... Religião que tem como templo o vasto anfiteatro do mundo, por ídolo, a imagem puríssima da Pátria, e por palio a cobrir o viático sagrado da liberdade, a bandeira que se desdobra aos ventos, nos topos dos mastros das fortalezas, em terra e nas popas dos navios, em plena imensidade dos mares (apud GAZETA DE LEOPOLDINA, p.1, 01 jan. 1916).

Segundo essa perspectiva defendida pelo redator do *Jornal Gazeta de Leopoldina*, a influência patriótica, o civismo, seria o modo pelo qual o caráter do homem se elevaria à altura de seu país, e esse feito se daria através das escolas, destinadas a apurar os potenciais dos indivíduos, sendo comparadas às “pias batismais”, em que se lustrariam as aptidões ou se requintaria o caráter profissional:

A profissão, temperada pelo caráter, tem na prática, para seu conforto, a sugestão da deusa que o exigiu; e o profissional assim abroquelado, terá a coragem de um fanático e a vitória de um crente, porque, no dizer de Ernesto Renan, “em todos os estados sociais que tiver de atravessar, haverá sempre bem a fazer, verdade a procurar, pátria a servir e amar”. E o que pensamos sobre os profissionais, (...) que passaram pelas águas teatrais das pias escolares, erigidas aqui e ali, ontem e hoje. Cresceram os números de fieis, multiplicaram-se os batistérios, pululam as escolas e colégios, (...) E a confraternização humana, assim entendida e executada, não terá por certo as irisações de uma utopia, mas em compensação temos os suaves reflexos de seu congênito e racional utilitarismo. Façamos, portanto, a instrução do nosso semelhante, para que de olhos abertos, veja a magnificência do templo da

¹¹⁰ Encontramos referência sobre o diretor deste instituto, então Cândido Duarte, e as publicações realizadas por seus alunos, no panfleto *A palavra*, no *Jornal Diário do Natal*, órgão do Partido Republicano, fundado pelo coronel Elias Souto, em Natal, Rio Grande do Norte, em notícia de 18 de dezembro de 1906. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=344905&pagfis=962&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 11 fev.2016.

humanidade e aí se conserve venturoso e feliz, (como é dado a um mortal) fazendo sempre o bem, procurando a verdade, servindo a pátria e amando o próximo, ou em uma palavra confraternizando-se (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, Leopoldina, p.1, 1 jan. 1916).

Tal fala corrobora a afirmação de Dubet (2011, p.293), de que “a cidadania foi construída por meio de um processo de socialização dos mais tradicionais, apesar da modernidade dos valores postos em prática (...)”. Neste sentido, a escola republicana manteve os mesmos mecanismos utilizados pela Igreja na formação de seus fieis.

O ideal republicano e as datas representativas do novo regime eram exaltadas e reforçadas nos discursos dos professores do Ginásio Leopoldinense, como demonstrou, por exemplo, a comemoração do dia 15 de novembro, no primeiro ano de funcionamento da instituição, em que os alunos executaram o hino nacional, com ajuda do professor de música Afonso de Albuquerque. Falou sobre “a marcha evolutiva da ideia republicana brasileira”, o clínico Nunes Pinheiro, e sobre “o caráter mineiro” e “o futuro do estado de Minas Gerais”, o professor Jacques Maciel, incitando os alunos a seguirem a honra, a dignidade e o patriotismo (GAZETA DE LEOPOLDINA. n.61, p.1, 17 nov. 1907).

No conteúdo dos discursos é recorrente o uso de palavras como “progresso” e “civildade”, latente associação com a ideia de que o investimento em educação seria mecanismo indispensável para o desenvolvimento do país. Quanto à forma, abarcava uma linguagem rebuscada, com contornos formais e uso frequente de uma retórica ornamentada, que buscava se sobrepujar à importância da solenidade (SIMÕES, s.d).

Além disso, essas cerimônias escolares eram marcadas por um ritual que contemplava manifestações artístico-musicais. O canto, representado pelos hinos, e o recital de poesias nacionais eram considerados atividades nobres, que reforçavam a formação de indivíduos “cultos” e “civilizados”, compondo assim, o programa de ensino dessa instituição (SIMÕES, s.d, p.9).

A preferência por comemorar as datas representativas do regime republicano em detrimento das que rememoravam o regime anterior foi expressa quando a direção do Ginásio Leopoldinense determinou que seria comemorado um ano de equiparação à Escola Normal da capital do Estado, não sendo comemorado festivamente o dia 07 de setembro, em 1909. Em outros anos, essa

data deixaria também de ser festejada pela instituição, pelo mesmo motivo ou em função do aniversário do diretor José Monteiro Ribeiro Junqueira, realizado em 23 de agosto, mobilizando diversos setores da sociedade leopoldinense. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 06 set. 1909).

Estas comemorações, de acordo com Veiga (2007, p.414) tinham uma vocação pedagógica, uma vez que o tema das festas comungava um sentimento de pertencimento nacional e social. Desse modo, a participação de alunos e professores nos preparativos e apresentação destas festas era permeada por uma ideia de “mobilização em torno da necessidade do convencimento das pessoas de que eram atores de um novo espetáculo – A República”.

Podemos afirmar ainda, que se constituíram como uma tentativa de construir uma identidade institucional, ou seja, suas próprias tradições. Por exemplo, através do culto ao patrono, da comemoração do aniversário do estabelecimento de ensino, da memória dos primeiros diretores, professores e ex-alunos que ganharam visibilidade pública.

Foram reflexos das mudanças ocorridas em decorrência da inclusão de aspectos nacionalistas e civilizatórios aos preceitos republicanos propagados através da instrução algumas práticas atreladas ao militarismo. Dentre elas podemos citar: a incorporação de evoluções militares no programa de ensino do Ginásio Leopoldinense, a criação do curso de instrução militar, que esteve atrelado à formação do exército brasileiro, no contexto da primeira guerra mundial, a incorporação de militares como examinadores das bancas de preparatórios, em 1923.

4.1.2

Formas de ingresso dos alunos e exames finais

Embora a finalidade do curso secundário do Ginásio Leopoldinense fosse atender pessoas de ambos os sexos, desde o início de seu funcionamento, foi marcadamente voltado para a formação do sexo masculino, embora, em alguns casos isolados tenhamos encontrado alguma aluna frequentando o curso secundário.

A primeira turma de formandos do curso secundário concluiu seus estudos em 1910. No ano seguinte, foi idealizada a criação de um curso superior de

Farmácia e Odontologia, no próprio estabelecimento, para absorver estes alunos.

Além da distinção de gênero, a distinção de classes também se dava internamente através dos uniformes. Estes podiam ser disponibilizados pelo Ginásio Leopoldinense por preços distintos entre os feitos em brim, que eram mais baratos, e os de pano azul.

No ano de 1916, os uniformes sofreriam pequenas modificações para se adequarem aos exercícios militares realizados durante a instrução militar, reestabelecida no curso superior da instituição, naquele ano. Eles seriam confeccionados pelo senhor Capdeville Baptista, alfaiate do município (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 209, p.1, 14 jan. 1916; n. 211, p.1, 16 jan. 1916).

Assim como o Colégio Oficial, o Ginásio Leopoldinense funcionava em regime de externato e internato. Aos alunos desse último, eram oferecidas cinco refeições ao longo do dia: às 6 horas da manhã, café e pão com manteiga, às 9 horas, o almoço, às 12:30, a merenda, às 4 horas, o jantar, e às 8 horas da noite, chá e pão com manteiga (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.6, p. 2, 03 jun. 1906).

Além do uniforme, outro elemento exigido aos alunos internos que garantia a diferenciação do estabelecimento de ensino secundário, era o enxoval, somente acessível às famílias abastadas, devido ao número de utensílios exigidos:

5 ternos de roupa de uso, de brim pardo ou de cor, 1 uniforme de brim branco, um uniforme de pano azul marinho, 6 camisas de goma, 6 pares de ceroula, 6 pares de meia, 6 lençóis de 2m10 x 1m 30, 3 camisas de dormir, 3 guardanapos, 3 colchas brancas de 2m10 x 1m30, 3 fronhas de 70 cm x 45cm, 4 toalhas de rosto, 3 toalhas de banho, 1 calção de banho, 1 cobertor, 2 sacos para roupa suja, 1 par de botinas para uso diário, 1 dito de botina pretas para passeio, 1 par de chinelos, pentes grosso e fino, escovas para dentes e unhas, 1 tesourinha, 1 copo e talher, marcado com o número designado pela direção. O uniforme, por sua vez, era de brim branco ou pano azul, com 2 ordens de botões amarelos, com as iniciais G.L., calça das mesmas fazendas e boné com pala direita, circulada de um galão estreito, tendo na frente as iniciais G.L. (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.6, p. 2, 03 jun. 1907).

Além dos materiais exigidos aos alunos internos da instituição, buscamos analisar algumas medidas administrativas e organizacionais referentes ao calendário, como dias letivos, interrupção das aulas, férias e feriados, matrículas e exames, duração do curso, idade dos alunos, horário e tempo das aulas. Estes

elementos integram várias temporalidades, que Gallego (2011, p.329) denominou como “tempo escolar”, os quais indicam, dentre outros aspectos, a forma de ingresso dos alunos na instituição.

As matérias exigidas nos exames de admissão no Ginásio Leopoldinense, em seu primeiro ano de funcionamento eram: Noções de Português, Geografia, Aritmética e História do Brasil. Estes exames eram realizados na forma escrita e oral. As provas escritas versavam sobre um ditado de 10 linhas em Português, Aritmética, limitada às operações e transformações relativas aos números inteiros e às frações ordinárias e decimais. As provas orais contavam de leitura de um trecho em português e interpretação, noções de gramática portuguesa, arguição sobre aritmética, sistema métrico, morfologia geométrica, noções de geografia e história do Brasil. Os pais, tutores ou professores, que matriculassem mais de um irmão, receberiam descontos proporcionais à quantidade de matriculados e para a matrícula nos outros anos, bastava entregar o requerimento, o atestado de aprovação no ano anterior em instituições oficiais ou equiparadas, o uniforme exigido aos alunos e a quantia de 60\$000, trimestral (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.32, p. 2, 1906; n.37, p. 2, 06 jan. 1907).

No primeiro ano de funcionamento do curso secundário do Ginásio Leopoldinense, em 1907, a turma de 3º ano, contava com apenas 1 aluno: Antônio Botelho Junqueira. As turmas dos 1º, 2º e 3º anos tinham ainda que se submeter aos exames finais. Os exames orais de Francês e Inglês eram realizados pelos alunos dos 2º e 3º anos; os de Português, em todos os anos; de Aritmética e Álgebra, no 2º ano, e de Álgebra e Geometria, no 3º ano. Em 1908, foi admitido no 4º ano, apenas mais um aluno: Francisco de Farias Bastos (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.61, p.1, 17 nov. 1907; n.94, p.2, 12 mar. 1908).

Estes exames finais eram realizados no início do mês de dezembro, ao final do ano letivo, frente a uma banca examinadora constituída por professores da própria instituição, sob a fiscalização do Governo. No primeiro ano de funcionamento da instituição o fiscal foi José Tavares de Lacerda. Além dos exames de Geografia, Aritmética e Português, havia também prova gráfica de desenho, provas práticas das línguas inglesa e francesa, pelo método Berlitz, utilizado pelos professores Henrique Dias da Cruz e Reinaldo Matolla (GAZETA DE LEOPOLDINA, n.63, p.2, 24 nov. 1907).

Os alunos do ensino secundário que mais se destacassem pelo seu bom comportamento, aplicação e aproveitamento, recebiam o prêmio Manoel Lobato, um livro ¹¹¹. E a partir de 1918, a premiação se deu pelo prêmio de “Cinema” ¹¹², destinado a um aluno de cada classe, que obtivesse as melhores médias de aplicação e comportamento. Em caso de empate, era realizado sorteio. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 6, p.2, 27 abr. 1918; n. 54, p.1, 7 jul. 1918; 02 dez. 1906).

Durante as férias escolares, somente os alunos externos dos dois últimos anos permaneciam na instituição para realização dos exames de preparatórios, que ocorriam em dezembro e se davam por matérias isoladas. Quanto aos resultados dos exames finais, realizados ao final de cada ano, estes apontaram um pequeno número de alunos inscritos, bem como um índice de aprovação com resultados abaixo da média¹¹³, como demonstraram, por exemplo, os resultados finais das primeiras turmas do curso ginásial, de 1907 e 1915 ¹¹⁴.

Quadro 3 - Resultado dos exames finais dos alunos do Ginásio Leopoldinense, em 1907					
Ano	Matérias	Nº de inscritos	Compareceram	Aprovados com nota acima da média	Reprovados ou não realizaram os exames
1º	Francês	20	12	06	01
	Geografia	20	13	07	0
	Desenho	20	17	0	0
	Aritmética	20	06	04	2
2º	Geografia	08	08	05	0
3º	-	01	-	-	-

Fonte: Gazeta de Leopoldina. Leopoldina, n.61, p.1, 17 nov. 1907; n.94, p.2, 12 mar. 1908.

O alto índice de faltas nos dias dos exames justificava-se pela possibilidade de realização dos exames de segunda época, em março do ano seguinte. Em

¹¹¹ Em 1906, o prêmio foi deliberado ao aluno Antero Botelho Reis, e em 1907, a Antenor Alves de Souza Machado. Neste ano, além do prêmio, foi conferida menção honrosa aos alunos Afrânio Drummond Murgel e Joaquim dos Reis Junqueira.

¹¹² O prêmio não foi especificado nas notícias.

¹¹³ Eram utilizados os termos: aprovado com distinção, plenamente e simplesmente, para designar os alunos, que entre a média de 0 a 10 tiravam notas superiores a 9, entre 5 e 9 e entre 1 e 5, respectivamente.

¹¹⁴ Aprovados em 1915, em Química e Física: Militino Rosa, grau 9, Carlindo Quintão, grau 3, Alziro Silva, grau 2, Francisco Gama, grau 1 e 6 alunos reprovados (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 15 nov. 1915).

relação à reprovação no Ginásio Leopoldinense, o Ministro do Interior se manifestou em 13 de março de 1908, colocando que o aluno que fosse reprovado em algumas matérias, perderia as aprovações obtidas nas outras disciplinas, exceto os exames finais, sendo obrigado a repetir o ano (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n 103, p.1, 12 abr. 1908) ¹¹⁵.

Os resultados dos exames eram publicados na imprensa, em conformidade com as exigências da legislação. Não apenas os alunos do Curso Normal e Secundário do Ginásio Leopoldinense, como também do Grupo Escolar de Leopoldina, das escolas estaduais primárias dos distritos e particulares, tinham seus resultados divulgados, conforme regulamento de ensino n.1960 de 1906, que também exigia a publicação diária pela diretoria do Ginásio Leopoldinense dos alunos externos que faltassem às aulas (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 20 abr. 1918).

A partir do ano de 1917, os estatutos do Ginásio Leopoldinense indicaram que o curso secundário assumiu um caráter exclusivamente preparatório para as escolas superiores da República. Esse objetivo foi possibilitado pelo decreto federal nº 11530, de 18 de março de 1915, segundo o qual os exames de preparatórios puderam voltar a ser prestados no próprio estabelecimento, e passaram a ter validade em qualquer academia superior do território nacional (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 218, p.1, 03 fev. 1917).

4.1.3

Os exames de preparatórios e as bancas examinadoras

Em relação aos exames de preparatórios, o Projeto do Sr. Nabuco Gouveia, assinado pela Comissão de Instrução Pública da Câmara Federal, em 1901, previa a dispensa dos alunos com frequência regular e aprovados em todas as matérias que constituíssem o curso da realização destes exames, não sendo possível realizar mais de uma série em cada ano. O curso ginasial passaria a ter 6 anos de duração, constituído pelas matérias: português, francês, alemão, latim, matemática elementar, física e química, geografia e história, especialmente do Brasil, e

¹¹⁵ Estas facilidades como exames parcelados e de segunda época, no entanto, seriam extintas da instituição com a Reforma de ensino de 1911.

desenho. Os exames de madureza continuariam constando de provas escritas e orais. Os aprovados em todas as matérias, por sua vez, teriam direito ao diploma de Bacharel em Ciências e Letras e ao acesso a qualquer curso de nível superior, modificando, assim, o decreto nº 3914, de 26 de janeiro de 1901. No mês de novembro, entretanto, nova circular do Ministro do Interior foi emitida aos estabelecimentos de ensino secundário equiparados, dispensando os alunos do 6º ano da realização dos exames de madureza, pois os cursos não haviam funcionado com regularidade no corrente ano letivo (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 09 de setembro de 1909, n.42, p.2, c.1; 04 de novembro de 1909, n.58, p.1, c. 4).

A aparição de alunos que não estudavam no Ginásio Leopoldinense, matriculados no 6º ano, indicou que estes ingressavam no estabelecimento de ensino apenas no último ano, a fim de prestar os exames de preparatórios conferidos às instituições particulares equiparadas às oficiais. Isto ocorreu até o ano de 1911, quando a instituição perdeu o status de equiparação ao Colégio Pedro II, e mesmo após 1915, com a retomada da equiparação, pois a fiscalização das bancas examinadoras de preparatórios ficou restrita aos alunos que cursavam o curso secundário no estabelecimento de ensino.

Desse modo, em 18 de agosto de 1916, o presidente do Conselho Superior do Ensino, Brasília Machado, enviou uma circular ao diretor do Ginásio Leopoldinense, José Botelho Reis, comunicando que o requerimento do solicitante havia sido deferido de acordo com o regulamento que acompanhou o decreto nº 1189, de 14 de janeiro daquele ano, concedendo bancas examinadoras ao Ginásio Leopoldinense, mediante o cumprimento das exigências de regularização do estabelecimento. Com essa medida, não seria mais necessário deslocar os alunos para prestarem exames na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro, como vinha ocorrendo nos anos anteriores, após a perda da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário particulares, ocorrida com a Reforma de Ensino de 1911. Na relação das matérias dos exames que poderiam ser prestados no estabelecimento, constavam: Português, Francês, Latim, Inglês ou Alemão, Aritmética, Álgebra Elementar, Trigonometria Retilínea e Geometria, Geografia, Elementos de Cosmografia e História do Brasil, História Universal, Química, Física e História Natural (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 19 ago. 1916).

Dentre as instituições particulares que obtiveram concessão de bancas examinadoras do Conselho Superior de Ensino estava o Ginásio Leopoldinense, com 299 inscrições ¹¹⁶. Este número superou o dos demais estabelecimentos equiparados do estado de Minas Gerais: Ginásio de Cataguases: 168; Academia de Comércio de Juiz de Fora: 83; Liceu Municipal de Muzambinho: 272; Ginásio Santo Antônio: 65; Colégio Diocesano de Uberaba: 127; Ginásio de Itajubá: 110, totalizando 2503 inscrições em todo o estado mineiro (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.136, p.1, 14 out. 1916) ¹¹⁷.

A Congregação do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, entretanto, reclamou contra a concessão de exames às particulares, exigindo que estes somente fossem realizados em instituições oficiais, como à época da Reforma Rivadávia, pois esta medida lhes iria diminuir a renda proveniente destes exames, conforme telegrama publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro (GAZETA DE LEOPOLDINA, n.151, p.1, 04 nov. 1916).

Esta medida encontrou também outros opositores, como demonstrou a notícia publicada no Jornal *O Imparcial*, da cidade de Ubá, comunicando que o Ginásio de Cataguases e Leopoldinense não iriam realizar bancas de exames de preparatórios naquele ano em decorrência do alto valor cobrado pelo Conselho Superior de Ensino para custear as despesas com os examinadores. O diretor do Ginásio Leopoldinense contestou, apresentando o pagamento realizado por ambos os estabelecimentos de ensino, sendo que o Ginásio Leopoldinense depositou, em 31 de outubro no Banco Mercantil do Rio de Janeiro, o valor de 12:059\$500 de doze contos, cinquenta e nove mil e quinhentos reis para o custeio das despesas com o inspetor e as bancas examinadoras que iriam funcionar na instituição (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.159, p.1, 14 nov. 1916).

Nessa data, foi ainda denunciada a irregularidade em relação à nomeação dos membros das bancas examinadoras do Ginásio Leopoldinense. Conforme o

¹¹⁶ Português, 49; Francês, 37; Latim, 4; Inglês, 16; Aritmética, 50; Álgebra, 17; Geometria, 08; Geografia, 55; História, 19; Química e Física, 19; história natural, 25, totalizando 299 alunos inscritos.

¹¹⁷ De acordo com Cunha (2007, p.157), “Todo o processo de ampliação e diferenciação das burocracias pública e privada determinou o aumento da procura de educação secundária e superior, pelas quais se processava o ensino profissional necessário ao desempenho das funções que lhes eram próprias”.

jornal *A noite* ¹¹⁸, a nomeação de José Tavares de Lacerda, pelo Conselho Superior de Educação, para integrar a banca de exames não poderia se dar em decorrência do fato de que este trabalhava para José Ribeiro Junqueira, e ainda porque ele participaria dos exames dos próprios filhos, visto que estes estudavam no referido colégio.

Em resposta de José Botelho Reis, dirigida ao jornal *A noite*, em relação ao examinador José Tavares de Lacerda, o diretor alegou que ele já havia sido fiscal do estabelecimento quando este era equiparado e criticou o comentário sobre a decadência do Ginásio Leopoldinense, apresentando o número de alunos matriculados e convidando um membro do jornal para ir a Leopoldina averiguar a veracidade das informações prestadas pelo diretor e participar da realização dos exames. Naquele ano, apenas foi realizada a substituição do examinador Justiniano Barroso Lintz por Romulo Avellar nas bancas de exames de Português, Francês e Latim do Ginásio Leopoldinense, a pedido do mesmo (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 161, p.1, 17 nov. 1916).

Ao analisarmos os resultados dos exames de preparatórios realizados em 19 de novembro de 1916, nessa instituição de ensino, percebemos um número realmente pequeno de alunos presentes para a realização das provas, uma média de cinco alunos por matéria, dentre eles uma aluna: Ana Carolina de Mendonça (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, nov. 1916).

Estes dados contrariam a estatística de alunos nos exames de preparatórios dos colégios particulares de Minas Gerais, em que o Ginásio Leopoldinense apareceu como a instituição particular com maior número de alunos inscritos. É importante salientar o fato de que o número de inscrições era contado por matéria e não por aluno, o que permitia a inscrição de um mesmo aluno em vários exames, por matéria. No ano seguinte, entretanto, os alunos que desejassem realizar os exames não poderiam se submeter ao exame de mais de quatro matérias.

No resultado dos exames de preparatórios do ensino secundário, publicado no *Jornal do Comércio*, em de 12 de outubro de 1916, dos ginasianos que prestaram concurso, 202 foram aprovados, o que correspondeu a 67,55% dos 299 inscritos; e em Cataguases, dos 168 inscritos, 113 foram aprovados, contrariando

¹¹⁸ Foi fundado em 18 de julho de 1911, por Irineu Marinho, no RJ. Abordava a política nacional e dava destaque ao noticiário policial, valorizando fatos do cotidiano. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/artigos/a-noite/>. Acesso em: 13 fev. 2016.

os comentários que difamavam os dois Ginásios. No ano seguinte, o percentual de aprovação passaria a mais de 80% (GAZETA DE LEOPOLDINA, n. 188, p. 1, 22 dez. 1916).

Em relação à irregularidade da nomeação de José Tavares de Lacerda, constatamos que, efetivamente, em 1907, este examinador foi delegado do governo federal e fiscal das Escolas Normais do Estado, além de colaborador do *Jornal Gazeta de Leopoldina*, o que confirmou a hipótese de Martins Filho (2009), de que uma das estratégias utilizadas pelos integrantes da política mineira era a concessão de empregos aos aliados. Assim, ele foi mantido na banca examinadora, como apontou a publicação dos inspetores que participaram das bancas dos ginásios de Leopoldina e Cataguases, em 1916, respectivamente: Oswaldo Joyce Paranhos da Silva e Joaquim Barroso Dutra. E como examinadores do Ginásio Leopoldinense: Português, Francês e Latim: Quintino do Vale, vice-diretor do Colégio Pedro II, José Tavares de Lacerda e José Martiniano Barroso Lintz; Inglês e Alemão: J. K. Willians, Romão Augusto Correa de Lacerda e Gastão de Azevedo Vilela; Geografia e História: Levindo Coelho, Belisario Augusto Soares de Souza e José Augusto Godinho; Matemática: Mário Machado, Sergedelo Eugênio Benites Mendes e Ruy Pinheiro; Física, Química e História Natural: Abelardo Alves de Barros, Felipe Nunes Pinheiro e Prisco Raimundo Gomes (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.159, p.1, 14 nov. 1916).

A prática de nomeação de aliados políticos para as bancas examinadoras do Ginásio Leopoldinense era comum, como demonstrou, em 1917, a nomeação do examinador Adauto Junqueira Botelho, de Cataguases, filho do senador Francisco Botelho; a permanência de José Tavares de Lacerda como examinador e fiscal; e também a nomeação do inspetor Oswaldo Joyce Paranhos da Silva, que era chefe do comissariado do café de Minas Gerais na Europa, além de engenheiro e sobrinho neto do Barão do Rio Branco; e do examinador Gastão de Azevedo Villela, que também havia sido colaborador do *Jornal Gazeta de Leopoldina* (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.165, p.1, 22 nov. 1916).

Apesar da relação explícita entre os membros das bancas examinadoras e o diretor do Ginásio Leopoldinense, a Comissão de Institutos do Ensino Secundário que verificou os trabalhos realizados pelos examinadores em colégios particulares, que requereram as vantagens facultadas pelo decreto nº 11895, de 14 de janeiro de

1916, não encontrou irregularidades, sendo o relatório do Ginásio Leopoldinense arquivado (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 58, p.1, 04 jul. 1917).

Para estreitar ainda mais os laços entre o estabelecimento de ensino e os membros das bancas examinadoras, era oferecido por Franklin Furtado jantar aos membros das bancas examinadoras, anualmente, em Leopoldina (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.156, p.1, 25 nov. 1921).

No segundo ano de realização dos exames de preparatórios nas instituições particulares de ensino secundário equiparadas, houve 109 alunos inscritos, no Ginásio Leopoldinense, perfazendo um total de 330 inscrições, que corresponderam a média de 3,3 matérias por aluno, respeitando a restrição do Conselho Superior do Ensino de quatro matérias por aluno ¹¹⁹ e superando o número de inscritos das demais instituições particulares do estado, que não chegaram a duzentas inscrições. Dos 330 inscritos, foram aprovados: 277, reprovados: 37, e não compareceram: 16, sendo que das aprovações 150 se deram simplesmente, ou seja, com nota inferior à média (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 68, p.1, 17 jul 1917; n. 136, p.1, 9 out. 1917; n.175, p.1, 01 dez. 1917).

O estado de Minas Gerais teria recebido do Conselho Superior de Ensino o maior número de concessões de bancas examinadoras às instituições de ensino secundário particulares. Além do Ginásio Leopoldinense, outras sete instituições receberam bancas examinadoras, enquanto que no Estado do Rio de Janeiro apenas o Colégio Salesiano Santa Rosa, e, em São Paulo, o Ginásio São Joaquim, de Lorena, e o Colégio São Luiz, de Itu ¹²⁰.

No ano de 1918, o Ginásio Leopoldinense enviou ao Conselho Superior de Ensino a relação das 458 inscrições para exames de preparatórios perante as bancas examinadoras no estabelecimento de ensino, embora tenha divulgado no *Jornal Gazeta de Leopoldina* um valor bem superior: 170 alunos, num total de 504 exames. ¹²¹ Em 1919, o número foi de 422 exames, sendo que 408 compareceram,

¹¹⁹ Inscritos distribuídos entre as seguintes matérias: Português: 54, Francês: 47, Latim: 4, Inglês: 14, Geografia: 64, História Geral e do Brasil: 16, Aritmética: 66, Álgebra: 20, Geometria e Trigonometria: 6, Física e Química: 24, História Natural: 15.

¹²⁰ O Ginásio de Cataguases, com 118 inscritos, a Academia de Comércio de Juiz de Fora, com 142, o Colégio Diocesano Sagrado Coração de Jesus, de Uberaba, com 116, o Ginásio Grambery de Juiz de Fora, com 96, o Ginásio de Itajubá, com 143, o Ginásio Municipal de Muzambinho, com 193, o Ginásio Santo Antônio, em São João Del Rei, com 176 (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 136, p.1, 9 out. 1917).

¹²¹ Português: 67; Francês 66; Latim 17; Inglês 22; Geografia, Chorografia e Cosmografia: 65;

e 10 foram prejudicados pela precedência ¹²² (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 106, p.1, 13 set. 1923; n. 68, p.1, 16 jul. 1919; n.166, p.1, 28 nov. 1919).

De acordo a publicação de Fábio Mendes, a retomada da concessão de equiparação às instituições de ensino secundário de caráter particular, com a reforma de 1915, elevou para 3243 o número de exames de preparatórios realizados no país, em 1920, sendo realizados apenas pelo Ginásio Leopoldinense 394 exames, e em 1921, 424 inscrições, sendo 320 aprovados (GAZETA DE LEOPOLDINA, n. 156, p.1, 19 nov. 1920; n.163, p.1, 04 dez. 1921; n.165, p.1, 08 dez. 1921).

Paralelamente ao aumento do número de exames realizados na instituição, deu-se também o de alunos internos. Fator que contribuiu para a ampliação da estrutura física do Ginásio Leopoldinense e do número de leitos para atendê-los, sendo a reforma concluída em 1926.

4.2

A Escola Normal

As normalistas

(Parodiando “As pombas”)

Vá-se a primeira normalista armada
De livros... E outras mais... Enfim dezenas
De normalistas vão-se à Escola, apenas
Haja passado a rósea madrugada...

À tarde – sobre ou não rija nortada –
Quase pombas de outro gênero, sem... Penas,
Regressam para casa, então, serenas,
Umas em bando; outras em debandada...

Enquanto estudam nascem-lhes os sonhos
Que as azas soltam céleres, risonhos,
E vão-se como as pombas dos pombais...

Diplomam-se... Com isto eles fenecem...
Os mestres e as lições elas esquecem,
Como à escola também não voltam mais... ¹²³

Historia do Brasil: 46; Historia universal: 18; Aritmética: 69; Álgebra: 27; Geometria e Trigonometria retilínea: 21; Física e química: 45; Historia natural: 41 (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 60, p.1, 14 jul. 1918).

¹²² A fonte não deixa clara se o termo precedência refere-se à instituição ou à família de origem.

A paródia sobre as normalistas, de Azevedo Correa, publicada no *Jornal Gazeta de Leopoldina* traz indícios sobre o caráter marcadamente feminino do público que frequentava a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense. A busca das mulheres pela formação como professora primária, no entanto, não foi acompanhada pelo exercício efetivo da profissão, como indicado no verso da última estrofe. Questão que passaremos a analisar nesta parte da pesquisa.

4.2.1

A criação das Escolas Normais

As escolas normais, acompanhando as transformações sociais que ocorriam em todo o território brasileiro, no período republicano, foram também, gradativamente, conformando-se aos projetos políticos das oligarquias locais, cada vez mais imbuídos da necessidade de uma educação primária para as classes populares.

Nesse processo, as Escolas Normais constituíram o palco privilegiado do debate educacional e acabaram por influenciar as normas que regulavam o ensino elementar, como também o ensino secundário, à medida que o regime se estabilizava no plano federal em direção à chamada política dos governadores, que buscava assegurar o domínio das oligarquias nos estados, especialmente de Minas Gerais e São Paulo (KULESZA, 1998).

Segundo este autor, a adaptação da formação geral ao contexto local eram características comuns encontradas nas Escolas Normais de todo o país no início da República. As Escolas Normais orientavam-se de forma crescente pelo modelo de estruturação adotado em São Paulo, baseado em escolas anexas, que serviam de modelos aos futuros grupos escolares e que constituíam uma fonte importante da própria clientela da Escola Normal.

No caso da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, a escola anexa sucederia sua criação, servindo como referência para a educação primária da elite do município e região e não como modelo para os grupos escolares, de cujo programa a escola primária da instituição particular buscou se diferenciar. Além

¹²³ apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Normalistas, n. 34, p.1, 06 jun. 1919.

disso, a Escola Normal criada teria caráter particular, e seria equiparada à escola oficial do Estado, antes mesmo de seu funcionamento. Tal fato reforçou seu caráter elitista ao mesmo tempo em que indicou sua relação com um projeto mais amplo de ampliação da instrução primária e formação de professores pelo Estado.

A ambição republicana de "formar um homem novo" concedeu aos professores um papel simbólico de grande relevo: só no contexto de um maior prestígio, qualificação e autonomia era possível desempenharem-se desta missão; mas o que estava em jogo era demasiado importante para que o Estado abdicasse de uma intervenção persistente (NÓVOA, 1992, s/p).

Segundo essa perspectiva, as Escolas Normais criadas pelo Estado no início da República para controlar um corpo profissional conquistaram maior relevância no quadro dos projetos de escolarização popular.

O que pode ser observado também em relação à criação da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, em 06 de setembro de 1906. Sua organização não se diferenciou do modelo apresentado por Kulesza (1998)¹²⁴. Funcionava em prédio anexo ao curso secundário, aproveitando seus professores, com exceção da professora de trabalhos de agulha, e algumas instalações.

Além disso, integrou um projeto mais amplo de escolarização no estado de Minas Gerais, haja vista o início das aulas ter sido adiado por falta de número suficiente de aluno (a)s para que a instituição pudesse ser mantida pelo poder público, ainda que a escola tenha aparecido na imprensa como concretização dos anseios da sociedade Leopoldinense. Por conta da falta de alunos, as inscrições realizadas foram guardadas, sendo criado, então, um curso preparatório para ingresso no Curso Normal (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.36, p. 2, 30 dez. 1906; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Em 1907, realizaram-se os exames de suficiência para ingresso no Curso Normal, que a princípio tinha caráter misto. No mesmo ano, tiveram início as aulas provisórias de português, aritmética e desenho linear, gratuitas para o (a)s

¹²⁴ Segundo esse autor, a criação de Escolas Normais públicas esteve atrelada às instituições de ensino secundário, as quais disponibilizaram professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas. Antes da fundação dessas escolas, muitas províncias criaram um Curso Normal anexo ao Liceu, simplesmente pela adição de uma cadeira de Pedagogia ao curso, aligeirando-se a parte de formação geral e reservando-se a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária pública. Eram utilizadas as mesmas instalações físicas e os mesmos professores, com exceção do professor de Pedagogia que, muitas vezes, era um professor do Liceu que acumulava duas cadeiras.

candidato (a)s à matrícula nesse curso. Foram abertas também as matrículas para o curso ginásial, sendo realizados os exames de admissão para ingresso no curso secundário (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Além disso, o (a)s candidato (a)s à matrícula no Curso Normal deveriam apresentar requerimento contendo seu nome, nome do pai ou responsável, idade, residência ou naturalidade. A este requerimento deveriam se juntar outros documentos contendo cada um deles a estampilha do Estado, certidão de idade que comprovasse ser maior de 14 anos, atestado médico provando não sofrer de moléstia contagiosa; e taxa, para os alunos que desejassem integrar o curso a partir do 1º ano. Para o (a)s aluno (a)s vindo (a)s de outro estabelecimento, que desejassem cursar o 2º ano, era exigida idade superior a 15 anos (GAZETA DE LEOPOLDINA. n.83, p.2, 02 fev. 1911).

A aula de Português era regida pelo professor Jacques Dias Maciel, que presidiu a Sociedade Educadora Leopoldinense, criada para auxiliar a educação de moças pobres que almejavam se tornar normalistas; a aula de Aritmética era regida pelo professor Achilles, que lecionou anteriormente em escola particular no município; e a de Desenho linear, pelo professor Pimenta Bueno, filho do Marques de São Vicente. O corpo docente constituído exclusivamente por professores do sexo masculino passaria gradativamente a ser composto por mulheres, em geral normalistas formadas na própria instituição.

Estas aulas provisórias contavam com 35 alunas matriculadas e, em 31 de janeiro, o Curso Normal possuía 49 matrículas, enquanto que para o curso secundário havia 50 alunos. Eram lecionadas entre 10 e 12h da manhã, sendo destinada uma hora para cada matéria ¹²⁵.

Com este número já seria possível dar início aos cursos, cuja data prevista seria 16 de fevereiro de 1907, estendendo-se as matrículas até o dia 15 de março de 1907. No entanto, ambos os cursos foram inaugurados em 21 de fevereiro de 1907, sendo essa data marcada por solenidades, que ocorreram ao longo do dia e que foram noticiadas pelo *Jornal Gazeta de Leopoldina*, do dia 24 de fevereiro de

¹²⁵ De acordo com o *Jornal Gazeta de Leopoldina*, em 19 de maio de 1907, foram admitidos pelo Ginásio Leopoldinense dois alunos gratuitos externos, mandados pelo Secretário do Interior. Os menores: Attila Soares e Antônio Guimarães Filho. Em 29 de janeiro de 1911, o Ministro do interior mandou admitir gratuitamente no Ginásio Leopoldinense a aluna Maria Salomé Barreto. Nenhum deles, entretanto, apareceu na lista de formandos da Escola Normal, devendo se tratar de alunos do curso secundário. No caso de Maria Salomé, esta pode ainda não ter concluído o curso normal, apesar da indicação. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.82, p.1, 19 mai.1907).

1907, trazendo também informações sobre o uniforme e os professores, bem como da intencionalidade da criação dessa instituição (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.37, p.1, 21 fev.1907; n.42, p. 1, 24 fev.1907).

A inauguração foi marcada por uma missa que contou com a presença do corpo docente do curso normal e ginásial e um desfile dos alunos do ginásio, com uniforme militar, e das alunas do curso normal, com veste azul e encarnado, o que deixou explícita a distinção de gênero, ainda que os cursos, a princípio, tivessem caráter misto. À tarde reuniram-se no salão do Ginásio Leopoldinense, os docentes, discentes, diretores: José Monteiro Ribeiro Junqueira e Custodio Ribeiro Junqueira e Henrique Dias da Cruz, primeiro diretor técnico da instituição. A abertura da solenidade foi realizada por Custodio Junqueira, seguido do discurso do professor Pimenta Bueno sobre os professores. O encerramento foi feito com um pronunciamento do diretor Ribeiro Junqueira, que, naquele ano, havia sido pela segunda vez, presidente da Câmara em Leopoldina, e que afirmou ter sido a iniciativa do curso normal do Ginásio Leopoldinense uma resposta à reivindicação das moças do município, junto ao poder local ¹²⁶. Fez ainda referência às agitações sociais e à aspiração geral a esse tipo de instituição. O que contradiz a necessidade que se teve de adiar a inauguração do curso por falta de alunos.

Após o discurso de encerramento, falaram os professores Pimenta Bueno, Reinaldo Matolla, em nome das alunas da Escola Normal, Jacques Dias Maciel, então promotor de justiça e vice-cônsul de Portugal, falou em nome da colônia portuguesa, apoiando a iniciativa de criação do Curso Normal e fazendo apologia à influência das mulheres na direção dos destinos sociais. E em seguida, ocorreu um baile no salão do Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 24 fev. 1907).

A transcrição e a publicação desses discursos nas páginas principais da imprensa revelou a importância dos cerimoniais escolares para a construção do prestígio da instituição associada à figura do líder local e diretor da instituição.

¹²⁶ Apesar de aparecer como uma reivindicação feminina, o curso contou, em seus primeiros anos de funcionamento com a presença de dois homens. Posteriormente, emergiu uma Escola Normal essencialmente feminina, dotada de escola-modelo anexa, destinadas à prática pedagógica e que desencadeou o processo de profissionalização do magistério primário. Este processo foi percebido durante a primeira década do século XX, em todo o território brasileiro, conforme apontado por Kulesza (1998).

4.2.2

As normas expressas nos relatórios dos inspetores

A descrição da estrutura física e das solenidades realizadas na instituição eram publicadas na imprensa também como forma de cumprir as normas exigidas pelo Governo, no decreto nº 1960 de 16 dezembro de 1906, título III, capítulo III, § 12 ao 16. Este previa que as Escolas Normais deveriam: propagar o espírito de associação; comemorar a inauguração destas instituições, com participação da família e autoridades; remeter ao governo plantas, fotografias, descrições e material de ensino; fiscalizar o cumprimento da legislação; publicar o relatório sintético enviado ao Secretário do Interior pela instituição, contendo: descrição do itinerário percorrido pelo fiscal, a descrição dos prédios; conceitos das famílias sobre os professores da instituição (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. p. 2, fev. 1907).

Os relatórios dos inspetores também eram publicados no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, como por exemplo, o do inspetor Estevam de Oliveira sobre o primeiro ano de funcionamento do estabelecimento, que trouxe aspectos detalhados sobre a infraestrutura e a rotina escolar da Escola Normal, dentre outros aspectos, sendo publicado em 1907:

(...) Funcionam, por enquanto, o primeiro e o terceiro ano. Ascende a 51 o nº de matrículas total. 49 estão matriculadas no 1º ano e 2 no 3º. Corpo docente: professor de português: Dr. Jacques Dias Maciel; Aritmética: Afonso H. de Albuquerque; Desenho: Heraldo Pio Pimenta Bueno; História natural, física e química: Custodio Ribeiro Junqueira; escrituração mercantil: Juvenal Carneiro; costura e trabalhos de agulha: Ernestina Ribeiro; Geografia: José Botelho Reis; música: coronel Affonso de Albuquerque. Não está definitivamente provida a cadeira de francês, por não estar funcionando o 2º ano. (...) Daí, fui assistir aos trabalhos da escola masculina do professor Castanheira. No dia imediato, assisti a lição do 3º ano, estando presente apenas 1 aluna, tendo a outra faltado por moléstia. Às lições do 1º ano, estiveram presentes 45 alunas. Neste instituto está o ensino sendo ministrado de acordo com o Regulamento e com o programa adotado da Escola Normal de Belo Horizonte. Em minha passagem por Rio Pardo, pretendo ali voltar de novo, para formar opinião mais segura a respeito deste instituto ¹²⁷ (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, 22 mai. 1907).

¹²⁷ Nova visita à Escola Normal pelo inspetor ocorre em 23 de junho de 1907, dia em que se iniciam as férias de São João, no Ginásio Leopoldinense (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.19, p.1, 23 jun.1907).

Apesar de no relatório do inspetor Estevam de Oliveira mencionar o total de 51 matrículas no Curso Normal, o Ginásio Leopoldinense divulgou um número equivalente a 54 matrículas, em 18 de março, sendo, 12 deste total auxiliadas pela Sociedade Educadora Leopoldinense, criada em 17 de janeiro de 1907, em prol da educação de moças pobres, residentes na cidade e que se destinassem ao magistério. Essa associação filantrópica tinha como bases:

- 1º - Que a matriculanda concorra com dois terços, um terço ou metade da taxa de matrícula, entrando os signatários com o resto;
- 2º - que os auxílios sejam conferidos de maneira que se beneficie sempre o maior número, observada a maior equidade;
- 3º - que em igualdade de condições, na parte pecuniária, decida a preferência:
 - I – a qualidade de filha órfã de algum professor com mais de 10 anos de exercício;
 - II – a qualidade de órfã de pai ou filha de pai inválido;
- 4º - a prestação da matrícula pode ser feita por cotas mensais;
- 5º - o número de matrículas será regulado de maneira que reste ao fundo da Caixa um terço das contribuições mensais;
- 6º - a contribuição mensal mínima é de 5\$000;
- 7º - a obrigação do signatário durará um ano não se podendo demitir dentro desse prazo sem depositar toda a quantia correspondente a ele, porque se obrigou;
- 8º - para conceder auxílio é preciso intervir o pedido da pretendente por meio de requerimento e por intermédio de algum dos sócios (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.42, p.1, 24 jan. 1907).

Aos dez primeiros dias de funcionamento dessa sociedade, presidida pelo professor Jacques Dias Maciel ¹²⁸, eleito pelos seus colaboradores, a mesma já contava com 31 sócios e 13 pedidos de auxílios estatuídos, sendo 12 deferidos e um deixado para decisão posterior. Essa iniciativa demonstrou a intencionalidade dessa associação, que era controlar a seleção das alunas gratuitas que ingressariam na instituição.

Do mesmo modo, em 1917, intensificaram-se as indicações de alunas gratuitas pelo Estado, que através da secretaria do interior, oficiou a admissão de 6 alunas gratuitas, quando houvesse vaga na escola normal do Ginásio Leopoldinense. Dentre elas, Haydée Martins Ribeiro e Emília de Oliveira Guimarães, que não foram localizadas dentre as formandas no período correspondente a 1907 a 1926, indicando certo controle das matrículas pelo poder local. Por sua vez, Carolina Fernandes Valentim formou-se em 1921, passando a

¹²⁸ Em 1908, seria eleito o novo presidente, o capitão João Teixeira de Moura Guimarães (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 17 mar. 1907; n.82, p.1, 30 jan. 1908; n.43, p. 1, 27 jan. 1907).

integrar o corpo docente da Escola Normal no ano seguinte; Laurentina Vieira diplomou-se em 1918; e Floripes Teixeira Guimarães e Nair Lima foram admitidas como alunas em 1917 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 202, p.1, 16 jan. 1917).

Também em 1918, duas alunas do Grupo escolar de Leopoldina foram premiadas com a frequência gratuita na Escola Normal, por se distinguirem. A primeira premiada foi Marietta Maciello, que iniciou o curso em 1913 e concluiu em 1917. Em segundo lugar, Edith Lima, filha de Miguel Lima, que havia concluído o primário no ano anterior (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 236, p.1, 21 fev. 1918).

Dentre os fins do ensino secundário e normal, oferecido pelo Ginásio Leopoldinense, equiparado ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro e à escola normal da capital do estado, são apresentados pelos estatutos da instituição, em 1911:

- a) Proporcionar à mocidade educação indispensável ao bom desempenho dos deveres do homem e cidadão;
- b) Preparar os alunos para os cursos superiores da República e para o bacharelado em ciências e letras;
- c) Formar professores para o exercício do magistério primário no estado de Minas Gerais.

Art. 2º O Ginásio mantém curso primário e secundário sendo dada, em qualquer deles, educação física, moral e cívica (apud NOGUEIRA, 2011, p.91).

O regulamento nº 1960 de 1906, que equiparou a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense à escola oficial do Estado ¹²⁹, determinava que o ano letivo das Escolas Normais deveria corresponder ao período de 15 de fevereiro a 14 de novembro, sendo iniciadas as aulas às 7h da manhã, não podendo ser excedido o número de 4 aulas de 60 minutos por dia, alternadas com intervalos de 15 minutos, nem haver duas aulas seguidas do mesmo professor, podendo ainda ter mais uma aula entre 5 e 6h da tarde, com intervalo para as atividades práticas fora do estabelecimento de ensino.

De acordo com o relatório do inspetor técnico de ensino, Estevam de Oliveira, de maio de 1907, entretanto, foram descritos horários distintos para a

¹²⁹ O decreto estadual, que regulamentou o funcionamento das escolas normais, a partir de 1916, passou a ser o nº 4524, de 21 de fevereiro de 1916.

realização das lições: “(...) No dia 18 do corrente, assisti à lição de aritmética, de 8 às 9 h da manhã; a de português de 10 às 11 horas. Dividiam-se em dois turnos: de 8 às 9 da manhã, para português, e de 10 às 11, para aritmética. As lições do 3º ano eram à tarde de 2 às 3. (...)” (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, 22 mai. 1907).

Sobre a tentativa de controle do tempo escolar pelas normas emanadas do poder central, Faria Filho (2000) aponta que o regulamento de 1906 buscou centralizar o controle do tempo, submetendo o trabalho docente à distribuição diária das disciplinas por períodos delimitados pelas horas que os estudantes permaneciam na escola. Esta ordem submetida a uma lógica predeterminada intentava que as disciplinas não fossem substituídas nem tão pouco tivessem seus horários modificados.

Ainda assim, a discrepância entre a descrição do inspetor e as informações disponibilizadas na imprensa indicou que a normatização dos horários não implicava em seu cumprimento. Fato que foi apontado por Gallego (2011, p.332) em sua discussão sobre tempo escolar e as primeiras iniciativas dos Grupos escolares.

A fiscalização do Estado também se dava sobre a frequência dos alunos das instituições equiparadas. Esta também era controlada pelos relatórios dos inspetores, bem como pela publicação diária na imprensa oficial dos nomes dos alunos infrequentes.

Para a Escola Normal, as faltas não poderiam exceder o número de 40 justificadas ou 20 sem justificativa, incorrendo em baixa na matrícula, sendo necessário ao aluno se submeter a um novo exame de admissão.

Para realização destes exames, era composta uma comissão examinadora de professores da própria instituição. Os exames finais e de segunda época também seguiam esta organização, porém eram realizados mediante fiscalização do secretário do interior designado, que, em 1917, foi Rodolpho Portugal Milward (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 233, p.1, 28 fev. 1917).

4.2.3

Programa de Ensino da Escola Normal

O Programa de Ensino da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense no início de seu funcionamento era regulamentado pelo decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, devendo estar de acordo com o programa da instituição oficial do estado de Minas Gerais. Esse regulamento colocava como objetivos das Escolas Normais:

Art.111- As escolas normais, sob a forma de externatos, são destinadas a dar a educação intelectual, moral e prática necessária suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor primário, regenerando progressivamente esse ensino público.

Art.112- As escolas normais destinam-se particularmente ao preparo prático de professores primários com todas as qualidades indispensáveis à qualidade do seu magistério (...)

Art.113- O curso normal será de 3 anos, a saber: 1º ano - português, aritmética, desenho, música, trabalhos de agulha. 2º ano – português, francês, geometria, geografia, história, educação moral e cívica, desenhos, trabalhos de agulha. 3º ano – noções gerais de física, química, história natural e higiene, aritmética comercial, escrituração mercantil, desenho, música e trabalhos de agulha. (...) ¹³⁰

Art.118 – Não será permitido no ensino normal processo que anime o trabalho maquinal e substitua a reflexão por um esforço de memória. Assim o ensino deverá ser feito intuitivamente, por meio de coisas, em todas as matérias em que se puder aplicar esse processo e principalmente no que diz respeito ao ensino prático de que trata o art.114 (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. n.46, p.2, 07 fev. 1907).

Essas prescrições, no entanto, não determinavam necessariamente a forma do acontecer no interior da escola. O Programa previsto no regulamento seria criticado pela direção do Ginásio Leopoldinense, através do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, que julgava necessário fazer alguns reparos decorrentes da impressão deixada pela sua leitura.

Um aspecto criticado foi o tempo, que se achava insuficiente para ministrar ao candidato conhecimento de todas as matérias previstas no regulamento, o qual reduziu para três, o prazo de quatro anos para o preparo do professor primário. Tal situação, segundo a direção, reafirmava a Escola Normal enquanto instituição desmoralizada e cara, a expedir diplomas, que já mereceram o título de “títulos de ignorância” (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.37, p. 1, 06 jan. 1907).

¹³⁰ As matérias do Curso Normal eram agrupadas em cadeiras, que eram respectivamente: 1ª cadeira: português e francês; 2ª cadeira: aritmética, geometria e escrituração mercantil; 3ª cadeira: geografia, história e educação moral e cívica; 4ª cadeira: noções gerais de química, física, história natural e higiene; 5ª cadeira: música; 6ª cadeira: desenho.

Em 31 de janeiro de 1907, o pseudônimo M., argumentou que nenhum professor: “digno desse nome” se proporia a ensinar as matérias em tão pouco tempo e que na alternativa de ser responsabilizado por não explicar todos os pontos ou de apresentar aos exames, os alunos que não apreenderam as lições professadas, o professor preferiria a segunda hipótese, “que relega à falta de aplicação ou potência intelectual do discípulo o insucesso da prova” (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. n.44, p. 1, 31 jan. 1907).

Apesar das críticas, o Programa não sofreu grandes alterações. Conforme demonstrado na publicação do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, de 05 de abril de 1908, com exceção das aulas de desenho, música e trabalhos de agulha, as demais matérias foram mantidas nos programas de ensino para a 1º cadeira de português e francês e a 2ª cadeira de aritmética, geometria e escrituração mercantil, aprovados para os 1º e 2º anos da escola normal da capital do estado de Minas Gerais, à qual a Escola do Ginásio Leopoldinense era equiparada desde 1906. Em ambos os programas, as aulas práticas seriam realizadas nos grupos escolares ou escolas isoladas.

O Programa trazia de forma detalhada o conteúdo dos pontos de prova oral e escrita, além de explicações de como seriam as aulas práticas nas Escolas Normais, apontando indícios de como as matérias eram trabalhadas pelos professores em suas respectivas cadeiras (GAZETA DE LEOPOLDINA. n. 101, p.2, 05 abr. 1908; n. 102, p.2, 09 abr. 1908).

Em relação aos pontos de prova para a cadeira de português, o Programa propunha dissertações semanais feitas por um professor em uma classe de alunos primários. A prova escrita para o 1º ano era constituída de três partes: redação de 20 linhas, interpretando um texto lido em prosa ou verso; redação de uma narrativa ouvida na hora, contada por um dos examinadores; e composição de pequena carta ou bilhete. A prova oral, por sua vez, era constituída de 4 partes: leitura expressiva de prosa e verso em livro desconhecido à classe; exposição em forma de lição de um ponto do programa sorteado; redação escrita no quadro negro de um período curto ou sentença do trecho lido, ditada pelo examinador; e recitação de trecho de prosa ou poesia de autor de nota.

Para o 2º ano, a prova escrita de português seria constituída de redação detalhada de uma peça oficial (requerimento, ofício), que seria dado em resumo no momento da prova; redação de uma carta longa íntima, comercial ou à pessoa

de tratamento, nos moldes da primeira; e descrição ou comentário de um acontecimento de ocasião ou estudo de metrificação de uma poesia dada no momento do exame. A prova oral constava de 3 partes: resumo completo em linguagem corrente de um capítulo inteiro de prosa sorteado em livros desconhecidos à classe e lido a sós no momento da prova; exposição em forma de lição de um ponto do programa sorteado na hora; e recitação de poesia ou prosa de autor de nota.

O Francês não era exigido em prova, senão com o intuito de ministrar ao professor os conhecimentos que o habilitassem à interpretação dos compêndios e publicações didáticas escritos em língua francesa. Consistiria, então, em leitura e tradução com o auxílio do professor, para exercício de pronúncia e conhecimento das expressões francesas, em exercícios de estudo, por cópias parciais; aplicações dos verbos *lire* e *avoir* e dos verbos regulares nas leituras realizadas; artigos e contrações, observados no exercício de leitura; flexões de número e gênero dos substantivos e adjetivos; pronomes; advérbios; leitura e tradução sem ajuda do professor; conjugação; sintaxe; e ditado no quadro negro. A prova escrita seria constituída por tradução de pelo menos 100 linhas de um capítulo de livro desconhecido pela classe, sendo o uso de dicionário facultativo. A prova oral constaria de duas partes: leitura de um trecho longo de prosa ou poesia e ditado no quadro negro de um período da leitura feita.

Em relação à 2ª cadeira, de Matemática, esta se dividiria em Aritmética para o 1º ano e Geometria para o segundo ano. No primeiro ano, a Aritmética abrangeria o estudo de grandezas, numerais e operações, números primos, frações; quadrado e raiz quadrada de números inteiros e fracionais; unidades métrica e monetária; regra de 3; divisão proporcional. Já no segundo ano, a Geometria abrangeria o estudo de volume, superfície, retas, planos, paralelas, ângulos, figuras geométricas, problemas de construções gráficas e exercícios numéricos, noções gerais sobre algumas curvas usuais (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 09 abr. 1908; 12 abr. 1908).

O terceiro ano abarcava Aritmética comercial e Escrituração mercantil, com revisão do sistema métrico, pesos e medidas estrangeiras, moedas nacionais e estrangeiras, porcentagem, juros, problemas resolvidos pelos métodos de redução à unidade, desconto, comissões, sociedade comercial, câmbios indiretos e normais de vários países, cálculo, noções de progressões de logaritmos, problema de

seguro de vida; diferença entre o comércio de importação e exportação, sociedades, contratos; dissolução de sociedade, liquidação, falência, companhias e sociedades anônimas, escrituração, partidas simples, mistas e dobradas; livros comerciais, registro de letras e obrigações a receber e a pagar, exercícios, ativo e passivo, débito e crédito, mercadorias; títulos, suas acepções e fins, ações, apólices e faturas, comissões, consignações, despesas gerais, cauções e endossos; hipotecas, fretes, corretagem; contas correntes, empregados, lucros e perdas, títulos diversos, matrículas e registros, letras de câmbio, balanço em geral, redação comercial.

A prática profissional da cadeira de Aritmética e Geometria, assim como a cadeira de Português, deveria ser desenvolvida nos grupos ou escolas isoladas seguindo o programa primário. A primeira lição de cada ponto seria dada pelo próprio professor com assistência da turma de suas alunas, as quais reproduziriam nos dias subsequentes a aula dada pelo professor. As aulas práticas se davam exclusivamente pela reprodução do que era ensinado pelo professor e pela transmissão das matérias aos alunos do ensino primário do Grupo escolar, sendo o professor a figura central deste processo.

As matérias que integravam a 3ª cadeira eram: História, Geografia e Educação Moral e Cívica. Os pontos de prova para esta cadeira eram constituídos de 54 itens, sendo que o primeiro tratava de noções gerais, importância e interesses de estudo da História. Os itens 2 ao 35 tratavam de assuntos pertinentes à História do Brasil, marcado por guerras e revoluções. Os itens 36 ao 44 apresentavam os principais fatos da história de Minas Gerais, até o advento da República. Os itens 45 ao 49 tratavam da História da América e integração das nacionalidades americanas. Os demais itens abordavam a História da Civilização egípcia, grega, romana, árabe, idade média e moderna. A matéria de Geografia também estava separada por itens. Dentre os assuntos abordados, tinha-se: o objeto de estudo da Geografia, divisões e relações com as outras ciências; Terra, globo terrestre, pólos, meridianos e paralelos, latitude e longitude, pontos cardeais, cartas geográficas, aspectos gerais do globo, oceano e terras, propriedades físicas do mar, etc. A continuação do Programa de Ensino, contendo

os assuntos de Geografia tratados nos demais anos, e, principalmente, o Programa de Moral e Cívica ¹³¹, não foram localizados na imprensa.

Além das aulas práticas, as alunas da Escola Normal e demais professores de ensino primário, que ainda não tivessem aplicado o novo processo de ensinar a ler, dispunham de instruções para a sua prática, publicadas no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, do compêndio: Primeira Leitura (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.87, p.1, 16 fev. 1908).

As instruções eram descritas em lições detalhadas e consistiam em alfabetizar a partir de palavras. No exemplo citado, a palavra deveria ser escrita no quadro e em seguida o professor indagaria o significado da palavra, as partes componentes deste utensílio, a forma e sua utilidade, para que a partir daí, pudessem ser construídas frases onde se utilizasse a palavra escrita. Além do conhecimento da pronúncia da palavra, o aluno deveria saber sua aplicação. O exercício deveria ser realizado com as palavras FACA, RATO, SAPO, etc., conforme indicado pelo compêndio:

Façamos a primeira lição como se estivéssemos lecionando a uma classe de analfabetos no seu primeiro dia de aula. (...) Preparadas e escritas essas dez palavras, poderá o professor fazer novo exercício com as mesmas, convidando os alunos a lê-las no quadro negro. (...) Está assim preparada a primeira lição do compêndio, para o aluno ler no dia seguinte (...) (Primeira Leitura. *Gazeta de Leopoldina*. n.87, p.1, 16 fev. 1908).

Estes enunciados descritivos, na medida em que buscavam organizar e constituir determinado campo dos saberes pedagógicos como essenciais à prática docente, acabavam por legitimar um saber de cunho “novo, moderno, experimental e científico” (CARVALHO, 2006, p.147).

O que também ficou demonstrado na prática profissional do 1º ano, da Escola Normal que era realizada em escola pública, onde o(a)s aluno(a)s examinado(a)s realizariam a prática de ensino de leitura primária e corrente, seguindo metodicamente os pontos de língua pátria do 2º, 3º e 4º anos do programa primário, e que cada ponto seria dado na primeira lição pelo próprio

¹³¹ A educação moral e cívica apareceu na coluna de Jacobino Freire, não apenas restrita ao conteúdo de uma matéria, mas como cidadania, que no caso específico da notícia, tratava-se do pagamento de impostos públicos e da legitimidade das contribuições para o desenvolvimento da nação (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 171, p.1, 23 nov. 1915).

professor com assistência de sua turma de alunas, as quais a reproduziriam nos dias subsequentes.

Tal prática foi representativa da “arte de ensinar” que foi concebida pela moderna Pedagogia que circulou no Brasil no início do Século XX. De acordo com Carvalho (2006, p.147), nessa pedagogia: “(...) ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a arte de aprender materializa-se no exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados”.

Esta abordagem confere também aos impressos de uso escolar um papel e um lugar específicos, cabendo apontar os livros utilizados no ensino primário, pelas instituições públicas, indicados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, em 1907 e 1908. Estes confirmam a tentativa de regulação do Estado sobre as práticas educativas, tanto na educação primária quanto nos cursos de formação de professores. Eram eles, respectivamente:

Para o 1º ano:

- Primeira Leitura, de Arthur Joviano, de Belo Horizonte;
- Livro de Hidário Ribeiro, que seguia o método intuitivo;
- Método para ensino das primeiras letras, A Cartilha Nacional e Terceiro Livro de Leitura, que formavam os primeiros rudimentos da leitura e da escrita, através de método uniforme.

Para o 2º ano:

- O amiguinho de Nhonhô ou o Primeiro Livro de Leitura, de João Kopke;
- Para o estudo da História do Brasil, o livro: História da Nossa Terra, de D. Julia Lopes de Almeida, que incentivava o patriotismo.

Para o 3º ano:

- Contos Pátrios de Olavo Bilac e Coelho Neto;
- Leitura manuscrita e lições de B.P.R.

Para o 4º ano:

- Livro de Leitura. Curso complementar, de Olavo Bilac e Bonfim e Cultura dos Campos, de Assis Brazil (GAZETA DE LEOPOLDINA, p.1, 24 jul.

1907; n.40, p.1, 05 set. 1907).

Além destas obras, outras indicações para o ensino primário foram comentadas pelo redator: A Gramática Portuguesa, adotada nos Colégios Oficiais, de Adelia Ennes Bandeira; A leitura de J. Guibert, sobre o Caráter e a Bondade, de cunho moralizador, para ser lida para as crianças. Para o ensino de Geografia, o Compêndio de Geografia Geral do Dr. F. Pinheiro Bittencourt, criticado por abordar a teoria evolucionista para as crianças, que, segundo o redator, tinham espíritos frágeis (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.81, p.1, 26 jan. 1908).

Os programas e os impressos indicaram o aspecto enfatizado por Nóvoa (1992) acerca do ensino normal, o qual constituiu um dos lugares privilegiados de configuração da profissão docente, na medida em que se buscou produzir um saber socialmente legitimado sobre as questões do ensino e delimitar um poder regulador sobre o professorado.

Além de regular os professores, os impressos, cujo foco era a natureza e a virtude, objetivavam auxiliar a escola em seu papel de produzir novos hábitos, novas subjetividades e novos ritmos, precisamente sobre o corpo infantil. O manual didático em si não seria capaz de realizar essas mudanças, sendo necessário considerar suas práticas de utilização pelos professores e alunos.

Também a criação, em 1909, do Jardim de infância anexo ao prédio da Escola Normal serviu para configurar a profissão, constituindo-se como lugar de consolidação dos saberes e da prática profissional das normalistas.

Em 1918, de acordo com o programa aprovado pelo decreto nº 4930, de 6 de fevereiro de 1918, os livros adotados pela instituição assumiram um caráter mais nacionalista, sendo adotados pelo Grupo escolar: Cartilha analítica, de Barreto; Livro de leitura, de Olavo Bilac e Bomfim; História da nossa terra, de Góes; Segundo livro de Leitura, de T. Galhardo. Para o ensino de História do Brasil, matéria que apareceu na cadeira de História Universal e do Brasil, do Programa de Ensino da Escola Normal, em 1915, foi indicado a Summula da História Pátria, título de uma plaquette de 36 páginas do professor José Soares das Neves, diretor do grupo escolar da capital, Dr. Carlos Soares de Rio Branco, com lições sobre história pátria que deveriam ser dadas nas escolas singulares urbanas, distritais e rurais e grupos noturnos. E ainda, o livro Pequeno Atlas História Natural do

Homem do Dr. Reliévre traduzido para os programas das escolas normais e ginásios (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 75, p.1, 01 ago. 1918; n. 5, p.2, 26 abr. 1918).

Estas transformações que ocorreram no Programa proporcionaram mudanças também na visão que os professores possuíam do seu trabalho docente e de sua identidade profissional. O que ficou mais evidente, a partir das modificações ocorridas entre 1911 e 1915 no Programa de Ensino, com a introdução das matérias: Educação moral e cívica e História e Chorografia do Brasil, respectivamente.

Em 1911, portanto, o Programa de Ensino da Escola Normal sofreu algumas modificações em suas matérias, mantendo os 3 anos de duração:

Quadro 4 - Programa de ensino da Escola Normal, em 1911	
Ano	Matérias
1º	Português, Física, Música, Ginástica, Aritmética, Costura, Desenho e Caligrafia.
2º	Português, Geografia, Geometria, Aritmética, Física, Química, Música, Trabalhos Manuais, Ginástica, Desenho, Costura.
3º	Química, História Natural, Física, Higiene, Português, Educação Moral e Cívica, Francês, Música, Ginástica, Desenho.

Fonte: Gazeta de Leopoldina, Leopoldina, n. 176, p.1, 28 nov. 1915.

Somente em 1915, reapareceu o Programa do Curso Normal com quatro anos de duração, sendo a distribuição das cadeiras distintas em relação ao Programa de 1911. No 1º ano: apareceram outras matérias para compor as cadeiras: Francês, junto ao Português; História Universal e do Brasil; Música e Caligrafia, junto ao Desenho; Ginástica e Economia Doméstica; a História Natural dissociou-se da cadeira que continha as matérias Física e Química, passando a associar-se à matéria Higiene; Geografia Geral juntou-se a Chorografia do Brasil; e Costura e Trabalhos de Agulha a Trabalhos manuais. No 2º ano, foi incluída Caligrafia, e, em 1916, Chorografia do Brasil, e no 3º ano, Geometria e Costura. O 4º ano constitui-se das matérias: Português, Pedagogia, História do Brasil e Instrução Moral e Cívica, História Natural e Higiene, Química, Cosmografia e

Geometria (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 176, p.1, 28 nov. 1915).

O caráter modelarmente prescritivo dos saberes pedagógicos transpunha os muros da instituição e seu Programa de ensino, haja vista os redatores do *Jornal Gazeta de Leopoldina* apresentarem também orientações às famílias dos alunos, no que tange às questões disciplinares ou de higiene. Por exemplo, a crítica em relação ao uso da palmatória, à qual inúmeros profissionais conferiam indiscutível eficácia. Para os redatores, ela simbolizava “o carrancismo feroz no mundo espiritual”. Em relação à higiene, alertavam as mães sobre os malefícios de roer unhas, para as crianças (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. n. 101, p.1, 05 abr. 1908).

O papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança foi expresso também pelas mensagens propagadas por meio da imprensa. Esse viés civilizador se dirigia a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendendo-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo (Schueler e Magaldi, 2009).

O discurso moralizante de cunho religioso, por sua vez, intensificou-se quando a Escola Normal, de caráter laico, particular e misto, que funcionava em regime de externato no prédio anexo ao Ginásio Leopoldinense até o ano de 1918, foi transferida para o Colégio Imaculada Conceição da Congregação espanhola Filhas de Jesus, instalado no prédio onde residia o major Galdino de Freitas. Este estabelecimento oferecia pensão às normalistas, além de jardim de infância misto, curso primário e secundário. Neste momento, a Escola Normal assumiu institucionalmente o ensino de caráter exclusivamente feminino, embora a presença apenas de mulheres no curso já fosse observada desde 1910 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 254, p.1, 16 mar. 1918; n. 232, p.1, 16 fev. 1918; n.165, p.1, 18 nov. 1917).

Em 1919, a Escola Normal passou, então, para a supervisão da diretora Madre Josepha, sendo a promoção das alunas presidida e inspecionada por José Botelho Reis. A fiscalização do estabelecimento continuou a cargo do inspetor regional. Em 1923, o prédio sofreu ampliação para atender a demanda de alunas

(GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.86, p.1, 14 ago. 1919; n. 119, p.1, 28 set. 1923).

A partir destas mudanças, podemos afirmar que a competência e a legitimidade profissionais não se restringiram às dimensões exclusivamente técnicas e instrumentais, mas também se fizeram pela adesão a um sistema de valores, incorporado na própria identidade profissional. Neste sentido, o *Jornal Gazeta de Leopoldina*, contribuiu para reforçar o programa institucional, entendido por Canário como um processo social que “transforma valores e princípios em ação e em subjetividade através de um trabalho profissional específico e organizado” (apud SOARES, 2014, p.17).

4.2.4

A feminização do magistério primário

Se considerarmos o fato de que o corpo docente da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, nos primórdios de sua criação, foi constituído basicamente por homens e que essa instituição funcionava em prédio anexo ao curso de ensino secundário, aproveitando seus professores e instalações, logo, podemos afirmar que antes da formação das primeiras normalistas, que passariam a atuar como docentes das Escolas Normais e das escolas primárias do município de Leopoldina, o curso formava professoras sob uma perspectiva de ensino e um corpo docente exclusivamente masculino, em geral homens, cuja formação não era o magistério, mas advogados, médicos e engenheiros.

Apesar das oportunidades profissionais que lhes eram oferecidas, estes homens tinham na atividade docente um meio de intervir na sociedade e geralmente essa atividade se dava com um caráter complementar e não como única fonte de renda, como no caso das mulheres.

Portanto, apesar da predominância de mulheres no curso da Escola Normal, o mesmo não ocorria em relação ao exercício do magistério. A presença masculina no magistério se manteve também nas escolas públicas, como demonstrou a notícia sobre os resultados dos exames de suficiência, de 21 de novembro de 1907, da 2ª cadeira do sexo masculino, regida pelo normalista Olympio Corrêa (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 21 nov. 1907).

Portanto, a figura masculina ainda estava presente nas escolas de instrução secundária e nas cadeiras do sexo masculino das escolas primárias, o que vai ao encontro da pesquisa de Faria Filho et al (2005) sobre a feminização do magistério em Minas Gerais, no início do século XX, a qual apontou que apesar do crescente número de mulheres no magistério, o número de homens atuantes na profissão se manteve.

A precarização e desvalorização do magistério público mineiro, por sua vez, pareceram preceder o aumento do número de mulheres no exercício dessa profissão, como indicou o pronunciamento do pseudônimo M., no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, no ano de inauguração do curso de formação de professores primários do Ginásio Leopoldinense.

O que são os professores mineiros?

Com honrosíssimas exceções, uns desanimados a atingir outra qualquer posição, por pouquidade ou preguiça intelectual que se atiram ao professorado com extremo recurso, que além do mais tem a vantagem de libertá-los de surpresas, canseiras e estudos.

Não irrogamos com estas palavras uma ofensa à respeitável classe, que conta em seu ceio muitos indivíduos credores do nosso respeito e admiração (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.44, p. 1, 31 jan. 1907).

Tal afirmação apontou a falta de prestígio com que contavam os professores mineiros, à época da criação do Ginásio Leopoldinense, refletida na fala do próprio autor, um professor dessa instituição de ensino.

A intencionalidade deste discurso de distinguir o magistério primário do secundário e de desvalorização do primeiro segmento, corrobora a afirmativa de Hughes (1996) de que há sujeitos que alcançam posição de prestígio: munindo-se de uma “retórica profissional que os valoriza” ou adquirem posições reproduzidas a partir da divisão de trabalho, a qual perpetua as discriminações, hierarquizando “as categorias de pertencimento” (apud DUBAR, 2012, p.358-359).

No curso da Escola Normal, desde seu primeiro ano de funcionamento, percebeu-se a presença de alguns poucos homens matriculados ¹³². Em 1910, apesar de seu caráter misto, contava com um público exclusivamente feminino, seja pela presença de matrículas apenas realizadas por mulheres seja pelo seu

¹³² Apenas quatro homens frequentaram o curso e apenas dois deles se formaram como normalistas: Emílio Ramos Pinto, que atuou como diretor do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1923, e Lucas Tavares de Lacerda Filho, que atuou como professor do Ginásio Leopoldinense.

programa de ensino, que incluiu matérias associadas às atribuições sociais femininas, como costura e trabalhos de agulha.

No início do curso normal, as atividades produzidas pelo(a)s aluno(a)s e divulgadas pela imprensa eram composições produzidas pel(o)as melhores aluno(a)s da escola Normal, com o tema: “Descrição da cidade de Leopoldina”. No ano de 1907, foram publicados, após revisão dos redatores do jornal *Gazeta de Leopoldina*, os trabalhos de Olivia Godinho e Maria das Dores, do 1º ano do curso, os quais faziam alusão ao progresso do município (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 16 mai. 1907).

Em 1916, ficou demonstrada uma mudança no caráter das atividades divulgadas. Não eram mais publicadas as produções escritas, mas notícias sobre os trabalhos de agulha e artesanato realizados pelas alunas, que ficavam expostos no estabelecimento de ensino. O fundo arrecadado com as vendas dos trabalhos confeccionados era destinado à Casa de Caridade. Em 1916, Ernestina Ribeiro, professora de Trabalhos de Agulha, fez receber 100 mil reis aos cofres da Casa de Caridade, arrecadados com a venda dos trabalhos. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 11 de março de 1916, p.1, c.2)

Portanto, o fato de que o caráter exclusivamente feminino dos cursos de formação de professoras primárias não esteve presente desde a criação do curso normal do Ginásio Leopoldinense, levou-nos a pensar que a inserção da mulher no magistério não ocorreu de forma “natural”.

A sociedade que se pretendia civilizada requeria novas maneiras de se comportar e, portanto, novos valores precisavam ser aprendidos, dentre eles, a educação moral como sinônimo de educação para as mulheres e a família e a mulher como fundamental para o funcionamento da sociedade. Tratava-se, portanto, “de um feminino construído, visto serem necessários insistentes investimentos para a sua difusão e consolidação, ainda não instituído” (Faria Filho et al, 2005, p.66).

A tentativa de construção do feminino, da mulher como dominadora do lar e controladora de seus desejos, ficou explícita no poema intitulado *Ser mulher*, publicado por Columbano Duarte, aluno do Ginásio Leopoldinense, que logo ao

se formar, em 1911, tornou-se redator do Jornal *Gazeta de Leopoldina* e professor do Ginásio Leopoldinense ¹³³:

Ter sempre os olhos plenos de doçura;
Ser alegre, qual céu por onde voa a andorinha;
Nos beijos a ternura ter da irmã;
Como a noite que povoa.

O espaço grave ser, mal e tortura
De quem sofre; aplacar, por tão boa;
Ter nos braços o ninho da ventura;
Dar coragem, se, em pranto, um hino entoa.

No peito ardente rubro, sós conter
De frementes desejos; não perder
A esperança; Adorar quando é amada

E as pequeninas mãos cruzar, radiante;
No lar, em que domina, triunfante;
_ É ser mulher, é não querer ser nada...
(DUARTE, Columbano. Ser mulher. *Gazeta de Leopoldina*. n.179, p.2, 12 nov. 1911).

Ao levarmos em conta, também, as diferenças de acesso entre mulheres e homens aos diferentes níveis de escolarização primária e secundária, poderemos perceber que no ensino secundário, era restrita a presença feminina, pois seu caráter era essencialmente masculino ¹³⁴.

Portanto, a categoria de feminização aplicada à compreensão do mundo do trabalho, não se refere apenas à presença de mulheres na escola, mas, principalmente, à associação dessa instituição aos símbolos da feminilidade, que eram o matrimônio, a maternidade e o lar e sua diferenciação em relação aos homens.

É o que ficou demonstrado, por exemplo, na primeira formatura realizada pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, em 1908, da normalista Antonieta

¹³³ Vindo de Além Paraíba, foi também inspetor escolar de Palma, em 1916, e, em 1920, foi eleito presidente da Liga Mineira de Desportos Terrestres, com sede em BH (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. p.1, 21 abr. 1911; n.107, p. 1, 19 ago.1911; n.171, p.1, 03 nov. 1911).

¹³⁴ Em 1916, na publicação dos resultados dos exames para ingresso no 1º ano do curso ginásial, apresentaram-se na instituição candidatas do sexo feminino: Maria Regina Marques e Maria Aparecida Pires, aprovadas dentre um grupo de 16 candidatos. A presença de mulheres no curso secundário do Ginásio Leopoldinense foi constatada também na apresentação dos resultados dos exames de preparatórios, em 1915: Aura Lacerda, aprovada com distinção em português, Marieta Abelha e Henriqueta Capdeville, dentre 17 alunos. Esta última, em 1916, apareceu como aluna do curso de Odontologia do Ginásio Leopoldinense (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, mai. 2016).

Guariglia. No discurso do paraninfo Rodrigues Campos, foi enfatizada a diferenciação entre homens e mulheres, com bases em pesquisas científicas sobre diferenças anatômicas e cerebrais entre os sexos e em relação ao caráter sentimental das mulheres, que se distinguia dos exercícios intelectuais a que os homens estavam entregues.

(...) Referiu a contenda levantada em torno da competência feminina, provando que a controvérsia baseada na anatomia, do predomínio da porção occipital, destinada aos sentimentos (nas mulheres), sobre a frontal, mais intelectual, poderia ser explicada, também cientificamente pelos exercícios intelectuais a que o homem preferencialmente se entrega. Ainda assim a notável influência da mulher não seria contestada, porque um escritor de nomeada universal afirma que o futuro pertence mais aos corações dos que aos espíritos. (...) (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Ginásio Leopoldinense. n.78, p.1, 16 jan. 1908).

A feminização do magistério primário, portanto, era pautada pela ideia de “vocação” e de determinismo biológico. Este respaldo moral e científico apontava que as mulheres seriam mais aptas ao trabalho docente junto às crianças pequenas, por estarem mais propensas à manutenção das relações sociais e familiares e às práticas do cuidado.

Yanoulas (2011) afirma que esta categoria apresenta definições diferenciadas que tem implicações científicas e políticas, e às quais correspondem metodologias e técnicas distintas de coleta e análise das fontes:

Um significado quantitativo que optamos por denominar de feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação; sua mensuração e análise realizam-se por meio de dados estatísticos, e um significado qualitativo que denominaremos feminização que alude às transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação, originadas a partir da feminilização ou aumento quantitativo e vinculadas à concepção de gênero predominante em uma época (YANOULAS, 2011, p.271).

Não apenas as professoras traziam concepções de feminilidade, como a própria escola atuava ativamente na manutenção desses modelos, como demonstrou o discurso de formatura do Curso Normal do Ginásio Leopoldinense da turma de 1911, proferido pelo paraninfo José Botelho Reis, também diretor técnico da instituição:

(...) Nenhum programa de educação, nenhuma atitude social poderá ser correta sem ser fundamentalmente baseada no reconhecimento de que a mulher é educada para

compreender a suprema dignidade, a suprema utilidade de ser mãe. Sem que a mulher comum seja uma boa esposa e boa mãe, sem que torne seus filhos fortes de coração, de espírito e de corpo, sem que a mulher comum faça tudo isso, vão seria o brilho do genial, vã toda prosperidade material, vão os triunfos da ciência e da indústria. A mãe é a singular, a suprema base da vida racional: é ela muito mais importante que o estadista feliz, do que o industrial, o artista, o cientista bem sucedido. (...) (REIS, José Botelho. Ginásio Leopoldinense. *Gazeta de Leopoldina*, n.99, p.1, 30 mar. 1911).

Com isso, podemos afirmar que estes modelos e práticas não são apenas trazidos para a escola, como se os significados tradicionais de masculinidade e feminilidade fossem apenas reproduzidos no ambiente escolar.

A escola também tem papel ativo na produção desses significados, como expressou o discurso da oradora da turma do Curso Normal do Ginásio Leopoldinense de 1911, Graziela Azevedo, ao se referir a sua nova profissão de normalista:

(...) saindo dos umbrais dessa casa para os vastos cenários da vida prática, levam daqui a segurança de que acima da inteligência, cabe ao sentimento a messe mais farta de conquista nas obras da instrução e educação. Não é coisa nova dizer-se que a escola é o prolongamento da família e que o discípulo está para o mestre, assim como os filhos para os pais. (...) a missão capital do mestre na escola é a educação do sentimento. (...) Importa (...) fazer prosseguir o espírito incipiente da criança na vereda já desbravada pelos carinhos e pelos exemplos do lar (...) o mestre aparece na sociedade exercendo os mais dignos dos sacerdócios. (...) (AZEVEDO, Graziela. Ginásio Leopoldinense. *Gazeta de Leopoldina*. n.99, p.1, 30 mar. 1911).

No contexto da primeira Guerra Mundial, a diferenciação de gênero e o papel da mulher, atrelado à profissão de professora, ficaram ainda mais explícitos. Foi o que demonstrou a transcrição do trabalho feito em aula, pela aluna da Escola Normal, Maria do Carmo Lacerda, do 2º ano, e publicado no Jornal *Correio de Minas*. O assunto da redação era: “Se eu fosse homem, que profissão escolheria? Sendo mulher o que devo escolher? E por quê?”

Como resposta a aluna colocou a carreira militar como escolha para os homens, em defesa da pátria e como sinônimo de coragem, e para as mulheres, a profissão de professora, através da qual, guiariam os alunos pelo caminho do dever, ensinando-lhes os preceitos de boa educação moral, o amor à pátria e a submissão aos mestres e superiores (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 119, p.1, 28 set. 1923).

De acordo com Dubar (2012), é apenas através da atividade com os outros, que as identificações que o indivíduo estabelece se justificam, podendo o mesmo recusar ou aceitar a maneira como é identificado.

Nesse sentido, para refletirmos sobre as condições e circunstâncias que fizeram com que as mulheres ocupassem as salas de aula, foi importante pensar que essa história permeia a questão de gênero, buscando explicar as diferentes maneiras como homens e mulheres formaram sua subjetividade, sendo que no interior desses discursos foram construídas suas práticas sociais, capazes de intervir nas formas de representações que lhe eram impostas (NOGUEIRA E SCHELBAUER, 2007).

Para além da questão de gênero, foi preciso considerar também que a identidade profissional não é adquirida, não é uma propriedade, nem um produto. Ela caracteriza-se por ser um espaço de conflitos, onde maneiras de ser e de estar na profissão são construídas, determinando o que Nóvoa (1995) chamou de “processo identitário”.

A relação de Augusto dos Anjos com sua esposa Esther Fialho, também professora da Escola Normal e do Grupo escolar, a partir de 1915, foi representativa desta questão.

Kulesza (1998), ao analisar as memórias de Augusto Vidal, rememorando suas aulas particulares com o poeta, para os preparatórios de ingresso no Liceu da Paraíba, afirmava que apesar do poeta entender das matérias que ensinava, sua esposa, Esther Fialho, formada como professora primária, intrometia-se, discutindo quando não se achava bem esclarecida. “Queria saber em minúcias o que ia o esposo dizendo, de preferencia em matéria de Português ou Geografia.” (apud KULESZA, 1998, p.12).

Após a morte do poeta, em 1914, Esther revalidou seu diploma, preparando-se com sucesso, em apenas quinze dias, para os exames necessários, a fim de poder exercer a profissão de professora em Leopoldina, onde Augusto dos Anjos atuaria durante seus últimos quatro meses de vida como diretor do Grupo escolar do município. No Jornal Gazeta de Leopoldina, o poeta havia oferecido seus serviços de professor, contudo, seria Esther Fialho dos Anjos quem iria atuar no ensino de Geografia, Aritmética e Desenho, conforme noticiado no jornal, após prestar concurso (apud KULESZA, 1998).

O autor ressalta que a matéria de Geografia teria sido lecionada por Augusto dos Anjos, no Rio de Janeiro, enquanto professor interino tanto do Ginásio Nacional como do Externato Normal e que Esther, aluna de Thomas Mindello, na Paraíba, tinha condições de participar da preparação das aulas. Esta relação permeada por aspectos educacionais, também foi percebida em carta escrita, em 1911, por Esther e também assinada pelo poeta, encaminhada à mãe deste, na qual ela demonstrou-se entusiasmada pelo envolvimento do marido com a educação, cujo nome havia sido proposto, por Rocha Pombo, dentre trinta nomes de enciclopedistas considerados ilustres:

O Augusto, ultimamente, acaba de ser distinguido com uma honraria meio platônica, a qual, todavia, não deixa de o elevar, sob o ponto de vista científico literário. Trata-se de uma alta associação de pedagogos, chamada Enciclopédia Nacional do Ensino, que se propõe a executar um vasto programa de crítica, inspeção e iniciativas na esfera do ensino no Brasil. (...) Na República das letras, onde a literatura era vista como "o sorriso da sociedade" e na qual, a respeito da arte de fazer versos, "dir-se-ia que os homens deviam compor, para que as mulheres os declamassem" (...) (Kulesza, 1998, p.12).

Esther Fialho foi nomeada interinamente como professora do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, pelo diretor da instituição, em 1914 ¹³⁵.



Figura 38 - Professora Esther Fialho e alunos do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1923 ¹³⁶

¹³⁵ Gazeta de Leopoldina, n.272, p.102 abr. 1916.

A fotografia, que data de 17 de novembro de 1923, mostra-nos um grupo de alunos do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira junto a alguns professores, dentre eles a professora Ester Fialho, de vestido escuro à esquerda.

A professora se casou novamente, agora com o redator do Jornal Gazeta de Leopoldina e também poeta, Ferreira Caboclo ¹³⁷, cujo teor das colunas sobre a atuação feminina e educação apresentavam afinidades com o discurso feminista da época.

As notícias e os poemas publicados por Caboclo na imprensa, a partir de 1923, faziam referências às mulheres: *A idade e as mulheres*, *Dotes de mulher*, *A derrocada da sociedade atual* e *O momentoso problema da Maternidade*. Além disso, o redator enveredou pela Campanha sobre Maria Lacerda de Moura educadora mineira, escritora do livro *A fraternidade e a escola* ¹³⁸ (apud Gazeta de Leopoldina, n. 114, p.122 set. 1923, n. 28, p.1, 02 jun. 1923, n. 30, 05 jun. 1923, n. 32, p.2, 07 jun. 1923).

A partir dessa constatação, arriscamos afirmar que apesar das restrições à participação da mulher na sociedade, inviabilizando sua atuação direta na imprensa, Esther Fialho conseguiu atuar no meio educacional e influenciar com suas ideias a escrita de seus maridos.

¹³⁶ Fonte: Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/2681/-grupo-ribeiro-junqueira--1923>. Acesso em 163 fev. 2016.

¹³⁷ Gazeta de Leopoldina. n. 72, p.2, 28 jul. 1923. Casamento do professor Julio Ferreira Caboclo, filho de José Liberato Ferreira Caboclo e Maria Elisa Ferreira e Esther Fialho, viúva de Augusto dos Anjos e filha de Agnello Candido Luiz Fialho e de D Miquelina Amelia Monteiro Fialho, em 30 de julho de 1923.

¹³⁸ Fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1921, no RJ, pela luta em favor do voto feminino. Em 1921 mudou-se para São Paulo onde se tornou ativa colaboradora da imprensa operária, publicando em jornais como *A Plebe* e *O Combate* de estilo panfletário. Participou em 1922 da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Berta Lutz. Em 1923, lançou a revista *Renascença*, publicação cultural voltada para a divulgação do movimento anarquista. Em seus escritos tratava de temas como educação, educação sexual dos jovens, direitos da mulher, exigência da virgindade feminina, amor livre, direito ao prazer sexual, divórcio, maternidade consciente, prostituição, combate ao fascismo e ao militarismo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA,%20Maria.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

4.3

O Jardim de infância

No período analisado, a escola apareceu como espaço de diferenciação entre o adulto e a criança, constituindo-se como lugar de produção de novas relações de autoridade e elaboração de novas formas de comportamento. A “descoberta da infância” e com ela a “reaparição da preocupação educativa” resultou, segundo Nóvoa (1991, p.119) na elaboração de um corpo de saberes específicos e de *savoir faire*.

As relações entre infância e modernidade, por sua vez, estabeleceram-se no esforço de produção de uma mesma tradição: “o ser criança civilizada”. E ainda, a expansão de regulamentações da vida em grupo, por meio da legislação, foi conduzida pela necessidade de se prever atitudes (VEIGA, 2004, p.37; p.71).

Os debates acerca de um espaço educativo onde se pudesse consolidar o tratamento diferenciado entre as crianças e o adulto, e que extrapolasse o alcance dos cursos de formação de professores, em Leopoldina, resultaram na criação, em 1910, de um Jardim de Infância no Ginásio Leopoldinense.

4.3.1

A “descoberta” da infância e “o ensino da linguagem”

O professor de português, e então diretor do estabelecimento, Jacques Dias Maciel, passou a publicar no Jornal *Gazeta de Leopoldina* a coluna intitulada: “O ensino da linguagem”, em que defendia um programa de ensino específico para a necessidade de cada classe.

Estas publicações confirmaram que os saberes produzidos tratavam-se mais de um “saber técnico” do que de um “conhecimento fundamental”, uma vez que a forma como eram organizados privilegiava princípios e técnicas de ensino em detrimento das matérias ensinadas (NÓVOA, 1991, p.119).

Para o professor Jacques Dias Maciel, nas classes elementares, a função do ensino da linguagem era levar o aluno a se expressar com facilidade. Para isso, eram necessários os métodos de imitação e impressão. Segundo esta perspectiva, a criança aprendia pela impressão que o modelo imitado fornecia, seja a escola, a família ou as influências fora da escola, sendo que estas, muitas vezes,

atrapalhavam mais do que ajudavam o ensino da linguagem correta, cabendo à escola tal papel.

O redator utilizava a expressão: “réus das batatas futuras” para designar os alunos que imitavam os bons modelos. A retórica, o falar bem, era vista como a “Arte dos mestres da linguagem”. Entusiasta da arte de bem dizer, Jaques Dias Maciel julgava necessário como pré-requisito para se falar bem, a leitura pelo professor para os alunos. Com tal intuito, sugeria livros de leitura de Baudelaire e Montaigne ¹³⁹, sendo o professor o modelo deste processo de ensino.

A leitura em voz alta, segundo Vidal (2007, p.505), “exigia do leitor uma postura correta, o domínio da respiração concomitante às pausas da pontuação e uma dicção perfeita. (...)”. A leitura oral era ainda controlada através de seu conteúdo, sendo utilizada pela instituição escolar como estratégia no cultivo da apreciação por determinado tipo literário.

Com base nas ideias de Mr. James H. Harris e nas reflexões sobre sua experiência como mestre, Jacques Dias Maciel, ao abordar a “Lição de coisas”, afirmava que a composição criada pelo aluno o aprazia a fazer cópias. Reafirmava a importância das perguntas, de se fazer a composição oralmente, para somente em seguida, por escrito, solicitando às alunas que escrevessem cartas de aniversário às professoras. Para exemplificar, descreveu uma situação em que uma criança o desenhou em sua composição, apontando o desenho como um modo de a criança pequena registrar por escrito suas impressões. Além disso, resumiu a proposta de Harris para o ensino da linguagem, segundo a qual o professor deveria seguir os seguintes passos:

1) “Atividade do mestre” - Este deveria ter cuidados com a correção do erro do discípulo, lendo e apontando-lhe o erro e dando-lhe sugestões de melhoramentos, além de sugerir trabalho complementar e exercícios. Deveria também destacar o erro de vermelho para chamar a atenção e usar poucos sinais. Por exemplo, utilizar a abreviatura F.C. para indicar erro de concordância.

2) “Atividade do aluno”, consideradas:

¹³⁹ De acordo com Moura (2014, p.3), Baudelaire fundou um conceito de modernidade que é histórico, filosófico e estético: “a modernidade é um misto de tradição e novo”. Para Montaigne, “o mundo é o lugar de aprender a morrer, a filosofar e a viver e, por isso, frequentá-lo é condição fundamental do existir”. As questões trazidas pelos autores expressam bem o papel educativo da instituição e os valores que se intencionava transmitir.

- “Troca de exercícios”: em que após realizada a composição, esta seria trocada para que um aluno corrigisse o erro do outro;
- “Crítica por colaboração em aula”: que consistia no mestre pedir ao aluno que fizesse uma composição e, sem corrigi-la, pedisse que eles escrevessem algumas frases no quadro que considerassem com erros e os corrigissem.

Depois o mestre emendaria os erros não encontrados ou ainda não ensinados;

- “A autocrítica”: em que a correção da composição era realizada pelo próprio aluno, com emprego de questionário feito pelo professor, contendo questões do tipo: “Empreguei letra maiúscula no início da frase?”

O professor Jacques Maciel propunha ainda um projeto que considerasse diferentes métodos de ensino, como por exemplo, um projeto com aulas ao ar livre, com base em observações realizadas sobre o desenvolvimento das crianças (MACIEL, Jacques. Ensino de Linguagem. *Gazeta de Leopoldina*. n.76, p.2; n.78, p.1; n.80, p.1; 06, 13, 20, 23 jan. 1910).

Para esta abordagem pedagógica, “ensinar a ensinar” era fornecer modelos na forma de roteiros de lições ou sob a forma de práticas exemplares asseguradas por estratégias de formação docente em escolas primárias, anexas às Escolas Normais (CARVALHO, 2006, p.148).

Estas publicações no Jornal *Gazeta de Leopoldina* que sucederam a inauguração do Jardim de Infância do Ginásio Leopoldinense, em 27 de julho de 1909, serviram para subsidiar os trabalhos que começariam em 1º de fevereiro de 1910 ¹⁴⁰.

Apesar da utilização do termo Jardim de Infância, este não assumia o mesmo significado existente hoje. Ele correspondia ao curso primário e tinha a pretensão de absorver aluno (a)s de classes sociais abastadas, matriculado (a)s nos grupos escolares e escolas isoladas da região, sob o pretexto de oferecer uma proposta mais moderna de ensino, prescrita na coluna Ensino de Linguagem, além de caráter preparatório para o curso secundário e normal.

De acordo com os Estatutos do Ginásio Leopoldinense e Escola Normal, referente ao ano de 1917, o curso primário tinha por fim a educação dos sentidos e da inteligência por processos atraentes (jardim de infância) e o preparo de alunos

¹⁴⁰ Após esta data não se tem mais publicações do professor Jacques Maciel, no ano de 1910, no Jornal *Gazeta de Leopoldina*.

para o curso secundário (curso de adaptação). Nestes dois admitiam-se alunos externos, internos e semi-internos. A matrícula podia ser feita em qualquer época, sendo o aluno classificado de acordo com seu adiantamento. Compreendia o ensino da leitura, escrita, língua pátria, aritmética, instrução moral e cívica, geometria elementar, desenho, lições de coisas, música vocal, ginástica, evoluções militares e língua estrangeira. O curso não era gratuito, sendo o pagamento cobrado em três parcelas durante o ano letivo, assim como ocorria em relação à cobrança dos alunos internos do curso secundário. Para os alunos do curso primário, em regime de internato, a lavagem de roupas estava incluída no valor da pensão (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 218, p.1, 03 fev. 1917).

As aulas do Jardim de infância e primário do Ginásio Leopoldinense estavam previstas para iniciar em 17 de janeiro de 1910. Tratava-se de um ensino voltado exclusivamente para crianças do sexo feminino, introduzindo uma classe intermediária, para crianças de 6 a 8 anos, e de uma classe introdutória ao 1º ano do Curso Normal e do Ginásial, de caráter preparatório. Nesta última, lecionaram os seguintes professores: Luiz Antônio Correa de Lacerda, João Alves de Souza Machado, José Botelho Reis e Arthur Leão.

O primeiro se mudou para o Rio de Janeiro em 1911, onde faleceu em 1919. Exerceu o magistério em uma escola municipal em São Martinho e foi casado com Isabel Werneck, com quem teve 3 filhos, Pedro, Romão e Paulo Lacerda, era irmão de Lucas Tavares de Lacerda, médico residente em Rio Branco, de José Romão de Lacerda e do professor Romão A. C. de Lacerda. Foi ainda proprietário da fazenda de Luiziana, em Providência.

O segundo foi diretor e proprietário do Colégio Piedade, de ensino primário e preparatório, inaugurado em 1882, junto com Sinfrônio Maurício Cardoso, onde lecionou aulas de Francês e Inglês (O LEOPOLDINENSE, 12 de novembro de 1882; 17 de dezembro de 1882).

José Botelho Reis, além de constituir o quadro dos primeiros professores, era Bacharel em letras e, posteriormente, diretor técnico administrativo do Ginásio Leopoldinense (1910-1926). Arthur Guimarães Leão era tenente do batalhão de infantaria e, em 1930, assumiu o cargo de vereador, em Leopoldina (DIÁRIO OFICIAL, p.5, 02 out. 1901; JORNAL MINAS GERAIS, v.4, p.349, 1930; GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 209, p.1, 14 jan. 1916).

Além destes primeiros professores, em 1909, foi admitida a normalista Adail Brandão, exonerada a pedido dois anos depois, sendo substituída pela normalista Hilda Samuel (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 03 set. 1911; p.1, 05 set. 1911).

Apesar de a fonte onde foi localizada a fotografia abaixo fazer menção aos alunos do curso primário, podemos notar a diferenciação feita através do uniforme entre os alunos do curso preparatório e jardim de infância, uma vez que este último era voltado para a educação feminina.

O pequeno número de meninas contrasta com o de meninos, que frequentavam o curso primário preparatório. Estes também foram diferenciados pelos uniformes, sendo possível identificar aqueles que recebiam instrução militar, à esquerda, próximos a uma das professoras.



Figura 39 - Alunos e professoras do ensino primário do Ginásio Leopoldinense – 1920 ¹⁴¹

No primeiro ano de funcionamento do curso, foram planejados cursos práticos com canteiros e estúbulos, para o estudo de economia e contabilidade rural e noções de ciências naturais, a criação de oficinas tipográficas e de encadernação e aulas de preparação comercial (GAZETA DE LEOPOLDINA. Ginásio Leopoldinense. n.78, p.1, 13 jan. 1910; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

¹⁴¹ Fonte: Nogueira (2011, p.107).

A proposta de aulas ao ar livre associada aos cursos práticos com canteiros e estábulos indicou que se estaria inaugurando novas formas de ensino na instituição que estavam atreladas ao ensino agrícola.

Nesse contexto, tanto as ideias progressistas quanto a científicista que norteavam o ensino expressavam a aspiração à formação das crianças em “homens aptos para levantarem a lavoura e enfeitarem a cidade”. Estes anseios representavam a visão das elites republicanas da Zona da Mata mineira, pautada tanto na modernização quanto na manutenção das estruturas agrárias (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.54, p.1, 23 out. 1910).

Junto à criação de novos segmentos de ensino na instituição, surgiram novas práticas de ensino, mas também as dificuldades de adaptá-las aos novos alunos. Gama Rosa apresentou o cinematógrafo como um novo método, frente à impossibilidade de algumas crianças ou adultos “intelectualmente mal desenvolvidos, ocuparem-se com estudos subjetivos”. O cinematógrafo, em 1911, apareceu como método objetivo de ensino, e, portanto, um método inovador, pois, através dele, seria instituído o processo de demonstração concreta. Até então, utilizava-se no ensino gravuras ou fotografias imóveis, que se considerava não transmitir a integral noção de realidade. Esta proposta de ensino objetivo e concreto seria inaugurada por Froebel e Pestalozzi ¹⁴² (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.110, p.1, 27 ago. 1911).

Esse método, segundo Vidal (2007) estava pautado na proposição de que o trabalho individual e eficiente tornava-se a base da construção do conhecimento infantil. Sob este aspecto, o ensino intuitivo pautava-se em uma organização das práticas escolares que se dava em torno do oferecimento de situações em que o aluno a partir da observação e da ação desenvolveria seu próprio saber. De acordo com a autora:

(...) uma nova dinâmica impulsionava as relações escolares. O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar: aprendizagem em lugar de ensino. A psicologia experimental dava suporte à cientificidade da pedagogia e produzia no discurso da escolarização de massas populares o efeito de individuação da criança (...). A regulação das práticas escolares realizava-se pela contabilidade de ritmos e produção de gestos eficientes. Os materiais da escola recebiam outra importância porque imprescindíveis à construção experimental do conhecimento pelo estudante. Os métodos buscavam na “atividade” sua validação (VIDAL, 2007, p.500).

¹⁴² Nas obras destes pensadores estariam os germes dos ideais escolanovistas (ARCE, 2002).

Essa tendência comprova a afirmação de Carvalho (2006, p.153) de que houve, nesse período, novos parâmetros de cientificidade para os discursos produzidos sobre a educação. Os mesmos eram difundidos pela penetração do positivismo nas “hostes republicanas” e associados à pedagogia prática, entendida como “arte de ensinar”.

Nesse sentido, as práticas foram fortemente formalizadas e atreladas à materialidade dos objetos que lhes serviam de suporte, mantendo uma estreita relação com a “arte de fazer com”, normatizada como “boa imitação de um modelo” (CARVALHO, 2006, p.147).

4.3.2

A Pedagogia Prática e o caráter dual da educação

A Pedagogia Prática foi tema da coluna de Jacobino Freire¹⁴³, em 1915. O redator abordou o desenvolvimento infantil e o ensino na Inglaterra, onde as crianças registravam através do desenho tudo o que lhes era dito pelo professor. O ensino da escrita apresentou-se em situação funcional, ou seja, ativa, sendo o desenho tido como registro que poderia auxiliar no ensino de diversas matérias, seja da História ou da Educação Física (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 168, p.1, 18 nov. 1915).

Dentre os valores produzidos, estava a incorporação das ciências à pedagogia, do método científico ao ensino da criança, através da observação, raciocínio e expressão clara dos fenômenos observados.¹⁴⁴

Além de ser apresentada uma pedagogia mais específica, voltada para a formação infantil, também era defendido o ensino primário como base

¹⁴³ Escreveu também sobre educação moral e cívica: O imposto e a legitimidade das contribuições (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 171, p.1, 23 nov. 1915).

¹⁴⁴ Em meados da década de 20, percebeu-se no discurso do diretor do Ginásio Leopoldinense, José Botelho Reis, uma mudança em relação à concepção de infância defendida pela escola renovadora. Atrelado às ciências positivas, o discurso pautava-se na desconstrução da ideia de que a criança era um ser inocente e verdadeiro para justificar a necessidade de civilizar através da instrução. Esta abordagem respaldava-se nos estudos de um professor uruguaio, David Dipetta, o qual indicou a falta de veracidade nos escolares e as causas que a motivavam, apontando, ao mesmo tempo a terapêutica moral para corrigir tal defeito, que era o de predisposição a ocultar a verdade e exagerar os fatos (GAZETA DE LEOPOLDINA, n. 52, p.1, 7 jul. 1920).

fundamental para o ensino secundário e superior. Este caráter preparatório ficou explícito nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Leopoldinense e também no discurso do redator do *Gazeta de Leopoldina*, Jacobino Freire.

Ao atentarmos para as mudanças do corpo docente do curso primário, notamos que assim como ocorreu com a Escola Normal, apresentou-se a gradativa substituição dos professores do sexo masculino pelas normalistas formadas na instituição. Além disso, as novas práticas de ensino, associadas ao caráter prático do ensino agrícola, acabaram por preparar o terreno para a criação, em 1912, de um curso exclusivamente voltado para o ensino agrícola.

A justificativa para a criação de um curso primário particular, em um município onde havia sido criado, no ano anterior, um Grupo escolar, esteve não apenas em seu caráter preparatório para o ensino secundário. A fundação do Jardim de infância do Ginásio Leopoldinense acompanhou o discurso de que o objetivo dos estabelecimentos públicos de ensino era atender prioritariamente crianças pobres, deixando explícita a necessidade de um programa de ensino diferenciado que se adequasse à realidade deste público específico. Esta proposta acabava por corroborar com a manutenção da hierarquia social, reforçando a diferença do ensino primário ofertado para ricos e pobres.

O caráter dual da educação esteve também presente no discurso do diretor do grupo escolar, José Lintz, em 1917, do professor e diretor de higiene do estado, Samuel Libâneo, em 1918, e foi ainda retratado na coluna de Paulo Silvano, sobre aprender a ler e contar como base da instrução popular. Este último denunciou que o número de alunos não indigentes nas escolas públicas era maior do que de alunos indigentes. Criticava também as reformas de ensino que buscavam programas pomposos voltado para quem podia ficar estudando por alguns anos sem outra preocupação, o que não condizia com a realidade dos alunos pobres que frequentavam as escolas públicas.

É um programa não para a escola pública de quem quer saber ler às pressas, porque não pode dispor de tempo; é um programa de escola pública para quem pode gastar tempo em estudos. Ao pobre pouco importa que ser e estar sejam verbos irregulares, que formoso seja adjetivo, que amanhã seja advérbio. Que praticamente fale mais ou menos gramaticalmente certo e quanto à lógica da ideia, não me consta que haja mau emprego dela. Ler bem, escrever sofrivelmente e contar bem o que ensina Trajano, aritmética progressiva (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.6, p.1, 27 abr. 1921).

Ao longo dos anos, observaram-se os esforços das diversas iniciativas particulares em Leopoldina - o Ginásio Leopoldinense, com diversas seções, o Colégio Imaculada Conceição, o Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Pedro II, dirigido pelo padre Raymundo Nonato -, em atender os filhos da elite Leopoldinense. Estas instituições contrastavam com a carência de materiais escolares e mobiliários das escolas públicas. Apesar disso, os grupos escolares contavam com a presença de alunos abastados, ao lado do filho do pobre, que não tinha outro meio para se instruir (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 216, p.1, 15 fev. 1922).

Diante desta situação, a criação do Jardim de Infância do Ginásio Leopoldinense teve como intenção absorver dos Grupos escolares os alunos provindos de famílias abastadas propondo um programa de ensino diferenciado para a elite de Leopoldina e Zona da Mata mineira e preparando-os para o ensino secundário, oferecido no próprio estabelecimento. A distinção entre ensino para ricos e pobres ficou ainda mais explícita e foi reforçada dentro da própria instituição, com o início do funcionamento do Aprendizado Agrícola, em 1914, voltado para o atendimento aos menores órfãos e pobres, filhos de lavradores.

4.4

A Escola de Farmácia e Odontologia

A Escola de Farmácia e Odontologia foi idealizada, em 1911, a partir de um plano geral de estudos, formulado por Custódio Junqueira e Francisco Botelho. Em 26 de janeiro do mesmo ano, o Ministro da justiça autorizou a abertura de inscrições para este curso no Ginásio Leopoldinense, pela Portaria nº 31, de José Ribeiro Junqueira, tendo as aulas já sido iniciadas, admitindo alunos de ambos os sexos (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.79, p.1, 19 jan. 1911; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

De acordo com o Anuário de Minas (1906-1913), este curso se estabeleceu, em março de 1913, tendo cada um de seus ramos: Farmácia e Odontologia, 2 anos de duração cada um. Ficavam isentos do exame de admissão os candidatos que apresentassem certificados de exames prestados em instituições oficiais

equiparadas, sob o regime de 6º ou 5º ano ginásial, do conjunto para tal fim, ou que tivessem diploma do curso normal do Ginásio Leopoldinense ¹⁴⁵.

Para os demais, o exame de admissão no curso de Farmácia exigia conhecimentos das seguintes matérias: Português, Francês, Geografia Geral, Chorografia do Brasil, Aritmética, História do Brasil, Geometria, Álgebra até equação do 2º Grau, elementos de Química e Física e História Natural. Para o curso de Odontologia: Português, Francês ou Inglês, Geografia Geral e Chorografia do Brasil, Aritmética e Geometria Plana, História do Brasil e elementos de Química e Física. Além dos exames escritos, distribuídos entre três dias, os candidatos de ambos os cursos tinham que se submeter à prova oral (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.264, p.1, 23 mar. 1916).

O resultado dos exames de conjunto da Escola de Farmácia e Odontologia apontou um inexpressivo número de alunos para matrícula em ambos os cursos, no seu primeiro ano de funcionamento. No curso de Farmácia, quatro alunos foram aprovados: Pedro Lacerda, José Carneiro de Castro e Saul Lintz, que se tornaram professores do Ginásio Leopoldinense, e Luiz Leôncio de Andrade, havendo mais um candidato inabilitado e outro ausente.

No Curso de Odontologia, havia duas turmas: a primeira, com três alunos: Joaquim Mafra, Leoni Soares e Agostinho Oliveira, tendo os outros dois candidatos sido reprovados, e na segunda: Francisco de Assis Carvalho, Paschoal Bernardino, Waldemar Gouveia e Aristides Santos, além de um candidato inabilitado. Apesar da presença exclusiva de alunos do sexo masculino nas primeiras turmas do Curso de Farmácia e Odontologia, no ano de 1915, esta configuração mudou, sendo matriculadas 7 mulheres em uma turma composta por 13 alunos, no Curso de Odontologia (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.83, p.2, 02 fev. 1911).

A falta de fiscalização dos cursos de Odontologia, no entanto, era uma realidade que trazia descontentamentos. Em fevereiro de 1916, foi publicada no Jornal *Gazeta de Leopoldina* a Carta do Ministro da Justiça ao presidente do estado Delfim Moreira, a respeito da fiscalização federal nas escolas de Odontologia, visto que foi negada a nomeação de inspetor para a Escola de

¹⁴⁵ Anuário de Minas. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212679&pesq=Gin%C3%A1sio%20Leopoldinense&pasta=ano%20191>. Acesso em: 16/07/2015.

Odontologia de Belo Horizonte, com apenas 8 alunos, ao passo que não o foi às escolas de Odontologia onde funcionava também o Curso de Farmácia, como era o caso do Ginásio Leopoldinense. Devido à baixa frequência pensava-se até em suprimir estes cursos, o que efetivamente ocorreu em 1921, em Leopoldina.

Segundo o Ministro, a inovação trazida pela Reforma de 18 de março de 1915, lei nº 11530, teria anulado, “a exigência de diploma na Diretoria Geral de Saúde Pública para se abrir gabinete de cirurgião dentista no Rio de Janeiro” (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 239, p.1, 19 fev. 1916).

A denúncia de profissionais liberais exercendo a profissão sem passarem por uma instituição de formação específica apresentou indícios de uma tentativa de construir um campo de saber específico para a área, legitimado pelo certificado emitido pelas instituições de ensino superior.

4.4.1

Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense: em busca da equiparação

O secretário do interior Dr. Américo Lopes¹⁴⁶, sobre determinação da diretoria de higiene, comunicou através de ofício à diretoria do Ginásio Leopoldinense, a aceitação dos diplomas de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense, em 30 de outubro de 1914. Entretanto, a Escola de Farmácia e Odontologia seria oficialmente reconhecida pelo Governo do estado de Minas Gerais, somente em virtude do artigo nº 23 da lei nº 657 de 11 de setembro de 1915. Ainda assim, como indicou a notícia de 08 de janeiro de 1916, do Jornal *O Novo Movimento*, somente teriam direito ao registro de diplomas na diretoria de higiene do estado as escolas de Ouro Preto, Ouro Fino e Juiz de Fora (ALMANACK DO ARREBOL, 1986; GAZETA DE LEOPOLDINA, 14 de janeiro de 1916, n. 209, p.1, c.1 e 2; 01 de fevereiro de 1916, n. 223, p.1, c.4).

A notícia de que a escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense não estaria apta para emitir diplomas, seria transcrita pelo jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, e contestada pelo Jornal *Gazeta de Leopoldina*, segundo o qual a notícia ia de

¹⁴⁶ Chefe de polícia do estado foi nomeado secretário do interior no governo de Delfim Moreira, em 1916, sendo responsável pela nomeação de professores e concessão de licenças.

encontro ao art. 24 da lei nº 657, de 11 de setembro de 1915, que autorizava a mandar admitir o registro nas repartições competentes dos diplomas já conferidos pela instituição, e revogava o art. 10, da lei nº 628, de 27 de setembro de 1914, que estendia esse favor a todos os estabelecimentos de ensino secundário e superior existentes no estado (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

A fim de se adequar às exigências da nova Reforma de Ensino Superior, o Ginásio Leopoldinense, inaugurou na data de seu décimo aniversário, o pavilhão de Química e Farmacologia, sendo, em 05 de agosto de 1916, publicado o parecer concedendo a inspeção solicitada para a escola de Farmácia e Odontologia, tendo como relator Marcio Frontin. Em manifestação de regozijo pela decisão de concessão de fiscalização pelo Conselho Superior de Ensino, reuniram-se no parque Felix Martins, alunos, corpo docente, classe comercial, representantes de todas as classes, em 10 de agosto de 1916 (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Para custeio das despesas com o inspetor e bancas examinadoras do ensino pelo Governo Federal, a diretoria do Ginásio Leopoldinense, nos anos de 1916 e 1917, precisou depositar ao Conselho Superior de Ensino a importância de 6:000\$000 (seis contos de reis) no Banco Mercantil (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 211, p.1, 28 jan. 1917).

Em 30 de janeiro de 1917, após tomar posse no Rio de Janeiro, chegou à cidade o fiscal federal nomeado pelo Conselho Superior de Ensino, Alfredo Octavio Domingues da Silva, fazendeiro em Miracema, a fim de participar da realização de exames vestibulares do Curso de Farmácia e Odontologia, junto à comissão examinadora formada pelos próprios professores do estabelecimento: Henrique Cruz, Antenor Machado e Pompílio Guimarães¹⁴⁷. Dentre os alunos aprovados, Ana Mendonça, plenamente, e Francisco Campos, simplesmente (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 215, p.1, 31 jan. 1917; n. 216, p.1, 01 fev. 1917).

Após longo processo, finalmente, em 10 de março de 1917, os farmacêuticos diplomados pela Escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense realizaram uma festa de comemoração da formatura no edifício da Escola Normal (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

¹⁴⁷ Nasceu em 1895, filho de Martinho de Campos Guimarães e Ercília Furtado Guimarães. Casou-se com a professora do curso primário do Ginásio Leopoldinense, onde atuou como professor na escola de Farmácia. Foi também conselheiro municipal e prefeito interino. Faleceu em 1936. GUIMARÃES (1987); GAZETA DE LEOPOLDINA, 15 de maio de 1917, n. 21, p.2, c.4.

O ano de 1918 foi marcado por felicitações de figuras aliadas importantes do diretor do Ginásio Leopoldinense, como Romulo Pacheco e o deputado Figueiredo Rocha, direcionadas à Escola de Farmácia e Odontologia, em função do parecer dado, em 15 de fevereiro de 1918, pelo Conselho Superior de Ensino, de que o estabelecimento estava em condições de receber a equiparação. Os acadêmicos organizaram um boletim e integraram uma comissão, convidando para a manifestação no Parque Felix, em 24 de fevereiro, em reconhecimento da escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 243, p.1, 01 mar. 1918; n. 237, p.1, 22 fev. 1918).

A publicação dessa notícia, além de referendar o curso superior do Ginásio Leopoldinense, serviu como estratégia política, como propaganda, mediante a eleição federal que ocorreria em 02 de março daquele ano, que resultou na vitória de José Ribeiro Junqueira, no município de Leopoldina, com 8143 votos contra 4223 de Francisco Valadares (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 245, p.1, 03 mar. 1918).

No período que precedeu as eleições, as relações de hostilidade entre os chefes locais e adversários intensificaram-se com a criação pelo coronel Olivier Fajardo do jornal de oposição, *Nova Phase*. Fato comum ao contexto político denunciado por Leal (2012).

Apesar das desavenças entre os líderes locais, que apareceram na imprensa, cerca de quinze alunos se formaram pela Escola de Farmácia e Odontologia, sendo realizada reunião do curso para escolha dos paraninfos, em 1917. Foram escolhidos os professores Antenor Machado, para a turma de Farmácia, e Pedro Ribeiro Arantes, para o curso de Odontologia.

Os diplomados estariam aptos para exercer a profissão em qualquer parte do território do estado de Minas Gerais, tendo a diretoria do Ginásio Leopoldinense requerido à inspeção federal, para que os diplomas expedidos pudessem, posteriormente, ser validados em qualquer parte do território nacional (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 209, p.1, 14 jan. 1916).

No ano seguinte, apesar do Jornal *Gazeta de Leopoldina* referir-se à validade do curso em todo o território nacional, a publicação do Jornal católico *O santuário*, de Ubá, que parabenizava a Escola de Farmácia, apontou, no entanto, o reconhecimento do curso apenas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e

Espírito Santo (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 226, p.1, 13 fev. 1917).

4.4.2

Programas de Ensino dos cursos de Farmácia e Odontologia

No que diz respeito às reformas do ensino superior, podemos observar que o Programa de Ensino do Curso de Odontologia, em 1915, era constituído das seguintes matérias: Anatomia Descritiva, Anatomia Microscópica, Anatomia Patológica, Terapêutica Dentária, Química Analítica, História Natural Médica, Higiene Geral, Química Mineral e Orgânica, Bromatologia, História Natural, Física, Farmacologia, Fisiologia, Técnica Odontológica, Patologia Geral, Clínica Odontológica, Histologia, funcionando para os 1º e 2º ano (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 173, p.1, 25 nov. 1915; n. 174, p.1, 26 nov. 1915).

Em 1916, entretanto, a Reforma Maximiliano foi responsável por anexar à cadeira de Patologia Dentária do Programa do Curso de Odontologia, a de Microbiologia, em detrimento da de Bacteriologia, reivindicada pelo professor Sebastião Jordão, em 1911. Esta alteração no Programa desagradou bastante o parlamentar José Bonifácio e o cirurgião dentista Onofre de Andrade, redator do *Jornal Gazeta de Leopoldina*. A crítica tecida por José Bonifácio foi embasada pela Revista Dentária Brasileira sobre a proposta de criação de uma Faculdade de Odontologia no Brasil, não mais nos parâmetros do curso de Odontologia que funcionava junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual, segundo ele, ocupava toda a atividade, restando pouco espaço para a Odontologia (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 24 mar. 1916).

A Reforma do ensino odontológico proposta por Carlos Maximiliano, que anteriormente havia pensado em suprimir o curso de Odontologia da Faculdade de Medicina por falta de alunos, apoiava, em 1917, a criação de uma Faculdade de Odontologia, com recursos da Faculdade de Medicina, sem prejuízo desta. Essa tentativa de construir um campo de saber e formação específico, independente dos cursos de Medicina, foi consolidada pela realização do Congresso de Professores de Odontologia, realizado na capital do país, sob a organização do professor Augusto Coelho e Souza (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.180, p.2, 07 dez. 1917).

Em 12 de setembro de 1916, a lei nº 677, regulamentou o exercício de profissão de farmacêutico. Em relação aos estabelecimentos de formação em Odontologia, a autonomia didática ficaria, então, subordinada ao Programa de Ensino da escola oficial, o qual distribuiu as matérias em cadeiras ao longo de quatro anos de duração, ao invés de dois anos, como ocorria no Curso de Odontologia do Ginásio Leopoldinense, ficando as matérias assim distribuídas:

1º ano: 1ª cadeira: noções de anatomia descritiva, e anatomia médico cirúrgica da boca; 2ª cadeira: Histologia; 3ª cadeira: Fisiologia. 2º ano: 1ª cadeira: Anatomia, Histologia e Fisiologia dentária; 2ª cadeira: noções gerais de Patologia, Microbiologia e Anatomia patológica; 3ª cadeira: Terapêutica, matéria e arte de formular; 3º ano: 1ª cadeira: técnica odontológica; 2ª cadeira: patologia dentária e terapêutica; 3ª cadeira: prótese (1ª parte); 4ª cadeira: Metalurgia e assistência obrigatória à clínica; 4º ano: 1ª cadeira: higiene, especialmente da boca; 2ª cadeira: prótese (segunda parte); 3ª cadeira: Ortodontia e Prótese dos maxilares; 4ª cadeira: clínica odontológica (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.112, p.1, 15 set. 1916; n.137, p.1, 15 out. 1916).

A inscrição à matrícula nas Faculdades de Odontologia e equiparadas se daria mediante aprovação nos exames das matérias: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Aritmética, Geometria, Geografia, Física e Química e História Natural, ou ainda mediante apresentação dos resultados dos exames prestados em ginásios federais ou estaduais equiparados ou perante bancas examinadoras concedidas pelo Conselho Superior do Ensino, que constava das matérias Física e Química e História Natural (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.141, p.2, 20 out. 1916; n. 199, p.1, 12 jan.1917).

Frente às mudanças propostas pelo regulamento aos Cursos de Odontologia, foi realizada, em 1917, uma reunião da Congregação da Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense para apresentação dos programas de ensino e eleição de uma comissão para elaboração de regimento interno, composta pelos professores José Botelho Reis, Onofre de Andrade e Antenor Machado, que contou ainda com a presença do inspetor federal Alfredo Octavio Domingues.

A congregação seria estabelecida pelo decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915, que reorganizou o ensino secundário e superior. Esta seria constituída pelos professores catedráticos, substitutos ou representantes, que se reuniam sob a convocação e presidência do diretor do estabelecimento de ensino. Conforme o art. 70, dentre suas atribuições estava: deliberar sobre aprovação de programas de

ensino elaborados pelos professores; propor ao Conselho Superior de Ensino nova distribuição das matérias dos cursos, criação, supressão ou transformação de cadeiras; eleger as comissões examinadoras nos concursos e bancas examinadoras dos alunos; conferir prêmios; auxiliar na manutenção da disciplina; alterar o regimento interno bianualmente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915).

No mesmo ano, foi aberto o primeiro edital de concurso do estabelecimento para professor catedrático e substituto, referente à 3ª seção do Curso de Farmácia (Química analítica, Bromatologia e Toxicologia), com base no decreto nº 11530, de 18 de março de 1915, sendo apenas em 15 de maio de 1918, nomeado interinamente, para reger essa cadeira, o médico Antônio de Oliveira Guimarães (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 259, p.1, 23 mar. 1918; n. 19, p.1, 17 mai. 1918).

Em 1917, entretanto, a organização do curso de Farmácia e Odontologia, não seguiu os padrões oficiais, sendo as matérias oferecidas nos dois cursos em apenas três anos de duração:

Curso de Farmácia:

- 1º ano: Física, Química Mineral e Orgânica, História Natural;
- 2º ano: Química Analítica, Farmacologia - Parte 1 e Microbiologia Geral;
- 3º ano: Higiene, Toxicologia, Bromatologia, Farmacologia - Parte 2.

Curso de Odontologia:

- 1º ano: Anatomia descritiva e médico-cirúrgica da boca e suas dependências, Microbiologia geral;
- 2º ano: Noções de Patologia geral, Anatomia patológica aplicada, Prótese - 1ª parte, compreendendo a metalurgia; Clínica odontológica (frequência obrigatória e exame final no 3º ano);
- 3º ano: Prótese - 2ª parte, Técnica odontológica, Clínica odontológica e Estomatologia (exame final); Terapêutica dentária, Higiene da boca, Medicina legal aplicada à arte dentária (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 17 n. 255, p.1, mar. 1918).

Em 21 de março de 1921, foi homologada a equiparação da Escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense concedida pelo Ministro do Interior. Contudo, o Curso de Odontologia foi suprimido, em decorrência da falta de alunos. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.81, p.1, 26 jan. 1911; n. 202, p.1, 11 mar. 1923; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Nesse contexto, os periódicos especializados também apareceram como instrumento legitimador de um saber produzido no campo da Odontologia, pelas Escolas Superiores, em busca da construção de uma identidade profissional específica e maior autonomia formativa, despontando nestas instituições uma cultura acadêmica discente.

No caso do Ginásio Leopoldinense, foi apontada a iniciativa de criação, em 12 de maio de 1918, de um órgão literário, crítico, humorístico e noticioso *O canário*, tendo como diretor Mozart Reis e como gerente Napoleão Brito. No mesmo ano, foi lançado o *Jornal Acadêmico*, que circularia até 1920. Nessa mesma época, circulou também *A Miragem*, órgão do Grêmio Literário da Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Leopoldina, gerenciado por Joaquim A. Pereira, dirigido por Waldemiro Gribel e tinha como redatores Antônio Agenor de Lucena Ruas e A. Gorgulho, alunos do curso superior (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 65, p.3, 23 jul. 1920).

A análise da produção acadêmica dos alunos será tema do próximo capítulo, que apontou, no entanto, formas hierarquizadas em sua constituição, em detrimento de maior autonomia dos estudantes e de sua produção.

Com a municipalização do Ginásio Leopoldinense, ocorrida após a morte do diretor José Botelho Reis, em 1926, as publicações dos estudantes tentaram assumir um caráter mais contestador, como demonstraram as publicações na *Coluna do estudante*, especificamente os escritos de Archi-baldo, no *Jornal Gazeta de Leopoldina*. Contudo, logo foram suprimidas. Em resposta à tentativa de autonomia dos estudantes, o jornal publicou uma mensagem à mocidade estudantil do Ginásio Leopoldinense, cujo título era: “Cultivemos a nossa língua”, pois nela residia a nacionalidade e as fronteiras da pátria, citando Eça de Queiroz. Tal exemplo explicita o constante controle da instituição a que as iniciativas e produções estudantis estavam sujeitas (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 106, p.1, 14 set. 1926).

O decreto 16782-A de 12 de janeiro de 1925, em vigência para os alunos matriculados naquele ano, reforçou as penas disciplinares, a fiscalização da presença dos alunos e dos exames, podendo o aluno ter apenas duas reprovações durante o ano, sob pena de não poder continuar o curso. Somente poderiam ser aprovados os alunos com médias superiores a 4, nos exames gerais de primeira época, e acima de 5, nos de segunda época. A transferência somente poderia se

dar entre instituições equiparadas ou oficiais, exceto no último ano escolar. E ainda, os estudantes que concluíram nesse ano letivo o curso de preparatórios estariam isentos do exame de Filosofia. Em relação ao vestibular do Curso de Farmácia, este versaria sobre Física, Química e História natural. O mesmo decreto abriu concurso para provimento da cadeira de Física, ocupada por José Botelho Reis, no mesmo ano de seu falecimento (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, mai. 1926; n. 140, p.1, 26 out. 1926).

A abertura dessa vaga deu a oportunidade ao Jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de denunciar a Escola de Farmácia do Ginásio Leopoldinense, por pertencer ao seu corpo docente um professor que não era formado na área. Sobre esta questão, o jornal tratou o ex-diretor e professor José Botelho Reis como analfabeto, por não ter formação necessária para dirigir a instituição, e comparsa de José Ribeiro Junqueira na “fábrica de diplomas”. Em resposta, o diretor da Escola de Farmácia, Custódio Junqueira, enviou ao Jornal *Correio da Manhã* o ementário do Ginásio Leopoldinense (1906-1922). Ato que, no entanto, não encerrou a discussão (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, 1 de mai.1926).

O debate nos levou à reflexão estabelecida por Soares (2014, p.20) acerca da afirmação de Lawn (2001) de que os discursos que constroem e alteram identidades revelam-se como elementos de controle das “identidades oficiais” e gerenciam as reformas pensadas como estratégias políticas de um determinado momento histórico. Em tal caso, o estabelecimento de regras para o estabelecimento de cursos superiores de Farmácia se deu na tentativa de regulamentar o saber produzido e a identidade profissional de seus docentes.

4.5

O Aprendizado Agrícola

Antes de tratarmos do Aprendizado Agrícola do Ginásio Leopoldinense foi importante situar o ensino agrícola no contexto da Primeira República, em que as propostas e iniciativas do governo do estado de Minas Gerais e Ministério da Agricultura estavam voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e agrícola do estado e, porque não dizer, do país.

Nesta perspectiva, os institutos agrônômicos haviam sido previstos em 1894 e sua organização foi regulamentada pelo decreto nº 737, de 13 de julho do mesmo ano, com o intuito de remediar a falta de conhecimentos profissionais e ter um alcance considerável sobre o futuro da agricultura do estado de Minas Gerais. Através do regulamento, foram criados dois estabelecimentos desse tipo no estado, sendo um deles, em Leopoldina. Os fins destes institutos eram:

- Elevar gradativamente pela instrução técnica o nível intelectual da população rural do Estado, preparando agricultores e industriais esclarecidos pela aquisição de conhecimentos especiais imediatamente utilizáveis, tomados às ciências em suas aplicações à agricultura e indústrias rurais conexas;
- Estudar e tornar conhecidas as causas do atraso da indústria agrícola e os melhoramentos correspondentes, adotados em países estrangeiros;
- Fundar museus de produtos agrícolas e promover a instituição de exposições regionais permanentes (MINAS GERAIS, dec. nº 737, de 13 de julho de 1894).¹⁴⁸

Com base neste regulamento e nos estudos de Almeida (2009), constatamos que o ensino agrícola, em Minas Gerais, teve suas raízes no projeto de desenvolvimento econômico mineiro, articulado pelo Estado e pelos fazendeiros. De acordo com a autora, o marco oficial da elaboração desse projeto foi o primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de MG, realizado na capital do estado, em 1903.

Tal evento foi responsável por propagar inovações tecnológicas na agricultura e pecuária e buscar configurar o ensino agrícola e o trabalho manual. Neste sentido, a instrução da mão de obra rural mineira, por meio da disseminação do ensino agrícola elementar (ou primário) prático, foi uma das exigências feitas pelos participantes.

O estudo de Faria Filho (1990) indicou que a proposta dos membros do Congresso pautava-se no princípio do ideal liberal republicano. O princípio da educação agrícola era imprimir os valores sociais necessários para garantir a organização do trabalho no campo. Neste sentido, a formação profissional agrária foi concebida como um instrumento capaz de lapidar a ideia de positividade no ato produtivo do trabalho no campo.

¹⁴⁸ Apud Revista Industrial de Minas Gerais. 11 ed. 1894, p.252. O estabelecimento seria criado pelo decreto nº 2113, de 14 de outubro de 1907.

Estas ideias foram disseminadas durante o governo de João Pinheiro (1906-1908), que investiu na criação de estabelecimentos de ensino agrícola e nas modalidades de instrução primária e prática. O programa de governo do Estado promoveu também a criação de colônias agrícolas, sendo instituídas fazendas modelos, onde seriam estabelecidos os ensinos secundário e técnico, criados agentes comerciais nos estados e no estrangeiro, além de um escritório no Rio de Janeiro para exposição das amostras dos produtos mineiros.

Com base neste programa, o decreto nº 2113, de 14 de outubro de 1907, criou uma destas fazendas modelo, em Leopoldina, denominada D. Antônia Augusta e, em 17 de março do mesmo ano, foi criado também o Centro Agrícola Leopoldinense, a Liga Agrícola.¹⁴⁹

Como demonstrado por Almeida (2009), a morte de João Pinheiro, em 1908, não inviabilizou a execução deste programa, visto que, o então presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, aprovou o decreto de nº 3356, de 11 de novembro de 1911, que regulamentava o ensino agrícola e ratificava o funcionamento dos Institutos e Aprendizados Agrícolas. De acordo com a autora:

A principal característica desse projeto de educação profissional era a de preparar jovens carentes para os ditames do nascente mercado de trabalho livre do campo. O projeto também privilegiava a formação de crianças e de jovens na condição de menores abandonados (ALMEIDA, 2009, p.28).

Em consonância com os preceitos deste projeto, em 03 de junho de 1910, o Ginásio Leopoldinense adquiriu terrenos anexos para construção de novas instalações para ensino agrícola e pecuário. Quatro anos depois, foi criado o Aprendizado Agrícola, inaugurado em 03 de junho de 1914, cuja direção ficou a cargo de Agostinho de Oliveira, supervisionado por José Botelho Reis, até o ano de 1926.

Esse projeto pode ser identificado como resultante do ideário pedagógico vislumbrado pelos ruralistas de proporcionar uma educação voltada para o homem

¹⁴⁹ Em 12 de janeiro 1910, foi criada também a Colônia Agrícola da Constança, pelo governo do Estado para receber os imigrantes, situada nas terras das fazendas Constança, Boa Sorte, Sobradinho, Onça e Sítio Puris. MINAS GERAIS. Decreto nº 2113, de 14 de outubro de 1907. Cria uma fazenda-modelo, denominada D. Antônia Augusta, no Município de Leopoldina. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:decreto:1907-10-14;2113>. Acesso em 11 nov.2015.

do campo e de resgatar através da educação todo um contexto de nacionalização, frente à intensificação da imigração no país.

Dentre as reivindicações dos ruralistas pedagógicos, estava determinar uma escola específica para a comunidade rural. Através de um conhecimento técnico apreendido nos bancos escolares, o homem do campo buscava meios para se beneficiar economicamente, socialmente e politicamente (RAMAL, 2011).

Antes da inauguração do Aprendizado Agrícola, entretanto, o Anuário de Minas (1906-1913) apontou indícios de que o Ginásio Leopoldinense era um estabelecimento subvencionado pelo estado, haja vista ministrar o ensino de utilização das máquinas, dos adubos e da irrigação em seções especiais anexas ao seu estabelecimento, recebendo a subvenção de 5:000\$000 anuais do Governo do estado de Minas Gerais.¹⁵⁰

Funcionava também no Ginásio Leopoldinense um curso prático de criação e agricultura, oferecido aos alunos, sobre noções básicas de agricultura geral, higiene rural, contabilidade agrícola e economia rural (NOGUEIRA, 2011; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

As Bases Orgânicas do Ensino Agrícola do Ginásio Leopoldinense deixaram explícito seu intuito de formar trabalhadores aptos para os diversos serviços de lavoura, de acordo com modernas práticas agronômicas. A instituição funcionava em regime de internato, em uma propriedade a 2,5 quilômetros do município¹⁵¹, onde eram oferecidos aos filhos de operários agrícolas e de pequenos lavradores, menores órfãos que tivessem sido privados do pátrio poder ou em situação de pobreza, instrução primária, ensino primário agrícola, educação física, moral, cívica e intelectual:

Devendo inaugurar em dias próximos as novas instalações do Aprendizado Agrícola do Ginásio Leopoldinense, destinado agora a educar moral e profissionalmente meninos pobres, de preferência órfãos, o Sr. José Botelho Reis, diretor do Ginásio, oficiou aos senhores doutores Presidente da Comarca e Juiz de Direito da Comarca, pondo à disposição de cada um, dois lugares que serão preenchidos por indicação das referidas autoridades. Tidos os menores ficarão sob

¹⁵⁰ Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (1891-1930). Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720429&pesq=Gin%C3%A1sio%20Leopoldinense&pasta=ano%20192>. Acesso em: 16 jul. 2015.

¹⁵¹ O exemplo do modelo do Instituto João Pinheiro na capital apresentado por Faria Filho (2001), nos leva a pensar na possível relação estabelecida entre o Aprendizado Agrícola do Ginásio Leopoldinense e a fazenda-modelo, criada em 1907, no município.

o regime de internato (...) (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 20 jan. 1914).

Como demonstrado na notícia, o atendimento do Aprendizado Agrícola voltava-se, não apenas para a qualificação profissional dos futuros trabalhadores agrícolas, mas também para solucionar a questão dos menores órfãos e pobres.

O novo público atendido e o tipo de ensino oferecido pelo Aprendizado Agrícola deixaram ainda mais clara a distinção entre o programa de ensino enciclopédico do Curso secundário do Ginásio Leopoldinense, voltado para os filhos da elite republicana, e o programa voltado para os filhos dos pobres, órfãos e pequenos lavradores, exclusivamente, prático e agrário.

De acordo com Almeida (2009), o ensino das primeiras letras nos institutos e aprendizados agrícolas era “condicionado às necessidades do saber fazer no campo, restringindo a capacidade intelectual do interno a sua força braçal”.

Ezequiel Ubatuba, em notícia publicada no Jornal *Gazeta de Leopoldina* sobre suas impressões acerca de Leopoldina e das instalações do Ginásio Leopoldinense, apontou que o Aprendizado Agrícola oferecia conhecimento prático no manejo das máquinas e educação moral. Ele mencionou também o Grupo escolar, que em sua opinião contrastava com o Ginásio Leopoldinense em questão de instrução e progresso, não correspondendo à altura intelectual da cidade.

A falta de conforto e de gosto que se nota nas populações interiores do país, precisa ser corrigida sem demora e ninguém contestará que a escola é o ponto de partida dessa almejada regeneração. Se o indivíduo sem luxos aspirar a uma morada vasta, bem aparelhada, terá a necessidade de trabalhar para produzir e à proporção que as suas exigências crescerem, a produção enriquecerá, enriquecendo a pátria. À criança, pois, deve ser dada a educação estética desde o banco escolar (apud GAZETA DE LEOPOLDINA, n. 68, p.1, 17 jul. 1917).

O movimento ruralista ganhou ainda mais força, com a criação, em 28 de fevereiro de 1918, de patronatos agrícolas com a finalidade de oferecer instrução primária e cívica e de noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária aos menores desvalidos. Além disso, o projeto do deputado Mario Azevedo apresentado na Câmara do Estado, propunha auxiliar os municípios com 25 contos, anualmente, desde que oferecessem instrução primária para no mínimo 25 alunos nessas instituições (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.84, p.1,

10 ago. 1919).



Prédio do Aprendizado Agrícola, escola do Estado.

Figura 40 - Prédio do Aprendizado Agrícola ¹⁵²

A criação do Aprendizado Agrícola encontrou opositores. Situação que foi agravada pela denúncia de que o deputado estadual e diretor José Monteiro Ribeiro Junqueira contou com o favorecimento de seu cunhado, o senador estadual Francisco de Andrade Botelho, para a instalação desse estabelecimento de ensino, em Leopoldina, como ficou expresso na discussão que antecedeu sua criação.

Os jornais do Rio de Janeiro *Gazeta de Notícias* ¹⁵³ e o *Correio da Manhã* acusavam o Ginásio Leopoldinense de receber auxílio reservado para ser aplicado ao ensino agropecuário, pelo Ministério da Agricultura. Fato que ficou demonstrado na resposta do diretor técnico do Ginásio Leopoldinense, José Botelho Reis, expressa em telegrama enviado aos jornais, reeditado e publicado no jornal *Gazeta de Leopoldina*:

¹⁵² Foto sem data definida. Prédio do Aprendizado Agrícola. Disponível em: <http://cantoni.pro.br/blog/tag/escola-agricola/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

¹⁵³ Jornal situacionista, criado em 2 de agosto de 1875, por José Ferreira de Sousa Araújo. Em 1910, combateu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República e sua Campanha Civilista, defendendo o candidato da situação, Hermes da Fonseca. Em 1922, apoiou a candidatura situacionista de Artur Bernardes e combateu a Reação Republicana. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf>. Acesso em 13 fev.2016.

A Gazeta de Notícias, em sua campanha inglória contra o honrado governo do estado de Minas, no afã de todos atacar, armando o escândalo, tem procurado macular a honra e probidade de alguns vultos de destaque na política mineira, com argumentos insubsistentes, destrutíveis ao primeiro sopro da mais ligeira análise. Dentre os que caíram no desagrado do rubro órgão carioca, está o nosso chefe, Dr. Ribeiro Junqueira, acoimado de quanta *amabilidade* houve por bem imaginar a atitude bombástica do arlequim do jornalismo carioca, inclusive o de que ele vai “chuchando” anualmente do Ministério da Agricultura, 20 contos para um colégio equiparado, que mantém conjuntamente com uma Escola Normal e uma dita de Agronomia, fontes, aliás, pingues de renda para S. Excia... (...) Eis a que foram reduzidos os tais auxílios anuais ou os tais *reservados*! (...) Podem certos jornais mineiros, comparsas do órgão carioca, dar pela transcrição, ampla publicidade às investidas maldosas contra o honrado e benemérito mineiro Dr. Ribeiro Junqueira. (...) (apud GAZETA DE LEOPOLDINA, n.179, p.1, 12 nov. 1911).

Além de subvenções, o Aprendizado Agrícola recebia doações, como por exemplo, do deputado João Penido de um casal de leitões, em 1916, e também premiações, como o prêmio Dr. Arthur Trajano Ubatuba, oferecido por Ezequiel Ubatuba em visita ao Ginásio Leopoldinense, em 1917. Tratava-se de uma carta de 50\$000 para o aluno que mais se distinguisse pela conduta e amor à agricultura (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 99, p. 1, 16 ago 1916; n. 60, p.1, 06 jul. 1917).

Estas iniciativas indicaram que o Aprendizado Agrícola além de ser um estabelecimento subsidiado pelo poder público, contava com o apoio da iniciativa de fazendeiros da região, que por sua vez, se beneficiavam com os serviços prestados pelos alunos da instituição. Por exemplo, em 1916, foi criado o serviço de meteorologia, cujo trabalho era publicado diariamente no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, tendo como chefe, Paulo Viard. Este, a pedido de José Botelho Reis, ficou encarregado do posto meteorológico do Aprendizado Agrícola do Ginásio Leopoldinense, que foi instalado na fazenda do novo mundo, na estação de São Luiz, de propriedade de Miguel Nogueira, a cujas expensas correriam as despesas de instalação (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 243, p.1, 22 fev. 1916).

Outro exemplo foi a experiência realizada no Aprendizado Agrícola com o trator Titan, adquirido pelo estabelecimento que dispensava operador e ao qual foi afixado um arado Oliver de três discos. A fim de assistirem tal experiência estavam presentes vários lavradores da região: Ribeiro Junqueira, senador Francisco de Andrade Botelho, Custodio Junqueira, major Cristiano Guimarães,

coronel Antônio Ribeiro dos Reis, acadêmico Haroldo Junqueira, Antônio Lacerda e João Francisco Antunes (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 46, p.1, 27 jun. 1920).

Em 1921, o Aprendizado Agrícola recebeu a visita de Gama de Avellar, por parte do Ministro da Agricultura, que falou das instalações dos animais, do pomar em formação, da horta, das alfaras agrícola e das poucas enxadas existentes no estabelecimento (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.161, 2 dez. 1921).

Além das instalações, as impressões deixadas sobre as finalidades do estabelecimento, apresentaram-no como um núcleo de crianças pobres que recebiam sólida instrução prática e teórica, sendo a agricultura tratada por modernos processos, através dos quais os alunos aprendiam a manejar máquinas agrícolas, sobre criação de gado bovino e recebiam “conhecimentos úteis para as lutas da vida” (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.188, p.1, 11 jan. 1922).

Em 1922, o decreto nº 6181, de 04 de setembro de 1922, transferiu para o Aprendizado Agrícola, localizado no distrito da cidade de Leopoldina, a escola feminina do distrito de Corinto, município de Curvelo, que foi convertida em masculina. Nessa escola rural, atuou como professora Carolina Valentim, com 40 alunos matriculados e 27 frequentes, em 1923 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 106, p.1, 13 set. 1923; n. 14, p.1, 09 mai. 1920)¹⁵⁴.

Em 1926, foram aceitos novos aprendizes, com faixa etária entre 12 e 14 anos, que, pelo prazo de 5 anos, receberiam instrução primária, preparo para trabalhar com máquinas agrícolas e noções de agricultura, além de ordenado de acordo com seu merecimento (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, set. 1926).

Entretanto, na década de 30, o curso de caráter agrícola seria substituído por um curso comercial devido à falta de investimento do Governo do estado, de acordo com Nogueira (2011). Esta colocação indica que os favorecimentos concedidos ao aprendizado Agrícola estavam condicionados ao senador Francisco Botelho, que faleceu em 1923.

¹⁵⁴ MINAS GERAIS. Dec. nº 6181, de 04 de setembro de 1922. Assembleia de Minas. Disponível em: [HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/LEGISLACAO/COMPLETA/COMPLETA.HTML?TIPO=D&EC&NUM=6181&COMP=&ANO=1922](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?TIPO=D&EC&NUM=6181&COMP=&ANO=1922). Acesso em: 27 ago. 2015.

Ao refletirmos sobre as práticas pedagógicas empregadas no Aprendizado Agrícola, percebemos que foi mantida a preocupação com o desenvolvimento da economia, exclusivamente agrária. Através da incorporação de máquinas às práticas agrícolas, buscou favorecer os fazendeiros da região, em detrimento de efetivamente oferecer, segundo os preceitos republicanos de cidadania, uma educação para todos, que garantisse aos órfãos pobres e filhos de pequenos lavradores, ascender socialmente, através desta. Foi possível afirmar isto, em decorrência da diferenciação dos programas de ensino e do público atendido nos cursos oferecidos pelo Ginásio Leopoldinense, embora poucas fontes tenham sido localizadas e pouca informação tenha sido obtida a respeito da origem destes menores que estudaram no Aprendizado Agrícola.¹⁵⁵

Este silêncio demonstrou o pouco interesse das elites dirigentes em divulgar ou mesmo perpetuar a memória em relação a tal curso, uma vez que o mesmo destinava-se a atender a população pobre, contribuindo para a produção e reprodução das diferenças entre os grupos ou classes da formação social.

4.6

Instrução militar

Aprender

A escola! A escola! Depressa! Vamos!
Sua! Aprender!
Antes de tudo, ela! Cumpramos nosso dever.
Só estudando pode a criança
tornar-se uma dia,
da cara Pátria, não só esperança,
mas, alegria
Só estudando se torna forte,
para vencer
a dor, o abuso, a própria morte,
Eis, aprender!
Aprender contra a ignorância
Hidra fatal
Guerra sem tréguas declare a infância
Guerra mortal
Vamos! A escola tem tanto brilho...
Haveremos de vencer
Lançando às nuvens nosso estribilho:

¹⁵⁵ Nas obras *Contos da Montanha e a Criação do Mundo*, de Miguel Torga, encontramos indícios de que o autor foi aluno do Ginásio Leopoldinense o que indica a presença de crianças imigrantes no estabelecimento de ensino, entre os anos de 1920 e 1925.

Ela! Aprender!¹⁵⁶

O poema expressa o caráter cívico que a instrução e a escola assumem no início da República. Nesse sentido, pensar a instrução militar no contexto de disseminação de ideias republicanas, segundo Carvalho (1987), fundamenta-se na ideia de uma ditadura republicana favorável à integração.

Entretanto, a implantação do federalismo, com vistas à democratização, priorizou o fortalecimento das elites locais em detrimento da ampliação da cidadania política..

De acordo com Cunha (2007, p.157) “(...) O federalismo tornou-se a principal orientação do novo regime, o que correspondia aos interesses da burguesia cafeeira”, visto que os estados obtiveram maior autonomia, sendo regidos por constituições próprias e legislar sobre questões fundamentais como a imigração, por exemplo.

O regulamento nº 6947, de 8 de maio de 1908, colocou como obrigatório nos estabelecimentos estaduais públicos a instrução de tiro de guerra e evoluções militares para os alunos maiores de 15 anos que estivessem cursando as escolas superiores. O Ginásio Leopoldinense, contudo, oferecia evoluções militares aos alunos do ensino secundário, desde seu primeiro ano de funcionamento, como demonstrado no programa de ensino da instituição de 1906, sendo atrelada ao curso de Farmácia e Odontologia, em 1916 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.29, p.1, 28 jul. 1908).

O primeiro instrutor de evoluções militares do Ginásio Leopoldinense foi o Tenente Luiz Carlos de Oliveira, que foi substituído, logo no primeiro ano de funcionamento da instituição. O Dr. Moysés Alves da Silva, por sua vez, trabalhou de 15 de janeiro a 11 de abril de 1909. O pouco tempo deste instrutor na instituição deve-se ao fato de sua relação com os alunos não ter sido amigável. Segundo anunciado pelo jornal de oposição *O novo movimento*, de 22 de março de 1909, o instrutor recebeu vaias dirigidas pelos ginasianos, em seu primeiro dia de

¹⁵⁶ Poema sobre a escola recitado em Faria Lemos, no Colégio Souza, em 07 de setembro de 1911, por Emília Leitão Guerra. (LE MOS, Faria. Aprender. *Gazeta De Leopoldina*. Leopoldina, n.134, p.1, 20 set. 1911).

aula. Foi então substituído, no mesmo ano, por Franklin Emílio Rodrigues, que permaneceu na instituição de 06 de maio de 1910 a 1915 ¹⁵⁷.

Em 25 de outubro de 1915, assumiu o tenente João Reiff Baptista de Paula, que após seu casamento com Haydée Guimarães, aluna do curso de Odontologia, deixou o Ginásio Leopoldinense e a Linha de Tiro, em 15 de maio de 1919, sendo substituído, por Annibal Rego Medeiros. Este realizava diariamente exercícios com o pelotão de alunos do Ginásio Leopoldinense e também atuava como instrutor do Tiro 374. Com a sua saída, em 15 de abril de 1922, o cargo foi assumido pelo sargento Enock de Araújo Barbosa (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 166, p.1, 1916; ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

No contexto da primeira guerra mundial, a instrução militar serviria para formar e recrutar rapazes aptos para representar o exército do país, na Europa, sendo criado também o Clube do Tiro, em Leopoldina.

O Curso de Instrução Militar apareceu no Ginásio Leopoldinense, a partir de 20 de fevereiro de 1916, atrelado ao curso superior de Farmácia e Odontologia, quando então chegou o aparelhamento destinado à instrução militar dos alunos, com 150 carabinas, sabres e munições, enviados pelo Ministério da Guerra e trazidos pelo novo instrutor militar, o tenente João Reiff de Paula, cujas aulas tiveram início no dia 26 do mesmo mês. Em junho do mesmo ano, seriam enviados também os cinturões e cartucheiras (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.44, p.1, 17 jun. 1916).

Em 1917, com a criação da Diretoria Geral do Tiro de Guerra, a instrução de tiro de guerra e evoluções militares para alunos maiores de 16 anos que cursassem escolas superiores e estabelecimentos de ensino secundário mantidos pela União, Estados e Municípios, tornou-se obrigatória. A grande adesão se deu em decorrência do fato de que os alunos destas instituições seriam dispensados do serviço militar obrigatório caso fossem convocados.

Os exercícios militares consistiam em passeata militar realizada pelo batalhão escolar do Ginásio Leopoldinense pela cidade, comandada pelo instrutor militar, além de exercícios de tiro de guerra, com armamentos e munições fornecidos pelo Ministro da Guerra, e de exercícios diários pela manhã de ordem aberta e parte de combate, sendo iniciado a partir de 1917, aos domingos, o

¹⁵⁷ Promovido a capitão, em 07 de agosto de 1923 (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 79, p.2, 07 ago. 1923).

exercício de tiro ao alvo (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 198, p.1, 11 jan. 1917; n. 266, p.1, 13 abr. 1917).

Formaram-se em instrução militar, em 13 de maio de 1916, os primeiros alunos do Ginásio Leopoldinense, que obtiveram a caderneta de reservistas do exército brasileiro (ALMANACK DO ARREBOL, 1986; GAZETA DE LEOPOLDINA, 11 de janeiro de 1916, n. 206, p.1, c.4 e 5; 22 de fevereiro de 1916, n. 243, p.1, c.2).

Os exames de reservistas ocorriam perante bancas de militares composta de três membros examinadores, sendo um capitão e dois tenentes, e precediam a solenidade de entrega das cadernetas aos alunos e o baile. Estes exames ocorreram entre os anos de 1918 e 1922. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 130, p.1, 16 out 1920; n. 126, p.1, 09 out 1920; n. 130, p.1, 16 out. 1920; n.170, p.1, 16 dez. 1921; n.125, p.1, 11 out. 1921; n. 65, p.1, 25 jul. 1922).



Figura 41 - Pelotão de alunos de instrução militar ¹⁵⁸

¹⁵⁸ Gazeta de Leopoldina, Leopoldina, n.246, p.1, 27 fev. 1916.

As comissões examinadoras, bem como a relação, por turmas, dos alunos dos diversos cursos do Ginásio Leopoldinense que foram aprovados em instrução militar, obtendo caderneta de reservista do exército brasileiro, encontram-se no Anexo 1.

Os exames de reservistas eram realizados pelos alunos do Ginásio Leopoldinense, embora a instrução militar também fosse oferecida pelas linhas de Tiro, através de curso de atirador de vinte dias que habilitava ao exame para reservista do exército.

4.6.1

As linhas de tiro em Leopoldina no contexto da 1ª Guerra Mundial

As linhas de Tiro foram criadas em 10 de março de 1899, como local para prática de tiro ao alvo pelas elites, e para promover concursos de tiro. Em 1902, foi criada no Rio Grande do sul a Sociedade Propagadora do Tiro Brasileiro, colocando-se como uma alternativa para a defesa do país. Em 1906, foi criada a Confederação do Tiro Brasileiro, substituindo as sociedades e permitindo a redução do tempo de prestação de serviço militar obrigatório para a metade do tempo. Além disso, contavam com os serviços de membros do exército para auxiliar nas instruções militares e recebiam armamento e munição.

Em Leopoldina, os membros da Linha de Tiro faziam parte do próprio estabelecimento de ensino. Neste sentido, essas sociedades mantinham os interesses particulares da elite local e ao mesmo tempo aspiravam à incorporação à Confederação do tiro brasileiro.

Estas sociedades eram constituídas de sócios protetores que mantinham seu funcionamento e de sócios atiradores que eram inscritos no batalhão ou companhia de atiradores. Em geral, eram moços entre 16 e 21 anos, sendo o serviço militar obrigatório entre 18 e 21 anos. Estas sociedades deveriam estar organizadas, de acordo com o decreto nº 12708, de 09 de novembro de 1917 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 5, p.1, 25 abr. 1917; n. 55, p.1, 28 jun. 1917; n.165, p.3, 18 nov. 1917).

Este decreto previa que a criação das linhas de tiro deveria ser dirigida por autoridades administrativas, jurídicas e funcionários de instrução pública,

garantindo assim o controle do poder local, como pode ser percebido quando apresentados os membros dessa sociedade, fundada em 24 de abril de 1917, que era presidida por Carlos Luz, agente executivo do município de Leopoldina, e secretariada por Nestório Valente. Dentre os sócios fundadores estavam os chefes locais e seus representantes, respectivamente: José Monteiro Ribeiro Junqueira, Francisco de Andrade Botelho, Custódio Monteiro Ribeiro Junqueira, José Botelho Reis, Pedro Ribeiro Arantes, Lineu Antunes Vieira, Carlos Coimbra da Luz, major Lauro Guimarães, José Reiff Batista de Paula, Nestor Capdeville e professores do Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.186, p.1, 20 dez. 1916; n. 4, p.1, 24 abr. 1917; n.152, p.1, 31 out. 1917).

Os cargos ocupados nas linhas de tiro não eram conquistados pelo voto, mas pela indicação da autoridade administrativa local, garantindo assim o controle sobre os rumos tomados por este tipo de associação.

Na reunião de 21 de março de 1918, em assembleia extraordinária dos sócios, foi comunicado o pedido de renúncia ao cargo de tesoureiro por Juvenal Carneiro, que em 1917, passou a integrar o clube Malachias, sendo indicado pelo presidente, o professor Milton Ramos Pinto para substituição do cargo. Foi sugerida a redução da mensalidade pelo Dr. Pacífico Paixão, sendo aprovada a sugestão por José Botelho Reis e Pedro Arantes, professores do Ginásio, e por Azeredo Werneck (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 257, p.1, 21 mar. 1918).

A linha de tiro de guerra, em 1918, era constituída por quatro postos distribuídos entre os distritos de Leopoldina. Em 26 de abril do mesmo ano, o fundador da linha de Tiro 374 e também professor, Lineu Antunes, ofereceu ao presidente da sociedade uma escola noturna, cujo funcionamento se deu no próprio quartel do tiro, e cujas matrículas eram exclusivas para sócios (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 257, p.1, 21 mar. 1918; n. 5, p.1, 26 abr. 1918).

A organização das linhas de tiro extrapolava o caráter de formação militar, promovendo também eventos sociais, como, por exemplo, o festival das alunas da Escola Normal de Cataguases, no teatro Recreio, em benefício do Centro da Boa imprensa, do Rio de Janeiro, vinculado ao Tiro 374. E ainda, promovia conferências com hinos patrióticos cantados pelos alunos, em apelo ao esforço e

patriotismo da mocidade em servir a Pátria, e em função da celebração do dia 03 de maio, que há época, correspondia à data do descobrimento do Brasil, e do dia 13 de maio. Estas palestras eram realizadas pelos diretores do Grupo escolar e Ginásio Leopoldinense, respectivamente, José Lintz e José Botelho Reis, no teatro Alencar (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 14, p.1, 9 mai. 1918).

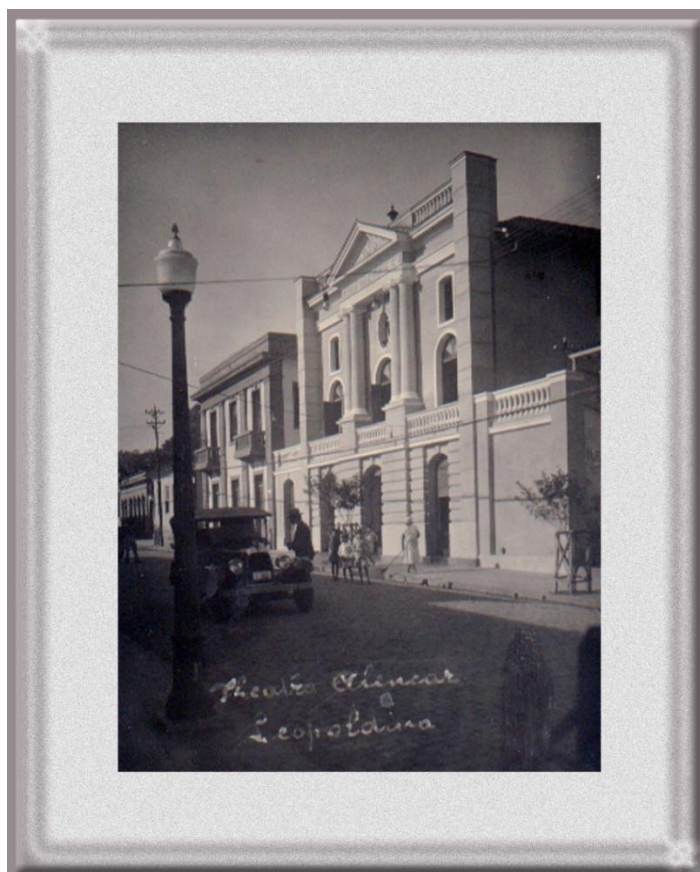


Figura 42 - Cine Theatro Alencar ¹⁵⁹

Nesse teatro, foram realizadas diversas conferências de cunho nacionalista pelos professores do Ginásio Leopoldinense. Constituiu-se, portanto, como espaço de socialização da elite local, uma vez que seu acesso era limitado a este grupo.

O discurso patriótico, intensificou-se com a participação do Brasil na primeira Guerra Mundial, sendo promovido pelos alunos do Ginásio, em 1917, um grande *meeting*. Eles se reuniram no largo da estação, onde o ginásiano Jacyr Fonseca, filho do coronel Theóphilo Barbosa da Fonseca, fazendeiro em Conceição da Boa Vista, pronunciou patriótico discurso contra a violência alemã,

¹⁵⁹

Teatro em Leopoldina. Disponível em: <http://www.cantoni.pro.br/MemoriaLeopoldina/teatro.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

Depois seguiram em passeata até a redação do Jornal *O Novo Movimento*, onde falou o estudante Gelbert Moreira e o coronel Ricardo Martins, redator do Jornal. Continuou o discurso o estudante Sylvino Neto, no Bar Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.155, p.1, nov. 1917).

Além disso, os trabalhos feitos em aula sobre a guerra eram publicados em jornais, como o *Gazeta de Leopoldina* e o *Correio de Minas*. Os jovens se alistavam na linha de tiro para se prepararem para qualquer eventualidade e ainda participavam do Congresso da Mocidade, presidido por Delfim Moreira. Tratava-se de uma fundação do Batalhão Acadêmico, em Belo Horizonte, que se propagava no interior através das linhas de tiro. Tomaram parte do Congresso os acadêmicos da escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense: Djalma Barros e Edilberto Silva, e representaram Leopoldina, Jacques Dias Maciel e Corinto Silva (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.121, p.1, 01 out. 1919; n.152, p.3, 31 out. 1917; n.158, p.1, 09 nov. 1917; n.164, p.1, 17 nov. 1917).

Aumentou também nacionalmente, a preocupação com a espionagem alemã, sendo anunciada por Wenceslau Braz a necessidade de cautela sobre assuntos nacionais. Resultou disso, a prisão, no Rio de Janeiro, do ex-professor de Ciências Naturais, do Ginásio Leopoldinense, Frederico Freise, em 1917 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.158, p.2, 09 nov. 1917).

Em 1918, o instrutor militar Anibal Rego de Medeiros, que tomou o lugar do tenente João Reif, passou a promover, no *stand* localizado no Aprendizado Agrícola, concursos de tiro, que em 1921, contou com a inscrição de 37 atiradores, dentre eles, uma mulher, Maria Amélia Nogueira, que ficou em 5º lugar na categoria, professores do Ginásio Leopoldinense e o diretor do Grupo escolar, José Lintz. Os inscritos empregaram o fuzil Mauser e a premiação dos três primeiros lugares consistiu em uma arrecadação de 110\$000 para a Casa de Caridade e um baile. Em 1922, o concurso de tiro foi novamente realizado, agora sob a direção do novo instrutor militar do Ginásio Leopoldinense, Sargento Enock de Araújo Barbosa (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.127, p.1, 14 out. 1921; n. 13, p.1, 09 mai. 1919; n.126, p.1, 12 out. 1921; n. 29, p.1, 30 mai. 1922).

A constante troca dos instrutores militares que ficavam sob a direção do batalhão militar dos estudantes do Ginásio Leopoldinense e da linha de Tiro

apontou que apesar das tentativas dos militares de conquistarem uma maior participação política, defendendo seus interesses sob amparo do Estado, o que prevaleceu foram os interesses de determinados grupos que buscavam manter o poder local bem como sua rede de aliados.

A própria legislação garantia este controle local sobre as linhas de Tiro na medida em que determinava sua organização e administração aos chefes administrativos dos municípios onde eram instaladas.

Com isso, a atuação dos militares não encontrou espaço para se desenvolver neste contexto específico. Apesar disso, as ideias nacionalistas e o discurso civilizatório, que subsidiaram a prática da instrução militar nos estabelecimentos de ensino, durante a primeira República, foram incorporados ao Programa dos demais cursos do Ginásio Leopoldinense, principalmente o primário, responsável pela formação da infância, ou seja, dos futuros cidadãos.

Um olhar sobre os alunos, professores e diretores

Apesar da intensa difusão das produções escritas dos estudantes, em especial a acadêmica, na virada dos séculos XIX e XX, seu estudo enfrenta duas barreiras: o caráter intermitente dos periódicos e a sobrevivência de alguns poucos e dispersos exemplares.

Essa realidade denunciada por Cruz e Felgueiras (2013)¹⁶⁰ serviu como consolo durante o levantamento dos periódicos e demais produções escritas pelos estudantes do Ginásio Leopoldinense, pois nos deparamos com apenas alguns exemplares preservados. Dentre estas publicações, às quais foram feitas referências em outras fontes, estão *O canário*, criado em 12 de maio de 1918 sob a direção de Mozart Reis e gerência de Napoleão Brito, o *Jornal Acadêmico*, que circularia até 1920, e *A Miragem*, gerenciado por Joaquim Pereira e dirigido por Waldemiro Gribel (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 65, p.3, 23 jul. 1920).

Dentre as fontes citadas, entretanto, foram localizados apenas alguns exemplares do início dos anos de 1920 de *A Miragem*, publicados no *Jornal Gazeta de Leopoldina*.

Além destes mecanismos que conformavam o campo acadêmico, outras práticas foram sendo instituídas nas escolas superiores, a partir do embate entre diferentes modelos de organização funcional e de hierarquização de saberes e métodos (GRUNENVALDT, s.d).

Essa hierarquização era expressa através de rituais específicos, que se traduziam na produção da diferença e no reconhecimento de uma distinção social. O termo acadêmico assume então um sentido amplo:

(...) compreende a tessitura das relações e inter-relações dos estudantes entre si, com um lugar e seus personagens e com uma instituição, da qual historicamente tem decorrido (...) a construção de uma identidade específica e a manutenção de suas tradições. Diz respeito, em última instância, à vida estudantil (CRUZ; FELGUEIRAS, 2013, p.42).

¹⁶⁰ As autoras Cruz e Felgueiras (2013) utilizam-se da expressão cultura acadêmica ao tratarem das produções dos estudantes em instituição de ensino de Portugal.

Dessa forma, buscamos além das produções escritas, algumas experiências acadêmicas que denotassem estas relações. Dentre elas a iniciativa de criação do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, pelos alunos da escola de Farmácia, presidido pelo redator do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, Octavio de Lacerda (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

5.1

A organização de grêmios e associações estudantis

O Centro Acadêmico, que funcionou no Ginásio Leopoldinense a partir de 1916, é representativo de uma significativa parcela das práticas desenvolvidas no Ginásio Leopoldinense. Além de ser responsável por boa parte das atividades extraclasses, também se ocupava da publicação de periódicos, que se configurou como estratégia de organização do campo e de conformação da profissão.

Dentre as ações desenvolvidas pelos membros do Centro Acadêmico esteve a comemoração do décimo aniversário do Ginásio Leopoldinense. Foi organizado no Teatro Alencar, um concurso de declamação e um festival representado por várias comédias e canções. Participaram da comissão julgadora do concurso, Custódio Lustosa, juiz de direito de Leopoldina, Custódio Junqueira, presidente da Câmara Municipal e Ribeiro de Sá, promotor da comarca. A premiação foi conferida com medalha de ouro aos alunos: Haydée Guimarães, que recitou a poesia *O relógio*, e Edilberto Silva, que recitou *O tédio*, de Heine (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 44, p.1, 17 jul. 1916).

Ao tomarmos as produções acadêmicas como um projeto de autonomia formativa discente nos deparamos com um modelo hierarquizado. O Centro Acadêmico, pelas suas características, apoiou-se em um modelo tutelado de formação em que as atividades organizadas e desenvolvidas pelos alunos também são controladas pelo corpo docente.

Dentre as atribuições dessa organização estudantil constavam: resolver sobre as solenidades do aniversário do Ginásio Leopoldinense, homenagens aos professores, premiações dos alunos, eleição de paraninfos e oradores para as formaturas e constituir comissões de alunos para assuntos diversos, como por exemplo, a comissão de retratos dos formandos, integrada por Pompílio Guimarães, Ignácio Silva, Juvêncio Moreira, José Damasceno e José Esteves, em

1916 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.29, p.1, 27 mai. 1916; n.31, p.1, 30 mai. 1916; n.20, p.2, 17 mai. 1916; n.24, p.1, 21 mai. 1916; n.141, p.1, 20 out.1916).

A organização interna hierarquizada pode ser percebida nas reuniões para eleição das diretorias, em que eram delimitadas as atribuições e cargos dos participantes.

As eleições de presidente para o Centro Acadêmico ocorriam anualmente. Em 1916, o cargo permaneceu com Octavio de Lacerda. Como vice-presidente, foi eleito: Ignácio Luiz da Silva, de Faria Lemos; como 1º secretário: Menelick Vermelho e 2º secretário: Edilberto Silva; como 1º orador: Dermeval Moreira e 2º orador: Pedro de Lacerda Rocha; e como fiscal: Genebaldo Soares, de Faria Lemos.

Em 22 de abril de 1917, nova direção foi eleita: Presidente: Anibal Guimarães, vice-presidente: Álvaro Vidal, 1º secretário: João de Almeida Ribeiro e 2º secretário: Omar Meirelles, 1º orador: Ediberto Silva e 2º orador: Francisco Campos, tesoureira: Julia Perissé, fiscal: Francisco Gama, comissão reorganizadora dos estatutos: Demerval Moreira, Sylvino Netto e Mozart Reis (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 5, p. 1, 25 abr. 1917).

Em 1919, foram eleitos: Adauto Ribeiro ¹⁶¹: presidente; Omar Meirelles: vice; Alberto Vidal: 1º secretário; Carlos Smith: segundo secretário; Jarbas Rezende: tesoureiro; Arlindo Val: 1º orador; Water Moreira: 2º orador; Militino Rosa: bibliotecário; Américo Afonso: procurador e comissão fiscal: Octavio Gusman, Dirceu Bersot, Osmar Monteiro Gomes.

Naquele ano, foi organizado o *team* acadêmico de *football* e incrementada a parte literária com a criação do *Jornal Acadêmico*, dedicado aos interesses dos estudantes. Fizeram ainda parte da comissão de organização, os acadêmicos, dentre eles 3 mulheres: Graciema Junqueira, Anna Carolina Mendonça, Maria Regina de Moura Estevão (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 32, p. 1, 03 jun. 1919; n. 77, p.1, 02 ago. 1919).

¹⁶¹ Concluiu o curso de farmácia em 1919, de Palmira, filho de Domingos Ribeiro.



Figura 43 - *Team do Sport Club Ribeiro Junqueira* ¹⁶²

Em 1920, o Centro Acadêmico ganhou nova gestão. Presidente: Oswaldo Vieira, vice: Alberto Vidal, tesoureiro: Olegário Frossard, 1º secretário: Julio Lintz e 2º secretário: Maria Amélia; oradores: Américo Afonso e Water Moreira. Na reunião, ficou definido o agendamento de novo encontro para eleição do diretor do *Jornal Acadêmico*, órgão oficial do centro acadêmico Oswaldo Cruz, que voltaria à circulação.

No Ginásio Leopoldinense, as agremiações de alunos eram incentivadas desde o ensino secundário, não se restringindo às iniciativas acadêmicas. Em 17 de março de 1916, por exemplo, foi criado o Grêmio Literário, que recebeu o nome de Dr. Jacques Maciel, em homenagem ao diretor técnico que antecedeu José Botelho Reis (1908-1910), sendo este, o diretor. Tal iniciativa visava à educação moral e literária, sendo a comissão responsável pelos estatutos constituída pelos alunos: Milton Campos, Jacyr Fonseca e Heitor Moreira.

Outra iniciativa de produção discente apareceu com a criação, em 1919, de um Grêmio Literário, cuja comissão organizadora foi composta pelos alunos do

¹⁶² O *team* de futebol do Ginásio Leopoldinense, foi criado em Leopoldina em 27 de agosto de 1911. José Botelho Reis foi um dos fundadores do Club e seu primeiro presidente. Apareceu na fotografia de terno, distinguindo-se dos professores que integravam o *team*, dentre eles, Pedro Arantes, ajoelhado ao centro, e também dos alunos do curso secundário, que se encontram sentados, à frente. A iniciativa foi trazida pelo presidente da experiência como aluno do Colégio Pedro II. Fonte: *Jornal Leopoldinense*. Esporte Clube Ribeiro Junqueira completa 103 anos de fundação. <http://leopoldinense.com.br/noticia/1671/esporte-clube-ribeiro-junqueira-completa-103-anos-de-fundacao>. Acesso em: 14 fev.2016.

curso secundário: Antônio Agenor de Lucena Ruas, Álvaro Furtado, Antônio Gorgulho, Archimedes Coli, Felício de Araújo, Paulo Alvim e Joaquim Pereira.

Foi então, em 14 de março de 1920, que o Grêmio Literário Dr. Custódio Junqueira, tomou posse no Teatro Alencar, tendo como oradores: o Presidente Antônio Agenor de Lucena Ruas, e como 1º e 2º oradores: Antônio Gorgulho e Álvaro Furtado. (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 14 mar. 1920)



Figura 44 - Redator Argenor Ruas e *A Miragem* - Órgão do Grêmio Literário ¹⁶³

Desde sua criação, o Grêmio foi presidido por um aluno, Antônio Agenor de Lucena Ruas, que também seria o principal responsável pela produção e publicação do impresso *A Miragem* (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 14 mar. 1920).

As atividades desenvolvidas pelo Grêmio iam ao encontro da proposta institucional, uma vez que mantiveram estrutura semelhante ao do Centro Acadêmico, tanto em relação à hierarquia interna quanto em relação à produção escrita.

¹⁶³ O redator formou-se em Direito, pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1927. A civilidade e o civismo foram marcas também presentes na sua produção. Como presidente do grêmio literário, publicou o livro *A pátria brasileira*. Os trechos da obra foram citados em *A miragem*, na coluna de sináha Fernandes, cujo redator era Zare Fernandes, irmão do padre Raymundo Fernandes, em 21 de julho, de 1920 (Correio da manhã, 10 de agosto de 1952; Gazeta de Leopoldina, 25 de julho de 1920, n. 1, p.1).

O órgão do Grêmio Literário apresentava produções de cunho marcadamente moral e religioso e as atividades desenvolvidas eram no sentido de homenagear figuras ilustres da comunidade e professores. Como por exemplo, a organização de uma manifestação de apreço ao vigário do município de Leopoldina, Monsenhor Júlio Fiorentini (GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, n.249, p.1, 28 mar.1920; n.249, p.1, 28 mar. 1920).

Tais rituais, além de mobilizarem os grupos discente e docente, em intervalos regulares, em torno de celebrações e do cuidado com as coisas sagradas, permitiam a manutenção e a consolidação de sentimentos coletivos. Ajudavam também na instituição da nova ordem estabelecida, pois, possuíam um efeito de consignação estatutária, que de acordo com Cruz e Filgueiras (2013) encorajava o aluno promovido a viver de acordo com as expectativas sociais ligadas à sua posição e estabelecendo uma diferenciação ou mesmo uma distinção socialmente relevante.

As tentativas expressas nos rituais de consolidar conhecimentos e atitudes tipicamente acadêmicos foram também apresentadas nas produções dos órgãos literários. O Jornal *Gazeta de Leopoldina*, publicava os poemas dos estudantes, cuja ênfase era a erudição poética, demonstrando conhecimento das regras de métrica e rima e formas rebuscadas de escrita:

O findar do dia

Em magoada tristeza, em doce nostalgia,
A Tarde vai descendo, aos poucos, lentamente...
Já seu último beijo o sol à terra envia,
E some-se entre as nuvens de fogo poente.

Emudecem, ao longe, as vozes, tristemente...
Oh! Quanto de tristeza e saudade e poesia
Espalhadas por tudo. E vão-se, docemente,
Fechando, pouco a pouco, as pálpebras do dia.

Melancolia prece o pinheiral murmura...
Como um medonho monstro horripilante, imenso,
Informe a Sombra alarga, avoluma-se e cresce...

Há um crebro soluçar de vezes, pela altura...
E, em fundo desalento, em desconsolo intenso,
As pálpebras de todo à tarde unem... Anoitece.

(G.A, do Grêmio literário. Apud GAZETA DE LEOPOLDINA, 28 de março de 1920, n.249, p.1, c. 2).

O caráter literário e poético também foi expresso nas reuniões do Grêmio Literário Dr. Custódio Junqueira, nas quais eram realizadas conferências poéticas, com recital de poemas de Olavo Bilac, Álvaro Furtado, Delorme Neves, Athos Teixeira e Argenor Ruas. Este, apesar de aluno, colocava-se à altura de Olavo Bilac, cujas obras eram referências didáticas nos estabelecimentos de ensino da época. O tema comum entre os poetas citados era a corrupção da mocidade (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.261, p.1, 17 abr. 1920).

As atividades do Grêmio Literário ajudavam a propagar ideias cívicas entre os ginásianos e mantinha um caráter elitista, visto que os eventos organizados pelos discentes ocorriam no Teatro Alencar. Tratava-se de conferências em comemoração às datas cívicas, como a do dia 21 de abril, realizada por Jesus Varella, advogado do foro local e professor do Ginásio Leopoldinense, e do dia 13 de maio, em que palestrou o médico Oscar Negrão de Lima (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.3, p.1, 23 abr. 1920; n.14, p.1, 09 mai. 1920).

Em 1925, seria fundada nova organização estudantil integrada por alunos do curso secundário do Ginásio Leopoldinense. Dentre eles, Erymá Carneiro, Acácio Costa Santos e Jacy Fonseca. Tratava-se do Grêmio Lítero Artístico Augusto dos Anjos, que estava sob a supervisão do professor e colaborador do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, Júlio Ferreira Caboclo, contratado, em 1923 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 214, p.1, abr. 1923).

O Grêmio Lítero Artístico Augusto dos Anjos tinha como objetivo estudar a vida e a obra do poeta que deu nome a esta organização discente. A seção solene de inauguração pública deu-se à beira do túmulo de Augusto dos Anjos, no cemitério de Leopoldina, onde Erymá Carneiro proferiu uma conferência acerca do poeta, intitulada “Augusto dos Anjos: o filósofo do nada”, tendo como base o soneto *A um germe*. O aluno Jamil Feres de Andrade, por sua vez, recitou um de seus poemas: *A balada da gota d’água* (CARNEIRO, 1976).

A foto abaixo mostra o local onde eram realizadas as conferências, no salão nobre da Escola Normal, atual prédio do Clube Leopoldina (ALMANACK DO ARREBOL, 1984).

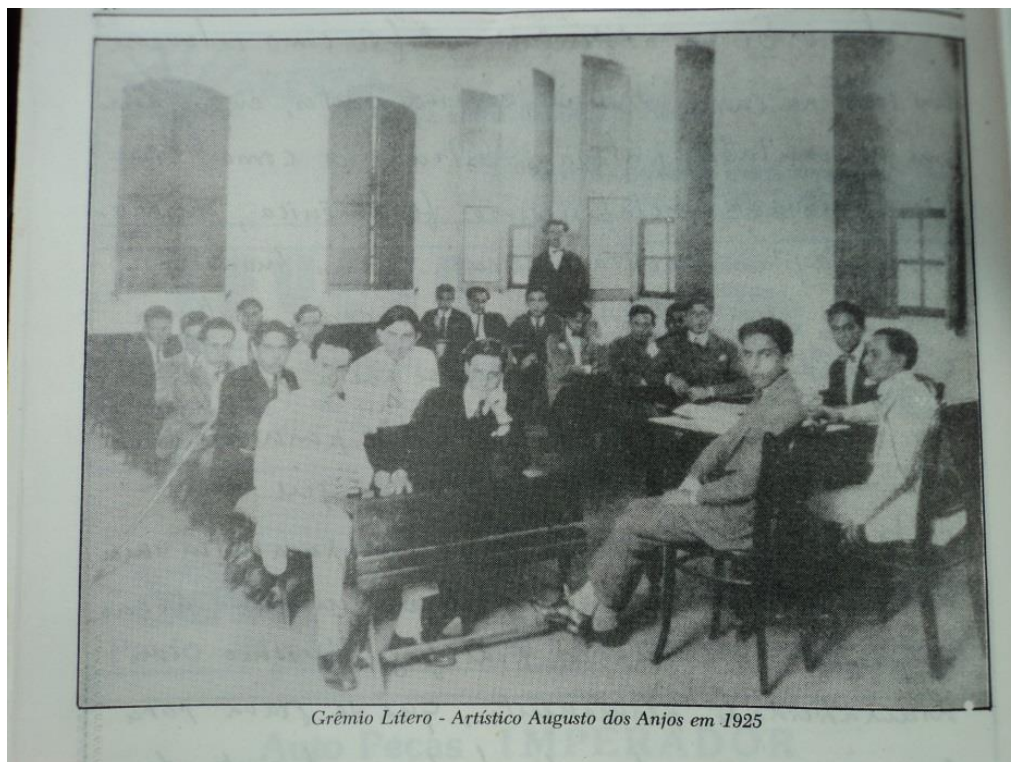


Figura 45 - Membros do Grêmio Littero Artístico Augusto dos Anjos (1925) Fonte: Almanack do Arrebol (1984)

A fotografia retrata os membros da diretoria à direita, de frente para os demais membros à esquerda. Em pé, próximo à janela está o fundador do Grêmio, o professor Júlio Ferreira Caboclo. A posição dos membros denota a hierarquia e os rituais aos quais seus membros estavam submetidos.

Nota-se ainda que todos os membros do Grêmio usavam terno, gravata e calças cumpridas, o que os diferenciava dos alunos dos cursos primário e secundário que ainda usavam calça curta. Essa vestimenta conferia identidade ao grupo, que buscava se espelhar nos parâmetros da elite local.

Em 1926, com municipalização do Ginásio Leopoldinense e a saída do professor Júlio Ferreira Caboclo, uma reunião do Grêmio foi realizada para admissão de novos sócios e diretoria, sendo indicado o professor Juvenal Carneiro, pai de Erymá Carneiro, admitido como sócio benemérito. Além disso, foi proposta a elaboração de um regimento interno, sendo eleita comissão para elaborá-lo. A posse da nova diretoria se deu em seção solene, realizada no salão do Leopoldina Club (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 81, p.2, ago. 1926; n. 98, p.1, 29 ago. 1926).

Dentre as ações do Grêmio, estavam a organização da hora lítero-musical, para arrecadar fundos em seu benefício e festa realizada no cine Brasil, a fim de arrecadar fundos para auxiliar nas obras da igreja matriz (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 116, p.1, 26 set. 1926; n. 123, p.2, 05 out. 1926).

Dentre as produções escritas por essa organização, podemos citar a criação do Jornal *A criança*, iniciativa dos alunos Erymá Carneiro ¹⁶⁴, Petrônio Guimarães e do redator João Lira Filho. Este impresso era distribuído semanalmente, sendo produzidos cerca de 20 exemplares, voltados para os leitores jovens. Contudo, sua circulação teria sido proibida por Juvenal Carneiro, tio de Erymá, em decorrência de uma notícia sobre algumas jovens que vieram do Rio de Janeiro, para morar em Leopoldina.

Além destas agremiações, uma iniciativa que se apresentou em prol dos interesses específicos dos estudantes do Ginásio Leopoldinense foi a Federação dos estudantes de Leopoldina. Em 1918, foi realizada uma reunião, no salão da Pensão Porto, de alunos dos diversos cursos do Ginásio Leopoldinense, com o objetivo de fundarem uma Federação, estando presentes cerca de 100 estudantes.

O fato de a reunião não ter sido realizada nas instalações da instituição demonstrou uma tentativa de maior autonomia discente, desvinculada de uma proposta institucional. O que também foi demonstrado pela diretoria firmada, composta exclusivamente por alunos. Presidente: Annibal Guimarães; vice-presidente: Genebaldo Soares; 1º secretário: João de Almeida; 2º secretário: Mário Manso; tesoureiro: Américo Affonso; 1º orador: Gerbert Perissée Moreira; 2º orador: Hermann Gribel; Procurador: Sebastião Gama. A efetivação do discurso de defesa dos interesses da classe discente pode ser constatada quando o gerente da empresa F.P. Carneiro, arrendatária do Teatro Alencar, resolveu atender a pretensão dos estudantes, concedendo-lhes a redução dos preços das entradas (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 80, p.1, 07 ago. 1918).

As atividades discentes não ficavam apenas no âmbito local. Foi criado, durante a candidatura de Arthur Bernardes, um Comitê acadêmico pró Bernardes, que contou com o apoio dos estudantes do curso superior do Ginásio Leopoldinense ao movimento em Belo Horizonte/MG.

As práticas estudantis existentes atendiam aos anseios da elite política uma

¹⁶⁴ Cursou Direito no Rio de Janeiro, junto com o colega Antônio Agenor de Lucena Ruas, natural de Fortaleza, norte de Minas, em 1927 (CARNEIRO, 1976).

vez que através delas se formava opinião, inculcava-se o respeito às regras e a disseminação dos ideários da instituição.

5.2

Atuação profissional dos alunos egressos do Ginásio Leopoldinense

Nesta parte da pesquisa, tentamos nos deter na continuidade dos alunos egressos, buscando mapear a formação e atuação profissional dos alunos dos cursos Normal, Secundário e Superior. A restrição a estes cursos se deu uma vez que não foram localizados dados sobre os alunos do curso primário, além daqueles premiados pelo prêmio de cinema, nem tão pouco sobre os alunos matriculados no Curso do Aprendizado Agrícola.

Além das atividades discentes e sua produção, outros elementos viabilizaram uma análise para além das representações construídas pela instituição e pela sociedade, foram eles: a relação entre a comunidade e a instituição, a política de acesso e o sucesso do ensino e a continuidade dos egressos, a relação entre oferta e procura, a origem geográfica, econômica, social e cultural dos alunos. Alguns destes elementos apareceram ao longo do trabalho, não sendo possível estabelecer distinções que permitissem isolá-los em apenas um capítulo.

Esta ausência de informações indicou a intencionalidade do estabelecimento de ensino de preservar a memória de seu caráter marcadamente elitista, em detrimento da educação oferecida aos órfãos pobres e filhos de lavradores.

No que tange às alunas formadas pela Escola Normal, foi feito um levantamento das normalistas egressas durante o período que corresponde ao recorte desta pesquisa (1906-1926), utilizando informações disponibilizadas no *Jornal Gazeta de Leopoldina*, sobre formaturas, nomeações e remoções de professoras das escolas públicas rurais e grupo escolar de Leopoldina, ou mesmo dos distritos e outros municípios de Minas Gerais.

A partir do mapeamento deste percurso, foi possível localizar informações sobre as normalistas, como: seus nomes, cidade de origem, filiação ou parentesco, local de atuação profissional e ocupação ou cargo, durante os anos de 1907 a 1923, totalizando 180 alunas formadas pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense.

Nos dois primeiros anos de funcionamento, foram apenas duas alunas

formadas, sendo que estas vieram transferidas de outros cursos já iniciados em outros municípios, dentre elas Antonieta Lacerda Guariglia, a primeira normalista formada pela instituição, que veio transferida do município de São João Del Rei/MG, em 1907, e concluiu o curso no mesmo ano. Efetivamente, a primeira turma, com 16 alunas se formou, em 1909, visto que à época, o curso tinha três anos de duração.

No ano de 1911, devido à Reforma de ensino que afetou diretamente a instituição ao dar fim à possibilidade de equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário particulares ao Ginásio Nacional, o Curso Normal também sofreu as consequências. Naquele ano, formou-se apenas uma aluna, e no ano seguinte, a turma tinha apenas cinco formandas, número que só aumentou em 1913. Nos demais anos, a média de alunos que concluíram o Curso Normal no Ginásio Leopoldinense se manteve em cerca de 10 normalistas por ano.

Efetivamente, o curso tornou-se exclusivamente feminino, em 1918, quando o Colégio Imaculada Conceição passou a oferecer pensão feminina para as alunas da Escola Normal, sendo esta assumida por religiosas na década de 20. Porém, desde 1910 foram constatadas matrículas apenas de mulheres no Curso Normal do Ginásio Leopoldinense.

Nos anos anteriores, apenas quatro homens frequentaram o curso e apenas dois deles se formaram como normalistas: Emílio Ramos Pinto, que atuou como diretor do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1923, e Lucas Tavares de Lacerda Filho, que atuou como professor do Ginásio Leopoldinense. Esta constatação reforçou a hipótese de que o programa de ensino dos cursos normais tinha caráter feminino.

Informações sobre a origem das normalistas apareceram mais detalhadamente, a partir de 1919, quando o Colégio Imaculada Conceição passou a receber alunas internas que cursavam a Escola Normal. Até então, esta escola somente havia funcionado em regime de externato, conforme determinou o decreto nº 19060 de 1906. Ainda assim, foi possível localizar o parentesco de algumas normalistas, apontando o perfil do público atendido na instituição: filhas de capitães, coronéis e profissionais liberais ligados diretamente ou indiretamente à instituição, como, por exemplo, as filhas do diretor do Grupo escolar José Lintz e do fiscal de ensino, Tavares de Lacerda; dos professores do Ginásio Leopoldinense Aristides Sica e Matolla de Miranda e do secretário Gustavo Pinto.

Dentre os municípios e distritos de onde provinham estas alunas podemos citar, com base no quadro anexo 2, que: 1 era de São João del Rei; 8 de Leopoldina; 6 do Rio de Janeiro, sendo uma da capital federal e duas de Além Paraíba; 1 de Cataguases, 2 de Ubá, 1 de Mar de Espanha, 3 de Carangola, 1 de Aiuruoca, 1 de Palma e 1 de São João Nepomuceno, todos municípios próximos a Leopoldina. Apesar de localizarmos a origem de apenas 25 do total de 180 normalistas, este pequeno número trouxe indicações do campo de atuação da instituição, através da qual e na qual os diretores José Ribeiro Junqueira e Custódio Ribeiro Junqueira conseguiam cooptar seus signatários políticos.

Dentre as 180 normalistas, formadas na Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, durante o período de 1907 a 1923, foram localizadas quatro que ingressaram na escola de Farmácia e Odontologia, sendo uma no curso de Odontologia e 3 no curso de farmácia. Quatro alunas se casaram após a conclusão do curso ¹⁶⁵. O que prevaleceu, contudo, foram normalistas atuando como professoras primárias em instituições de ensino públicas do estado de Minas Gerais, o que correspondeu a 54 deste total. 15 atuaram em escolas particulares, sendo 3 no Colégio Pedro II, onde trabalhavam como colaboradoras do ensino, 1 como auxiliar de secretaria do Ginásio Leopoldinense, 5 como professoras da Escola Normal, 4 como professoras do curso primário e 2 no Aprendizado Agrícola. Além disso, 2 atuaram na direção de escolas públicas. Foram eles: a professora que atuou como diretora, em 1923, na Escola rural de Barreiros, situada em Conceição, e o normalista Emílio Ramos Pinto, que se tornou diretor do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1923.

Estas informações sobre as profissões exercidas pelas normalistas da Escola Normal foram obtidas através das notícias sobre transferências, nomeações, substituições, pedidos de licença, dentre outras, publicadas no *Jornal Gazeta de Leopoldina*. Apesar de não abarcarem todas as formandas, as informações foram mais abrangentes do que as disponibilizadas no ementário do Ginásio Leopoldinense (apud NOGUEIRA, 2011, p.94), segundo o qual haviam se formado entre 1907 - 1922 apenas 31 normalistas, tendo 2 atuado em escolas particulares, 20 em escolas públicas, 2 como mestres escola, 1 em outras atividades no magistério público e 6 não haviam lecionado.

¹⁶⁵ Aspecto considerado em decorrência do discurso que apontava o cuidado com o lar e a maternidade como atribuições femininas.

Ainda na tentativa de trazer indícios sobre a trajetória profissional das normalistas formadas no Ginásio Leopoldinense, foram consultadas as listas de alunas formadas ao final de cada ano na Escola Normal, também publicadas no *Jornal Gazeta de Leopoldina*. Estas listas, entretanto, apresentaram imprecisões em relação à quantidade de formandas apresentada na cronologia do Ginásio Leopoldinense, a qual era divulgada anualmente em 03 de junho, dia do aniversário da instituição, pelo mesmo jornal.

A cronologia de 1916, por exemplo, apresentou dados que contabilizavam 87 normalistas diplomadas pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense até aquele ano, sendo que 40 atuavam no magistério mineiro. Estes números, entretanto, não incluíram as formandas dos anos de 1907, 1908 e 1911. Também o número de matrículas divulgado no *Jornal Gazeta de Leopoldina*, referente ao primeiro ano de funcionamento da Escola Normal não conferiu com o do relatório do inspetor técnico de ensino, Estevam de Oliveira, de 22 de maio de 1907, que foi de 51 matrículas, e não 54, conforme divulgado pela imprensa (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 03 jun. 1916).

Apesar destas imprecisões, não se pode desconsiderar a preferência do governo pela nomeação nas escolas públicas primárias de normalistas diplomadas na Escola Normal do Ginásio Leopoldinense.

Com exceção das professoras que lecionavam nas escolas do município e distritos de Leopoldina antes da criação do curso, dentre as contratadas ou nomeadas para trabalhar nas escolas ou cadeiras de ensino primário e grupos escolares desta região, no período correspondente ao recorte desta pesquisa, todas eram alunas formadas por este estabelecimento de ensino ou transferidas de escolas públicas de outras regiões do estado.

Tal fato aponta para a penetração de um modelo cultural elitista na sociedade, já denunciado pelo colunista do *Gazeta de Leopoldina* Paulo Silvano, em 1918, através do qual os chefes locais e o Estado buscavam assegurar que a escola funcionaria como um fator de integração política e social (NÓVOA, 1991).

A Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense apresentou-se como um curso superior que abriu espaço para o ingresso das mulheres, viabilizando outros campos de ação que não o magistério primário. O acesso ao curso superior foi inclusive facilitado às normalistas formadas pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, uma vez que não lhes era exigida a realização dos

exames de preparatórios. Ainda assim, localizamos, dentre as alunas que frequentaram a Escola de Farmácia e Odontologia, apenas algumas normalistas: Olga Nóbrega Furtado, em 1914, aluna da Escola de Odontologia; Waldomira Cabral Werneck (1916), Maria de Lourdes Lacerda (1916) e Hussonina Melchiades (1923), alunas da Escola de Farmácia.¹⁶⁶

O ementário do Ginásio Leopoldinense de 1925, escrito por José Botelho Reis, apresentou um quadro estatístico através do qual podemos ter uma noção do número de alunos do sexo feminino e masculino matriculados nos cursos de Odontologia e Farmácia, respectivamente, entre os anos de 1913 a 1922:

Quadro 5 - Número de matrículas do curso de Farmácia e Odontologia (1913-1922)							
Ano	Odontologia			Farmácia			Geral
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	
1913	10	-	10	11	2	13	23
1914	15	-	15	23	9	32	47
1915	11	1	12	22	12	34	46
1916	7	2	9	35	13	48	57
1917	3	1	4	27	7	34	38
1918	-	-	-	24	3	27	27
1919	-	-	-	38	4	42	42
1920	-	-	-	52	10	62	62
1921	-	-	-	54	17	71	71
1922	-	-	-	63	21	84	84
Total	46	4	50	349	98	447	497

FONTE: NOGUEIRA, 2011, p.99

Este total, no entanto, não corresponde ao número efetivo de alunos que estudaram na instituição, tendo em vista que algumas matrículas se repetem em função do tempo de duração do curso. Ao serem criados ambos os cursos tinham dois anos de duração e, após 1917, passaram a ter 3 anos.

A formação efetiva de mulheres nos cursos superiores de Leopoldina pode ser confirmada, quando da divulgação dos nomes dos alunos que constituíam as turmas de diplomados no curso de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense no jornal *Gazeta de Leopoldina*, apresentados no anexo 3. Ainda que não tenhamos localizados as turmas de todos os anos, os dados apontaram também que poucos alunos chegavam a concluir os cursos.

¹⁶⁶ Apud GAZETA DE LEOPOLDINA, n. 240, p.1, 08 mar.1917; n. 45, p.1, 23 jun 1918; n.170, p.1, 16 dez. 1921; n.14, p.1, 20 mai. 1926.

Quadro 6 - Formandos da Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense

Ano	Curso de Odontologia	Nº de mulheres	Total	Formandos do Curso de Farmácia	Nº de mulheres	Total
1914	2	1	3	-	-	-
1916	5	1	6	4	1	11
1917	2	-	2	11	6	19
1918	-	-	-	15	2	17
1921	-	-	-	17	4	21
1926	-	-	-	16	4	20
Total	9	2	11	63	17	88

Fonte: GAZETA DE LEOPOLDINA, n. 240, p.1, 08 mar.1917; n. 45, p.1, 23 jun 1918; n.170, p.1, 16 dez. 1921; n.14, p.1, 20 mai. 1926.

Em relação aos outros cursos do Ginásio Leopoldinense, o número geral de alunos, em 1919, apresentado pelo Jornal *Gazeta de Leopoldina* indicou um total de 412 matrículas. Destas, 299 no curso secundário, 51 na Escola Normal, que já se encontrava funcionando no Colégio Imaculada, 42 na Escola de Farmácia, e 20 no Aprendizado Agrícola. O total de 51 alunas matriculadas na Escola Normal correspondeu ao número de alunas formadas durante os anos de 1919 e 1923 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 1919).

O caráter propedêutico do ensino secundário oferecido pela instituição ficou explícito na divulgação dos cursos superiores pretendidos pelos alunos e alunas que realizaram os exames preparatórios no estabelecimento, em 1919. Naquele ano, 37 alunos receberam o preparo para ingressar no ensino superior pelo Ginásio Leopoldinense. Deste número, 15 alunos almejavam os cursos de Direito, Engenharia e Medicina. Para a Escola Naval, havia um candidato e para a Escola de Agricultura e Veterinária, apenas dois (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.171, p.1, 04 dez. 1919).

Em 1921, dos 47 alunos que prestaram os exames de preparatórios no Ginásio Leopoldinense, 32 almejavam o Curso de Farmácia, sendo seis deles, mulheres, e dentre elas duas normalistas, enquanto que os outros quinze candidatos pretendiam cursar Medicina, Direito e Engenharia (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.165, p.1, 08 dez. 1921).

Em 1922, dentre os 28 jovens que ensejavam cursos superiores, 12 buscavam a Medicina, um, o curso de Agronomia e os demais, o curso de

Farmácia do Ginásio Leopoldinense, dentre eles, três mulheres (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 151, p.1, 12 dez. 1922).

Por sua vez, o número de matrículas no Ginásio Leopoldinense, naquele ano, no ensino secundário, foi de 319 alunos, sendo 282 do sexo masculino e 27 do sexo feminino. No ensino primário havia 60 alunos, sendo 54 do sexo masculino e 6 do feminino. Na escola normal, 48 mulheres e na escola de Farmácia, 64 alunos do sexo masculino e 24 do sexo feminino. E no Aprendizado Agrícola, 24 menores (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 30, p.1, 03 jun. 1922).

Sobre o público atendido no Aprendizado Agrícola, localizamos apenas informações no ementário do Ginásio Leopoldinense sobre o número de matrículas de alunos, correspondente aos anos de 1914 a 1922. Neste último ano, a escola pública do sexo masculino passou a funcionar no Aprendizado Agrícola:

Quadro 7 - Matrícula de alunos no Aprendizado Agrícola (1914-1922)	
1914	19
1915	20
1916	22
1917	23
1918	24
1919	24
1920	28
1921	26
1922	25
Total	211

Fonte: Nogueira (2011, p.97)

Em relação aos alunos do curso secundário, no entanto, percebemos uma ampla divulgação pela imprensa local, buscando mostrar que os filhos de fazendeiros ou de aliados políticos que compunham a elite mineira constituíam o corpo discente do Ginásio Leopoldinense.

O número de ginasianos localizado impossibilitou um estudo mais aprofundado de suas trajetórias, visto que, somente entre os anos de 1907 a 1912, o Jornal *Gazeta de Leopoldina* apresentou o número de 64 alunos formados nos cursos de preparatórios do Ginásio Leopoldinense, tendo 4 deles se formado como bacharel em letras. E ainda, durante os anos de 1916 a 1921, a instituição teve o

maior número de inscritos nos exames em todo o estado de Minas Gerais, chegando a uma média de 400 inscrições por matérias, em cada ano.

Diante desse levantamento do número de alunos que realizaram o curso secundário e os exames de preparatórios na instituição, durante o recorte temporal da pesquisa, restringimos nossa análise biográfica apenas àqueles que apesar de terem se destacado por seu amplo reconhecimento social, no âmbito nacional, não tiveram destaque na imprensa daquele período. Foram eles: Milton Soares Campos, Adolfo Correa da Rocha, mais conhecido pelo pseudônimo Miguel Torga, e Humberto Mauro.

5.3

Traços biográficos de alguns ex-alunos que enveredaram no Movimento Modernista

Milton Soares Campos nasceu em Ponte Nova, em 1900. Coursou o primário em Viçosa e frequentou o curso secundário no Ginásio Leopoldinense, onde integrou o Grêmio Literário, em 1916, concluindo o curso em 1917, juntamente com os colegas Nelson Ferraz e Octavio Serpa de Carvalho. Formou-se em Direito pela Faculdade de Belo Horizonte, em 1922 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.174, p.1, 30 nov. 1917; n.177, p.1, 04 dez. 1917).

Além de político, professor, jornalista, diretor do *Diários Associados*, em Minas Gerais, a partir de 1925, e colaborador do *Estado de Minas* e *Diário de Minas*, atuou como advogado e pertenceu aos círculos literários de Belo Horizonte, juntamente com Carlos Drumond de Andrade, Afonso Arinos e Gustavo Capanema, onde sofreu influência do movimento modernista. Seguiu a carreira política, a partir de 1934, sendo eleito governador de Minas Gerais, em 1954.¹⁶⁷

A pouca ênfase dada a sua trajetória pelo jornal *Gazeta de Leopoldina*, possivelmente foi em decorrência de sua oposição partidária aos governos de Francisco Salles e Nilo Peçanha, que, por sua vez, eram apoiados por José Ribeiro Junqueira, diretor do Ginásio Leopoldinense e daquele jornal. Para completar a rivalidade política, elegeu-se, em 1934, deputado à Constituinte, pelo Partido

¹⁶⁷ Campos, Milton Soares. Centro de documentação do pensamento brasileiro. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_camposmilton.html. Acesso em: 18 mai. 2015.

Popular (PP) e foi signatário do Manifesto dos Mineiros, em 1943, vindo a falecer em 1972.¹⁶⁸

Adolfo Correa da Rocha e Humberto Mauro, por sua vez, foram exemplos da presença de imigrantes e seus descendentes na instituição.

Humberto Mauro nasceu em Volta Grande, em 1897, e foi reconhecido como um dos pioneiros do cinema brasileiro, produzindo cerca de 250 filmes. Era filho do imigrante italiano Gaetano Mauro e a mineira Teresa Duarte, mudou-se para Cataguases ainda criança. Kursou três anos do ensino secundário no Ginásio Leopoldinense e ingressou no curso de engenharia em Belo Horizonte, o qual abandonou para trabalhar em Cataguases instalando energia elétrica nas fazendas da região (Almanack do Arrebol, 1981).

Em 1916, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde possivelmente teve contato com as ideias do movimento modernista. Quando voltou para Cataguases, quatro anos depois, casou-se com Maria Vilela de Almeida e familiarizou-se com os integrantes do Movimento Verde, responsável pela edição da Revista Verde, de ideais modernistas.



Figura 46 - Humberto Mauro (à direita, de cinza) e o grupo de integrantes do Movimento Verde de Cataguases¹⁶⁹

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ Fonte: Os verdes de Cataguases. Disponível em: Um olhar sobre Cataguases. <http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/univlrcidades/modernismo/Literatura/index.htm>. Acesso em: 05 fev.2016.

Segundo Siqueira (2006, p.36): “Era o modernismo ressoando em Cataguases, trazendo novidades teóricas e formais que seriam a partir de então instrumentos de ação do grupo Verde”.

De acordo com Sant’Ana (2006) a revista contou com o apoio de escritores modernistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, dentre eles: Carlos Drummond, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Emílio Moura, Pedro Nava, Couto de Barros, Abgard Renault, Yan de Almeida Prado, Murilo Mendes, Sérgio Milliet, Ribeiro Couto, Marques Rebelo.

Na análise que a autora realizou sobre esta produção literária foram identificados textos bem elaborados, que apresentavam renovação linguística e temática, além de crítica à dependência cultural estrangeira. Defendiam o nacionalismo, redescobrimdo as tradições sociais, denunciando as condições do povo e o atraso cultural, desenvolvendo um sentimento que a autora denominou “mineiridade”. Havia, portanto, uma dimensão social na busca por caracterizar e representar a língua nacional (SANT’ANA, 2006, p.174).

Em 1925, ele, juntamente com o imigrante italiano Pedro Comello e apoio de negociantes da região, criou a produtora *Phebo Sul America Films*, onde foi feito o filme *Thesouro Perdido*, que rendeu o prêmio Medalhão da Cinearte de melhor filme.¹⁷⁰



Figura 47 - Humberto Mauro e cartazes dos seus filmes: O Descobrimento do Brasil e Thesouro Perdido¹⁷¹

¹⁷⁰ Informações sobre as obras do autor disponíveis em: Humberto Mauro – O Pai do Cinema Brasileiro. Academia Brasileira de Cinema. Disponível em: http://www.academiabrasileiradecinema.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=974&Itemid=462. Acesso em: 18 mai. 2015.

¹⁷¹ Humberto Mauro. André Di Mauro. Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/blogs/andre-di-mauro/artes-e-entretenimento/humberto-mauro/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

Adolfo Correia da Rocha, por sua vez, nasceu em Vila Real, São Martinho de Anta, Portugal, em 1907, era filho de Francisco Correia Rocha e Maria da Conceição Barros. Aos 10 anos foi para o Porto trabalhar, e no ano seguinte, foi enviado para o Seminário de Lamego. Não querendo seguir a vocação religiosa, emigrou para o Brasil, aos 13 anos, para trabalhar na fazenda do tio na região de Leopoldina, Minas Gerais, onde teria frequentado o Ginásio Leopoldinense, patrocinado pelo tio, em troca dos trabalhos prestados em sua fazenda, até os 18 anos. Seus estudos secundários, entretanto, seriam concluídos em Coimbra, onde ingressaria na Faculdade de Medicina, em 1928, e escreveria seu primeiro livro de poemas: *Ansiedade*, sob o pseudônimo: Miguel (homenagem a Cervantes) Torga (planta brava da montanha). Foi também colaborador na *Revista Presença*, que abandonou por questões ideológicas. Sobre o período que esteve no Brasil, escreveu a obra *Traço de União – impressões de Viagem*, em 1955. Sua obra traduziu a rebeldia contra as injustiças e o inconformismo, característicos do movimento modernista, em relação aos abusos de poder.¹⁷²

Estes três ex-alunos do Ginásio Leopoldinense, apesar de suas trajetórias distintas, tinham em comum a afinidade pelos ideais do Movimento Modernista, que segundo Velloso (2006) representou a insatisfação dos estratos urbanos com a política da Primeira República, em que os direitos políticos eram centralizados pela aristocracia rural cafeeira, preocupada em defender os interesses da economia agrícola, à qual se integrava o diretor do Ginásio Leopoldinense, José Ribeiro Junqueira.

Ainda assim, outros alunos do curso secundário apoiaram os líderes locais e tiveram papel relevante para a história da instituição, como é o caso de Ormeu Junqueira Botelho, filho de Francisco Botelho, formado em engenharia na escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1918, ao qual pertencia o projeto de reforma arquitetônica do Ginásio Leopoldinense, de estilo neoclássico, concluído em 1926.

A partir do levantamento dos alunos que frequentaram os cursos oferecidos pelo Ginásio Leopoldinense, buscamos trazer alguns elementos que indicassem o perfil tanto destes alunos quanto dos respectivos cursos frequentados, chamando

¹⁷² Miguel Torga. Disponível em: <http://www.escritas.org/pt/biografia/miguel-torga>. Acesso em 19 mai. 2015.

atenção para algumas estratégias utilizadas por estes atores, as quais não se restringiram a garantir a hegemonia do poder local.

Não podemos desconsiderar ainda aquele(a)s aluno(a)s, cuja trajetória profissional se entrelaçou ao exercício da docência, ou mesmo de outros cargos, como o de auxiliares técnicos e inspetores, na própria instituição onde estudaram. Por exemplo, as normalistas, Hilda Maciel, Adail Brandão, Dulce Junqueira, Stella Celidônio Monteiro dos Reis Cleto, Maria de Lourdes Lacerda, Maria José Barbosa da Cruz, Carolina Fernandes Valentim, que atuaram como professoras do Ginásio Leopoldinense, e Emílio Ramos Pinto, que foi diretor do grupo escolar, em 1923, dentre muitos outros, que lecionaram no curso de Farmácia e Odontologia e também nas escolas públicas e particulares do município. Sobre o campo de atuação profissional destes alunos trataremos mais detalhadamente a seguir.

5.4

Em busca da identidade profissional dos docentes que atuaram no Ginásio Leopoldinense

Nesta parte da pesquisa, buscamos compreender como se constituiu a identidade profissional dos docentes que atuaram no Ginásio Leopoldinense, bem como daqueles que foram formados nesse estabelecimento de ensino. Pretendemos enfatizar um determinado aspecto da construção da identidade, sem, entretanto, perder a noção de “identidade social”, utilizada por Dubar (1997), segundo a qual a identidade se constrói numa relação entre a dimensão individual e a dimensão social e ao longo da trajetória dos sujeitos.

Portanto, a análise desses processos identitários considerou tanto a interação das instituições e dos agentes com os sujeitos, no sentido de legitimar as categorias que são impostas coletivamente, quanto o modo como se deu esta incorporação da identidade, pelos mesmos (DUBAR, 1997).

Neste sentido, foi preciso considerar a diferenciação feita por Dubet (2012) entre as formas como se configuraram o trabalho dos professores primários e secundários. E também como foi se constituindo uma cultura docente específica, objetivada nas suas práticas e transmitida através da memória da corporação, que

neste contexto específico, foi representativa dos preceitos atrelados ao Partido Republicano Mineiro.

Ao tratarmos das nomeações de professoras primárias para atuação nas escolas públicas de Leopoldina e seus distritos, ficou claro o sistema de reciprocidade entre os coronéis e os chefes locais e entre estes e o governo do estado de Minas Gerais. Isso porque eram selecionadas prioritariamente as normalistas formadas pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, dirigida por José Ribeiro Junqueira e Custódio Junqueira.

De acordo com este sistema, os funcionários estaduais que serviram nestas instituições de ensino foram escolhidos pela indicação ou aprovação destes chefes locais, o que corrobora a afirmação de Leal:

A essência, portanto, do compromisso coronelista (...) consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio ao candidato do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista, inclusive nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 2012, p.57).

Outro exemplo foi o concurso para professores primários, realizado em 19 de junho, de 1916, durante o qual, o Secretário do interior, em conformidade com o decreto nº 4534, de 1 de março de 1916, designou o Ginásio Leopoldinense para perante ele se submeterem aos exames os candidatos José do Couto Valle e Esther Fialho. Ambos eram candidatos ao provimento da cadeira vaga do grupo escolar Ribeiro Junqueira, colocada em concurso pelo edital de 18 de março de 1916. Foram nomeados para constituir a banca examinadora deste concurso, os professores: Henrique Barbosa da Cruz, Antenor Machado, Gabriel Gonçalves de Almeida, Ernestina Ribeiro e José Botelho Reis, a ser realizado em 19 de junho do mesmo ano (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 19 jun. 1916).

A banca composta por professores do Ginásio Leopoldinense para seleção de professores públicos indicava a intencionalidade dos chefes locais de selecionarem um professor que seguisse os preceitos da direção da instituição. Tanto que, em 14 de julho de 1916, o Presidente do estado nomeou como professora efetiva do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, Esther Fialho dos Anjos, viúva de Augusto dos Anjos, que já lecionava como professora substituta naquela escola e também como professora de desenho na Escola Normal do Ginásio

Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.65, p.1, 14 jul. 1916).

Apesar de a notícia do jornal *Gazeta de Leopoldina* afirmar que Esther Fialho era a única candidata, inscreveu-se também como candidato José do Couto Valle, como demonstrado na notícia anterior.

Tal fato corrobora a afirmação de Nóvoa (1991, p.121), para quem “o recrutamento dos corpos docentes era a única maneira de assegurar sua renovação e de colocar a serviço de uma nova ideologia”, o que se dava pelo estabelecimento de procedimentos uniformes de seleção e designação dos professores.

O critério utilizado na nomeação de professores públicos também era utilizado na seleção dos professores que atuavam no Ginásio Leopoldinense. Apesar de ser o concurso uma das prerrogativas para a equiparação às instituições oficiais, somente foi constatada a abertura de edital para seleção de professor catedrático e substituto na instituição, no ano de 1915, cuja vaga era referente à 3ª seção do Curso de Farmácia, sendo nomeado interinamente o médico Antônio Guimarães, em 15 de maio de 1918. Os demais docentes foram contratados pelo diretor da instituição (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 15 mai. 1918).

Além deste professor concursado, apareceu também como professor catedrático da cadeira de Português, Jacques Dias Maciel e de Ciências naturais, Custódio Junqueira. E além dos catedráticos, foram localizados alguns professores denominados auxiliares internos. Estes não eram incluídos na lista de docentes publicadas no jornal *Gazeta de Leopoldina*, e eram, de modo geral, alunos e ex-alunos do próprio estabelecimento. Dentre eles, foram localizados: Alberto Soares, formado em Odontologia, em 1916; José Maria de Albuquerque, formado em 1917, e Djalma Barros, que concluiu o curso de Farmácia em 1918. E ainda, o ginasiano Pedro Ribeiro Arantes, diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

De acordo com Soares (2014, p.206), dentre as atribuições dos auxiliares de ensino estava a de meros repassadores das aulas dadas pelos catedráticos, que eram os professores mais importantes do estabelecimento. Esta categoria surgiu com a Reforma Maximiliano, em 1915, para regência efetiva das cadeiras. No período anterior a 1910, contudo, a denominação “professor” era aplicada somente aos professores de Ginástica, Desenho e Música e aos demais era atribuída a categoria “lentes”. Tal diferenciação, contudo, não se fez presente no

contexto analisado, ao contrário do que se constatou em relação ao Colégio Pedro II, ao qual o Ginásio Leopoldinense foi equiparado em 1908.

Quadro 8 - Professores que atuaram no Curso Primário e Aprendizado Agrícola			
Ano	Professores	Ano	Normalistas
1909	Luiz Antônio Correa de Lacerda	1909	Adail Brandão Exonerada a pedido em 1911
	João Alves de Souza Machado	1911	Hilda Samuel
	José Botelho Reis	1917	Stella Celidônio Monteiro dos Reis Cleto
1907	Arthur Guimarães Leão		Maria de Lourdes Lacerda
Aprendizado Agrícola			
1909	Ranulpho Matolla ¹⁷³	1922	Maria José Barbosa da Cruz
	José Jardim Junqueira		Carolina Fernandes Valentim

Fonte: Gazeta de Leopoldina. Diversos ¹⁷⁴.

Além dos alunos que atuaram como auxiliares internos de ensino, a aluna do Curso Normal Nair Pinto foi auxiliar de secretaria, dentre outras normalistas que trabalharam como professoras nos Cursos Normais e Primário e também na escola do Aprendizado Agrícola, a partir de 1922, quando foi transferida para este estabelecimento uma escola rural do sexo masculino, como demonstrado no quadro 7.

No primeiro ano de funcionamento da instituição, somente foram abertas turmas de 1º e 3º ano do Curso Normal, sendo lecionadas apenas as matérias descritas no quadro abaixo, pelos respectivos professores, como demonstra o quadro 9. O perfil destes primeiros professores se mostrou variado, sendo que as matérias das cadeiras lecionadas não correspondiam à área da formação inicial, à exceção do professor da cadeira de História natural, Física e Química, formado em Farmácia. Esta situação mudou após a introdução do curso superior, quando se intensificaram as iniciativas de delimitação e sistematização dos campos de saber.

¹⁷³ Sobrinho de Helena Matolla e casado com Honorina Pacheco (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.169, p.2, 02 dez. 1919).

¹⁷⁴ Gazeta de Leopoldina. n.6, p.2, 03 jun. 1906; Escola Normal. 22 mai. 1906, p.2; 06 mai. 1906, n. 2, p. 1; 02 mai. 1907, p. 1; 18 ago. 1907, p.1; Almanack do Arrebol, 1986; 24 jan. 1917, n. 209, p.1; 26 abr. 1918, n. 5, p.2; 14 jul. 1910; 06 nov. 1910, n.58, p.2; 27 set. 1918, n. 119, p.1; 15 jun. 1916, n.43, p.1; 27 fev. 1916, n.246, p.1; 12 mar. 1916, p.2; 17 nov. 1915, n. 167, p.1; 15 jan. 1916, n. 210, p.1; 27 fev. 1916, n.246, p.1; 02 dez. 1921, n.161, p.1; 02 abr. 1922, n. 249, p.1; 08 ago. 1926, n. 78, p.1; 16 jul. 1926, p.1; CARNEIRO, 1976, p.35; 03 jun. 1922, n. 30, p.1; 17 jun. 1922, n. 40, p.1; 11 jul. 1926, p.1; n.11, p.1, 16 mai. 1926.

Quadro 9 - Professores da Escola Normal no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Leopoldinense		
Matéria	Professor	Ano de atuação
Aritmética	Afonso H. de Albuquerque	1906-1911
Desenho/ caligrafia	Heraldo Pio Pimenta Bueno	1906-1914
História natural, Física e Química	Custodio Ribeiro Junqueira	1906-1926
Escrituração mercantil	Juvenal Carneiro	1906-1926(...)
Costura e trabalhos de agulha	Ernestina Ribeiro	1906-1926
Geografia	José Botelho Reis	1906-1926
Música	Afonso H. de Albuquerque	1906-1916

Fonte: Gazeta de Leopoldina. Ibidem

O professor da cadeira de Aritmética e Música era formado em Farmácia, o professor de Desenho, Heraldo Pio Pimenta Bueno, era formado em Direito e atuou como professor do Ginásio Leopoldinense até o ano de 1914, quando foi substituído pela professora Esther Fialho. Ele e mais seis irmãos¹⁷⁵ eram filhos do Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno, e Balbina Henriqueta Pimenta Bueno. Casou-se com Maria da Conceição Pio Pimenta Bueno, com quem teve três filhos: Heraldo Pio Bueno, Sylvia e Bertha, todos nascidos no Rio de Janeiro. Atuou em Além Paraíba, como partidor e contador da justiça, entre 1903 e 1905, e assumiu o cargo de delegado de polícia do município de Viradouro, para o qual foi removido por decreto de 06 de março de 1928 (DIÁRIO OFICIAL. São Paulo, 14 mar. 1928).

O professor de Escrituração mercantil era guarda livros e caixeiro, que se tornou contador. Publicou o livro de aritmética comercial: *Tratado prático de máquinas de escrever e calcular*, e *O ensino de aritmética comercial*, sendo este adotado no 3º ano da Escola Normal, em 1920. Atuou também como professor do Curso Comercial oferecido, em sua maioria, a(o)s aluna(o)s dos diversos cursos do Ginásio Leopoldinense.

¹⁷⁵ Joaquim Antônio Pimenta Bueno, Emília Pimenta Bueno, Deolinda Pimenta Bueno, Josephina Henriqueta Pimenta Bueno, Manuel Antônio Pimenta Bueno e Francisco Antônio Pimenta Bueno.



Figura 48 - Professor Juvenal Carneiro (sentado, segundo à esquerda) e sua turma de alunos do Curso comercial, em 1925 ¹⁷⁶

O professor de Geografia era bacharel em letras, formado pelo Colégio Pedro II, e a professora de Costura e Trabalhos de Agulha era esposa do capitão Domingos Ribeiro, gerente do Jornal *Gazeta de Leopoldina*.

A identidade profissional docente ajudou a configurar o perfil institucional do estabelecimento. Com um corpo docente diversificado, constituído por profissionais liberais, funcionários públicos, bacharéis em Letras, coronéis e esposas de coronéis, militares e padres, a instituição buscou apresentar ao público um caráter de *res pública*, mas na verdade suas práticas mantinham e reforçavam um viés elitista e paternalista.

5.4.1

Mudanças no quadro docente da instituição

Somente a partir de 1909, com a criação do Curso primário, o corpo docente passou a ser integrado por um maior número de mulheres e, por normalistas formadas na instituição, oferecendo indícios do processo de feminilização e profissionalização do magistério, pelo qual o Ginásio Leopoldinense passou ao longo do período pesquisado, conforme demonstrado na lista de professores admitidos no Curso Normal:

¹⁷⁶ CARNEIRO, 1976, p. 52.

Quadro 9- Professoras admitidas no Curso Normal do Ginásio Leopoldinense		
Data de entrada	Professor(a)	Data de saída
1909	Bemvinda Ribeiro	1926
	Normalista Hilda Maciel	
1910	Normalista Adail Brandão	
	Normalista Dulce Junqueira	
	Abgail Botelho Reis	
1916	Emerenciana Botelho Reis Junqueira	
	Esther Fialho	1926
	Acyr de Figueiredo	
1919	Normalista Maria de Lourdes Lacerda	
1920	Felippe da Paz	
1923	Alberto de Sales Fonseca – paraninfo	
1926	Normalista Carmen Spinola – contratada como substituta	
	Maria Madeira (pediu demissão)	1926
	Maria Auxiliadora Bitencourt (nomeada)	

Fonte: Gazeta de Leopoldina. Diversos ¹⁷⁷

Uma mudança também ocorreu no ano de 1926, quando o estabelecimento foi municipalizado em razão da morte do diretor técnico de ensino José Botelho Reis. Vários professores pediram demissão de seus cargos, como foi o caso de Maria Madeira e do casal Esther Fialho e Júlio Ferreira Caboclo, que foram substituídos, respectivamente, por Maria Auxiliadora Bitencourt, Carmen Spinola e Militino Cesário Rosa, no curso normal, e José do Patrocínio Pontes, no curso secundário.

Nesse ano, foram admitidos novos professores: Antonia Monteiro Ribeiro Junqueira, Felix Malburg, Dr. Alberto Fonseca, Francisco Junqueira e, como professor provisório, José do Patrocínio Pontes. Para classificá-los, apareceram outras denominações de professores: “substitutos” e “provisórios”, tendo a primeira aparecido, em 1922, para designar o professor Péricles Rocha Vienna.

Mudanças também ocorreram em relação ao corpo docente do Curso secundário. No primeiro ano de funcionamento do curso, funcionaram apenas

¹⁷⁷ Gazeta de Leopoldina. n.6, p.2, 03 jun. 1906; Escola Normal, 22 mai. 1906, p.2; 06 mai. 1906, n. 2, p. 1; 02 mai. 1907, p. 1; 18 ago. 1907, p.1; Almanack do Arrebol, 1986; 24 jan. 1917, n. 209, p.1; 26 abr. 1918, n. 5, p.2; 14 jul. 1910; 06 nov. 1910, n.58, p.2; 27 set. 1918, n. 119, p.1; 15 jun. 1916, n.43, p.1; 27 fev. 1916, n.246, p.1; 12 mar. 1916, p.2; 17 nov. 1915, n. 167, p.1; 15 jan. 1916, n. 210, p.1; 27 fev. 1916, n.246, p.1; 02 dez. 1921, n.161, p.1; 02 abr. 1922, n. 249, p.1; 08 ago. 1926, n. 78, p.1; 16 jul. 1926, p.1; Carneiro, 1976, p.35; 03 jun. 1922, n. 30, p.1; 17 jun. 1922, n. 40, p.1; 11 jul. 1926, p.1; n.11, p.1, 16 mai. 1926.

duas turmas, uma do 1º ano e outra do 2º ano, aproveitando-se os mesmos professores que lecionavam na Escola Normal, com exceção da professora de costura e trabalhos de agulha.

Os nomes de Randolpho Chagas, Rodrigues Campos e do Vigário Júlio Fiorentini apesar de aparecerem integrando o corpo docente do Ginásio Leopoldinense, no ano de sua inauguração, como demonstrado no quadro do anexo 4, de fato, não chegaram a lecionar no estabelecimento, por diversos fatores.

O primeiro rompeu a aliança com o diretor da instituição por questões políticas, passando a apoiar a oposição. O vigário, por sua vez, desentendeu-se com os professores protestantes e espíritas. Além disso, a equiparação do curso secundário à instituição oficial concedida em 1908, tinha como exigência a manutenção do mesmo programa de ensino do colégio oficial. Outra hipótese foi de que como as matérias Economia Política, Direito Constitucional e Catecismo estavam destinadas aos últimos anos do curso, tiveram sua efetivação prejudicada em função da supressão da equiparação, com a Reforma do Ensino de 1911.

Também os professores das matérias Latim e Francês sofreram com a mudança na legislação educacional, visto que estas apenas eram lecionadas para as turmas dos últimos anos do curso. Deixaram, então, a instituição em 1911, respectivamente, Antônio Correa de Lacerda, que se mudou para o Rio de Janeiro, e Reynaldo Matolla de Miranda, que assumiu a direção do Grupo escolar de Leopoldina, naquele ano.

Para a matéria de Latim, foi admitido outro professor em 1920, Jesus Varela, que deixou a instituição, juntamente com os professores Henrique Barbosa da Cruz e Custódio Almeida Lustosa, após o falecimento de José Botelho Reis. Estes lecionaram desde os primeiros anos de funcionamento junto com Achilles Hércules de Miranda que, em meados de 1916, foi para o Rio de Janeiro trabalhar no Instituto Lafayette.



Figura 49 - Professor Achilles Hércules de Miranda¹⁷⁸

O ano de 1911 seria marcado pela nomeação de novos professores, em substituição aos que deixaram a instituição. Dentre eles, Júlio Ferreira Caboclo, que assumiu a cadeira de Reynaldo Matolla; Nestorio Baptista Valente, Columbano Duarte, Carlindo Alvarenga Mayrinck, que se tornou diretor da instituição em 1926, e Francisco de Faria Bastos, acadêmico formado na instituição. Antes, porém, teriam sido admitidos, em 1908, Joaquim Cândido Ribeiro e, em 1909, Aristides Sica.

Com a criação da Escola de Farmácia e Odontologia e retomada da realização dos exames de preparatórios no Ginásio Leopoldinense com a Reforma do ensino de 1915, novos professores apareceram integrados ao corpo docente, em

¹⁷⁸ Casado com Maria da Glória Carneiro, em 1886. Lecionou no Colégio Lafayette no Rio. Traduziu as “Fábulas de La Fontaine” para o português. Índice de Assentos Paroquiais de Casamentos em Leopoldina - 1861-1930. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/117370458/Indice-de-Assentos-Paroquiais-de-Casamentos-em-Leopoldina-1861-1930>. Acesso em: 26 ago. 2015. Antigas famílias cataguasenses. Joaquim Branco Ribeiro. <http://joaquimbranco.blogspot.com.br/2015/07/como-se-sabe-as-familias-se-cruzam-ao.html>. Acesso em: 26 ago. 2015.

1916: Gastão Renato da Costa, o farmacêutico José de Souza Marques, Belizário de Souza Júnior, A. Junqueira Junior, Emanuel de Aguiar Junior, João Trentino Ziller, Sica P. Ribeiro, Firmino Silva, Carlos Luz, Manoel José Lopes, Dr. Fillipe Nunes Pinheiro, médico, que se mudou com a família para Ponte Nova em 1920, Francisco de Andrade Botelho, Antônio Amaro M. Costa, Alberto Soares Guimarães, Dr. Jonas de Faria Bastos, Roberto Grey, José Carneiro de Castro e Acyr de Figueiredo como professor de música, em substituição ao professor José Augusto Tavares Pinheiro, há um ano na instituição. Além destes, em 1917, foram admitidos Pedro Cândido Teixeira da Fonseca, para lecionar Matemática, e Frederico Freise, professor de Ciências, preso naquele ano, por espionagem, no Rio de Janeiro, durante a primeira Guerra Mundial.

Apesar dos dados sobre os professores não terem sido suficientes para verificar todos os campos de atuação dentro da instituição e também fora dela, pudemos constatar que, tanto no Curso secundário como na Faculdade de Farmácia e Odontologia, a rotatividade no quadro docente se dava com maior frequência, do que no Curso Normal e primário, indicando que os professores do sexo masculino encontravam maiores oportunidades para desenvolverem outras atividades como a carreira política e diplomacia, por exemplo.¹⁷⁹

O Ginásio Leopoldinense era utilizado como espaço de socialização, onde se ganhava projeção no contexto social local, e de constituição de alianças com chefes locais e demais figuras influentes do cenário político e econômico. Isso em função da representatividade da instituição frente aos ideários do Partido Republicano Mineiro.

Era a permanência destas alianças que também mantinham os professores por mais tempo no estabelecimento de ensino, como foi o caso de José Botelho Reis, Custódio Junqueira, Carlos Luz, Francisco de Andrade Botelho, Pedro Ribeiro Arantes, o juiz de direito Custódio Lustosa, o promotor de justiça de Leopoldina e inspetor escolar municipal Aristides Sica, Rodolpho Portugal, nomeado juiz municipal, os quais, apesar de exercerem cargos políticos ou

¹⁷⁹ O mesmo não ocorria em relação às mulheres que atuaram no estabelecimento. Visto que os papéis sociais a elas atribuídas naquele momento restringiam seu campo de atuação profissional, em geral, ao magistério primário. Estas permaneciam mais tempo na mesma escola ou na mesma profissão.

diplomáticos fora da instituição, permaneceram como professores do estabelecimento até o ano de sua municipalização.

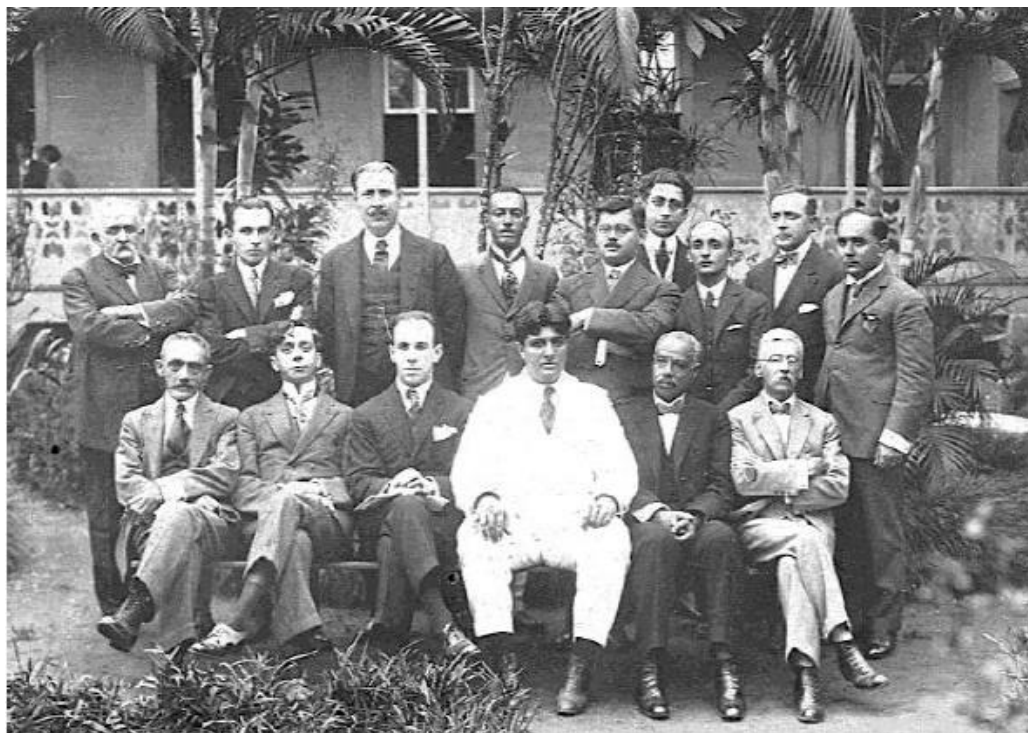


Figura 50 – Corpo docente do Gymnasio Leopoldinense ¹⁸⁰

A fotografia do corpo docente do Ginásio Leopoldinense, ao contrário da dos diretores, não se reportava à galeria de fotos dos bustos dos memoráveis que ficavam expostos na parede da instituição.

A centralidade do diretor ficou também expressa na imagem, onde vemos José Botelho Reis distinguindo-se dos demais professores pelo terno branco, reproduzindo as relações de poder que predominam em uma organização escolar. Esta configuração retrata a identidade coletiva expressa por Souza:

Diferentemente do retrato individual, as imagens dos professores remetem à identidade coletiva dos professores como *corpus*. Elas transformam o indivíduo professor em uma categoria profissional e institucional. Distinção, respeito, galhardia depreendem-se nessas imagens. O ar grave e austero é expressão do ofício profissional (SOUZA, 2001, p.91).

Esta identidade coletiva se expressou também na atuação em outros espaços

¹⁸⁰ Foto do acervo Oscip Felicidade, com data não identificada. Disponível no Jornal Leopoldinense: <http://leopoldinense.com.br/noticia/4785/corpo-docente-do-gymnasio-leopoldinense>. Acesso em: 04 fev.2016.

além dos muros da instituição. Seja através da participação em Sociedades e Associações, viabilizando a manutenção do poder local, seja através do controle direto de seus representantes.

Isso ficou demonstrado durante a Reforma na administração da Casa de Caridade, em que foram selecionados novos sócios em substituição daqueles que perderam o cargo por não residirem no município de Leopoldina. Como podemos perceber, dentre os 21 membros vitalícios residentes no município, encarregados de eleger a diretoria e tomar conta da administração, e dentre os membros do conselho estavam os professores do Ginásio Leopoldinense: Ribeiro Junqueira, Custódio Junqueira, Nunes Pinheiro, Custódio Lustosa, Francisco Botelho, Juvenal Carneiro, José Botelho Reis, Coronel Joaquim Machado de Almeida (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.153, p.1, 11 nov. 1919).

A maioria destes membros também estava associada ao Club Leopoldina e ao Caixa Escolar do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, cuja diretoria e estatutos eram propostos por Ribeiro Junqueira, bem como os pedidos de remoção de diretores e professores das escolas públicas do município. Em 1919, o presidente indicado foi o professor do curso de Farmácia, Pedro Arantes, e como tesoureiro o capitão Domingos Ribeiro, em substituição ao presidente, o professor Custódio Junqueira, e o tesoureiro Nestor de Capdeville, também professor do Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.2, 29 abr. 1919).

Como podemos perceber, o controle se dava por meio de indicação e não de eleição de presidentes ou diretores destas organizações, priorizando-se os signatários políticos. A afinidade política era exigência para lecionar no Ginásio Leopoldinense, sendo expressa na biografia do professor Custódio Lustosa¹⁸¹.

Em Leopoldina havia dois chefes de política oposta: o Dr. Chagas (Rodolfo) e o Dr. Ribeiro Junqueira. Ambos me ofereceram hospedagem. Preferi o hotel. Pouco depois montei casa e fui buscar a família. Exerci a judicatura em Leopoldina durante 23 anos. Lá me nasceram todos os filhos à exceção dos 3 primeiros (...) Além dos trabalhos de Juiz, lecionei no Ginásio Leopoldinense, Português, História Universal e Psicologia. Tomei parte também nas bancas examinadoras de Latim e Grego. Lá consegui fundar a Biblioteca Leopoldinense que foi útil a muitos leopoldinenses. Dos meus alunos de então acham-se no Tribunal de Justiça do Estado, os seguintes: José Alcides Pereira, Welington Brandão, Garcia Forjás e Antônio Pedro Braga. São também do meu tempo no ginásio, o Senador Milton Campos e o Dr. Flávio Nelson de Sena. (...) Na judicatura não tive muito trabalho. Apenas em certa ocasião estivemos sob a ameaça de um grande conflito. Era então

¹⁸¹ Apud REGINA, Maria. Memórias históricas. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/64370/67040>. Acesso em: 14 set. 2015.

redator da "Gazeta Leopoldinense" o Farmacêutico Leite Guimarães, que atacou fortemente os adversários do Dr. Ribeiro Junqueira. A reação foi formidável. Entretanto, com a prudência do Senador Botelho e do Dr. Randolpho Chagas, conseguimos evitar o conflito (LUSTOSA, 1959, p.450).

Ao analisarmos estes grupos ou classes, que chamam para si a gerência da reordenação urbana, do espaço de “progresso”, percebemos que suas ações dependiam da pertença cultural aos membros da elite local. Sobre este aspecto, o que notamos não foi uma transformação do perfil das classes dominantes, mas sim um rearranjo de forças que apenas reafirmava o poder dos chefes locais que controlavam os municípios (SILVA, 2013).

Estes grupos também buscavam se ordenar através da imprensa, tendo o *Jornal Gazeta de Leopoldina* importante papel. Este jornal congregava diversos aliados políticos e representantes do Partido Republicano Mineiro, que além de redatores eram também professores do Ginásio Leopoldinense.

A imprensa tornou-se então o principal meio de expressão da produção intelectual dos docentes desta instituição de ensino. Alguns deles procuraram definir sua identidade profissional em torno do ato educativo e de sua originalidade, através de sua produção escrita na imprensa. Foram eles, José Botelho Reis, Jacques Dias Maciel, Columbano Duarte e Júlio Ferreira Caboclo, dentre outros redatores do Jornal.

Principalmente os dois primeiros, tinham como objetivo a reconstrução de uma identidade de atores praticantes do ensino, o que implicava em uma inserção da profissão docente em sua ação pedagógica. Estes professores, segundo definição de Nóvoa (1991, p.129) eram os “pedagogistas” ou “militantes pedagógicos”. Esta categoria de docentes, segundo o autor, dirigiu seus esforços “prioritariamente para a elaboração de um corpo de saberes e de *savoir faire* próprio da atividade docente, o que constituiria sua fonte primeira de legitimação (...)”.

No entanto, a visão que prevaleceu entre os professores do Ginásio Leopoldinense foi de adesão às posições das classes políticas dirigentes. Em defesa da base aliada, alguns destes professores permaneceram na instituição até o ano de 1926. Foram eles: Antenor Alves de Souza Machado ¹⁸², seu filho

¹⁸² Recebeu o prêmio Manoel Lobato, em 1907, como aluno do Ginásio Leopoldinense.

Pompílio Guimarães, lente de Química Orgânica, e Lucas Tavares de Lacerda Filho.

Júlio Ferreira Caboclo também lecionou por este tempo, contudo, diferenciou-se pelas frequentes notícias em defesa da emancipação feminina. Com exceção deste, os demais professores da Escola de Farmácia foram alunos dos cursos secundário, normal e superior do próprio estabelecimento.

Além deles, eram ex-alunos da instituição os professores concursados Oswaldo Vieira, da cadeira de Física, Química e História natural e Militino Cesário Rosa, substituto interino de Química analítica, Bromatologia e Toxicologia. Estes integraram os Grêmios literários, quando ainda eram estudantes. Frente a esses dados, podemos afirmar que os primeiros professores concursados da Faculdade de Farmácia e Odontologia foram ex-alunos da instituição.

Quadro 11 - Professores da Escola de Farmácia e Odontologia		
Ingresso	Professor	Saída
1915	Gabriel Almeida Lustosa	
1916	Custódio Arantes	
	Humberto Facciote - Engenheiro químico, recrutado para a Guerra	
	Rômulo Pacheco ¹⁸³	
1917	Leoni Soares – Farmacêutico	
	Onofre de Andrade – Dentista	
1918	Azevedo Sodré ¹⁸⁴	
	Saul Lintz -1918 ¹⁸⁵	
1919	Antônio de Oliveira Guimarães	1926
1921	Onofre Maurício da Costa Velho – dentista ¹⁸⁶	
	Sebastião Brandão – dentista	
	Gustavo Nunes	
1922	Péricles Rocha Vienna - substituto da cátedra de História natural	
	Jorge Romero - médico, contratado interinamente	1926
	Joaquim Machado - Cadeira de matemática	1926

Fonte: Gazeta de Leopoldina. Diversos. ¹⁸⁷

¹⁸³ Concunhado de Augusto dos Anjos, que conseguiria o cargo de diretor do Grupo escolar para este em 1914, junto a Ribeiro Junqueira.

¹⁸⁴ Ex-interno de clínica do professor Azevedo Sodré e da maternidade da Faculdade de Medicina do RJ e professor da escola de farmácia de Leopoldina abriu consultório em Leopoldina em 31 de julho de 1918 (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 74, p.1, 31 jul. 1918).

¹⁸⁵ Secretário da Associação Paulista de Cirurgiões dentistas (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 19, p.1, 17 mai. 1918).

¹⁸⁶ Ver genealogia da família Jorge Velho em: http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptjorgesvelhos.htm. Acesso em: 13 nov. 2015.

No quadro 10, outros professores localizados em notícias isoladas, sobre os quais não foram localizadas referências nem sobre as matérias lecionadas e poucas informações acerca de sua atuação profissional.

Com base nos dados sobre os professores que atuaram em momentos distintos na instituição, podemos perceber que seus diferentes perfis refletiram as alterações que foram impressas no trabalho docente, seja por meio das mudanças estruturais e políticas locais, ou mesmo pelas reformas educativas. Com isso, percebe-se uma estreita relação entre a construção da identidade dos professores e as políticas reguladoras.

Neste sentido, as estratégias desenvolvidas pelos professores se constituíram como dimensão importante a ser investigada, revelando que, em detrimento de lutas e organização de um campo intelectual dos saberes e da profissão, a maioria das organizações tanto de professores quanto de alunos privilegiou a manutenção da estrutura vigente. Através da qual se buscava alcançar privilégios individuais, atendendo os interesses da corporação.

5.5

Atuação profissional dos diretores técnicos: traçando o perfil institucional

A partir da cronologia da E.E. Professor Botelho Reis, foi possível realizar um levantamento de todos os diretores técnicos da instituição, desde sua criação em 1906, até 1986. Daremos ênfase àqueles que atuaram no Ginásio Leopoldinense, durante o recorte temporal desta pesquisa, que foi o período correspondente a 1906 até 1926 (apud ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Os diretores técnicos do Ginásio Leopoldinense, antes de chegarem ao cargo, tinham lecionado na Escola Normal ou Curso Secundário do

¹⁸⁷ Gazeta de Leopoldina. n.6, p.2, 03 jun. 1906; Escola Normal, 22 mai. 1906, p.2; 06 mai. 1906, n. 2, p. 1; 02 mai. 1907, p. 1; 18 ago. 1907, p.1; Almanack do Arrebol, 1986; 24 jan. 1917, n. 209, p.1; 26 abr. 1918, n. 5, p.2; 14 jul. 1910; 06 nov. 1910, n.58, p.2; 27 set. 1918, n. 119, p.1; 15 jun. 1916, n.43, p.1; 27 fev. 1916, n.246, p.1; 12 mar. 1916, p.2; 17 nov. 1915, n. 167, p.1; 15 jan. 1916, n. 210, p.1; 27 fev. 1916, n.246, p.1; 02 dez. 1921, n.161, p.1; 02 abr. 1922, n. 249, p.1; 08 ago. 1926, n. 78, p.1; 16 jul. 1926, p.1; Carneiro, 1976, p.35; 03 jun. 1922, n. 30, p.1; 17 jun. 1922, n. 40, p.1; 11 jul. 1926, p.1; n.11, p.1, 16 mai. 1926.

estabelecimento de ensino, além de exercerem outros cargos como profissionais liberais.

Durante o período analisado, assumiram a direção, respectivamente, Henrique Dias da Cruz, que exerceu o cargo de 06 de junho de 1906 a 06 de abril de 1908; Jacques Dias Maciel, desta data a 15 de março de 1910; e José Botelho Reis, que exerceu o cargo por quase 16 anos. Desta última data até sua morte em 07 de fevereiro de 1926. Durante o período em que esteve doente, assumiu o secretário Gustavo Pinto, no cargo desde 1909, e nominalmente, o fundador do Ginásio, o Dr. José Monteiro Ribeiro Junqueira, até a nomeação do vice-diretor Carlindo Alvarenga Mayrinck em fevereiro de 1926. Este começou a integrar a administração interna do Ginásio em 1922. (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Além dos diretores técnicos, a instituição tinha os diretores fundadores que foram José Monteiro Ribeiro Junqueira e seu irmão Custódio Junqueira, que criou a Escola de Farmácia e Odontologia, junto com Francisco Botelho.

Foram localizadas informações que indicaram que a direção do Aprendizado Agrícola estava a cargo de Agostinho de Oliveira ¹⁸⁸, embora aparecesse como diretor José Botelho Reis.

5.5.1

Primeiro diretor: Henrique Dias da Cruz (1906-1908)



Figura 51 - Galeria de quadros dos diretores do Ginásio

¹⁸⁸ Nome que apareceu como de um ex-aluno do curso de Odontologia do Ginásio, que se formou na primeira turma.

Leopoldinense ¹⁸⁹

O primeiro diretor técnico do Ginásio, Henrique Dias da Cruz, nasceu em fevereiro de 1866, na cidade de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, e faleceu em Leopoldina, em 02 de julho de 1930. Engenheiro formado nos Estados Unidos, ele foi professor de matérias como inglês, alemão, francês, álgebra, trigonometria, geometria, desenho linear, astronomia e mecânica, no Ginásio Leopoldinense, desde sua fundação, assumindo a direção técnica, em 06 de junho de 1906. Mesmo deixando o cargo em 06 de abril de 1908, permaneceu na instituição, como professor, até 10 de março de 1910, data do pedido de sua exoneração. Porém, retornou, em 1912, para o corpo docente do Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 10 mar. 1910).

Em 1920, apareceu como professor de um curso de línguas, preparatório para os exames de francês e inglês, matemáticas e estenografia, que era ministrado junto a Jesus Varella e Joaquim de Souza Guedes Machado, também professores do Ginásio Leopoldinense, e que funcionava no saguão de seu sobrado, com no mínimo três alunos e mediante pagamento mensal antecipado (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 72, p.2, 28 jul. 1923).

Durante sua administração, atuou como secretário Pedro Ribeiro Arantes, cargo que exerceu até o ano de 1910, quando foi exonerado, e, então, assumiu as funções de substituto do diretor, encarregado da parte disciplinar, além de atuar em cargos públicos e como docente da instituição. Em seu lugar foi admitido Gustavo Augusto Pereira Pinto, em 21 de abril de 1911, que permaneceu no cargo até 1926.

Pedro Arantes cursou os preparatórios no Ginásio Leopoldinense, formando-se no curso de Odontologia dentária da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1911. Era filho do capitão José Wenceslau de Souza Arantes e Maria de Souza Arantes. Casou-se, em 1922, com Aurea da Costa Spinola, filha de Custódio Arantes, funcionário de profilaxia, e professora do Grupo escolar Ribeiro Junqueira.

¹⁸⁹ Galeria de diretores presente ainda hoje na E.E.Professor Botelho Reis. Fotografia tirada pela autora, em 2014.



Figura 52 - Pedro Ribeiro Arantes.
Vice-diretor e professor do Curso de Farmácia e Odontologia ¹⁹⁰

Lecionou na escola de Farmácia e Odontologia, em 1916, era dentista no distrito de Santa Isabel e foi também vereador da Câmara, pelo distrito de Santa Isabel, primeiro suplente do delegado de polícia, fundador e diretor do Tiro 374 e do Ribeiro Junqueira Sport Club (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 40, p.1, 17 jun. 1922; n.199, p.1, 06 dez. 1911; n.246, p.1, 27 fev. 1916; n.43, p.1, 15 jun. 1916; n. 135, p.1, 18 nov. 1922).

5.5.2 O segundo diretor: Jacques Dias Maciel (1908 -1910)

O segundo diretor técnico do Ginásio Leopoldinense foi Jacques Dias Maciel. Ele nasceu em 14 de junho de 1883, na cidade de Patos de Minas, filho do major Jerônimo Dias Maciel e de D. Etelvina Maciel. Seu pai e seu tio, o Barão de Araguary, Antônio Dias Maciel, pai de Olegário Maciel, constituíram a família

¹⁹⁰ Gazeta de Leopoldina, 15 de junho, de 1916, n. 43, p.1, c. 2 e 3.

Dias Maciel em Patos de Minas, para onde migraram na segunda metade do século XIX. Ao estabeleceram-se no Arraial, tornaram-se os líderes locais e os fundadores do clã político familiar que iria conduzir o processo de construção do espaço urbano daquele município (SILVA, 2013).

Sua nomeação, como diretor do Ginásio Leopoldinense, deu-se em decorrência de seu parentesco com Olegário Maciel, seu primo, que construiu uma sólida carreira política como Deputado Federal, engrossando a bancada mineira, pelo PRM, no período de 1894 a 1911.

Jacques Dias Maciel formou-se como Bacharel em Direito, e além de exercer a profissão de advogado, era também professor e industrial. Como professor concursado na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, ele fez parte do Conselho Superior de Instrução do Estado de Minas Gerais. Antes de se tornar professor do Ginásio Leopoldinense, tinha sido Promotor de Justiça da Comarca e vice-consul de Portugal, em Leopoldina. No Ginásio, integrou o corpo docente, lecionando, desde o primeiro ano de funcionamento da Escola Normal, na cadeira de português, e também no ensino secundário.

Logo se destacou por suas contribuições ao Jornal *Gazeta de Leopoldina* através das colunas intituladas: O ensino da linguagem, nas quais buscava extrapolar os princípios fundamentais de Mr. James H. Harris,¹⁹¹ que, segundo ele, limitavam-se ao ensino da gramática em escolas primárias. Buscou explicar sobre a matéria no que diz respeito à classe do ensino secundário do Ginásio Leopoldinense, tendo como foco a retórica. Possivelmente, foi ele também o autor das críticas à Reforma João Pinheiro, realizadas sob o pseudônimo de M., neste mesmo jornal (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.75, p.1, jan. 1910; n.75, p.1, jan. 1910).

Ele apareceu também como primeiro diretor da Sociedade Educadora Leopoldinense, em 1907, que selecionava alunas para estudarem gratuitamente na escola normal e como promotor e organizador de uma série de palestras literárias, voltada aos sócios da Biblioteca Leopoldinense, que ocorreram em abril daquele ano (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p.1, 04 abr. 1907).

¹⁹¹ Biografia e bibliografia não localizada.



Figura 53 - Jacques Dias Maciel ¹⁹²

Em 13 de março de 1908, Jacques Dias Maciel foi exonerado do cargo de promotor público de justiça, para se associar ao escritório de advocacia de Ribeiro Junqueira, sendo substituído por Aristides Sica, de Aiuruoca, sul de Minas Gerais. Assumiu também a direção do Ginásio Leopoldinense, em 06 de abril do mesmo ano. Contudo, em 15 de março de 1910, foi concedido seu pedido de licença, sendo afastado, definitivamente, em 31 de dezembro do mesmo ano, e substituído novamente por um cidadão de Aiuruoca, José Botelho Reis.

Em 1911, participou da tentativa de implantação, em Patos de Minas, sua terra natal, de uma escola de ensino técnico agrícola o “Aprendizado Agrícola de Patos”, na Fazenda Limoeiro (ALVES, 2009).

¹⁹² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fotografias. Jaques Dias Maciel. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=30259. Acesso em: 15 set. 2015.

Em 1917, assumiu o cargo de Juiz de Direito e apareceu novamente como membro do corpo docente do Ginásio Leopoldinense (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 95, p.1, 13 mar. 1908; p. 2, abr. 1916; n.42, p.2, 14 jun. 1916).

Em decorrência da exoneração de Jacques Dias Maciel, o professor José Botelho Reis, à época, secretário e professor do Ginásio Leopoldinense, desde sua fundação, assumiu interinamente a diretoria. Sua nomeação representava uma medida política estratégica, na medida em que fortalecia a aliança entre a Zona da Mata e o sul do estado de Minas Gerais.

5.5.3

José Botelho Reis (1910-1926)

O novo diretor nasceu em Aiuruoca, sul de Minas Gerais, em 29 de dezembro de 1887, e era filho do Major Olympio de Souza Reis e D. Helena Constança de Andrade Reis, tendo se transferido para Leopoldina, ainda criança. Perdeu sua mãe aos 4 anos de idade, ficando sob os cuidados de sua tia D. Maria Esmene de Andrade Ribeiro. Fez seus primeiros estudos em Barbacena, e após o primário, matriculou-se no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde concluiu o curso, em 1905 (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Sua atuação profissional seria mais uma demonstração de que José Ribeiro Junqueira utilizou-se da concessão de empregos como ferramenta para cooptá-lo como seu aliado político: era professor de Física, na Escola de Farmácia, e de Pedagogia e Higiene, na Escola Normal, além de secretário da mesa de caridade de Leopoldina, tesoureiro do Ribeiro Junqueira Sport Club ¹⁹³, redator do *Jornal Gazeta de Leopoldina*, juiz de Paz no distrito, e foi eleito vereador, em 03 de dezembro de 1922, quando também recebeu o mandato de vice-presidente e membro da comissão de finanças da Câmara Municipal (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

¹⁹³ Gazeta de Leopoldina, n.80, p.1, 06 ago. 1919. Assunto: Construção do prédio da sede do clube.



Figura 54 - José Botelho Reis.¹⁹⁴

Dedicou-se também à Pedagogia, divulgando, em 02 de dezembro de 1911, sua intenção de publicar alguns princípios pedagógicos, seguidos de comentários baseados na moderna orientação norte americana, juntamente com sua irmã Abigail Botelho Reis, que havia viajado para a Bélgica, com Custódio Junqueira, em cargo comissionado. Também realizou diversas Conferências no Teatro Alencar, sobre temas como, por exemplo, a Abolição da Escravidão, em 1918 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.196, p.1, 02 dez. 1911).

Em 1915, o Jornal *Rio de Janeiro*, de Campos, publicou notícia sobre o diretor técnico, indicando que além de ocupar o cargo de diretor do Ginásio Leopoldinense, Botelho Reis, era membro de diversas associações literárias e científicas de Minas Gerais e também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, n. 195, p.1, 22 dez. 1915).

¹⁹⁴ Publicada no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, 18 abr. 1916.

Sua gestão foi marcada por reformas na infraestrutura. Em 13 de maio de 1918, foi concluída a construção do 1º bloco do atual edifício, sendo a construção da ala esquerda concluída na data do vigésimo aniversário da instituição, que coincidiu com o ano de seu falecimento, em 07 de fevereiro de 1916, em Caxambu. José Botelho Reis foi vítima de deficiência na hematose pulmonar, aos 38 anos de idade. Os sintomas de sua doença já vinham se estendendo desde 1924, quando teve de se afastar por 40 dias de suas funções, a fim de realizar tratamento em Teresópolis, no Rio de Janeiro (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Em homenagem póstuma, foi inaugurada uma herma na praça em frente ao Ginásio Leopoldinense, em 1931, cujo busto em bronze foi modelado por Leopoldo Campos, e trabalhada em granito, pela empresa Antônio Augusto Pereira ¹⁹⁵.



Figura 55 - Erma de José Botelho Reis, inaugurada em 1931.
Fotografia tirada pela autora, em 2014.

¹⁹⁵ GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina, p.2, 1 mai. 1926. Título: Professor José Botelho Reis. Assunto: arrecadação para a herma - Lembrança em homenagem ao professor José Botelho, falecido neste ano e colaborador do Jornal.

5.6

A municipalização do Ginásio Leopoldinense

José Monteiro Ribeiro Junqueira assumiu então a direção, junto ao secretário Gustavo Pinto, até que fosse empossado o vice-diretor Dr. Carlindo de Alvarenga Mayrinck, em 01 de março de 1927. A partir desta data, a instituição passou por mudanças significativas, no que diz respeito a sua organização administrativa e pedagógica, decorrentes de sua municipalização.

O ensino passou a ter caráter religioso. Dr. Helvécio, Arcebispo de Mariana, inaugurou o curso de instrução religiosa na instituição, confiando sua direção ao vigário Aristides de Araújo Porto. Foi criada a escola de comércio Prof. Botelho Reis, filiada à escola livre de comércio de Minas Gerais, sob a direção de Enock de Araújo Barbosa, sendo realizada a colação de grau dos primeiros alunos que concluíram o curso de comércio, em 1930. No mesmo ano, o Ginásio Leopoldinense filiou-se ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, com todas as vantagens de que goza a matriz, sendo concedida equiparação do Ginásio aos oficiais, em 20 de abril de 1932 (ALMANACK DO ARREBOL, 1986).

Com tudo isso, pode-se afirmar que o Ginásio Leopoldinense, em seus primeiros anos de funcionamento, tinha um corpo docente predominantemente formado por advogados, com a principal preocupação de formar a elite dirigente e fortalecer alianças políticas.

Sob a administração de um engenheiro, o foco da instituição recaiu sobre o ensino agrícola. Jacques Dias Maciel, por sua vez, teve como foco a pedagogia prática e a retórica como principais práticas educativas. Neste sentido, a entrada de Botelho Reis na direção foi decisiva para a mudança do quadro de professores. Em decorrência de sua formação, absorveu ex-alunos da instituição e normalistas ao corpo docente. Com a criação da Escola de Farmácia e Odontologia, o quadro tomou nova configuração, apresentando também professores formados no campo de atuação deste curso superior.

Estas ações contribuíram para a formação do que Soares (2014) chamou de “gerações” de professores, ao tratar do processo de construção de identidade profissional. Com base em tal premissa, podemos falar então, que o Ginásio

Leopoldinense abarcou quatro gerações de professores durante o período que correspondeu ao recorte desta pesquisa.

A primeira, em que o foco foi o ensino técnico, voltado para a agricultura, a segunda, em que se valorizou a retórica e o ensino prático com base na imitação, a terceira, na qual foram incorporados ao corpo docente ex-alunos formados na instituição e investiu-se na ampliação e reformas na infraestrutura e, por último, o ensino comercial e religioso.

Considerações finais

Herdeiros da tradição política do Império e formados intelectualmente nela, os membros da família Ribeiro Junqueira optaram por imprimir ao município de Leopoldina a construção de signos de civilização, mais do que de progresso material. Estes signos seriam representados pela construção do Ginásio Leopoldinense, que como vimos, teve sua obra monumental concluída em 1926.

Ainda que essa instituição de ensino tenha representado a consolidação dos ideais republicanos da oligarquia mineira, não podemos desconsiderar o fato de que a construção do município de Leopoldina foi iniciada em meados do século XIX, o que conferiu à família Junqueira uma consciência discricionária construída dentro da tradição imperial do Brasil.

Era essa tradição que lhe conferiu a pertença de classe dada, não pela construção individual da riqueza, mas pelo pertencimento ao clã, à família. De acordo com Silva (2013), os membros destas famílias entendiam que cabia a eles, por direito de nascimento a missão histórica da ação política.

Como foi possível perceber através da iniciativa de criação e das práticas educativas do Ginásio Leopoldinense, embora os chefes destas famílias viessem se alinhar às hostes do Partido Republicano Mineiro, jamais adotaram medidas que, de acordo com o ideal republicano de riqueza, permitissem a democratização do poder. O estabelecimento de ensino mostrou ser de caráter excessivamente elitista, à exceção do Aprendizado Agrícola, que apareceu neste contexto para reforçar ainda mais este aspecto segregador.

E ainda, podemos afirmar que as medidas tomadas pelos chefes locais, ao mesmo tempo em que permitiam a entrada no município de indivíduos de outras regiões do estado ou do país, que aí vinham estudar, impossibilitavam ou mesmo impediam a atuação de estrangeiros ou estranhos ao município em cargos públicos, os quais eram destinados aos aliados políticos, preferencialmente nascidos na região.

Tal aliança era condição essencial e indispensável para o provimento dos cargos tanto públicos como no Ginásio Leopoldinense, o que limitava o campo de

atuação destes indivíduos ao poder dos chefes locais, aos quais cabia o papel de aprovar ou não a nomeação dos funcionários indicados pelo chefe do Estado. Isto porque, como vimos, a dependência política entre os chefes locais e o poder estadual era fator determinante para o apoio político de ambos os poderes.

A influência do chefe local nos destinos da sociedade Leopoldinense, por sua vez, ficou demonstrada também nas tentativas de articulação dos membros da sociedade em organizações e associações. Quando estas buscavam autonomia, ou mesmo atender aos interesses de outras classes, que não a elite, acabavam sendo suprimidas ou sofriam a intervenção direta do chefe local, que substituíria a direção, indicando os membros que deveriam guiar estas organizações.

Este controle se deu também em relação à nomeação de funcionários públicos, principalmente das professoras primárias que, como demonstrou o perfil das normalistas do Ginásio Leopoldinense, eram, em sua maioria, formadas na escola Normal de Leopoldina.

Em relação aos discursos dos professores alunos e diretores, podemos afirmar que estes apresentaram um apelo a um tipo de profissionalismo que supunha às mulheres a vocação de cuidar e educar as crianças. Estes valores foram sendo incorporados ao longo dos anos na própria identidade profissional, extrapolando as dimensões técnicas e instrumentais preconizados pela Pedagogia Moderna e corroborando os ideais do Partido Republicano Mineiro.

A formação intelectual dos membros da família Junqueira foi ponto crucial para o projeto de cidade civilizada idealizada por eles, pois, a partir dela seriam instrumentalizados na intervenção científica da *urbe* em conformidade com o modelo de tradição científica importado da Europa.

Além do desenvolvimento cultural, o progresso econômico pode ser consolidado por meio da construção de uma ferrovia, que se restringia a servir aos municípios e distritos da região da Zona da Mata, onde estavam situados os fazendeiros e produtores aliados. Esta ajudou a manter e demarcar limites geográficos e sociais rígidos, garantindo assim a atuação dos chefes locais sobre estes territórios e seu enriquecimento com a escoação dos produtos agrícolas produzidos.

As reformas de ensino e seus impactos sobre a educação em Leopoldina fizeram refletir sobre o paradoxo apresentado por Jorge Nagle (2001) de que em Minas Gerais e São Paulo, os estados mais representativos da Primeira República,

ocorreram reformas de instrução pública primária que não foram acompanhadas em relação ao ensino secundário e superior. Como vimos, no capítulo 2, os debates e reformas sobre o desenvolvimento do ensino privilegiaram todos os níveis: primário, secundário, normal, agrícola e superior, ainda que as discussões não estivessem comprometidas com a proposta universalizante de todos estes níveis de ensino, no sentido proposto por Nagle (2001).

Ainda assim, não podemos desconsiderar que os debates acerca destas reformas deram-se, de modo geral, buscando defender os interesses dos chefes locais, que quase sempre coincidiam com os dos representantes do estado ou da presidência, ou eram concedidos em troca de favores. Fato que não ocorreu, porém, em relação à Reforma de ensino de 1911, que desoficializou o ensino das instituições equiparadas particulares, em prejuízo dos diretores do Ginásio Leopoldinense, que não apoiaram a candidatura do então presidente do estado.

A análise das produções de um campo de saber pedagógico e de um sistema normativo do ensino em seus diferentes níveis ajudou a pensar que estes ocorreram paralelamente a um investimento no cotidiano escolar e a uma constante intervenção ativa no campo educacional. No caso do Ginásio Leopoldinense, estas se deram no sentido de equiparar o estabelecimento às instituições oficiais. Tal equivalência conferia ao estabelecimento representatividade em relação aos preceitos priorizados na formação da elite dirigente.

Em relação às reformas dos Programas de ensino, contudo, os professores e a própria direção do Ginásio Leopoldinense apresentavam objeções às constantes mudanças sofridas. Isto se observou principalmente em relação à redução das matérias ou tempo de duração dos cursos e ainda em relação ao caráter das matérias, sendo consideradas mais relevantes aquelas que se aproximavam do ideário cívico e nacionalista.

Este aspecto teria sido enfatizado por Nóvoa (1991), segundo o qual estas intervenções no cotidiano escolar se deram com base no aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas pedagógicas, da introdução de novos métodos de ensino e de mudanças dos programas, no sentido de forçar os professores a concentrarem seus esforços na aplicação destes novos preceitos e práticas.

Ao analisarmos como estes preceitos foram sendo apropriados pelos diferentes cursos, o que se percebeu foi que a formação da cidadania não

apresentou apenas a inculcação de princípios e valores, mas inscreveu-se na própria forma de escolarização e no modo como se operavam as aprendizagens.

Neste sentido, tanto os Programas de ensino como o conjunto de regras deixaram clara a intencionalidade de distinguir socialmente os alunos que frequentavam o ensino secundário e superior, que seriam os futuros membros da elite dirigente; das alunas do curso normal, de caráter notadamente feminizador; e dos alunos do Aprendizado Agrícola, voltado exclusivamente aos menores pobres e órfãos, a fim de formar a mão de obra trabalhadora, reforçando assim a manutenção da estrutura oligárquica.

Importante considerar, portanto, que estes grupos ou classes de formação social eram dependentes das formas e relações sociais no âmago das quais eles se constituíam, demonstrando que “certas formas sociais perpassam diversas instituições”, como afirmado por Thin et al (2001, p.36).

Visto as trajetórias distintas dos professores e diretores técnicos que passaram pela instituição, podemos afirmar que a alternância dos diretores técnicos se deu em função de suas distintas formações, indicando qual o tipo de profissional que se queria formar na instituição, em momentos distintos. Isto porque cada um deles projetou nos cursos que iam sendo criados, elementos de sua trajetória profissional, privilegiando um saber docente específico para nomeação daqueles que iriam atuar junto ao corpo docente da instituição.

Esta, por sua vez, apresentava propostas de formação diferenciadas para as crianças que frequentavam o Jardim de Infância, para os menores pobres ou órfãos e filhos de lavradores, matriculados no Aprendizado Agrícola, para os jovens do sexo masculino filhos de fazendeiros e profissionais liberais que compunham a elite da região, como também para as normalistas formadas para atuar como professoras primárias, prioritariamente nas escolas públicas do município e escola Normal.

Tal constatação condiz com a afirmação de Nóvoa (1993, p.123) de que a profissionalização não se produziu de modo endógeno, sendo a história da profissão docente indissociável “do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social”.

Com base na diferenciação dos programas de ensino dos respectivos cursos, garantiu-se então a definição do papel social de seus alunos e a distinção social em relação aos alunos que frequentavam as escolas públicas, como também a

manutenção dos interesses da elite oligárquica e dos preceitos do Partido Republicano Mineiro.

Referências Bibliográficas

A NOITE. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/artigos/a-noite/>. Acesso em: 13 fev. 2016.

A VOZ DE THEBAS. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/viewcat.php?cid=26435>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ACAIACA. Centenário de Leopoldina. Leopoldina. p. 93. 1954.

ALMANACK DO ARREBOL. Edição comemorativa dos 80 anos do Ginásio Leopoldinense. Leopoldina: Arte & Cultura. ano 3, jun, 1986.

_____. Augusto dos Anjos em Leopoldina. Leopoldina: Arte & Cultura. Ano 2, n.4, 1984.

_____. Colaboradores diversos. Leopoldina: Arte & Cultura. Ano 1, 1981.

ALMEIDA, Kellen Tarciana de. *O Ensino Primário Agrícola: O Caso Do Instituto João Pinheiro em Minas Gerais (1909-1942)*. Belo Horizonte. Dissertação. Mestrado em Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, 2009.

ALUNOS do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, em 1916. História das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

ALVES, Thaís Azevedo. *Escola estadual agrotécnica “Afonso de Queiroz” (1985-1996): Reminiscência das políticas educacionais da ditadura militar em Patos de Minas*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em 15 de setembro de 2015.

ANTIGAS famílias cataguasenses. Joaquim Branco Ribeiro. <http://joaquimbranco.blogspot.com.br/2015/07/como-se-sabe-as-familias-se-cruzam-ao.html>. Acesso em: 26 ago. 2015.

ANUÁRIOS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212679&pesq=Jos%C3%A9%20Monteiro%20Ribeiro%20Junqueira&pasta=ano%20191>. Acesso em: 16 jul. 2015.

ARANTES, Renata Lima. *Projeto memória de Leopoldina: Educação*. Leopoldina: CEFET/Oscip, 2012.

ARCE, Alessandra. Os Pedagogos da Primeira Infância: Pestalozzi e Froebel: Uma análise de suas obras educacionais. In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal/ Rio Grande do Norte, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0472.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2015.

_____. A imagem da mulher nas ideias educacionais de Pestalozzi: o aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical. In: Anped. 2001. Disponível em: <http://www.cefetes.br/gwadocpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/anped2001/textos/t0218761471603.PDF>. Acesso em: 13 fev.2016.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fotografias: Jaques Dias Maciel. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=30259. Acesso em: 15 set. 2015.

AUGUSTO DOS ANJOS. Disponível em: <http://www.poesiaspoemaseversos.com.br/w/wp-content/uploads/2012/01/augusto-dos-anjos-perfil.gif>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

AS BASES ORGÂNICAS DO APRENDIZADO AGRÍCOLA DO GINÁSIO LEOPOLDINENSE. Leopoldina: Biblioteca Municipal Luiz Eugênio Botelho, p.1-3.

AZEVEDO, Graziela. Ginásio Leopoldinense. *Gazeta de Leopoldina*. n.99, p.1, 30 mar. 1911.

BARROS, Surya A. P. Revisitando a historiografia educacional brasileira. In: MENEZES, M.C. *Educação, memória e história: possibilidades de leitura*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. O empresário brasileiro: um estudo comparativo. In: *Revista de Economia Política*. v.18, n.3 (71), jul/set, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: História e Perspectiva. In: *História das disciplinas escolares no Brasil*. Contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BOTELHO, Luiz Rousseau. *Dos 8 aos 80*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA. Mensagem do presidente Carlos Coimbra da Luz, contendo o relatório referente ao exercício de 1926. Leopoldina: Typografia Gazeta de Leopoldina, 1927.

CALHAU, Lélío Braga. *Criminologia positiva e a obra de José Ingenieros*. Disponível em: <http://www.lesiobragacalhau.com.br/criminologia-positiva-e-a-obra-de-jose-ingenieros/>. Acesso em: 24 ago. 2015.

CAMPOS, Milton Soares. Centro de documentação do pensamento brasileiro. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_camposmilton.html. Acesso em: 18 mai. 2015.

CANTONI, Nilza. *Leopoldina: Estudos de sua história. O registro de terras em Leopoldina*. 08 out. 2006.

_____. Igreja do Rosário. Disponível em: <http://www.cantoni.pro.br/MemoriaLeopoldina/rosario.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016

_____. Teatro em Leopoldina. Disponível em: <http://www.cantoni.pro.br/MemoriaLeopoldina/teatro.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016.

CANTONI, Nilza e RODRIGUES, José Luiz Machado. *Imigração em Leopoldina: História da Colônia Agrícola da Constança*. Leopoldina. 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/47884747/14/A-COLONIA-AGRICOLA-DA-CONSTANCA>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CARLOS Luz. Arquivo FGV CPDOC. Fundo: O Governo de Juscelino Kubitschek. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carlos_luz. Acesso em: 03 nov. 2015.

CARNEIRO, Erymá. *Do lombo de burro ao computador*. Rio de Janeiro. 1976.

CARTEIRA escolar. Arquivo IEPHA (1995). Disponível em: <http://ginasioleopoldinense.orgfree.com/gin-antigo.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CARVALHO, Marta Maria de. Livros e revistas para professores. Configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: *História da Escola Em Portugal e Brasil*. Lisboa: Colibri. p.141-173. 2006.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero na análise sociológica do trabalho docente: um palco de imagens. In: PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Barbacena: A família, a política. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG. N.20, v.10, jan, 1966.

CASTILHO, Francisco de Almeida. Balanço historiográfico: a representatividade política em Minas na Primeira República. In: *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

CHARTIER, Roger. As heranças das luzes: o espaço, o homem das letras e a circulação da escrita. In: *Seminário Internacional Estado, Cultura, Elites (1822-1930)*. Casa Rui Barbosa. Brasil/RJ, 2014.

COLÉGIO Imaculada Conceição. Trajetórias das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/colégio-imaculada-concei%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em: 17 mai. 2015.

COLÔNIA Agrícola da Constança (1910-2010): 100 anos. Jornal Leopoldinense. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/97197921/Colonia-Agricola-da-Constancia>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CORONEL OLIVIER FAJARDO. Jornal Leopoldinense. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/479/-coronel-olivier-fajardo>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Blog do José do Carmo. Disponível em: <http://josedocarmo.blogspot.com.br/2010/02/cel-olivier-fajardo.html>. Acesso em: 14 set. 2015.

CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.16, n.2, jul-dez. p. 47-104. 2008.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. Ensino secundário no início da República: um programa para o Colégio Militar”. In: *VIII Colóquio "Ensino Médio, História e Cidadania*. v.3, n. 3. 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 3ed. 2007. 608 p.

CURY, Carlos Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. In: *RBPAE*. v.22, n.1, p. 41-67, jan./jun. 2006.

DESEMBARGADORES do TJMG. Memória do Judiciário Mineiro. Disponível em: http://www8.tjmg.jus.br/memoria2/desembargadores_tjmg.html. Acesso em: 30 de setembro de 2013.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Belo Horizonte, p.1-2, 24 jun.1967.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 22 jun.1918.

_____. Belo Horizonte, 22 set.1893.

DIÁRIO DO NATAL. Natal. n. 3096, p.1, 18 dez. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=344905&pagfis=962&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 11 fev.2016.

DIÁRIO OFICIAL. São Paulo. p.5, 02 out. 1901.

_____. São Paulo. 14 mar.1928.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUARTE, Columbano. Ser mulher. *Gazeta de Leopoldina*. n.179, p.2, 12 nov. 1911.

DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora. 1997.

_____. *Trajetórias sociais e formas identitárias*. Educ e Isc. v.19, n.62, 1998.

_____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cadernos de Pesquisa*. v.42, n.146, p.351-367, mar/ago. 2012.

DUBET, F. *El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos en la modernidad*. Barcelona: Gedisa, 2006.

_____. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47, mai/ago. 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na 1ª República*. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. A República do Trabalho: a formação do trabalhador cidadão no alvorecer do século XX. *Cadernos do Departamento de Ciências Políticas*, n.8. *Revista do Departamento de História*, n.10. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de ET AL. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. BH: Autêntica, 2005.

_____. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº 14, Mai/Ago. 2000.

FARMÁCIA Central. Blog do José do Carmo. Imagem disponível em: http://josedocarmo.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html. Acesso em: 22 mar. 2015.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Nem cafeicultores e nem roceiros: a elite política mineira numa perspectiva patrimonialista (1889-1930). In: *Locus: Revista de história*. Juiz de Fora, v. 18, n.02 p. 341-346, 2013.

FONSECA, Lara Cariny Celestino. *Jardim de infância em Goiás (1928-1937): educação e processo civilizador*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. 2014.

FRANCISCO DE ANDRADE BOTELHO. O Leopoldinense. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/459/francisco-de-andrade-botelho>. Acesso em: 27 ago. 2015.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FREIRE, Jacobino. Formação de caráter. *Gazeta de Leopoldina*. n. 178, p.1, 01 dez. 1915.

_____. Ler e contar: A Reforma de ensino e a instrução pública em Zurich. *Gazeta de Leopoldina*. p.1, 03 set. 1911.

_____. Ler e contar: A Reforma de ensino e a instrução pública em Zurich. *Gazeta de Leopoldina*, n.122, p.1, 06 set. 1911.

GALLEGO, Rita de Cássia. Tempo, temporalidades e ritmos escolares públicos em São Paulo e a construção da cultura escolar primária: incessantes negociações (1846-1894). In: *História das culturas escolares no Brasil*. v.1, p.329-357, 2011.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. O paradoxo republicano: um modelo secundário nacional nos limites da descentralização. *Anais da 26ª reunião da ANPED*. Poços de Caldas/MG, 2003.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das Instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. In: *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007.

GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados, 2005.

GATTI JR, Décio; OLIVEIRA, Lúcia Helena M.M. História das instituições educativas: Um novo olhar historiográfico. In: *Cadernos de História da Educação*. v. 1, n. 74, jan./dez, 2002.

GAZETA DE LEOPOLDINA, Leopoldina. 1906-1926.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira->

republica/GAZETA%20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf. Acesso em 13 fev.2016.

GINÁSIO LEOPOLDINENSE. Miguel Torga (1907-1995). Disponível em: http://purl.pt/13860/1/zoom-ba-2769-a_y_45_p0.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

GINÁSIO LEOPOLDINENSE antes da reforma. Blog José do Carmo. Disponível em: http://josedocarmo.blogspot.com.br/2009_10_01_archive.html Acesso em 22 de março de 2015.

GINÁSIO LEOPOLDINENSE: Planta de Ormeu Junqueira. Casa de leitura Lya Maria Muller Botelho. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/escola-estadual-professor-botelho-reis/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

GOMES, Ângela de Castro. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro. V.2, n.4, p.244-280.1989.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. BH: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006.

GUIMARÃES, Joaquim Custódio. *História da Medicina em Leopoldina*. Leopoldina: sociedade amiga de Leopoldina. 1987.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HUMBERTO Mauro: O Pai do Cinema Brasileiro. Academia Brasileira de Cinema. Disponível em: http://www.academiabrasileiradecinema.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=974&Itemid=462. Acesso em: 18 mai. 2015.

_____. André Di Mauro. Informações e imagens disponíveis em: <http://entretenimento7.com/blogs/andre-di-mauro/artes-e-entretimento/humberto-mauro/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

IMIGRAÇÃO em Leopoldina: História da Colônia Agrícola da Constança. In: *ARQUIVO FGV CPDOC*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/47884747/14/A-COLONIA-AGRICOLA-DA-CONSTANCA>. Acesso em: 16 jul. 2015.

ÍNDICE de Assentos Paroquiais de Casamentos em Leopoldina - 1861-1930. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/117370458/Indice-de-Assentos-Paroquiais-de-Casamentos-em-Leopoldina-1861-1930>. Acesso em: 26 ago. 2015.

JACQUES Dias Maciel. Arquivo Público Mineiro. Fundo: Olegário Maciel. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=30259. Acesso em: 15 set. 2015.

JORNAL O LEOPOLDINENSE. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/97197921/Colonia-Agricola-da-Constanca>. Acesso em: 25 jul. 2015.

JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte, v.4, p.349, 1930.

_____. Belo Horizonte, 14 abr.1923.

JOSÉ MONTEIRO RIBEIRO JUNQUEIRA: A tradição política de Leopoldina. In: Brasil: História e Ensino. Disponível em: <http://historiadoensino.blogspot.com.br/2008/05/jos-monteiro-ribeiro-junqueira-tradio.html>. Acesso em 20/03/2015.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.1 jan./jun, 2001

RIBEIRO JUNQUEIRA. Arquivo FGV CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JUNQUEIRA,%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, maio/ago. 2011.

_____. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez, 1998.

_____. Augusto dos Anjos e a Educação de seu tempo. In: *História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, p.5-14, set. 1998.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEOPOLDINA. *Leopoldina 150 anos (1854-2004)*. Leopoldina: Gráfica Leopoldina, 27 abr, 2004.

LEOPOLDINA: estudos de sua história. O registro de terras em Leopoldina. Disponível em: http://cantoni.pro.br/estudos/index.php?option=com_content&view=article&id=139%3Ao-registro-de-terras-em-leopoldina&catid=54%3Aestudos&Itemid=85&showall=1. Acesso em: 10 jan. 2016.

LEOPOLDINENSE: Álbum comemorativo de seu sétimo aniversário (1906-1913). Leopoldina–MG. 03 de julho, 1913.

_____. Segunda sede da Gazeta de Leopoldina. Disponível em: <http://www.jornalleopoldinense.com.br/noticia/209/segunda-sede-da-gazeta-de-leopoldina>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Esporte Clube Ribeiro Junqueira completa 103 anos de fundação. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/1671/esporte-clube-ribeiro-junqueira-completa-103-anos-de-fundacao>. Acesso em: 10 jan.2016.

_____. Corpo docente do Gymnasio Leopoldinense. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/4785/corpo-docente-do-gymnasio-leopoldinense>. Acesso em: 04 fev.2016.

LESSA, Renato. A invenção republicana. In: *Cad. Esc. Legisl.* Belo Horizonte, V.5, n.10, p.9-38, jan./jul. 2000.

_____. Padre Júlio Forentini. Disponível em: <http://leopoldinense.com.br/noticia/630/padre-julio-forentini>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LOPES, Eliane M.T.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

LOPES, Ivone Goulart. *O projeto educativo das salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos, RJ e a tessitura da identidade da professora católica*. (1937-1961). Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Departamento de Educação, 2014.

LLOPIS, Rosana. O Ginásio Nacional sob a direção de José Veríssimo Dias de Mattos (1892-1898). *III Congresso Brasileiro de História da Educação*. PUC-RS. 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/069.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

LUSTOSA, Custódio Almeida. Ginásio Leopoldinense. *Gazeta de Leopoldina*. n.6, p.1. 1906.

MACIEL, Jacques. Ensino de Linguagem. *Gazeta de Leopoldina*. n.76, p.2; n.78, p.1; n.80, p.1; 06, 13, 20 e 23 jan. 1910

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. GATTI JR, Décio, FILHO, Geraldo Ignácio. (org). In: *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores associados; Uberlândia: EDUFU, p. 90-103. 2005.

_____. *Tecendo nexos: História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. 2004.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara (orgs). *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras. p. 51-68. 1998.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. *A escola militar do Realengo e a formação do oficial do exército brasileiro (1904-1929)*. Dissertação. Programa de Pós graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos. 2012.

MARTINS, Ângela Maria de Souza. Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. In: *Revista HISTEDBR On-Line*. v. 9, n. 35. 2009.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MAURO, André Di. *Humberto Mauro: O Pai do Cinema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Ideias, 1996.

MELO, B. Cultura do abacateiro. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br/abacate.html#1>. Acesso em: 02 de maio de 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A emergência do ensino secundário público no Brasil e em Portugal: uma “história conectada”. *Revista Contemporânea de Educação*. v. 8, n. 15, jan/jul, 2013.

_____. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil, Rio de Janeiro: PUC Rio, 2010. Programa de Pós Graduação em Educação. Projeto em andamento.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; SOARES, Jefferson da Costa; LOPES, Ivone Goulart. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. VII Congresso Brasileiro de História da Educação, UFMT, MT: Cuiabá, 2013.

MIGUEL TORGA. Disponível em: <http://www.escritas.org/pt/biografia/miguel-torga>. Acesso em 19 mai. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2113, de 14 de outubro de 1907. Cria uma fazenda-modelo, denominada D. Antônia Augusta, no Município de Leopoldina. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/um/um.lex.br/minas.gerais:estadual:decreto:1907-10-14;2113>. Acesso em 11 nov.2015.

_____. Dec. nº 6181, de 04 de setembro de 1922. Assembleia de Minas. Disponível em: <HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/LEGISLACAO/COMPLETA/COMPLETA.HTML?TIPO=DEC&NUM=6181&COMP=&ANO=1922>. Acesso em: 27 ago. 2015.

MOREIRA, Luís Eduardo Ferreira Barbosa. *A Influência da Reforma Benjamin Constant no currículo de matemática do Colégio Pedro II*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas. PUC Rio. 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. BH: UFMG. 2008.

MÜLLER, Elisa. Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf. Acesso em: 24 mai. 2015.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na 1ª República. RJ: DP&A. 2001.

NEVES, Soares. Ensino de Minas. *Gazeta de Leopoldina*. Leopoldina, n.66, p.1, 22 jul. 1921.

NOGUEIRA, Juliana Keller e SCHELBAUER, Anaete Regina. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.27, p.78 – 94, set. 2007.

NOGUEIRA, Natania Aparecida. *Leopoldina: instrução, mito político e formação das elites na Zona da Mata mineira (1895- 1930)*. Ed. do autor, 2011.

_____. Instrução pública em Leopoldina.1895-1905. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, v.25, n.86, p.17-36, abr., 2004.

_____. *Leopoldina: Historia e ensino*. Disponível em: <http://historiadoensino.blogspot.com.br/2008/05/jos-monteiro-ribeiro-junqueira-tradio.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira (1891/1924)*. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação, UFMG. 2009.

NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: *Alexandre Ventura*, p.1-8.1999.

_____. *Histoire & Comparaison: Essais sur l'Éducation*. Lisbonne: Educa, 1998.

_____. *Formação de Professores e profissão docente*. 1992. Disponível em: <http://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Para um estudo sócio-histórico da gênese da profissão docente. In: *Teoria e educação*. n.4, p.109-139. 1991.

O LEOPOLDINENSE. (1895) Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/brtacervo.php?cid=8806>. Acesso em 15 mar. 2015

OLIVEIRA, Maria de Lourdes A. de. Lindolfo Gomes: um escritor à espera de fortuna crítica. In: *Revista Verbo de Minas*. Juiz de Fora, v.11, n.19, jan/jul, p.271-279. 2011.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. (coord). *Trajetórias e memórias das instituições escolares de Leopoldina/MG*, Leopoldina: UEMG, 2013. Licenciatura em Pedagogia. Projeto concluído

_____. *Formação de professores na imprensa Leopoldinense (1900-1930)*. Leopoldina: UEMG, 2014. Licenciatura em Pedagogia. Projeto concluído.

OLIVIER Fajardo, Coronel, rua. Disponível em: http://www.cantoni.pro.br/ruas/Logradouros_Atuais_N_O_P.pdf. Acesso em: 11 nov. 2015

OTTEN, Alexandre H. “Só Deus é Grande”: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro. São Paulo: Loyola, 1990.

PESTALOZZI, J. *Cartas sobre Educación Infantil*. (Trad.) José M. Q. Cabanas. Madrid: Editorial Tecnos. 1988.

PIMENTA, Ângela de Fátima Faria. O despertar do proletariado na Zona da Mata Mineira: Cataguases (1906-1926). In: *Simpósio Nacional de História*. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299711183_ARQUIVO_OdespertardoproletariadonaZonadaMata.pdf. Acesso em: 05 fev. 2016.

PRÉDIO do Aprendizado Agrícola. Disponível em: <http://cantoni.pro.br/blog/tag/escola-agricola/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

PRIMEIRA Leitura. *Gazeta de Leopoldina*. n.87, p.1, 16 fev. 1908.

Partido Republicano Mineiro. CPDOC – FGV. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20\(PRM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20(PRM).pdf). Acesso em: 24 jan. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil*. Disponível em:

file:///C:/Users/DELL7/Downloads/sbs1954_16-Comunica%C3%A7%C3%A3o12.pdf. Acesso em 14/07/2015.

RAMAL, Camila Timpani. *O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural*. 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf. Acesso em: 13 fev. 2016.

RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovia Corrêa da. Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular a equiparação do Ginásio Paranaense ao congênere federal. In: *Educação Santa Maria*. v. 31 - n. 01, p. 133-152, 2006. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 27 ago. 2013.

RAPOSO, Bruno. Resenha do Livro: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. RJ: DP&A, 2001. In: *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. n.25, p.258-264. 2007.

REGINA, Maria. Memórias históricas. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/64370/67040>. Acesso em: 14 set. 2015.

RELATÓRIOS dos Presidentes dos Estados Brasileiros (1891-1930). Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720429&pesq=Gin%C3%A1sio%20Leopoldinense&pasta=ano%20192>. Acesso em: 16 jul. 2015.

REIS, José Botelho. Ginásio Leopoldinense. *Gazeta de Leopoldina*, n.99, p.1, 30 mar. 1911.

REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. 11 ed. 1894, p.252.

RICHA, Lênio Luiz. Jorges Velhos. In: *Genealogia brasileira: estado de São Paulo. Os títulos perdidos*. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptjorgesvelhos.htm. Acesso em: 13 nov. 2015.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Escolaridade pública em Juiz de fora e o projeto educacional mineiro na transição Império/República. In: *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2009.

_____. *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas: Autores Associados: Brasília: Editora Plano, 2004.

RODRIGUES ET AL. Causa e efeito das praticas agrícolas na produção de hortaliças: um estudo na comunidade sítio palmeiras no município de Glória do Goitá no estado de Pernambuco. In: *V Simpósio de Segurança Alimentar: Alimentação e Saúde*. Bento Gonçalves: RS. Mai. 2015.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de e RIBEIRO, Mary Diana da Silva. Trabalho e escolarização: o universo das crianças negras em Cuiabá (1871-1890). In: *EducAtiva*. PUC Goiás. v.14, n.2, 2011.

SALES, Zeli Efigênia S. de. *O Conselho Geral da Província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825-1835)*. BH: Dissertação de Mestrado. FAE: UFMG, 2005.

SALLES, José Bento Teixeira de Salles. Milton Campos, uma vocação liberal. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1975.

SANT'ANA. Rivânia Maria Trotta. O Movimento Modernista Verde, de Cataguases — MG. In: *Em Tese*. Belo Horizonte, v. 10, p.172-177, dez. 2006. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SANTOS, José Antônio. Etnicidade, nação e cultura: intelectuais negros - educação e militância. In: *Anais do Congresso Brasileiro de História da educação*. 2005. www.sbhe.org.br

SANTOS, Mônica Costa. O Ensino Secundário Brasileiro na Obra de Geraldo Bastos Silva (1950-1960). V *Congresso Brasileiro de História da Educação*. Aracaju, 2008. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=922. Acesso em: 14 jan. 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de *pesquisa*. In: *Tempo* [online]. v.13, n.26, p. 32-55. 2009.

SECRETARIA DO INTERIOR. Fundo da Secretaria do interior. Arquivo Público Mineiro. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

SENADO FEDERAL. Decreto nº 3.491, de 11 de Novembro de 1899. Altera as instruções dadas pelo decreto n. 3285, de 20 de maio último, para reconhecimento dos institutos de ensino secundário fundados pelos Estados, associações ou particulares. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3491-11-novembro-1899-520771-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm. Acesso em: 09 nov. 2015.

SILVA, Rosa Maria Ferreira da. *Cidade e urbanização, progresso e civilização: Reflexões sobre a cidade oitocentista no sertão das Gerais (Patos de Minas, 1868 - 1933)*. História e Perspectivas, Uberlândia, n.49, p. 407-438, jul./dez. 2013.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SILVA, Ligiane Aparecida da. Inviabilidades republicanas: o projeto Tavares Lyra e sua proposta para reforma e difusão do ensino brasileiro no início do Século XX (1891-1908). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2011.

SILVA, Ligiane Aparecida da, MACHADO, Maria Cristina Gomes. O projeto Tavares Lyra e sua proposta de reforma para o ensino secundário no Brasil. A instrução pública no início do século XX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.41, mar, 2011.

SILVA, Marisa Ribeiro. *O artífice da memória*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. v.1, jan./jun, 2007.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A medicina e a influenza espanhola de 1918. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 91-105. 2005.

SIQUEIRA, Jesana Lilian. *Modernismo Mineiro: Sociabilidade e Produção Intelectual na década de 1920*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2008.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SOARES, Jefferson da Costa. *Dos professores “estranhos” aos catedráticos: Aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925 - 1945)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Departamento de Educação, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar*. Curitiba: Editora da UFPR, n.18, p. 75-101. 2001.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, Escola Normal, feminização e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública -1880/1935. In: *Trabalho docente: formação e identidades*. Pelotas: Seiva, 2002.

TAVARES, Jane Cardote. *A Congregação do Colégio de Pedro II e os debates do ensino de Matemática*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Educação Matemática. PUC SP, 2002.

TERCI, Eliana Tadeu. *A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba*. 1997. Tese. Programa de Pós Graduação em História Social. USP, 1997.

TRAJETÓRIAS DAS ESCOLAS – LEOPOLDINA. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/>. Acesso em 24 de setembro de 2015.

THIN et al. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: Educação e revista. BH. n.33, jun, 2001.

TORGA, Miguel. *Contos da Montanha*. [S.l.: s.n.], 1996.

_____. *A Criação do mundo*. Coimbra: edição do autor, 1991.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cultura escrita e educação: representações de criança e imaginário de infância, Brasil, século XIX*. BH: mimeografado, 2006.

_____. Educação estética para o povo. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 3ed. 2007. 608 p.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 353-385. 2006.

VIDAL, Diana G. Escola Nova e processo educativo. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 3ed. 2007. 608 p.

VIDAL, Diana G. e FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Historia de la educación y historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.0. Set/Dez, p.63-82, 1995.

_____. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas*. 2 ed. Madrid: Morata, 2006.

VISCARDI, Cláudia. *Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico*. Disponível em: <http://cdn.fee.tcche.br/jornadas/1/s11a2.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. Elites políticas em Minas Gerais: na Primeira República. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v.8, p. 39-56, 1995.

_____. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. In: *Locus*. Juiz de Fora: UFJF. v.5, n.2, 1999.

WARDE, Mirian J. Contribuições da história para a educação. In: *Em Aberto*. Brasília, n. 47, p. 3-11. 1984.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. In: *Temporalis*. Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

150 ANOS DE LEOPOLDINA. Leopoldina: Prefeitura de Leopoldina, 27 abr. 2004.

Anexos

Anexo 1:

Quadro com as turmas dos alunos do Ginásio Leopoldinense aprovados em instrução militar (1918-1921) e das comissões examinadoras ¹⁹⁶		
	Alunos aprovados em instrução militar	Comissões examinadoras
1918	Didino Aves de Souza Herman Gribel	Major Cyro da Silva Daltro – presidente 1º tenente: Ignácio de Alencastro Guimarães 2º tenente: Pedro Ângelo Correra
Total	2	
1919	Antônio Lacerda; Cândido Dutra de Oliveira Christiano de Andrade Junqueira José Eugênio Junqueira Menotti Ferrari Sebastião Augusto Junqueira Sebastião de Souza Lima Waldemar dos Reis Junqueira	Capitão Carlos Araripe de Albuquerque 1º tenente: Henrique Hermogenes da Silva Loureiro 2º tenente: Isaltino de Pinho
Total	8	
1920	Affonso de Albuquerque Agostinho Pessali Alkindar Monteiro Junqueira Antônio Ferraz Junqueira Antônio Junqueira Botelho Antônio Pedro Ferreira Archimedes Coli Arlindo Augustinho Rodrigues Carlos Max Djalma Pereira da Silva Edison Guimarães Felix de Oliveira Samuel Francisco Eugênio de Andrade Reis Ivan Antunes Barbosa Jacy Ribeiro Junqueira Jair de Rezende Dantas José Maria Figueiredo José Severino Barroso Pires José Soares Jorge Jardim Junqueira Joviano Alves da Silva Pereira Martiniano Furtado de Mendonça Moacyr Junqueira Nestor Augusto Rodrigues Newton Alves de Souza Ocacyr de Oliveira Martins Olegário Frossard	Capitão Antonio Brio Guilhon 1º tenente: Nelson Bandeira Moreira 2º tenente: José Eptácio Braga
Total	27	

¹⁹⁶ Apud Bases Orgânicas do Aprendizado Agrícola do Ginásio Leopoldinense. Leopoldina: Biblioteca Municipal Luiz Eugênio Botelho. Sem referências.

1921	Álvaro Antunes Filho Anabspierre Ayres da Silva Torres Antonio Vieira dos Santos Junior Argentino dos Reis Junqueira Aristides de Pinho Athos Teixeira Capdeville Tambasco Guimarães Custódio Ribeiro Junqueira Eduardo Lobato Hosken Ely Jardim Junqueira Emílio Coimbra da Luz Eolo Hirsh Gerôncio Ferreira Guanahyro França Motta Hildebrando Brugger Lacerda João Baptista Ferreira Netto João Baptista Mello José Bonifácio de Azevedo Rezende José Cândido Junqueira Villela José Dirceu dos Reis Junqueira José Edmundo dos Reis Junqueira	Capitão Olwaldo Diniz 1º tenente: Joaquim Soares da Ascensão 2º tenente: Nilo Augusto Guerreiro Lima
Total	21	

Anexo 2:

Quadro de normalistas formadas na Escola Normal do Ginásio Leopoldinense (1907-1923)				
Ano	Nome	Origem	Local de atuação	Ocupação ¹⁹⁷
1907	Antonieta Lacerda Guariglia	São João Del Rei	Grupo escolar de Leopoldina -1908	Professora
1908	Amanda Carneiro	-	-	-
1909	Olga Nóbrega Furtado	-	-	-
	Waldomira Cabral Werneck		Curso de Farmácia -1916	Estudante
	Lucas Tavares de Lacerda Filho	Fiscal de ensino Tavares de Lacerda	-	-
	Leonor Ventania			
	Odette Tavares de Lacerda	Fiscal de ensino Tavares de Lacerda	Grupo escolar de BH	Auxiliar de secretaria
	Adail Brandão		Curso primário do Ginásio Leopoldinense	
	Olivia Godinho Lima		Escola pública de Thebas -1917	Professora
	Maria Pagano		6ª cadeira mista do Grupo escolar -1911	Professora adjunta
	Maria das Dores		Grupo escolar Ribeiro	

¹⁹⁷ Fontes: Gazeta de Leopoldina, Leopoldina, n.197, p.1, 10 jan. 1917; n.264, p.1, 23 mar. 1916; n. 109, p. 206 set. 1917; n.178, p.1, 05 dez. 1917; n. 80, p.1, 31 jul. 1917; n. 81, p.1, 1 ago. 1917; n. 12, p.1, 07 mai. 1918; n. 93, p.1, 24 ago. 1923; n.120, p.1, 30 set. 1919; n. 56, p.2, 10 jul. 1918; n. 60, p.1, 14 jul. 1918; n.11, p.1, 03 mai. 1921; n.165, p.1, 08 dez. 1921; n. 153, p.1, 15 dez. 1922; n. 250, 10 mar. 1918; n. 49, p.1, 29 jun. 1922; n.172, p.1, 01 dez. 1916.

	Levasseur		Junqueira-1921	
	Iramira Nóbrega Furtado			
	Emilio Ramos Pinto			
	Noemia da Gama Guimarães		Escola de Campo Limpo - 1911; Grupo escolar de Leopoldina -1915; Grupo escolar de Palma -1919.	Professora
	José Marinho Amarante			
	Maria dos Reis Coura			
1910	Marianna Candida Barreto			
	Olga Carvalho Amarante			
	Hilda Martinoya Samuel		Curso Primário do Ginásio Leopoldinense	Professora
	Guiomar Sica	Parente do professor Aristides Sica	Grupo escolar de São João Nepomuceno -1911	
	Lavinia Lima			
	Adolphina Gusman			
	Graziella Soares de Azevedo			
	Laura de Faria Bastos			
	Dulce Botelho Junqueira		Grupo escolar de Leopoldina -1918	Professora
	Guiomar Ferreira da Cunha		Cadeira mista da escola de São Joaquim-1911 e escola de Palma -1915	Professora
	Mercedes Italia Galotti Serra			
	Maria Ferreira de Andrade			
	Laura Ribeiro de Moura			
	Maria dos Reis Coura			
1911	Graziela Azevedo		Grupo escolar de Leopoldina -1911	Professora nomeada
1912	Rosa Amelia Tavares Baião			
	Floripes Augusta de Souza		Escola do sexo masculino de Miraí-1916	Professora efetiva
	Adelaide Alves			
	Anna de Paula Braga			
	Maria José Bueno Horta			
1913	Hermínia Aparecida de Lacerda		Escola pública de Santa Isabel -1915	Professora
	Maria da Conceição Freitas			
	Hercília Pereira			
	Olinda Matolla de Miranda	Professor Matolla de Miranda	Grupo escolar de Leopoldina; Grupo escolar de Cataguases - 1916	Professora
	Emilia Pio			
	Cynira Nóbrega Furtado			

	Aracy de Salles Nogueira			
	Stella Celidonio Monteiro dos Reis Cleto		Curso Primário do Ginásio Leopoldinense	Professora
	Maria Luiza Marinho		Escola de Boa Sorte-1919	Professora
	Antonia Pagano		Grupo escolar de Leopoldina -1916	
1914	Marinha Soares ¹⁹⁸	Filha do Coronel Antenor Soares e casada com Joaquim Fajardo	Grupo escolar de Leopoldina -1916 Ginásio Leopoldinense	Professora interina
	Esther de Carvalho		Grupo escolar de Rochedo – São João Nepomuceno -1916	Professora nomeada
	Olga de Andrade Botelho			
	Elisa de Carvalho			
	Albina Ferreira de Souza			
	Maria de Lourdes Lacerda		Curso primário do Ginásio Leopoldinense Faculdade de Farmácia-1923	Professora
	Isaura Ferrari			
	Cifra Lacerda		Escola Mista da Colônia Constança –exonerada - 1916; Grupo escolar de Recreio -1917	Professora
	Abgail de Gouvea Lintz	Casada com o farmacêutico Euclides de Freitas		
	Guiomar Medeiros		Grupo escolar de São Manoel -1916 Ginásio Leopoldinense	Professora efetiva
	Alzira de Gouvea Lintz			
	Julieta Pio		Grupo escolar de Bicas	Professora
	Maria Cortes de Novaes			
	Juracy Spinolla dos Santos			
	Adalia de Lacerda Rocha		Grupo escolar de Tombos – Carangola - 1916; Grupo escolar de Recreio-1919	Professora substituta
1915	Maria da Conceição Continho de Lima			
	Maria da Conceição Pereira	Barão de Camargos		Professora
	Dinah Pereira de Freitas Teixeira			
	Oraide Cecília da Silva		Grupo escolar – 1918; Ginásio Leopoldinense – 1918	Professora da cadeira de música
	Odalia Aversa			

¹⁹⁸ Gazeta de Leopoldina. Leopoldina, n. 16, p.1, 13 mai. 1919. Assunto: Casamento da normalista com Joaquim Fajardo, que realizou os preparatórios no Ginásio.

	Judith Ferreira Valverde		Escola da Colônia Constança -1919	Professora
	Maria da Conceição Soares Vargas			
	Maria Rita Ferreira Netto		Escola Rural da Lajinha-1923	Professora
	Maria das Neves Gama de Oliveira	Casada com o acadêmico José Esteves e filha do capitão Constâncio Thomaz de Oliveira	Escola pública de Cataguases -1917; Escola do sexo feminino de Providência -1922	Professora efetiva
	Guiomar de Alvarenga Paixão	Leopoldina	Escola pública mista de Rio Pardo- 1917-1921	Professora efetiva
	Zenith Caminha	Leopoldina	Escola rural mista das Virgens -1919	Professora
	Aida Gouvea Lintz			
	Guilhermina Nogueira	Rio de Janeiro		
	Dinah Lacerda de Oliveira e Castro	Leopoldina		
	Maria Rezende de Ferraz	Cataguases		
	Maria José Barbosa da Cruz		Aprendizado Agrícola	Professora
	Maria dos Reis	Ubá		
1916	Maria da Glória Barroso Pires		Professora da escola rural Dr Christiano Roças - Vista Alegre -1923	
	Guiomar de Moraes Lima		Escola Major Aphonso – 1921	Professora
	Zilda Barbosa da Cruz	Mar de Espanha		
	Guilhermina Rosa da Gama de Oliveira	Filha do capitão Constâncio de Oliveira	Escola de Carangola-1917	Professora substituta
	Djanira de Magalhães Pacheco		Escola pública de Santa Isabel-1917	Professora
	Lyra de Araujo Porto	Ubá		
	Maria Ferreira Alves	Carangola		
	Aracy Lima	Além Paraíba	Escola de Santa Isabel-1921	Professora substituta
	Amália de Lacerda Rocha	Carangola		
	Genny de Souza Trant		Escola mista de São Lourenço -1918 Escola de Thebas -1921	Professora
	Dulce Pinto de Almeida		Escola feminina de Campo Limpo -1918; Grupo escolar -1921	Professora
	Maria Aparecida Guimarães Paula		Grupo escolar de Recreio-1919	Professora
	Alzira Guimarães			
1917	Agripina Lintz	Filha do Coronel José Lintz	Grupo escolar de Recreio-1922	Professora convidada
	Marieta Maciello		Escola do sexo feminino da Lajinha -1921	Professora
	Aurea Spinola		Grupo escolar de Leopoldina -1922	Professora
	Lacínia Ferreira de			

	Andrade			
	Olga Ramos Pinto	Sobrinha do secretário Gustavo Pinto, filha de Emílio Augusto Pereira Pinto e casada com o médico Antônio de Oliveira Guimarães		
	Maria José Matolla de Miranda	Professor Matolla de Miranda		
	Irisman de Lima Fernandes		Escola rural de São Lourenço -1922 Escola da Conceição da Boa Vista – propriedade do Coronel Theophilo Barboza da Fonseca	Professora
	Maria Amélia dos Santos			
	Nair Pinto	Parente do secretário Gustavo Pinto	Grupo escolar de Recreio -1919; Ginásio Leopoldinense	Professora/ Auxiliar de secretaria
	Raymunda Barbosa Leite			
	Ilka Vargas Netto		Escola rural de Barreiros –Conceição -1923	Professora /Diretora
	Clotilde Netto		Escola feminina das Virgens -1922	Professora
	Nizia de Figueiredo Alves			
	Castorina de Freitas Ramos			
	Mercedes dos Reis			
	Maria da Paz Rocha			
	Hena Zignago			
	Judith Lintz	Filha do coronel José Lintz	Grupo escolar de Leopoldina -1918	Professora substituta
	Olinda de Oliveira			
	Odette França		Escola de Campo Limpo - 1918	Professora nomeada
	Nyra Martins Ribeiro			
	Anna Monteiro de Rezende		Escola mista de São Martinho – 1918	Professora
1918	Aracy Carneiro		Aulas de datilografia - 1919 Colégio Pedro II de Leopoldina -1923	Professora particular e colaboradora de ensino
	Elisa Maciello		Escola pública do sexo masculino –Leopoldina - 1921	Professora
	Aline Monteiro Gomes		Colégio Pedro II de Leopoldina -1923	Colaboradora de ensino
	Carmen da Costa Spínola			
	Myrthes Gama		Grupo escolar de Palma - 1919	Professora adjunta

	Judith Alves de Souza Machado		Escola rural de São Lourenço -1921	Professora
	Amélia Silva			
	Laurentina Vieira			
	Olga Alves de Souza Machado			
	Wilsonina Melchiades			
	Maria José Mendes		Grupo escolar de Cataguases -1918	Professora
	Cléo de Oliveira Samuel		Grupo escolar de Recreio -1921	Professora
	Narcisa Barbosa da Cruz			
	Francisca Antunes Ferraz		Colégio Pedro II de Leopoldina -1923	Colabora dora de ensino
	Rita Gadas			
1919	Clymene Godinho	Leopoldina – filha de Climério Godinho	Escola rural da Boa Sorte -1920	Professora
	Aurea Pinto	Leopoldina	Escola do sexo masculino de Campo Limpo - 1922	Professora
	Celia Gama	Leopoldina		
	Gilda Baptista Ferreira	Leopoldina		
	Nair Valença	Estado do RJ		
	Gilda Batista Aversa	Leopoldina		
	Orestina Aversa	Estado do RJ		
	Cora Medeiros Guimarães	Palma	Escola noturna do Grupo escolar Ribeiro Junqueira -1921	Professora
	Letizia Maciello	São João Nepomuceno		
	Philomena Aversa	Capital federal		
	Maria Lintz	Aiuruoca		
	Hilda Guimarães de Paula	Carangola		
	Maria do Carmo Cortes Villela	Além Paraíba		
1920	Ruth Faria		Grupo escolar de Leopoldina -1921	Professora
	Zilda de Macedo			
	Carolina Fernandes Valentim		Aprendizado Agrícola	Professora
	Nayide Martins Ribeiro			
	Ambrozina P. de Rezende			
	Maria Ascensão Baptista Paula			
	Arminda Souza Barros			
	Floripes T. Guimarães			
	Maria da Conceição Vargas Netto			
1921	Nair Lima			
	Helena de Salles Nogueira			
	Edith de Moraes Lima			
	Guiomar Dias de Freitas			

	Hussonina Melchiades		Faculdade de Farmácia- 1923	
	Silvia de Souza Werneck			
	Emília de Oliveira Guimarães			
1922	Maria Gil de Souza Trant		Escola de Rio Pardo - 1923	Professora
	Zayra de Gouvea Lintz			
	Antonia Motta Fagundes			
	Olga Gadas			
	Maria Alves Motta			
	Laura Alves Borges			
	Clarice de Salles			
	Sebastiana Monteiro Gomes			
	Joana Darc de Oliveira e Silva			
1923	Irene de Freitas			
	Maria Baptista			
	Luzia de Aguiar Filha			
	Leovigilda Paixão			
	Helia Caminha			
	Mnemosina Reis			
	Maria Amelia Campos			
	Maria Alves Motta			
	Carlota Mendonça			
	Irene de Freitas Lustosa			
	Sebastiana Monteiro Gomes			
	Maria Lima Pires			
	Olga Lacerda França			
	Marieta Reis			

Anexo 3:

Diplomados pela Escola de Farmácia e Odontologia do Ginásio Leopoldinense ¹⁹⁹	
1914	Odontologia - Olga Nóbrega Furtado e Milton Ramos
1916	Odontologia - Zilda Lacerda, Pedro Lacerda, Job Nogueira, Laert de Araújo Porto e José Maria Zebral de Albuquerque. Leopoldina.
	Farmácia - Euripedes Rodrigues, Juvencio Moreira, Alberto Vieira e Ignácio Luiz da Silva.

¹⁹⁹ Gazeta de Leopoldina, 07 dez. 1911, n.200, p.1; 26 nov.1915, n. 174, p.1; 08 fev. 1916, n. 229, p.1; 16 mar. 1916, p. 1; 31 mar. 1916, n. 270, p.1; 14 jun. 1916, n.42, p.1; 24 nov. 1916, n.167, p.1; 15 dez. 1916, n.182, p.1; 16 dez. 1916, n.183, p.1; 17 dez. 1916, n.184, p.1; 27 dez. 1916, n.191, p.1; 13 fev.1917, n. 226, p.1; 07 jun. 1916, n.36, p.2; 09 jun. 1916, n.38, p.1; 15 dez. 1922, n. 153, p.1; 18 mar. 1923, n. 207, p.1; 23 jun. 1918, n. 45, p.1; 10 jul. 1918, n. 56, p.2; 20 mai. 1926, n.14, p.1; 07 jun. 1917, n. 40, p 1; 28 jun. 1917, n. 55, p 1; 24 abr. 1917, n. 4, p 2; 27 abr. 1917, n. 7, p1; 22 fev. 1918, n. 237, p. 2; 22 fev. 1918, n. 237, p 2; 10 mar. 1918, n. 250, p. 1; mai. 1918, p.2.

1917	Odontologia - Francisco de Assis Gama de Oliveira e Henriqueta Capdeville.
	Farmácia - Djalma Barros da Fonseca e Manoel Fajardo Soares. Maria Eulalia Malchiades, Maria Haydee Guimarães, Guiomar de Souza Lima, Ernestina Pagano, Pompilio de Campos Furtado Guimarães, José Figueiredo Damasceno, Anna Martins Bueno, Jandyra da Nobrega Furtado e José Esteves.
1918	Farmácia - Dermeval Barbosa Moreira, Annibal Guimarães, Aurélio Rodrigues da Silva, José Muniz Dutra, Menelick Vermelho, Mozart Reis, Joaquim Antonio de Araujo Porto, Alziro de Araujo Silva, Edith de Araujo Porto, Genebaldo Soares de Souza, Custódio Lima da Costa Cruz, Cyrene Samuel, João de Almeida Ribeiro e Braulio Henriques Furtado.
1921	Farmácia – Olegário Frossard, Maria Amélia Nogueira, Graciema Junqueira, Maria Regina Estevão, Carlos Smith Junior, Alberto Soares Vidal, José Alves de Souza Machado, Américo Affonso de Souza, Hildebrando Brugger Lacerda, José Severiano Barroso Pires, Álvaro Antunes Filho, Idimar Meireles, Dolly Evaristina da Silva Ribeiro, José Alves Coutinho, Sylvio Baptista, Heitor Moreira e Eduardo Hosken.
1926	Farmácia – Milne Evaristo da Silva Ribeiro, Theophilo Dutra dos Santos, Jarbas Barbosa Pinheiro, Luiz de Castro, Luiz Nani, Dyonisio Costa, Ivan Barbosa, Milton Perissé Sodrê, Orides de Souza Moreira, Geraldo Bijos, Lazaro Raymundo Gomes Filho, Maria do Carmo Andrade, Maria das Mercês Pires, Maria César de Barros, Olivia Baião, Erondina de Almeida.

Anexo 4: Quadro dos professores do Ginásio Leopoldinense em 1906 ²⁰⁰

Primário	Luiz Antonio Correa de Lacerda João Alves de Souza Machado José Botelho Reis Arthur Guimarães Leão
Português	Reynaldo Matolla de Miranda Luiz Antonio Correa de Lacerda
Literatura	Dr. Jacques Dias Marciel Dr. Custódio Almeida Lustosa
Francês	Olympio Clementino de Paula Correa Reynaldo Matolla de Miranda
Inglês	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
Alemão	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
Latim	Dr. Fillipe Nunes Pinheiro Luiz Antonio Correa de Lacerda
Grego	Dr. Custodio de Almeida Lustosa Dr. Jacques Dias Maciel
Aritmética	Coronel Afonso Henrique de Albuquerque Achiles Hércules de Miranda
Álgebra	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
Geometria e Trigonometria	Achiles Hercules de Miranda
Mecânica e astronomia	Dr. Heraldo Pio Pimenta Bueno
Física	Dr. Custódio Junqueira

²⁰⁰ Fonte: Jornal Gazeta de Leopoldina, 03 jun. 1906.

Química	Dr. Filippe Nunes Pinheiro
História Natural	Dr. Custódio Junqueira Dr. Fillipe Nunes Pinheiro
Geografia	Achiles Hércules de Miranda
História	Dr. Custodio de Almeida Lustosa Dr. Jacques Dias Maciel
Lógica	Dr. Francisco de Castro Rodrigues Campos
Italiano	Vigário Padre Julio Fiorentini
Noções de Agronomia	Dr. Henrique Barbosa da Cruz
Economia	Dr. Randolpho Fernandes das Chagas
Política	Dr. Ribeiro Junqueira
Direito Constitucional	Dr. Francisco de Castro Rodrigues Campos Dr. Ribeiro Junqueira
Ginástica	Alberto Soares Guimarães
Evoluções militares	Tenente Luiz Carlos de Oliveira
Música e canto	Coronel Afonso Henrique de Albuquerque
Desenho	Tenente Luiz Carlos de Oliveira Dr. Heraldo Pio Pimenta Bueno
Escrituração Mercantil	Tenente Juvenal Carneiro
Catecismo	Vigário Padre Julio Fiorintini